



**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2020-2024

Março / 2020

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Abraham Weintraub

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora

Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva

Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitor de Ensino

Luiz Otávio Cabral

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Clodoaldo Machado

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

André Dala Possa

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitora de Administração

Aline Heinz Belo

DIRETORES GERAIS DOS CÂMPUS

Câmpus Araranguá

Mirtes Lia Pereira Barbosa

Câmpus Caçador

Eduardo Nascimento Pires

Câmpus Canoinhas

Maria Bertília Oss Giacomelli

Câmpus Chapecó

Ilca Maria Ferrari Ghiggi

Câmpus Criciúma

Lucas Dominguni

Câmpus Florianópolis

Zizimo Moreira Filho

Câmpus Florianópolis - Continente

Caio Alexandre Martini Monti

Câmpus Garopaba

Sabrina Moro Villela Pacheco

Câmpus Gaspar

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Câmpus Itajaí

Carlos Alberto Souza

Câmpus Jaraguá do Sul - Centro

Jaison Vieira da Maia

Câmpus Jaraguá do Sul - Rau

Eduardo Evangelista

Câmpus Joinville

Valter Vander de Oliveira

Câmpus Lages

Thiago Meneghel Rodrigues

Câmpus Palhoça Bilingue

Eliana Cristina Bar

Câmpus São Carlos

Raimundo José de Sousa Castro

Câmpus São José

Tiago Semprebom

Câmpus São Lourenço do Oeste

Daniel Fernando Carossi

Câmpus São Miguel do Oeste

Diego Albino Martins

Câmpus Tubarão

Consuelo Aparecida Sielski Santos

Câmpus Urupema

Evelise Zerger

Câmpus Xanxerê

Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da Cruz

DIRETORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Fabiana Böhm Gramkow

DIRETOR DO POLO DE INOVAÇÃO EMBRAPPII - IFSC

Rubipiara Cavalcante Fernandes

COMISSÃO CENTRAL DO PDI 2020-2024¹

Membros do Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional (Copadin)

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional – Presidente

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitor de Ensino (Presidente do CEPE)

Luiz Otávio Cabral

Diretora de Gestão de Pessoas (Presidente do CDP)

Nauana Gaivota Silveira

Diretor de Gestão do Conhecimento

Cedenir Buzanelo Spillere
Deizi Paula Giusti Consoni

Diretor de Administração

José Roberto Murara
Laís Karine Sardá Martins

Diretor de Comunicação

Rafael Xavier dos Passos

Diretora de Estatísticas e Informações Acadêmicas

Elisa Flemming Luz

Chefe da Unidade de Auditoria Interna

João Clóvis Schmitz

Procurador Educacional Institucional

Miguel Correia de Moraes

Presidente da Comissão Própria e Avaliação

Eduardo Beck
Flávia Stela de Araújo Lima Amorim

Representante Discente do CONSUP

Cilmara Fregonesi Silva - Titular
Nelson Duarte - Suplente

¹ Portarias da Reitora nº 2.425, 2.729, e 3.323 do ano de 2018 e 263, 1.115, 1.954, 3.278 e 4.022 do ano de 2019.

Representante dos Diretores Gerais

Jaison Vieira da Maia - Titular
Diego Albino Martins - Suplente

Representante dos Dirigentes de Ensino, Pesquisa e Extensão dos Câmpus

Délcio Luís Demarchi - Titular
André Luiz Silva de Moraes - Suplente

Representante dos Dirigentes de Administração dos Câmpus

Patrícia Oliveira Rebelo Leite - Titular
Aloísio Silva Júnior - Suplente

Demais membros:

Diretora Executiva

Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitora de Administração

Aline Heinz Belo

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

André Dala Possa

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Clodoaldo Machado

Representante dos Membros Eleitos do CEPE

Maricléia Lopes Prim
Ana Cláudia Burmester

Representante dos Membros Eleitos do CDP

Egon Sewald Júnior
Marcelo Tavares Garcia

Representante do CONSUP

Felipe Cintra Nunes Braga - Titular
Karin Beck – Suplente

Comissão Específica do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)²

Diretor de Ensino

Orlando Rogério Campanini

Diretor de Extensão

Tomé de Pádua Frutuoso

Diretora de Pesquisa

Jaciara Zarpellon Mazo

² Portarias da Reitora nº 2.596, 2.871, 2.927 e 3.324 do ano de 2018 e 265 e 993 do ano de 2019.

Diretora de Assuntos Estudantis

Girlane Almeida Bondan

Diretor de Gestão do Conhecimento

Cedenir Buzanelo Spillere

Representantes do CEPE

Discentes - Alexandre Marques Rocha e Vanessa Comin Cecchin

Docente - Fernando Michelon Marques

Técnicos Administrativos - Camila Koerich Burin e Jeniffer Caroline da Silva

Representantes da Comissão Temática do PPI Composta em 2013

Caroline Lengert

Evandro Belmiro da Silva

Comissão Específica do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV)³

Pró-Reitor de Ensino – Presidente

Luiz Otávio Cabral

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Diretor de Ensino

Igor Guterres Faria

Chefe do Departamento de Educação a Distância

Gislene Miotto Catolino Raymundo

Representante da Comissão Permanente de Integração de Programas Sociais (CIPS)

Sandra Albuquerque Reis Fachinello

Fernando Augusto Groh de Castro Moura

Representante do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

Egon Sewald Júnior

Representante do Colégio de Dirigentes (CODIR)

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Lucas Domingui

Assessoria Especial do Plano de Desenvolvimento Institucional⁴

Mariana Feminella Veiga Sampietro

3 Portaria da Reitora nº 1.731 do ano de 2019.

4 Portaria da Reitora nº 2.396 do ano de 2018.

Apoiadores Técnicos do PDI nos Câmpus e Cerfead⁵

Câmpus Araranguá

Everaldo Silva de Oliveira

Câmpus Caçador

Danielle Regina Ullrich

Câmpus Canoinhas

William Sadao Hasegawa

Câmpus Chapecó

José Alvício Ritter Filho
Cleverson Luiz Rachadel

Câmpus Criciúma

Adilson Jair Cardoso

Câmpus Florianópolis

Marco Antônio Neiva Koslosky

Câmpus Florianópolis-Continente

Jaqueline de Fátima Cardoso

Câmpus Garopaba

Ícaro Coriolano Honório
Izabela Raquel
Juliano Reginaldo Corrêa da Silva

Câmpus Gaspar

Márcio Henrique Fronteli

Câmpus Itajaí

Patrícia Oliveira Rebelo Leite
Cássio Aurélio Suski
Mário Antônio Bento do Amaral

Câmpus Jaraguá do Sul - Centro

Daiane Aparecida de Melo Heinzen

Câmpus Jaraguá do Sul - Rau

Alexandre Zammar

Câmpus Joinville

Caroline Orlandi Brilinger

Câmpus Lages

Samuel Ferreira de Mello

⁵ Portarias da Reitora nº 2.066, 2.157, 2.704, 3.632 do ano de 2018, 257, 2.603 e 2.853 do ano de 2019 e Portaria da Direção-Geral do Câmpus Caçador nº 162 do ano de 2018.

Câmpus Palhoça Bilingue

Samanta Coelho de Freitas

Câmpus São Carlos

Celso Bergmaier
Eduardo Luiz Tavares Gonçalves

Câmpus São José

Cristiane Laurentino Silva

Câmpus São Lourenço do Oeste

Gabriel Mathias Ferrari

Câmpus São Miguel do Oeste

Felipe Cintra Nunes Braga

Câmpus Tubarão

Leandro Medeiros Elias

Câmpus Urupema

Larice Steffen Peters

Câmpus Xanxerê

Ricardo Zanchett

Cerfead

Caroline Lengert
Giselle Floriano Coelho

Comissões do Plano Quinquenal de Infraestrutura (PQInfra) dos câmpus⁶

Araranguá

Adriano Antunes Rodrigues
Daniel de Lima Cichella
Mirtes Lia Pereira Barbosa

Caçador

Eduardo Nascimento Pires
Jaison Schinaider
Jonatan Bueno da Silva
Priscilla Canalli Caramori Maffessoni
Rodrigo Acácio Paggi

Canoinhas

Francis Saibel
João Lemos
Josiane Lima dos Santos
Juliete Alves dos Santos Linkowski
William Sadao Hasegawa

⁶ Portarias emitidas pelos câmpus. Os câmpus Criciúma, Jaraguá do Sul-Rau e Joinville relataram que não emitiram portaria, mas informaram os nomes dos elaboradores do plano.

Chapecó

Eliandro Luiz Minski
Gerson Witte
Ilca Maria Ferrari Giiiggi
José Alvício Ritter Filho
José Otávio Sorato
Leandro Damiano Viana
Marta Elisa Bringhenti
Renato Luís Bergamo
Suzemara da Rosa Rosso

Criciúma

André Michels
Daniel Comin da Silva
Elder Comin Perraro
Gilmara Pereira Demboski
Giovana Letícia Milaneze
Lucas Dominguíni

Florianópolis

Aloísio Silva Júnior
Ana Paula Pupo Correia
Elon José Lenzi
Giovani Cavalheiro Nogueira
Luiz Carlos Martins
Marco Antônio Neiva Koslosky
Murilo de Souza Nunes

Florianópolis-Continente

Caio Alexandre Martini Monti
Jane Parisenti
João Paulo Nunes da Silva

Garopaba

André Luiz Silva de Moraes
Antônio Luiz Schalata Pacheco Filho
Claudinei Turra
Fernanda Pimentel Pacheco
Lenir Terezinha Zanuzzo
Sabrina Moro Villela Pacheco

Gaspar

Ana Paula Kuczmynda da Silveira
Carlos Giovanni Alves Ledra
Diogo Jeferson dos Santos
Gláucia Marian Tenfen
Kleyton da Silva
Luiz Andrei Potter Tonin
Nilson de Souza Leal

Itajaí

Carlos Alberto Souza
Cássio Aurélio Suski
Luiz Anfrei Potter Tonin
Patrícia Oliveira Rebelo Leite

Jaraguá do Sul - Centro

Cátia Regina Barp Machado
Jaison Vieira da Maia
Rejane Maria Silva Graciosa

Jaraguá do Sul- Rau

Délcio Luís Demarchi
Eduardo Evangelista
Loiraci Ribeiro Carvalho

Joinville

Déborah Rejane Magno Ribas

Lages

Geancarlo Vieira Werner
Luciana Velho
Thiago Meneghel Rodrigues

Palhoça Bilingue

Carmem Cristina Beck
Elanir da Rosa
José Otávio Sorato
Samanta Coelho de Freitas
Simone Gonçalves de Lima da Silva

São Carlos

Carlos Augusto do Espirito Santo Júnior
Danieli de Almeida
Diogo de Àvila Anunciação
Douglas Rodrigues Saucedá
Edmilson Souza Barreto
Felipe de Marco Pessoa
Fernanda Knorst De Almeida
Gabriela Correa Da Silva
Gabriela Perdona
Israel da Silva Mota
Jean Carlos Triches
Juliana Karem Fonseca Coutinho
Luiz Alberto Radavelli
Mateus Potrich Belle
Mauro Fernando Normberg Bohm
Raimundo José de Sousa Castro

São José

Alexandre Sardá Vieira
Marcos Dorval Schmitz
Saul Silva Caetano

São Lourenço do Oeste

Daniel Fernando Carossi
Daniel Felipe Moraes Schaurich
Daniela Bernardi

São Miguel do Oeste

Alex André Belinki
Cleone Fátima Zohler Thiesen
Diego Albino Martins
Dirce Griebeler Bruxel Werlang

Tubarão

Consuelo Aparecida Sielski Santos
Henri Carlo Belan
Robson Vieira Rodrigues
Thiago Waltrik

Urupema

Marcos Roberto Dobler Stroschein
Ana Cláudia Vieira
Samuel da Silva Machado

Xanxerê

Alex Ricardo Weber
Camila de Rocco
Carlos Alfredo Gracioli Aita
Elaine Maria Zandonai Michielin
Graciele de Oliveira Kuhn
Marcos Taras da Cunha
Rodolfo Denk Neto
Rosângela Padilha Coelho da Cruz

Este Plano de Desenvolvimento Institucional foi aprovado pelo Conselho Superior do Instituto Federal de Santa Catarina por meio da Resolução nº 7, de 4 de março de 2020.

CONSELHO SUPERIOR⁷

Reitora - Presidente

Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva - Vice-Presidente

Silvana Rosa Lisboa de Sá

Representantes do Segmento Docente

Titulares

Felipe Cintra Nunes Braga
Felipe Silveira de Souza
Fernando Domingos Zinger
Patrícia Rosa
Roberta Pasqualli

7 Composição do Conselho Superior na data da reunião de aprovação do PDI 2020-2024, 17/02/2020.

Suplentes

Ademir Goulart
Henri Carlo Belan
Maurício Gariba Júnior
Ricardo Zanchett

Representantes do Segmento Técnico-Administrativos

Titulares

Daniel Augustin Pereira
Danilo Tadachi Nishida
Idney Silva Júnior
Obértil Eleandro Máyer
Renata Ivone Garcia

Suplentes

Conrado Bach Neto Júnior
Cristiele Aparecida Petri
Danieli Arsego Oro
Juliane Bubniak Ortiz Da Boa Ventura

Representantes do Segmento Discente

Titulares

Cilmara Fregonesi da Silva
Diego Bento da Silva
Filipe Kuhnen
Leonardo Vicente Duarte
Nelson Matheus Silva da Conceição

Representantes dos Egressos

Titulares

Jéssica Andressa Neves da Silva
Paulo Roberto de Jesus

Representantes do Ministério da Educação

Titular

Odacir Antônio Zanatta (Reitor do Instituto Federal do Paraná)

Suplente

Sônia Regina De Souza Fernandes (Reitora do Instituto Federal Catarinense)

Representantes dos Diretores-Gerais

Titulares

Ana Paula Kuczmynda da Silveira
Caio Alexandre Martini Monti
Ilca Maria Ferrari Ghiggi
Lucas Dominguini
Maria Bertília Oss Giacomelli

Suplentes

Daniel Fernando Carossi
Eduardo Evangelista
Eduardo Evangelista
Thiago Meneghel Rodrigues

Representantes da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

Titular

Karina Bernardes de Oliveira Silva

Suplente

Viviane Silva da Rosa

Representantes das Federações Patronais

Titulares

Estanislau Emilio Bresolin (Fhoresc)
Fabrício Emilio Bresolin (Fiesc)

Suplentes

Adriana Paula Cassol (Fiesc)
Cláudio Costa Moreira (Fhoresc)

Representantes das Federações dos Trabalhadores

Titulares

Adriano da Cunha (Fetaesc)
Carlos Antonio Borges da Rosa (Fetessesc)

Suplentes

Ives Lopes (Fetaesc)
Tatiane de Castro (Fetessesc)

REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA

Titular

Fábio Zobot Holthausen

Suplente

Adilton Lobo

Revisão e Correções de Língua Portuguesa⁸

Fabiana Santos Fernandes – Docente do Câmpus Araranguá

Revisão e Correções de Normas da ABNT

Nilo Otani – Docente do Cerfead

Projeto Gráfico e Diagramação

Glauco José Ribeiro Borges – Programador Visual (Dircom)

⁸ A Portaria da Reitora nº 1.977 do ano de 2019 designou os 2 revisores, de Língua Portuguesa e de Normas da ABNT.

MENSAGEM DA REITORA

O Instituto Federal de Santa Catarina apresenta à comunidade o seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional, o PDI 2020-2024, e reitera aqui seu compromisso com a educação profissional pública de qualidade. Em um momento em que as instituições públicas precisam mostrar a força do seu impacto social, nada melhor do que um planejamento consistente e capaz de guiar o trabalho de todos, servidores e gestores. Por lei, precisamos ter este plano formalizado; mas, muito além do que cumprir uma legislação por sermos uma instituição de Ensino Superior, construímos um PDI como instrumento que nos dá base para atuar em prol de uma sociedade que tanto carece de educação pública de excelência.

Com a característica de construção coletiva que faz parte dos nossos processos, o PDI 2020-2024 do IFSC foi desenvolvido a partir de uma profunda análise do que temos feito enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e do quanto precisamos e podemos avançar para seguirmos cumprindo nossa missão de promover a inclusão e formar cidadãos, transformando a sociedade. Este olhar para o futuro resultou em avanços neste novo PDI em relação ao anterior. Destaco a integração da Cadeia de Valor, a apresentação de um Projeto Pedagógico Institucional mais coeso, um Plano Estratégico mais focado, consistente e embasado em análise ambiental interna e externa, bem como um Plano de Oferta de Cursos e Vagas com otimização do quadro docente e critérios de priorização de novas vagas. Além disso, baseado em uma avaliação de ambientes e acessibilidade espacial, agora temos um Plano Quinquenal de Infraestrutura mais concreto e realista. Incluímos, ainda, o Projeto de Acervo Acadêmico Digital e um capítulo destacando a importância da avaliação institucional e do Relatório de Gestão, bem como fornecendo orientações para o acompanhamento das estratégias e planos de ação para suporte à implementação da estratégia.

Acreditamos nesta ferramenta de trabalho porque entendemos que só com muito embasamento técnico e planejamento é que podemos atuar e avançar em uma instituição em crescimento e consolidação, tão necessária para nosso País se desenvolver e se transformar. Nossa sociedade está consciente de que a educação é o único caminho para o desenvolvimento social e econômico.

Este documento é uma demonstração da complexidade do nosso Instituto e do desafio que é fazer a gestão de tamanha comunidade acadêmica, que ultrapassa a marca de 50 mil alunos atendidos presencialmente em 22 câmpus e pelo ensino a distância. Mais do que um plano a ser seguido por nossos 2,6 mil servidores nos próximos anos, este PDI é um compromisso que assumimos como instituição pública, ciente do nosso papel e com o orgulho de contribuir para a construção de um País com menos desigualdade e mais conhecimento. Que possamos seguir fazendo o nosso trabalho e dando oportunidade a quem mais precisa. Vamos juntos!

Maria Clara Kaschny Schneider
Reitora do IFSC

A young woman with dark hair, smiling warmly, is the central focus of the image. She is wearing a dark top with a white collar. The background is a blurred bookshelf filled with books. The entire image has a teal/cyan color cast. Overlaid on the image are several white, thin-lined geometric shapes: a large circle on the right side, a large triangle on the left side, and several smaller triangles and polygons scattered across the woman's face and the background. The word 'APRESENTAÇÃO' is written in a bold, white, sans-serif font across the middle of the image, partially overlapping the woman's face and the geometric shapes.

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Mais do que uma atribuição, planejar é um dever do gestor público para com a sociedade. Em uma instituição que traz a gestão democrática e participativa impressa em sua cultura, planejar é função de todos os seus servidores, agentes públicos que são. Por isso, o primeiro dos princípios da gestão democrática dados pelo artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Enquanto o Projeto Político-Pedagógico de uma escola é, na visão de Danilo Gandin, o documento que apresenta a tríade **Marco Referencial, Diagnóstico e Programação** ou, como definido por José Carlos Libâneo, “o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) exige que as instituições de ensino superior e, por consequência, os Institutos Federais, tenham no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) seu principal instrumento de planejamento a cada ciclo de 5 anos.

Conforme o Manual de Conceitos para as Bases de Dados do Ministério da Educação sobre Educação Superior, anexo à Portaria MEC nº 21/2017, o PDI é o documento

em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento.

Este novo PDI do IFSC está estruturado em 10 capítulos, com seu conteúdo organizado e redigido no intuito de proporcionar ao leitor uma boa compreensão tanto do todo quanto isoladamente de cada uma de suas partes, ao mesmo tempo que atende aos itens exigidos pelo artigo 21 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Abrindo o PDI, o **Capítulo 1 – Perfil Institucional** introduz o IFSC ao leitor ao sintetizar nosso marco legal, histórico, abrangência, áreas de atuação e indicadores do porte da instituição, além de mostrar nossas declarações de Missão, Visão e Valores. A apresentação geral da instituição à sociedade segue no **Capítulo 2 - Organização Administrativa**, que resume a estrutura organizacional e destaca nossos órgãos colegiados.

Junto aos principais elementos da identidade institucional mostrados no Capítulo 1, o **Capítulo 3 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** forma o Marco Referencial do IFSC, ao apresentar nossas concepções, características, diretrizes e políticas sobre educação, abordando ensino, pesquisa, extensão, assuntos estudantis e gestão. Na sequência do PPI, o **Capítulo 4 – Educação a Distância** concentra informações sobre legislação, trajetória, abrangência e modelos de oferta dessa modalidade de ensino no IFSC, em atenção ao disposto no Decreto nº 9.235/2017.

Finalizando a parte do PDI destinada a retratar a atualidade e a identidade da instituição, o **Capítulo 5 - Capacidade e Sustentabilidade Financeira** versa sobre a origem e a gestão dos recursos orçamentário-financeiros que suportam nosso funcionamento e atuação junto à sociedade.

Os quatro capítulos seguintes se propõem a apresentar o Diagnóstico e a Programação para se desenvolver a proposta pedagógica, cumprir a Missão institucional e realizar a Visão de futuro.

O **Capítulo 6 - Planejamento Estratégico Institucional (PEI)** introduz conceitos fundamentais à compreensão das diferentes dimensões do planejamento no IFSC, apresenta a

análise ambiental usada como diagnóstico para a dimensão estratégica do planejamento e define 18 Objetivos Estratégicos que, com seus respectivos indicadores, metas e iniciativas, lançam as bases para a programação nas demais dimensões do planejamento institucional.

Os cursos com oferta corrente ou com previsão de abertura no próximo quinquênio são apresentados no **Capítulo 7 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV)**. Esse detalhamento da dimensão tática do planejamento no âmbito mais intrínseco a uma instituição de ensino, também mostra como o IFSC vai cumprir as metas legais associadas ao Plano Nacional de Educação, à Lei de Criação dos Institutos Federais e ao Decreto do Proeja.

As primeiras seções do **Capítulo 8 - Organização e Gestão de Pessoal**, descrevem os perfis do corpo docente e do corpo técnico-administrativo do IFSC e tratam de assuntos de ordem mais operacional, conforme exigido pelo Decreto nº 9.235/2017. A sua última seção traz o **Plano de Expansão do Quadro de Pessoal**, que além dos atuais quadros de servidores, apresenta a demanda de vagas de docentes e técnico-administrativos para que cada unidade possa executar a oferta de cursos prevista no POCV, assim como os critérios de priorização da destinação interna das vagas previstas para o IFSC na Portaria MEC nº 246 de 15 de abril de 2016.

Também com o objetivo de programar a instituição para o suporte das ofertas de cursos, além das demais atividades acadêmicas e administrativas, o **Capítulo 9 – Infraestrutura** é organizado em quatro seções. Na primeira, diagnóstico quantitativo e qualitativo dos ambientes e instalações, com destaque para as bibliotecas, laboratórios e condições de acessibilidade espacial. Na segunda seção, as diretrizes para atualização e ampliação da infraestrutura que foram utilizadas para a elaboração da terceira seção: o **Plano Quinquenal de Infraestrutura (PQInfra)**. Este plano de ordem tática é uma novidade em relação ao PDI anterior, dando a cada câmpus, e demais unidades, uma visão de longo prazo de suas demandas, norteadoras dos ciclos anuais de planejamento operacional. A quarta seção traz outra novidade, o **Projeto de Acervo Acadêmico Digital**, exigência do Decreto nº 9.235/2017 em função da transformação digital dos serviços públicos.

Encerrando o PDI, o **Capítulo 10** delinea formas de **implementação, acompanhamento, avaliação e revisão** do documento, destacando os papéis da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e demais atores dos processos de planejamento e avaliação institucional, pois mais importante do que fazer um PDI, é construir as condições para que ele seja uma efetiva ferramenta de gestão.

Andrei Zwetsch Cavalheiro
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDI 2020-2024: UM RESUMO

A elaboração deste novo PDI teve como premissa geral a utilização do conteúdo dos capítulos centrais do PDI 2015-2019 como base, tanto por terem sido produzidos de forma participativa e aprovados de forma democrática pela comunidade do IFSC, quanto pelo resultado da avaliação técnica realizada em etapas preliminares, durante 2017 e primeiro semestre de 2018.

Coordenado por uma Comissão Central presidida pelo Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, o processo de elaboração iniciou em agosto de 2018, observando as diretrizes dadas pelo Plano Geral de Trabalho proposto pelo Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional (Copadin) e aprovado pelo Conselho Superior:

1. Manter as declarações de Missão e Visão;
2. Manter os Valores Institucionais, com revisão de suas respectivas declarações textuais e avaliação da pertinência de adição de outros, em alinhamento ao PPI;
3. Atualizar PPI conforme as diretrizes propostas no Relatório de Avaliação Técnica;
4. Revisar o Planejamento Estratégico de forma eminentemente técnica, de acordo com a Recomendação nº 03/2017/Copadin, considerando:
 - os objetivos estratégicos já alcançados ou que precisem de alteração devido à mudança de conjuntura;
 - o alinhamento com a Cadeia de Valor do IFSC;
 - a necessidade de repactuação de metas;
 - a otimização do número, descrição e modelagem dos indicadores estratégicos.
5. Atualizar e expandir o Plano de Oferta de Cursos e Vagas no limite do quantitativo de servidores previsto na Portaria MEC nº 246/2016 e em alinhamento ao PPI atualizado e à revisão dos objetivos e metas do Planejamento Estratégico;
6. Utilizar preferencialmente as instâncias já estabelecidas na instituição e considerar as atribuições regimentais de setores e demais órgãos para elaboração de conteúdo e realização de atividades de apoio, minimizando a constituição de estruturas de trabalho temporárias;
7. Planejar um fluxo de elaboração que assegure um documento com articulação sequencial entre os capítulos, evitando que trabalho em paralelo das instâncias responsáveis por minutas produza um documento fragmentado e com densidade de conteúdo desnecessária;
8. Minimizar custos com deslocamentos e eventos e lançar mão de ferramentas para a participação à distância de todos os segmentos da instituição.

Como será detalhado a seguir, a elaboração deste PDI envolveu todos os principais órgãos colegiados da instituição e todas as equipes gestoras da Reitoria e dos câmpus, em diferentes momentos e para diferentes partes do documento. As únicas estruturas temporárias instituídas foram a Comissão Central – por meio de uma expansão da composição do Copadin, a Comissão Específica do PPI, a Comissão Específica do POCV e a Assessoria Especial do PDI – em substituição a uma das coordenadorias da Diretoria de Gestão do Conhecimento, além das comissões específicas para elaboração do Plano Quinquenal de Infraestrutura dos câmpus. Ressalta-se, também, a criação do grupo dos Apoiadores Técnicos do PDI nos câmpus, composto por servidores com formação em Administração ou com experiência em planejamento estratégico e temas correlatos, por indicação dos respectivos Diretores-Gerais.

As primeiras etapas do processo de elaboração aconteceram entre agosto e dezembro de 2018. A revisão dos **Valores Institucionais** foi realizada pela Comissão Central do PDI, que propôs uma nova redação para o valor Qualidade e a inclusão de Inovação e Respeito. O **Projeto Pedagógico Institucional** foi atualizado seguindo as diretrizes do Relatório de Avaliação Técnica feito pelas equipes técnicas da Reitoria e aprovado pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). A produção da minuta coube a uma Comissão Específica, composta pelos diretores de

Ensino, Pesquisa, Extensão, Assuntos Estudantis e Gestão do Conhecimento da Reitoria, representantes do Cepe e representantes da Comissão Temática que havia elaborado o PPI vigente. Por sua vez, a revisão do **Planejamento Estratégico Institucional** começou com a elaboração das Matrizes SWOT locais dos câmpus e Cerfead, com a participação de suas respectivas equipes gestoras, CPA locais e Colegiados, em trabalho metodologicamente mediado pelos Apoiadores Técnicos do PDI. Na sequência, essas matrizes foram sistematizadas e analisadas pelos gestores e equipes técnicas da Reitoria, que completaram a etapa de análise ambiental com a construção da Matriz SWOT global do IFSC e, por meio de oficinas temáticas, a utilizaram como principal insumo para a revisão dos objetivos estratégicos vigentes no período 2015-2019.

Em fevereiro de 2019, a minuta atualizada do PPI, as propostas dos novos objetivos estratégicos e a revisão dos Valores foram submetidas a uma **consulta pública** aos quatro segmentos da comunidade. Audiências internas e externas foram realizadas pelos câmpus para discutir as propostas, preliminarmente à aprovação das contribuições coletivas de cada unidade em reunião de seus Colegiados. Paralelamente, contribuições individuais via formulário eletrônico foram recebidas diretamente pela Prodin.

O resultado da consulta pública apontou para a validação geral dos objetivos propostos e trouxe contribuições relevantes às suas declarações e descrições detalhadas, que após apreciadas pela Comissão Central, resultaram no novo **Mapa Estratégico do IFSC**. Em uma nova rodada de oficinas com os gestores e equipes técnicas da Reitoria, a revisão do **Planejamento Estratégico Institucional** foi concluída com a elaboração de indicadores, metas e iniciativas para cada objetivo. Da mesma forma, a Comissão Central e a Comissão Específica do PPI puderam completar suas tarefas quanto à revisão dos Valores e atualização do PPI.

A planificação da oferta de cursos, que já havia tido uma revisão aprovada no início de 2017 e fora expandida em 2018, passou por nova atualização entre abril e junho de 2019, no âmbito da elaboração do **Plano de Oferta de Cursos e Vagas**. Nesta etapa, os câmpus puderam propor novas ofertas com foco na Educação de Jovens e Adultos, de modo a garantir a projeção do alcance da meta legal de 10% de vagas em cursos do Proeja até 2024, assim como manter a previsão de atingimento das demais metas legais quanto à finalidade das ofertas e relação aluno-professor.

O **Capítulo 8 - Organização e Gestão de Pessoal** foi elaborado pela Diretoria de Gestão de Pessoas em conjunto com o Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas, e teve a participação da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional na articulação da seção Plano de Expansão do Quadro de Pessoal com o Plano de Oferta de Cursos e Vagas.

A elaboração do **Capítulo 9 - Infraestrutura** foi coordenada pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e contou com a participação de todos os câmpus e Reitoria em duas etapas: a) realização de levantamento e diagnóstico sobre a atual infraestrutura física e tecnológica, dos ambientes e instalações gerais, laboratórios, bibliotecas e acessibilidade espacial e b) a partir de diretrizes discutidas pelo Colégio de Dirigentes, elaboração do **Plano Quinquenal de Infraestrutura** de cada unidade da instituição, que nos Câmpus foi aprovado pelo seu respectivo Colegiado. Também participaram da elaboração dos diagnósticos e diretrizes, o Departamento de Obras e Engenharia (DOE/Diradm/Proad), a Comissão Permanente de Acessibilidade do IFSC e a Coordenadoria do Sistema de Bibliotecas Integradas (SiBI/Diren/Proen). O Grupo de Trabalho Acervo Acadêmico, foi o responsável pela elaboração do **Plano de Acervo Acadêmico Digital**.

Os capítulos **Perfil Institucional, Organização Administrativa, Educação a Distância e Capacidade e Sustentabilidade Financeira**, que não tratam de planejamento, destinando-se à apresentação de informações gerais, regulamentações e práticas atuais da instituição, foram redigidos diretamente pelas diretorias de Gestão do Conhecimento (cap. 1 e 2), do Cerfead (cap. 4) e de Administração (cap. 5). O **Capítulo 10 - Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento Institucional** foi proposto pela Diretoria de Gestão do Conhecimento da Prodin, área responsável pela promoção e coordenação dos processos de planejamento estratégico e de avaliação institucional.

Após quinze meses de elaboração, as minutas dos 10 capítulos foram submetidas a uma nova consulta pública via formulário eletrônico, para que servidores, alunos e comunidade externa pudessem contribuir para os últimos ajustes no documento, antes da apreciação pelo Consup.

Entretanto, o envolvimento da comunidade neste processo não se encerra quando da aprovação do novo documento pelo Conselho Superior. Se o PDI deve ser concebido como um documento transcendente ao organograma e às equipes gestoras, assim também deve ser lido e implementado, resultando em um plano “de estado” e não um plano “de governo”. Deve ser um documento vivo, um fio condutor de toda a ação institucional.

Por isso, convidamos a todos os servidores e estudantes do IFSC, bem como aos representantes da comunidade externa em nossos órgãos colegiados, a participarem ativamente da execução, acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024.

Deizi Paula Giusti Consoni

Diretora de Gestão do Conhecimento

Oizes Vieira Mendes

Coordenador de Planejamento e Avaliação Institucional

Mariana Feminella Veiga Sampietro

Assessora Especial do PDI

Sumário geral

CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	37
CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	49
CAPÍTULO 3 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	60
CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	93
CAPÍTULO 5 - CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	104
CAPÍTULO 6 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL.....	113
CAPÍTULO 7 - PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS	148
CAPÍTULO 8 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL	209
CAPÍTULO 9 - INFRAESTRUTURA.....	222
CAPÍTULO 10 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	307

Lista de abreviaturas e siglas

AACR	Código de Catalogação Anglo-Americano
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AVEA	Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
BPeq	Banco de Professor Equivalente
BSC	Balanced Scorecard
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAD	Comissão Central de Avaliação de Documentos
CCADS	Comissão Central de Avaliação de Documentos Sigilosos
CCD	Código de Classificação de Documentos de Arquivo
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDP	Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas
CEB	Câmara de Educação Básica
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
Cenesp	Centro Nacional de Educação Especial
Cepe	Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
Cepeg	Centro Politécnico Geraldo Wernighaus
Cerfead	Centro de Referência em Formação e Educação a Distância
CES	Câmara de Educação Superior
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
Cips	Comissão de Integração dos Programas Sociais
CIS	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
CLAA	Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial
CNE	Conselho Nacional de Educação
Codir	Colégio de Dirigentes
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Consup	Conselho Superior
Copadin	Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPL	Comissão Permanente de Licitações
CPlan	Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional
CPPAR	Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTIC	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
DDR	Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DGC	Diretoria de Gestão do Conhecimento
DOU	Diário Oficial da União
DPE	Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica
DTIC	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
e-Tec	Escola Técnica Aberta do Brasil
EaD	Educação a distância
EBTT	Educação Básica, Técnica e Tecnológica
EGD	Estratégia de Governança Digital
Embrapii	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPE	Ensino, Pesquisa e Extensão
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FCC	Função Comissionada de Coordenação de Curso
FEC	Fator de Esforço de Curso
FECH	Fator de Equiparação de Carga Horária
Forplan	Fórum de Pró-reitores de Administração e Planejamento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IRLCT	Índice de Redução de Lacuna Média de Competência Técnica
ITCD	Índice de Titulação do Corpo Docente
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Acessibilidade Educacional
Napne	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NBR	Norma Técnica Brasileira
NDE	Núcleo Docente Estruturante
Nead	Núcleo de Educação a Distância
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAT	Plano Anual de Trabalho
PCCTAE	Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
Petic	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGF	Procuradoria-Geral Federal
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNE	Plano Nacional de Educação
POCV	Plano de Oferta de Cursos e Vagas
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPE	Plano Estratégico de Permanência e Êxito
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PQInfra	Plano Quinquenal de Infraestrutura
Proad	Pró-reitoria de Administração
Prodin	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos
Proen	Pró-reitoria de Ensino
Proex	Pró-reitoria de Extensão
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Proppi	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

QRSTAE	Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RAP	Relação Aluno por Professor
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RDC-Arq	Repositório Arquivístico Digital Confiável
Reditec	Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
RT	Retribuição por Titulação
SC	Santa Catarina
Seed	Secretaria de Educação a Distância
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Siape	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SiBI	Sistemas de Bibliotecas Integradas
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
Sigad	Sistema Informatizado de Gestão de Documentos
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
Sispes	Sistema Esplanada Sustentável
Sistec	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SWOT	Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TTD	Tabela de Temporalidade de Documentos
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UG-E	Unidade Gestora Executora
UG-R	Unidade Gestora Responsável
Unai	Unidade de Auditoria Interna
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Lista de figuras

Figura 1.1 - Distribuição dos câmpus do IFSC no mapa de Santa Catarina	39
Figura 1.2 - Histórico do IFSC.....	42
Figura 1.3 - Cadeia de Valor do IFSC	45
Figura 1.4 - Relação entre os níveis de detalhamento do mapeamento	46
Figura 2.1 - Organograma da Reitoria.....	52
Figura 2.2 - Organograma do Gabinete do Reitor.....	53
Figura 2.3 - Organograma da Pró-Reitoria de Administração.....	54
Figura 2.4 - Organograma da Prodin.....	54
Figura 2.5 - Organograma da Proen	55
Figura 2.6 - Organograma da Proex.....	55
Figura 2.7 - Organograma da Proppi.....	56
Figura 2.8 - Organograma Básico de um Câmpus.....	58
Figura 2.9 - Organograma resumido Cerfead.....	59
Figura 4.1 - Institucionalização da Educação a Distância no IFSC.....	96
Figura 6.1 - Dimensões do planejamento institucional no IFSC.....	116
Figura 6.2 - Matriz SWOT.....	117
Figura 6.3 - Matriz Swot Cruzada do IFSC.....	121
Figura 6.4 - Mapa Estratégico do IFSC	127
Figura 7.1 - Evolução da composição da oferta de cursos EaD conforme a Capacidade de Matrículas Equivalentes por tipo de curso no período 2020-2024.....	158
Figura 7.2 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Araranguá.....	163
Figura 7.3 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Canoinhas.....	165
Figura 7.4 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Chapecó	167
Figura 7.5 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Caçador	169
Figura 7.6 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no Cerfead	171
Figura 7.8 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Florianópolis-Continente.....	175
Figura 7.9 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Florianópolis.....	178
Figura 7.10 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Gaspar.....	180

Figura 7.11 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Garopaba.....	182
Figura 7.12 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Itajaí	184
Figura 7.13 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Jaraguá do Sul-Centro	186
Figura 7.14: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Jaraguá do Sul-Rau	188
Figura 7.15: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Joinville.....	190
Figura 7.16: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Lages....	192
Figura 7.17: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Palhoça Bilíngue	194
Figura 7.18 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus São Carlos.....	196
Figura 7.19: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus São José.....	198
Figura 7.20 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus São Lourenço do Oeste.....	200
Figura 7.21 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus São Miguel do Oeste	202
Figura 7.22 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Tubarão	204
Figura 7.23 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Urupema.....	206
Figura 7.24 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Xanxerê.....	208
Figura 8.1 - Titulação do corpo docente do IFSC.....	211
Figura 8.2 - Titulação dos servidores TAE do IFSC.....	213
Figura 10.1: Ciclo do Desenvolvimento Institucional.....	309
Figura 10.2: Componentes do Plano Anual de Trabalho.....	310
Figura 10.3: Fase de execução no ciclo de desenvolvimento institucional.....	311
Figura 10.4: Sistema de Avaliação Institucional.....	312
Figura 10.5: Estrutura do Processo Avaliativo das IES (SINAES).....	313
Figura 10.6: Etapas do Processo de Autoavaliação Institucional.....	314
Figura 10.7 - Inter-relacionamento dos elementos da identidade institucional.....	321

Lista de tabelas

Tabela 5.1 - Limites orçamentários do IFSC em 2019.....	107
Tabela 5.2 - Série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias.....	110

Lista de quadros

Quadro 1.1 - Evolução do IFSC em números no último quinquênio.....	48
Quadro 2.1 - Comitês, Comissões Permanentes e Conselhos.....	57
Quadro 4.1 - Núcleos de Educação a Distância do IFSC.....	98
Quadro 4.2 - Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) credenciados pela Capes com ofertas do IFSC em 2019 e com ofertas autorizadas para 2020.....	99
Quadro 4.3 - Modelo institucional de oferta de educação a distância (modelo 1).....	100
Quadro 4.4 - Modelo institucional de oferta de educação a distância (modelo 2).....	101
Quadro 4.5 - Modelo institucional de oferta de educação a distância (modelo 3).....	101
Quadro 4.6 - Modelo de oferta de educação a distância via UAB (modelo 4).....	103
Quadro 6.1 - Forças do IFSC conforme Matriz SWOT global.....	118
Quadro 6.2 - Fraquezas do IFSC conforme Matriz SWOT global.....	118
Quadro 6.3 - Oportunidades para o IFSC conforme Matriz SWOT global.....	119
Quadro 6.4 - Ameaças ao IFSC conforme Matriz SWOT global.....	119
Quadro 6.5 - Relação dos Objetivos Estratégicos com a Matriz SWOT.....	123
Quadro 6.6 - Indicadores estratégicos dos objetivos da perspectiva Alunos e Sociedade.....	128
Quadro 6.7 - Indicadores estratégicos dos objetivos da perspectiva Processos Internos.....	128
Quadro 6.8 - Indicadores estratégicos dos objetivos da perspectiva Pessoas e Conhecimento.....	129
Quadro 6.9 - Iniciativas estratégicas dos objetivos da perspectiva Processos Internos.....	130
Quadro 6.10 - Iniciativas estratégicas dos objetivos da perspectiva Pessoas e Conhecimento.....	131
Quadro 6.11 - Metas do objetivo estratégico de TIC 01.....	132
Quadro 6.12 - Metas do objetivo estratégico de TIC 02.....	132
Quadro 6.13 - Metas do objetivo estratégico de TIC 03.....	132
Quadro 6.14 - Metas do objetivo estratégico de TIC 04.....	133
Quadro 6.15 - Metas do objetivo estratégico de TIC 05.....	133
Quadro 6.16 - Metas do objetivo estratégico de TIC 06.....	133
Quadro 6.17 - Metas do objetivo estratégico de TIC 07.....	134
Quadro 6.18 - Metas do objetivo estratégico de TIC 08.....	134
Quadro 6.19 - Metas do objetivo estratégico de TIC 09.....	134
Quadro 7.1 - Exemplo do cálculo dos indicadores a partir das vagas ofertadas para um determinado curso.....	152
Quadro 7.2 - Capacidade de Matrículas (CMat) e Capacidade de Matrículas Equivalentes (CMateq) da oferta total do IFSC projetadas para 2024.....	153

Quadro 7.3 - Evolução das vagas de ingresso (VIng) e número de cursos da oferta total do IFSC projetada para o período 2020-2024.	154
Quadro 7.4 - Evolução da distribuição da oferta total do IFSC quanto às finalidades legais projetada para o período 2020-2024, medida pela Capacidade de Matrículas-Equivalentes.	155
Quadro 7.5 - Distribuição da oferta quanto à finalidade legal projetada para 2024, por unidade acadêmica, medida pela Capacidade de Matrículas-Equivalentes.....	156
Quadro 7.6 - Distribuição da oferta quanto à modalidade de ensino projetada para 2024, medida pela Capacidade de Matrículas Equivalentes.	157
Quadro 7.7 - Relação Aluno-Professor projetada para as unidades acadêmicas em 2024, medida pela Capacidade de Matrículas-Equivalentes.	159
Quadro 7.8 - Legenda das informações sobre cursos constantes dos quadros de oferta	161
Quadro 7.9 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Araranguá.....	162
Quadro 7.10 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Araranguá.....	163
Quadro 7.11 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Araranguá.....	163
Quadro 7.12 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Canoinhas	164
Quadro 7.13 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Canoinhas	165
Quadro 7.14 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Canoinhas.....	165
Quadro 7.15 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Chapecó.....	166
Quadro 7.16 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Chapecó.....	167
Quadro 7.17 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Chapecó	167
Quadro 7.18 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Caçador.....	168
Quadro 7.19 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Caçador.....	169
Quadro 7.20 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Caçador	169
Quadro 7.21 - Cursos e vagas da oferta regular do Cerfead.....	170
Quadro 7.22 - cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do Cerfead.....	171
Quadro 7.23 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no Cerfead.....	171
Quadro 7.24 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Criciúma	172
Quadro 7.25 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Criciúma	173
Quadro 7.26 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Criciúma.....	173
Quadro 7.27 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Florianópolis-Continente	174
Quadro 7.29 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Florianópolis-Continente.....	175

Quadro 7.30 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Florianópolis.....	176
Quadro 7.31 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Florianópolis.....	178
Quadro 7.32 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Florianópolis.....	178
Quadro 7.33 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Gaspar.....	179
Quadro 7.34 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Gaspar.....	180
Quadro 7.35 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Gaspar.....	180
Quadro 7.36 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Garopaba.....	181
Quadro 7.37 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Garopaba.....	182
Quadro 7.38 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Garopaba.....	182
Quadro 7.39 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Itajaí.....	183
Quadro 7.40 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Itajaí.....	183
Quadro 7.41 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Itajaí.....	184
Quadro 7.42 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Jaraguá do Sul-Centro.....	185
Quadro 7.43 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Jaraguá do Sul-Centro.....	186
Quadro 7.44 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Jaraguá do Sul-Centro.....	186
Quadro 7.45: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Jaraguá do Sul-Rau.....	187
Quadro 7.46: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Jaraguá do Sul-Rau.....	188
Quadro 7.47: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Jaraguá do Sul-Rau.....	188
Quadro 7.48: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Joinville.....	189
Quadro 7.49: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Joinville.....	190
Quadro 7.50: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Joinville.....	190
Quadro 7.51: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Lages.....	191
Quadro 7.52: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Lages.....	192
Quadro 7.53: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Lages.....	192
Quadro 7.54: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Palhoça Bilíngue.....	193
Quadro 7.55: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Palhoça Bilíngue.....	194
Quadro 7.56: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Palhoça Bilíngue.....	194
Quadro 7.57: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus São Carlos.....	195

Quadro 7.58: cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus São Carlos.....	196
Quadro 7.59: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus no câmpus São Carlos.....	196
Quadro 7.60: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus São José.....	197
Quadro 7.61: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus São José.....	198
Quadro 7.62: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus São José.....	198
Quadro 7.63 - cursos e vagas da oferta regular do câmpus São Lourenço do Oeste.....	199
Quadro 7.64 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus São Lourenço do Oeste.....	200
Quadro 7.65 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus São Lourenço do Oeste.....	200
Quadro 7.66 - cursos e vagas da oferta regular do câmpus São Miguel do Oeste.....	201
Quadro 7.67 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus São Miguel do Oeste.....	202
Quadro 7.68 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus São Miguel do Oeste.....	202
Quadro 7.69 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Tubarão.....	203
Quadro 7.70 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Tubarão.....	204
Quadro 7.71 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Tubarão.....	204
Quadro 7.72 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Urupema.....	205
Quadro 7.73 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Urupema.....	206
Quadro 7.74 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Urupema.....	206
Quadro 7.75 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Xanxerê.....	207
Quadro 7.76 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Xanxerê.....	208
Quadro 7.77 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Xanxerê.....	208
Quadro 8.1 - Aplicação do modelo de dimensionamento de cargos da Portaria 246/2016/Setec/MEC ao IFSC.....	216
Quadro 8.2 - Evolução do quadro de vagas docentes durante a vigência do PDI 2015-2019.....	217
Quadro 8.3 - Demanda por vagas de professores para execução do POCV.....	218
Quadro 8.4 - Quadro de vagas servidores técnico-administrativos projetado até 2024.....	220
Quadro 9.1 - Planilha-modelo para diagnóstico de infraestrutura dos câmpus.....	225
Quadro 9.2 - Horários de atendimento e acervo das Bibliotecas do IFSC.....	227
Quadro 9.3 - Levantamento dos laudos de acessibilidade das unidades do IFSC.....	230

Quadro 9.4 - Planilha-modelo para elaboração do Plano Quinquenal de Infraestrutura	236
Quadro 9.5 - Fonte de Recurso - Plano Quinquenal de Infraestrutura.....	236
Quadro 9.6 - Tipo de item - Plano Quinquenal de Infraestrutura	237
Quadro 9.7 - Origem da Demanda - Plano Quinquenal de Infraestrutura	237
Quadro 9.8 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Araranguá a Florianópolis-Continente.....	242
Quadro 9.9 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Florianópolis a Jaraguá do Sul-Rau.....	243
Quadro 9.10 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Joinville a São Lourenço do Oeste.....	244
Quadro 9.11 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus São Miguel do Oeste a Xanxerê.....	245
Quadro 9.12 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura: Câmpus Araranguá a Gaspar	246
Quadro 9.13 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura: Câmpus Garopaba a São Carlos.....	247
Quadro 9.14 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura Câmpus São José a Xanxerê.....	248
Quadro 9.15 - Diagnóstico Quantitativo e Qualitativo Infraestrutura da Reitoria.....	249
Quadro 9.16 - Diagnóstico Quantitativo e Qualitativo Infraestrutura do Cerfeed	250
Quadro 9.17 - Laboratórios Câmpus Araranguá	251
Quadro 9.18 - Laboratórios Câmpus Caçador	252
Quadro 9.19 - Laboratórios Câmpus Canoinhas.....	253
Quadro 9.20 - Laboratórios Câmpus Chapecó.....	254
Quadro 9.21 - Laboratórios Câmpus Criciúma.....	255
Quadro 9.22 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Construção Civil.....	256
Quadro 9.23 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Eletrônica.....	256
Quadro 9.24 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Eletrotécnica.....	257
Quadro 9.25 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência.....	258
Quadro 9.26 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Metal-Mecânica.....	259
Quadro 9.27 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Saúde e Serviços.....	260
Quadro 9.28 - Laboratórios Câmpus Florianópolis-Continente.....	261
Quadro 9.29 - Laboratórios Câmpus Garopaba.....	262
Quadro 9.30 - Laboratórios Câmpus Gaspar.....	263
Quadro 9.31 - Laboratórios Câmpus Itajaí	264
Quadro 9.32 - Laboratórios Câmpus Jaraguá do Sul-Centro	265
Quadro 9.33 - Laboratórios Câmpus Jaraguá do Sul-Rau	266
Quadro 9.34 - Laboratórios Câmpus Joinville.....	267

Quadro 9.35 - Laboratórios Câmpus Lages.....	268
Quadro 9.36 - Laboratórios Câmpus Palhoça Bilíngue.....	269
Quadro 9.37 - Laboratórios Câmpus São Carlos.....	270
Quadro 9.38 - Laboratórios Câmpus São José.....	271
Quadro 9.39 - Laboratórios Avançado São Lourenço do Oeste.....	272
Quadro 9.40 - Laboratórios Câmpus São Miguel do Oeste.....	273
Quadro 9.41 - Laboratórios Câmpus Tubarão.....	274
Quadro 9.42 - Laboratórios Câmpus Urupema.....	275
Quadro 9.43 - Laboratórios Câmpus Xanxerê.....	276
Quadro 9.44 - Laboratórios Cerfead.....	277
Quadro 9.45 - Diagnóstico de Infraestrutura – Bibliotecas.....	278
Quadro 9.45 - Diagnóstico de Infraestrutura – Bibliotecas (Continuação).....	279
Quadro 9.46 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Câmpus Araranguá.....	280
Quadro 9.47 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Câmpus Canoinhas.....	281
Quadro 9.48 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Caçador.....	282
Quadro 9.49 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Chapecó.....	283
Quadro 9.50 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Criciúma.....	284
Quadro 9.51 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Florianópolis.....	285
Quadro 9.51 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Florianópolis (continuação).....	286
Quadro 9.52 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Florianópolis-Continente.....	287
Quadro 9.53 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Garopaba.....	288
Quadro 9.54 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Gaspar.....	289
Quadro 9.55 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Itajaí.....	290
Quadro 9.56 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Jaraguá do Sul-Centro.....	291
Quadro 9.57 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Jaraguá do Sul-Rau.....	292
Quadro 9.58 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Joinville.....	293
Quadro 9.59 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Lages.....	294
Quadro 9.60 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Palhoça Bilíngue.....	295
Quadro 9.61 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus São Carlos.....	296
Quadro 9.62 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus São José.....	297
Quadro 9.63 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste.....	298
Quadro 9.64 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus São Miguel do Oeste.....	299
Quadro 9.65 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Tubarão.....	300
Quadro 9.66 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Urupema.....	301

Quadro 9.67 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Xanxerê.....	302
Quadro 9.68 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Reitoria.....	303
Quadro 9.69 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Cerfead.....	304
Quadro 9.70 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Polo de Inovação.....	305
Quadro 9.71 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Tecnologia da Informação e Comunicação.....	306
Quadro 10.1 - Eixos e Dimensões da autoavaliação.....	315
Quadro 10.2 - Responsáveis pela avaliação dos planos institucionais.....	316
Quadro 10.3 - Gestores dos Objetivos Estratégicos.....	318
Quadro 10.4 - Cronograma geral de revisão do PDI 2020-2024 e elaboração do próximo PDI.....	322

A photograph of four students walking away from the camera in a brightly lit hallway. The image is overlaid with a semi-transparent teal color and white geometric lines, including a large circle and several triangles. The students are wearing backpacks and casual clothing. The hallway has a tiled floor and white walls with some green accents.

CAPÍTULO 1
PERFIL
INSTITUCIONAL

SUMÁRIO DO CAPÍTULO 1

Perfil Institucional

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	38
1.2 HISTÓRICO.....	39
1.3 FINALIDADES E OBJETIVOS.....	42
1.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES	43
1.5 CADEIA DE VALOR	44
1.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	45
1.7 IFSC EM NÚMEROS	46

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica¹, (RFEPT). É uma instituição pública que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e extensão. Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”.

A instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec²), e é composta por vinte e um câmpus, um câmpus avançado, um centro de referência e um polo de inovação, além da reitoria, localizada em Florianópolis.

Seus câmpus, conforme mostrado pela Figura 1.1 são: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Jaraguá do Sul-Centro, Jaraguá do Sul-Rau³, Itajaí, Joinville, Lages, São José, Palhoça Bilíngue,⁴ São Carlos, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê, além do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste.

O Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead) vincula-se à Pró-reitoria de Ensino, como Diretoria de atividade finalística; localiza-se em Florianópolis e se articula com os câmpus para realização da oferta de educação a distância.

E por fim, o Polo de Inovação Embrapii - IFSC, está instalado no Câmpus Florianópolis; é um polo de pesquisa e inovação em Sistemas Inteligentes de Energia.



Figura 1.1 - Distribuição dos câmpus do IFSC no mapa de Santa Catarina

1 Composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, somando ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.

2 Por ser autarquia, conta com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Quanto à Setec/MEC, cabe o planejamento e o desenvolvimento de toda a Rede Federal, assim, é de sua competência prever a disponibilidade orçamentária e financeira da Rede.

3 O Câmpus Jaraguá do Sul-Rau era chamado pela comunidade de “Câmpus Geraldo Werninghaus”, por ter se originado da federalização do Centro Politécnico Geraldo Werninghaus (Cepeg). Em maio de 2016, a partir da publicação da Portaria nº 378 do MEC, que atualizou a lista de unidades da Rede Federal EPT, seu nome foi oficializado como "Câmpus Jaraguá do Sul-Rau".

4 O nome dado pela portaria de autorização de funcionamento pelo MEC é Câmpus Palhoça, porém, utiliza-se Palhoça Bilíngue como forma de reforçar para a comunidade a característica diferenciada dessa unidade e consolidar a marca de escola profissional bilíngue (libras/português).

1.2 HISTÓRICO

Embora a Rede Federal tenha sido criada em 2008, a história do IFSC remonta a 1909, quando, em Florianópolis, foi criada a **Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina**, por meio do Decreto nº 7.566/1909. Seu objetivo era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. Esse decreto instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo o país. A Escola de Aprendizes Artífices começou a funcionar em Florianópolis em 1910, em um prédio na rua Almirante Alvim, centro da Capital. Em 1920, transferiu-se para um imóvel na rua Presidente Coutinho, onde permaneceu até 1962.

Desde a origem, como Escola de Aprendizes e Artífices, até se tornar Instituto Federal, vários foram os nomes e enfoques desta instituição. Assim, atendendo à expansão industrial da época, em 1937 houve mudança no nome, bem como em seu *status*, para **Liceu Industrial de Florianópolis** e, em 1942, transformou-se em **Escola Industrial de Florianópolis**. Em agosto de 1962, a Escola Industrial de Florianópolis passou a ocupar o endereço na avenida Mauro Ramos, centro de Florianópolis, onde hoje fica o Câmpus Florianópolis. Em 1965, seguindo legislação que uniformizou a nomenclatura das instituições federais vinculadas ao então Ministério da Educação e Cultura, passou a chamar-se Escola Industrial Federal de Santa Catarina.

Após o momento de ênfase nas demandas industriais, a instituição passou pelos reflexos da extinção gradativa do curso ginasial no país. Por conseguinte, a Escola Industrial Federal de Santa Catarina transformou-se em **Escola Técnica Federal de Santa Catarina**.

Em 1988, a escola iniciou a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em São José. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias, a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado. Um ano depois, passou a ser oferecido, no município de Joinville, o Curso Técnico em Enfermagem, como extensão da Unidade Florianópolis.

Em função da lei federal que transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, um decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC). Assim, a instituição foi autorizada a oferecer cursos superiores de tecnologia (Design de Produto, Sistemas Digitais e Automação Industrial, já em 2002) e de pós-graduação *lato sensu* (Especialização em Gestão Pública, em 2004), além de cursos de qualificação profissional e de formação continuada, bem como a prática de pesquisa aplicada.

Em 2005, teve início, em todo o País, um processo de interiorização e de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Até então estava em vigor a Lei nº 9649/1998, que impedia a construção de novas escolas técnicas federais sem a parceria com os estados. A revogação dessa lei foi o primeiro entrave a ser vencido pelo MEC para dar início ao processo de expansão, o que ocorreu em 2005 com a Lei nº 11.195.

Um ano depois, como parte dessa política de criação de novas escolas técnicas no Brasil, o CEFET/SC implantou três novas unidades acadêmicas, que hoje são câmpus do IFSC. Uma delas (atual Câmpus Florianópolis-Continente) foi instalada na parte continental de Florianópolis, onde antes funcionava uma escola de gastronomia, oferecendo cursos na área de turismo e hospitalidade. As outras duas unidades foram implantadas no interior: em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, e em Joinville, no norte do estado.

Também em 2006, a instituição passou a oferecer o curso Técnico em Pesca, o primeiro em pesca marítima do país, na cidade de Itajaí, litoral norte catarinense, vinculado à Unidade Florianópolis-Continente. A sétima unidade de ensino do CEFET/SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

Em março de 2008, uma votação que envolveu professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do então CEFET/SC aprovou a transformação da instituição em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Em 29 de dezembro daquele ano, a Lei 11.892

foi sancionada e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando o Instituto Federal de Santa Catarina. A finalidade passa a ser oferta de educação profissional de nível médio, pesquisa aplicada, ensino superior (bacharelados com ênfase em engenharia e áreas técnicas, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia) e cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Em 2009, o IFSC inicia sua oferta de pós-graduação *stricto sensu*, com o Mestrado Profissional em Mecatrônica, no Câmpus Florianópolis. Ainda em 2009, iniciaram-se as primeiras aulas de cursos de qualificação no Câmpus Xanxerê. No ano de 2010, o IFSC ampliou a sua atuação no estado com mais sete câmpus: Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul-Rau e Palhoça Bilíngue – primeira escola profissional bilíngue (libras/português) da América Latina. Já em 2011, começaram as atividades em Garopaba, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a sede própria da Reitoria do IFSC, ao lado do Câmpus Florianópolis-Continente. Com a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2015, veio a construção do Câmpus Tubarão e, posteriormente, do Câmpus São Carlos e do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste, que é tutorado pelo Câmpus São Miguel do Oeste.

As experiências pioneiras na modalidade de Educação a Distância (EaD) remontam aos anos 2000, quando a Unidade São José lançava a qualificação a distância em Introdução à Refrigeração e ao Condicionamento de Ar; e 2002, com o curso de Eletrotécnica a distância na Unidade Florianópolis. Ademais, os cursos nessa modalidade vinham sendo ofertados com apoio dos programas Universidade Aberta do Brasil (UAB), ao qual o então Cefet aderiu em 2006, e da Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), com adesão em 2007.

O marco para a institucionalização da EaD no IFSC ocorreu em 2014 com a criação do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead), por meio da Resolução nº 08/2014 Consup/IFSC, sua oferta hoje abrange cursos de graduação e pós-graduação, formação continuada, além de capacitação específica de servidores. A institucionalização contou, ainda, com forte atuação dos câmpus, já que na maioria deles, 19 câmpus, há os Núcleos de Educação a Distância (Neads).

Em 2017 foi criado o Polo de Inovação Embrapii - IFSC, vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), concebido com o intuito de intensificar as atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação, em articulação com o setor produtivo. Para isso, atuam por meio da cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, com foco nas demandas empresariais, além do compartilhamento de risco na fase pré-competitiva da inovação. Trata-se de uma unidade administrativa destinada ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica. A Figura 1.2 ilustra a evolução histórica do IFSC.

A História do IFSC | Uma instituição de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Figura 12 - Histórico do IFSC.

1.3 FINALIDADES E OBJETIVOS

Os Institutos Federais têm por finalidades e características, segundo a Lei nº 11.892/2008:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

São objetivos dos Institutos Federais, segundo a Lei nº 11.892/2008:

- I. Ministrareducação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrarcursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrareducação superior:
 - a. Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

- b. Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c. Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d. Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Além das características acima, destaca-se o papel dos Institutos Federais como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, conforme art 2º da Lei nº 11.892/2008.

1.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES

As declarações de Missão, Visão e Valores são três dos elementos que constituem a identidade de uma organização, independentemente de sua área de atuação e do pertencimento à esfera pública ou privada. A Missão institucional deve ser entendida como a razão da existência da organização. No caso da administração pública, a missão é uma forma mais simples e sintética de comunicar finalidades legalmente dispostas para a organização. A Visão descreve um cenário a ser concretizado no futuro, de modo a criar sinergia e convergência de esforços na direção do que a organização entende que deve ser ou aonde quer chegar. Por sua vez, os Valores Institucionais são princípios dos quais a organização não pode abrir mão quando planejar e desenvolver sua ação, delimitando os caminhos possíveis à realização de sua visão de futuro.

Missão

Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Visão

Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Valores

- **Compromisso Social**, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.
- **Democracia**, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade.
- **Equidade**, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.
- **Ética**, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público.

- **Inovação**, pautada em práticas que estimulem ações criativas e proporcionem soluções diferenciadas à sociedade.
- **Qualidade**, pautada na entrega de valor público, oferecendo respostas efetivas às necessidades de alunos e sociedade.
- **Respeito**, pautado pela importância do diálogo no desenvolvimento das relações interpessoais.
- **Sustentabilidade**, pautada pela responsabilidade ambiental, social e econômica.

1.5 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do IFSC, instituída por meio da Portaria nº 08/2018, apresenta os macroprocessos pelos quais a instituição cumpre a sua Missão, gerando valor para os alunos e para a sociedade, conforme apresentado na Figura 1.3.

Os macroprocessos são os conjuntos de processos do mais alto nível, organizados e classificados de forma a proporcionar uma visão geral, lógica e sistêmica da instituição. Eles mantêm uma interdependência e complementaridade entre si, contribuindo de forma sinérgica para o alcance dos objetivos institucionais, garantindo o cumprimento da missão.

Os macroprocessos se classificam em três tipos:

- **Finalísticos:** são as atividades essenciais que a instituição executa para cumprir a sua missão. Recebe apoio de outros processos internos, gerando um produto ou serviço para o cliente interno ou para o aluno e a sociedade. Está diretamente relacionado ao objetivo do IFSC.
- **De Suporte:** existem para entregar valor aos processos finalísticos ou aos processos gerenciais. Apesar de não gerarem valor diretamente aos alunos e à sociedade, são fundamentais, pois estão diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento de todos os processos da instituição.
- **Gerenciais:** ligados à estratégia da instituição. Estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para se estabelecer e concretizar metas. Também se referem ao estabelecimento de indicadores de desempenho e às formas de avaliação dos resultados alcançados interna e externamente à organização. São necessários para assegurar que a instituição opere de acordo com seus objetivos e metas de desempenho.

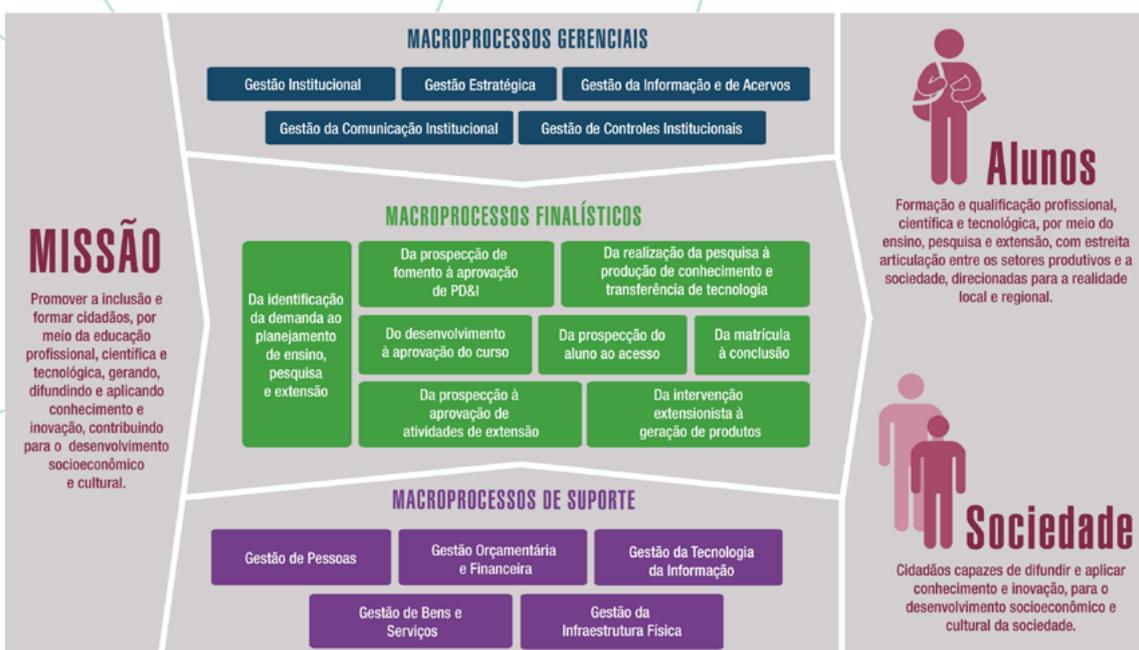


Figura 1.3 - Cadeia de Valor do IFSC

Executando esses processos, o IFSC se propõe a entregar aos alunos formação e qualificação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com estreita articulação entre os setores produtivos e a sociedade, direcionadas para a realidade local e regional, assim como se propõe a entregar para a sociedade cidadãos capazes de difundir e aplicar conhecimento e inovação, para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade.

A cadeia de valor é um instrumento básico da gestão por processos, que auxilia na tomada de decisão em alto nível. Para se realizar análises ou inferir como os processos são feitos, deve-se verificar os níveis mais baixos da arquitetura de processos (processos de negócio e processos de trabalho), disponíveis no repositório de processos do IFSC.

A linguagem de mapeamento padrão do IFSC possui quatro níveis de detalhamento. Cada nível possui seu conjunto específico de dimensões mapeadas, um público-alvo e um propósito. Os níveis estão ligados entre si por uma relação de desdobramento, ou seja, níveis mais detalhados são oriundos de níveis menos detalhados e níveis menos detalhados são agregações de níveis mais detalhados.

Os níveis são os que seguem, conforme Figura 1.4, do mais agregado para o mais detalhado:



Figura 1.4 - Relação entre os níveis de detalhamento do mapeamento

1.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A educação profissional e tecnológica caracteriza-se por estar voltada ao exercício de profissões, ou seja, dirige-se para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade. Por isso, é necessária diversidade de oferta, com cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação. A partir daí, almeja-se que o público da educação profissional e tecnológica faça o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos, e que haja convergência entre o direito à educação e o direito ao trabalho.

Para cumprir essa função social, adota-se o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O conhecimento gerado em sala de aula não deve se restringir a esse espaço, razão pela qual se busca que os alunos desenvolvam projetos de pesquisa e,

ainda, que esse conhecimento teórico e prático seja socializado por meio da extensão. Assim, a indissociabilidade prevê que ensino, pesquisa e extensão, mesmo realizados em tempos e espaços distintos, voltem-se para que se tenha cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

A oferta educativa do IFSC se organiza em itinerários formativos verticalizados desde os cursos de qualificação profissional de curta duração – mais conhecidos internamente como “cursos Formação Inicial e Continuada (FIC) – até os cursos de pós-graduação, passando pelos cursos técnicos de nível médio, que representam a maioria das matrículas e para os quais se deve reservar no mínimo 50% do total de vagas, conforme a Lei nº 11.892/2008, da criação dos Institutos Federais.

Os cursos técnicos são oferecidos de três formas: integrados, para quem deseja cursar o Ensino Médio e aprender uma profissão ao mesmo tempo; concomitantes: para quem faz o Ensino Médio em outra escola e quer estudar em um curso técnico do IFSC; e subsequentes: para quem já terminou o Ensino Médio e quer uma rápida inserção profissional ou se desenvolver em sua área de atuação profissional. Parte dos cursos técnicos integrados e concomitantes é oferecido no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), ao qual também estão ligados cursos de formação inicial integrados ou concomitantes aos níveis fundamental e médio.

Quanto aos cursos superiores, têm-se os de tecnologia, que são graduações focadas em demandas específicas do mundo do trabalho; os bacharelados, cursos de graduação mais generalistas ou abrangentes; as licenciaturas, que habilitam o aluno a exercer a docência na educação básica; e, em nível de pós-graduação, as especializações (*lato sensu*), em boa parte também voltadas à formação de formadores, e os mestrados profissionais (*stricto sensu*), que promovem a pesquisa aplicada mais diretamente às demandas da sociedade.

Além disso, dentro da política institucional de ensino de línguas, o IFSC ainda oferece cursos FIC de idiomas estrangeiros e de português para estrangeiros.

O estudante matriculado em quaisquer desses tipos de curso pode realizar também pesquisa, caracterizada como pesquisa científica e tecnológica, aliada às necessidades da sociedade. Para isso, é necessária a articulação com instituições de fomento e com o setor produtivo, visando ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento do campo científico e tecnológico do país. A pesquisa é concebida ainda como princípio educativo, com a intenção de que os estudantes voltem-se à investigação, geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas em atendimento às necessidades da comunidade.

Para estar efetivamente presente na sociedade, é preciso desenvolver atividades de extensão, por meio de programas, projetos, cursos, eventos e produtos de extensão; é quando o IFSC expande sua atuação para fora de seus prédios, chega à comunidade e realiza divulgação científica e tecnológica. A intenção aqui é dar significado aos conteúdos da sala de aula e questionar as certezas da ciência, promovendo avanços no entorno de seus câmpus. As empresas, indústrias, governos, empreendedores, autônomos e outros públicos também podem demandar atividades extensionistas ao IFSC. O diálogo entre instituto de ciência e tecnologia, sociedade civil organizada e empresariado é uma excelente forma de promoção do desenvolvimento educacional integral.

1.7 IFSC EM NÚMEROS

A evolução dos principais dados institucionais dos últimos 5 anos, como número de alunos matriculados, alunos ingressantes, concluintes, quantitativos de cursos e vagas, investimentos, número de servidores, entre outros, podem ser observados no Quadro 1.1.

Quadro 11 - Evolução do IFSC em números no último quinquênio.

INDICADORES		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Vagas de Ingresso Totais (em cursos de fomento externo ⁵)		20.430 (9.427)	23.287 (6.073)	26.892 (1.716)	30.862 (2.586)	30.184 (424)	24.033 (290)
Matrículas Totais (em cursos de fomento externo)		33.568 (12.946)	32.070 (8.430)	35.607 (5.048)	47.996 (2.804)	50.335 (2.381)	44724 (1.669)
Alunos Concluintes Totais (em cursos de fomento externo)		10.313 (5.373)	8.310 (2.786)	10.380 (1.959)	11.244 (73)	10.522 (318)	10537 (572)
Relação Aluno-Professor (matrícula individual)		25,84	26,46	31,31	33,04	34,64	31,73
Relação Matrícula-Professor (matrícula equivalente)		*6	*	*	22,71	28,72	27,89
Número de Cursos	FIC	392	441	473	399	413	280
	Técnicos	106	143	159	177	196	186
	Superiores de Tecnologia	14	20	24	28	32	33
	Bacharelados	6	9	16	19	23	23
	Licenciaturas	3	7	7	14	15	14
	Especializações	13	22	18	28	35	31
	Mestrados	1	1	2	4	6	6
Orçamento Total (R\$)		328.184.564	392.278.890	456.676.719	503.812.863	539.897.606	585.754.463
Servidores Efetivos	Docentes	1.114	1.122	1.283	1.382	1.407	1.414
	Técnico-Administrativos	969	1.069	1.135	1.197	1.161	1.138

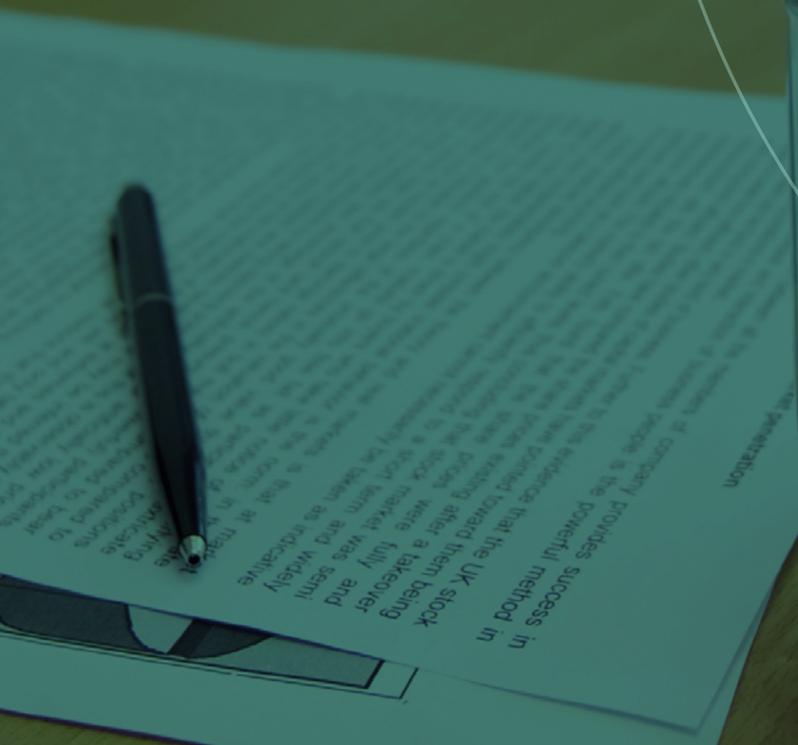
Fontes: Dados Acadêmicos: Anuário Estatístico (2014, [2015](#) e [2016](#)); Plataforma Nilo Peçanha (2018, 2019 e 2020); SIGAA (2019); SISTEC (2019). Dados Orçamentários: [Lei Orçamentária Anual](#) (2015 a 2019). Dados de Pessoal: [Relatórios de Gestão do IFSC](#) (2014 a 2018) e Plataforma Nilo Peçanha ([2020](#)).

5 Cursos custeados por programas externos ao IFSC como Pronatec, e-Tec, UAB, Proforbras.

6 Até 2016 não havia metodologia de cálculo de matrícula equivalente definida pelo MEC.

CAPÍTULO 2

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



Sumário do capítulo 2

Organização administrativa

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	51
2.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO	51
2.2.1 Conselho Superior (Consup)	51
2.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir)	52
2.3 ÓRGÃO EXECUTIVO E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – REITORIA	52
2.3.1 Gabinete do Reitor	53
2.3.2 Pró-Reitorias	53
2.4 ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO	56
2.4.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)	56
2.4.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).....	56
2.4.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)	56
2.4.4 Outros órgãos de assessoramento	57
2.5 ÓRGÃO DE CONTROLE - AUDITORIA INTERNA	57
2.6 PROCURADORIA FEDERAL	58
2.7 ÓRGÃOS DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS	58
2.7.1 Câmpus	58
2.7.2 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância.....	59
2.8 ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO DAS DIRETORIAS-GERAIS – COLEGIADOS DOS CÂMPUS	59
2.9 POLO DE INOVAÇÃO	59
2.10 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA OU TRANSPARÊNCIA À SOCIEDADE ...	59

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec). Tem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicâmpus, formada por: Reitoria, Câmpus, Câmpus Avançado, Centro de Referência e Polo de Inovação. Sua macroestrutura organizacional é composta por:

I. Órgãos Superiores da Administração

- a. Conselho Superior (Consup), de caráter deliberativo e consultivo;
- b. Colégio de Dirigentes (Codir), de caráter consultivo.

II. Órgãos Executivos e de Administração Geral

- a. Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-reitores:
 - Pró-reitoria de Administração (Proad);
 - Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin);
 - Pró-reitoria de Ensino (Proen);
 - Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas (Proex);
 - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Propi).

III. Órgãos de Assessoramento

- a. Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP):
 - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
 - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Cis);
- b. Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe);
- c. Comissão Própria de Avaliação (CPA).

IV. Órgão de Controle

- a. Unidade de Auditoria Interna (Unai)

V. Procuradoria Federal

VI. Órgãos de Atividades Finalísticas

- a. Diretorias-gerais dos câmpus;
- b. Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfeed).

VII. Órgãos de Assessoramento das Diretorias-gerais

- a. Colegiados dos câmpus

VIII. Polo de Inovação

2.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO

2.2.1 Conselho Superior (Consup)

O Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFSC. É composto por representantes da comunidade interna (docentes, discentes, técnico-administrativos e diretores-gerais dos câmpus), eleitos por seus pares, e de segmentos

ligados à educação profissional e tecnológica (sociedade civil, Secretaria de Estado da Educação, Fundação de Pesquisa do Estado de Santa Catarina e Ministério da Educação), tendo o Reitor como seu presidente. O Consup trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para reitor e diretores-gerais, entre outros. Sua estrutura, funcionamento e competências podem ser consultados no Estatuto do IFSC.

2.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir)

O Codir é um órgão de apoio ao processo decisório do IFSC, de caráter consultivo, composto pelo Reitor, seu presidente nato, pelos Pró-reitores e pelos Diretores-gerais dos câmpus. Trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária, financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos que passam pelo Codir. Sua estrutura, funcionamento e competências podem ser consultados no Estatuto do IFSC.

2.3 ÓRGÃO EXECUTIVO E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – REITORIA

À Reitoria compete a administração geral do IFSC, assessorada pelo Colégio de Dirigentes e Conselho Superior. Além disso, compete a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Bem como, coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados. E, também, planejar as estratégias de desenvolvimento da instituição e formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes, promovendo o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o Instituto Federal de Santa Catarina.

Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, o IFSC conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.1.

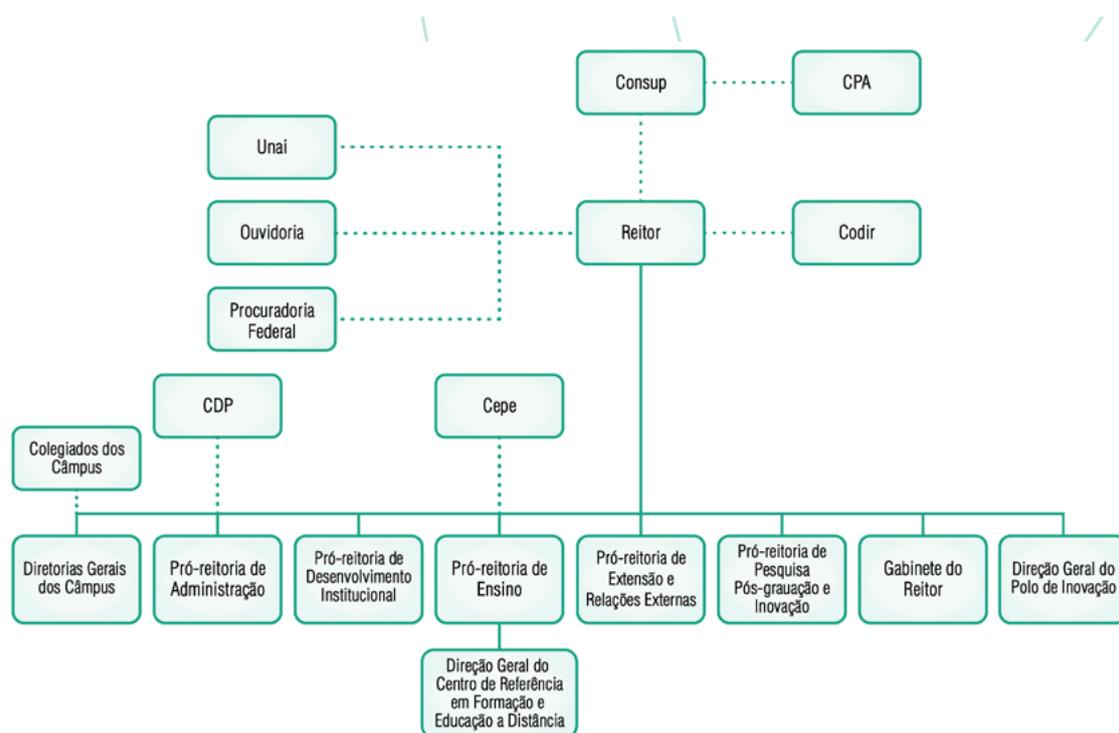


Figura 2.1 - Organograma da Reitoria

As competências referentes à estrutura acima podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC. A estrutura e as atribuições das coordenadorias e assessorias são dadas por Instrução Normativa da Reitoria.

2.3.1 Gabinete do Reitor

O Gabinete do Reitor, cuja estrutura é apresentada na Figura 2.2, é responsável por assistir a Reitora em seu relacionamento institucional e administrativo. É composto pelo Reitor, Diretoria Executiva, Assessorias e Chefia de Gabinete. Por meio da Diretoria Executiva orienta e acompanha a execução das atividades técnicas realizadas pelas áreas meio e fim. As assessorias técnicas, de correição e transparência e a assessoria de assuntos estratégicos e internacionais acompanham os processos de correição, o relacionamento internacional do IFSC e as orientações aos câmpus no que tange à aplicação da legislação vigente. Por sua vez, a Chefia de Gabinete apoia o Reitor nas suas questões administrativas.

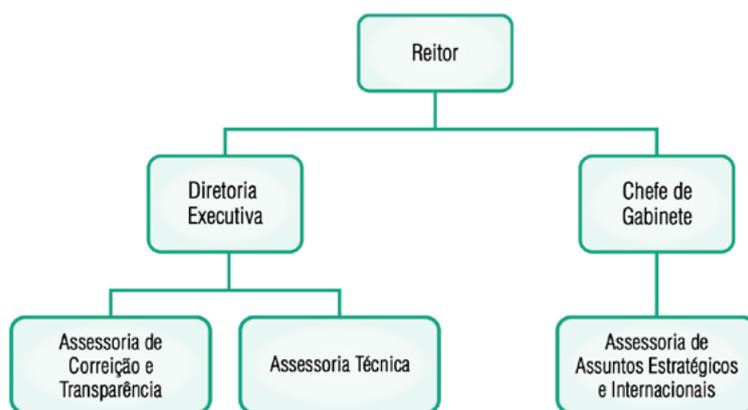


Figura 2.2 - Organograma do Gabinete do Reitor

As competências do Reitor, Diretoria Executiva e Chefia de Gabinete podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC. A estrutura e as atribuições das coordenadorias e assessorias são dadas por Instrução Normativa da Reitoria.

2.3.2 Pró-Reitorias

Todos os pró-reitores são nomeados pelo Reitor. Abaixo se destacam a estrutura resumida e principais competências de cada pró-reitoria. As competências detalhadas da estrutura apresentada podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC. A estrutura e as atribuições das coordenadorias e assessorias são dadas por Instrução Normativa da Reitoria.

Pró-Reitoria de Administração (Proad) - Compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC¹, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.3.

¹ Atualmente, a Diretoria de Gestão de Pessoas vem funcionando experimentalmente vinculada à Diretoria Executiva.

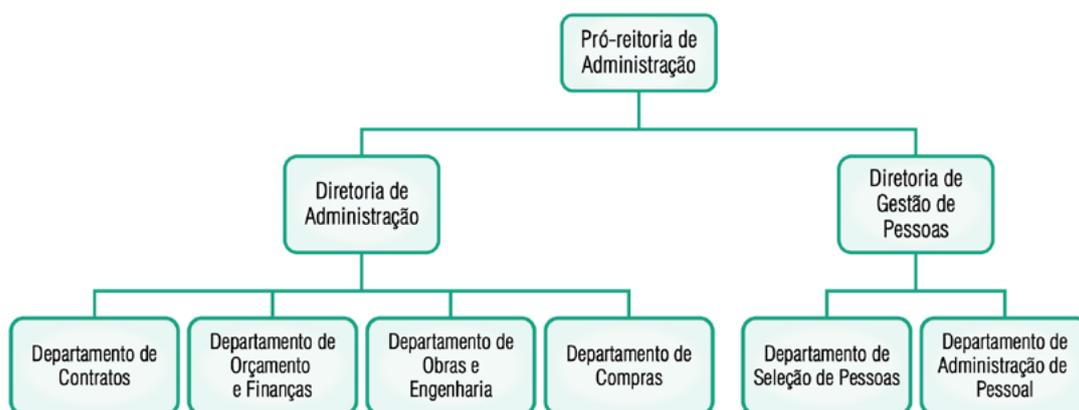


Figura 2.3 - Organograma da Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) - Compete promover a integração entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.4.

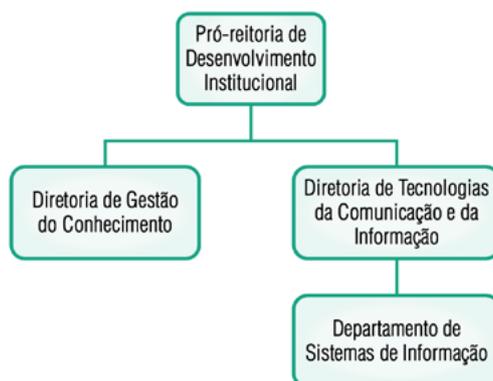


Figura 2.4 - Organograma da Prodin

Pró-Reitoria de Ensino (Proen) - Compete planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.5.



Figura 2.5 - Organograma da Proen

Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (Proex) – Compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Consup. Além disso, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.6.



Figura 2.6 - Organograma da Proex

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi) – Compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais² homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.7.

² Atualmente, a área de Assuntos Internacionais vem funcionando experimentalmente vinculada ao Gabinete da Reitoria.

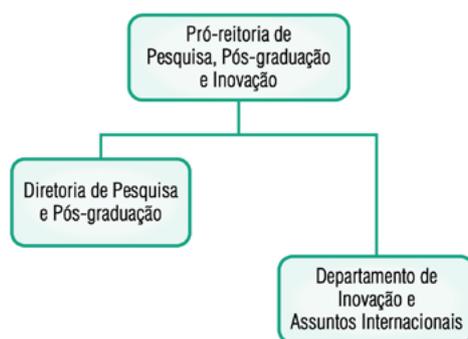


Figura 2.7 - Organograma da Proppi

2.4 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

2.4.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

O CDP é o órgão normativo e consultivo, que tem por finalidade subsidiar a Reitoria nos encaminhamentos das políticas de pessoal. É presidido pelo ocupante do cargo de Pró-reitor de Administração. Compõem, ainda, esse colegiado, na qualidade de membros natos, o Pró-reitor de Ensino, o Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e o Diretor de Gestão de Pessoas, e escolhidos pelos seus pares, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Interna de Supervisão (CIS). Sua estrutura e competências podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC.

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) - Formula os procedimentos relativos ao pessoal docente e acompanha a execução desses procedimentos. Ela é composta por três professores do quadro permanente do IFSC que estejam no efetivo exercício. Suas atribuições podem ser consultadas no Regimento Interno do CDP.

Comissão Interna de Supervisão (Cis) - Responsável por acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFSC. A comissão é composta por servidores técnicos administrativos em educação no âmbito do IFSC, e tem a função de propor, à Comissão Nacional de Supervisão, as alterações necessárias para seu aprimoramento. Suas atribuições podem ser consultadas no Regimento Interno do CDP.

2.4.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)

O Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) é um órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria no que diz respeito às políticas de ensino, pesquisa e extensão. É formado por representantes dos professores e dos técnicos administrativos; discentes; além dos pró-reitores de Ensino (presidente); de Extensão e Relações Externas; e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e dos Diretores Sistêmicos de Ensino; Pesquisa e Pós-graduação; e de Extensão. Passam pelo Cepe, por exemplo, todas as propostas de criação, reestruturação e extinção de cursos do IFSC, assim como suspensão de oferta de vagas. Sua estrutura e competências são descritas no Regimento Geral do IFSC.

2.4.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Com a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os

processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A comissão é constituída por uma comissão central, composta por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na Reitoria. As comissões locais dos câmpus são compostas por representantes docentes, discentes e técnico-administrativos, enquanto a comissão local na Reitoria é composta por representantes dos seus servidores técnico-administrativos e suas competências podem ser verificadas no Regimento Geral do IFSC.

2.4.4 Outros órgãos de assessoramento

Além dos órgãos de assessoramento previstos no Regimento Geral, o IFSC conta com um conjunto de comitês, comissões permanentes e conselhos, listados no Quadro 2.1, que auxiliam a gestão em temas específicos. Na grande maioria, sua criação está prevista na legislação que rege o tema e sua composição, funcionamento e competências podem ser verificados nas suas respectivas portarias de constituição.

Quadro 2.1 - Comitês, Comissões Permanentes e Conselhos

COMITÊS	Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial (CLAA) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) Comitê Gestor da Política de Formação Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) Comitê Permanente de Direitos Humanos Comitê Permanente de Extensão Comitê Permanente de Gestão de Crises Comitê Permanente de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
COMISSÕES PERMANENTES	Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD) Comissão Central de Avaliação de Documentos Sigilosos (CCADS) Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC (Cape Central) Comissão de Ética Comissão de Integração dos Programas Sociais (CIPS) Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade (CPAAR) Comissão Permanente de Licitações (CPL) Comissão Permanente de Licitação para elaboração e execução de Editais de Obras e Serviços de Engenharia de RDC Comissão Permanente de Pregoeiros Comissão Permanente de Processo Administrativo de Responsabilização Comissão Permanente de Estudos da Planilha de Custos e Formação de Preços
CONSELHO	Conselho Editorial

2.5 ÓRGÃO DE CONTROLE - AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é o órgão de apoio ao Reitor, supervisionada pelo Conselho Superior, responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como por prestar apoio, no âmbito do IFSC, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União. É dirigida por um Auditor-Chefe, designado pelo Reitor e atualmente está dividida em duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais.

2.6 PROCURADORIA FEDERAL

O IFSC conta com uma Procuradoria Federal vinculada à Procuradoria Geral Federal (PGF), responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

2.7 ÓRGÃOS DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS

2.7.1 Câmpus

Os câmpus do IFSC são administrados por diretores-gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos regimes estatutários, regimentais e delegações do Reitor. Sua estrutura de referência, apresentada na Figura 2.8, é composta por:

- I. Diretor-geral e Vice-diretor³;
- II. Assessoria do Diretor-geral;
- III. Diretoria ou Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV. Diretoria ou Departamento de Administração;
- V. Departamento de Assuntos Estudantis⁴;
- VI. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- VII. Coordenadoria de Registro Acadêmico;
- VIII. Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC).

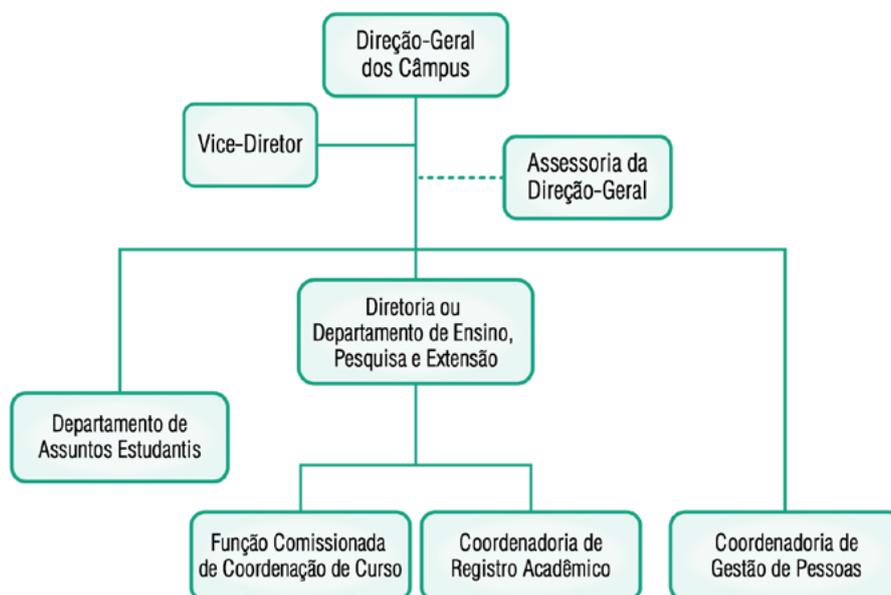


Figura 2.8 - Organograma Básico de um Câmpus

É importante destacar que a subordinação de algumas dessas unidades pode variar de câmpus para câmpus, conforme seu Regimento Interno. Além da estrutura acima, o regimento interno também deve dispor sobre as coordenações e assessorias que contemplem o

3 Apenas no Câmpus Florianópolis.

4 Até 2019, apenas nos câmpus Araranguá, Chapecó, Florianópolis-Continente, Jaraguá do Sul-Rau, Joinville e São José.

atendimento aos serviços de relações externas, comunicação social, estágios, extensão, acompanhamento de egressos, pós-graduação, pesquisa e inovação, apoio pedagógico, ingresso, secretaria acadêmica, assistência estudantil, biblioteca, acessibilidade educacional, Núcleo de Educação a Distância (Nead), áreas acadêmicas, níveis de ensino, atendimento ao Plano Nacional de Educação (PNE), tecnologia da informação e comunicação, planejamento, compras, contratos, orçamento e finanças, infraestrutura, manutenção, almoxarifado e patrimônio.

2.7.2 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância

O Cerfead é uma diretoria vinculada a Pró-reitoria de Ensino, que atua na formação para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica; gerencia e promove a institucionalização da EaD no IFSC e contribui com a formação de servidores das redes públicas de ensino.

Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, possui a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.9.



Figura 2.9 - Organograma resumido Cerfead

As competências dos órgãos que compõem a estrutura acima apresentada podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC, já a estrutura e as atribuições das coordenadorias e assessorias que complementam a estrutura da Figura 2.9, constam no Regimento Interno do Cerfead.

2.8 ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO DAS DIRETORIAS-GERAIS – COLEGIADOS DOS CÂMPUS

O Colegiado do Câmpus é órgão normativo e deliberativo por delegação do Consup, no âmbito do câmpus, de forma a assessorar o Diretor-geral, colaborando para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelando pela correta execução das políticas do IFSC. Os colegiados dos câmpus são presididos pelos diretores-gerais e têm em suas composições representantes dos servidores docentes, dos servidores técnico-administrativos em educação, dos discentes, e da sociedade civil, o Diretor ou Chefe do Departamento de Administração eo Diretor ou Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão. A estrutura e competências dos Colegiados dos Câmpus estão descritas no Regimento Geral do IFSC.

2.9 POLO DE INOVAÇÃO

O Polo de Inovação Embrapii - IFSC, vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que atua na área de Sistemas Inteligentes de Energia, fica situado no Câmpus Florianópolis e é administrado por um Diretor nomeado pelo Reitor. A estrutura e as competências das unidades organizacionais que o compõem serão apresentadas no seu Regimento Interno, que está em elaboração.



CAPÍTULO 3

**PROJETO
PEDAGÓGICO
INSTITUCIONAL**

Sumário do capítulo 3

Projeto pedagógico institucional

3.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI	62
3.2. CONCEPÇÕES NORTEADORAS	64
3.2.1. Concepção de Educação.....	64
3.2.2. Concepção de Educação Profissional e Tecnológica.....	65
3.2.3. Concepção de Currículo.....	66
3.2.4. Concepção de Avaliação.....	66
3.3. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	68
3.3.1. Caracterização do Ensino.....	68
3.3.2. Caracterização da Pesquisa.....	71
3.3.3. Caracterização da Extensão.....	74
3.3.4. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.....	77
3.3.5. Pressupostos Teóricos para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos ...	79
3.3.6. Formação de Formadores.....	80
3.4. ASSUNTOS ESTUDANTIS	80
3.4.1. Acesso.....	81
3.4.2. Permanência e Êxito.....	81
3.4.3. Pessoas com Deficiência.....	82
3.4.4. Egressos.....	84
3.5. GESTÃO	85
3.5.1. Concepções.....	85
3.5.2. Relevância.....	86
3.5.3. Princípios.....	87
3.5.4. Diretrizes.....	87
3.5.5. Políticas.....	89
3.6. REFERÊNCIAS	91

3.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) define o ideal educativo do IFSC em termos de políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Trata-se de um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, norteador dos seus processos e práticas, fundamental à construção da identidade institucional e que expressa as suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206). Este documento também se referencia na Lei nº 9.394/1996, a qual versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

Foi a Lei nº 9.394/1996 que introduziu a obrigatoriedade das instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5773/2006, revogado pelo Decreto nº 9.235/2017, trouxe a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo, nesse documento, o Projeto Pedagógico da Instituição – PPI.

Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional.

Para o ensino profissional, a Lei nº 9.394/1996 pode ser considerada um marco, pela forma global como trata o tema e pela flexibilidade que confere ao sistema e aos alunos. Essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente, e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação. Também define que a educação profissional pode ocorrer para além da escolaridade formal e para além da escola (CHRISTOPHE, 2005).

A educação profissional, na Lei nº 9.394/1996, é apresentada em um capítulo à parte da educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras legislações” sobre o tema. Propõe-se atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais”.

Em 2004, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas a partir da substituição do Decreto nº 2.208/1997, que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional, pelo Decreto nº 5.154/2004. O novo decreto confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências importantes. O documento altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

- I. Qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II. Educação profissional técnica de nível médio;
- III. Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004, Art. 3º, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o mesmo Decreto, Art. 3º, §1º, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”.

Há que se considerar também as leis e decretos que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação na rede federal de ensino, o Decreto nº 5.840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, a Portaria Interministerial nº 5/2014, que dispõe sobre a reorganização da Rede Nacional de Certificação Profissional – Rede CERTIFIC, a Resolução CEB1 nº 04/2010 e o Parecer CEB nº 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, a Resolução CEB nº 06/2012 e o Parecer CEB nº 11/2012, que definem as diretrizes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB nº 02/2012 e o Parecer CEB nº 05/2011, que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

Destacam-se, ainda, as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Indígena (Resolução CNE2/CEB nº 5/2012), a Educação Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012), a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012), a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2/2012) e as diretrizes para a Extensão na Educação Superior (Resolução CNE/CES3 nº 7/2018).

Considerando esses documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos e manifestações sociais e culturais locais.

Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento mais importante do PDI, à medida que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e é político porque remete ao compromisso social da instituição com a formação de profissionais cidadãos (MASETTO, 2012).

Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009).

A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos: unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001).

Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, de outro, a teoria, representada por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

Desse modo, o PPI se constitui como ação consciente e organizada, um instrumento que visa a orientar os desafios, todas as práticas institucionais e suas consequências. O terceiro pressuposto para a elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, por meio de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações

1 CEB – Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

2 CNE – Conselho Nacional de Educação.

3 CES – Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

O quarto pressuposto representa o desafio de incluir a comunidade nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

3.2. CONCEPÇÕES NORTEADORAS

O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC toma como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar. As concepções norteadoras explicitadas neste documento constituirão os fundamentos básicos que orientarão a formulação de diretrizes, políticas e projetos da instituição, e atuarão como bases da unidade do IFSC em seu processo de planejamento, execução e avaliação dos planos de ensino, pesquisa e extensão.

3.2.1. Concepção de Educação

Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (LIBÂNEO, 2003, p. 68). Na história sobre as correntes pedagógicas, no Brasil, deve-se situar a pedagogia histórico-crítica⁴ na perspectiva de contraposição às teorias educacionais fundamentadas na filosofia pragmática, assim como de superação àquelas teorias que compreendem a escola como aparelho reprodutor das desigualdades mais amplas da sociedade. A pedagogia histórico-crítica, com ideias de transformação da sociedade⁵, fundamenta-se nos pressupostos filosóficos do materialismo histórico, utilizando a dialética histórica⁶ como abordagem metodológica para elaboração do conhecimento e a teoria histórico-cultural⁷ como explicação sobre o processo de ensino-aprendizagem.

A educação é um fenômeno social, “portanto, a cultura e os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas” (LIBÂNEO, 2003, p. 68). Essa ideia de educação como fenômeno social norteará as relações estabelecidas pelos sujeitos da comunidade acadêmica em todos os espaços escolares.

4 A pedagogia histórico-crítica surge como corrente educacional em 1979, quando o problema de abordar dialeticamente a educação começou a ser discutido mais ampla e coletivamente. Naquele momento, procurava-se superar tanto as teorias crítico-reprodutivistas, presentes no pensamento de Althusser, Bourdieu e Passeron e Baudelot e Establet (teoria da escola como violência simbólica, como aparelho ideológico de Estado, e teoria da escola dualista), quanto as teorias não críticas (pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista). Saviani traduz com a expressão “pedagogia histórico-crítica” o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo (Ramos, 2010, p. 225-226).

5 De acordo com Ramos (2010, p. 120), “os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade”.

6 Ao tratar sobre as bases teóricas da pedagogia histórico-crítica, Saviani (2011, p. 120) diz que a dialética histórica expressa no materialismo histórico “trata-se da concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo”.

7 Sobre a teoria histórico-cultural, elaborada por Vygotsky, as funções psicológicas superiores são essencialmente humanas, originárias da interação homem-mundo-cultura, interação essa mediada por instrumentos e signos criados ao longo da história sociocultural da humanidade. Portanto, as funções psicológicas superiores terão sua dinâmica e formação e transformação assentadas na sociedade e na cultura. Nessa direção, as funções psicológicas são formadas a partir de um relacionamento entre os fatores biológicos e culturais, portanto são formadas na e pela história social dos homens (SCALCON, 2002). Cabe aqui ressaltar que os termos “homem” e “homens” devam ser ponderados com referência nos estudos sobre a colonialidade do poder (WALSH, 2012).

Diante da concepção apresentada, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social, contribui com as transformações, atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de prática diante da sociedade, da ciência e da tecnologia. Nessa perspectiva, a educação é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente com visão crítica. Mobilizar-se nessa direção significa defender, nas práticas cotidianas, os valores institucionais.

Como instituição educacional, o IFSC deve propiciar aos alunos meios para o exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Nesse sentido, o IFSC preserva e fortalece sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com oferta de educação de qualidade.

3.2.2. Concepção de Educação Profissional e Tecnológica

A proposta de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007). Entende-se que o trabalho como princípio educativo geral “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p. 13), sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltando-se para a formação do homem integral.

O que distingue a Educação Profissional das outras modalidades educacionais, conferindo-lhe papel primordial no desenvolvimento humano e social de um país, é a formação para o trabalho. O ser humano produz sua existência, em todos os sentidos, por meio do trabalho, de modo que este se tornou princípio educativo e motor da transformação individual, social e cultural.

A Educação Tecnológica, em sua essência, compartilha do mesmo pressuposto, à medida que possa ser definida como a Ciência da Técnica (VIEIRA PINTO, 2005), não se limitando, portanto, aos produtos tecnológicos, mas sim aos princípios e processos de intervenção qualificada sobre a natureza e a cultura para a produção da existência humana. Desse modo, trata-se de uma ciência humana (HAUDRICOURT, 1985), cujo objeto de estudos é a atividade consciente do indivíduo sobre a realidade e sua transformação.

Assim, a Educação Profissional e Tecnológica trata de formar os sujeitos para uma intervenção crítica, inventiva e qualificada no mundo, considerando as dimensões identitárias, culturais, sociais, éticas, estéticas e econômicas do trabalho.

Os principais documentos de referência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados com o meio ambiente.

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo de forma a superar a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

Na educação profissional, entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é, em primeiro lugar, educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador, consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade. O contexto histórico-social é dinâmico, assim como são dinâmicas as técnicas. A educação exige o desenvolvimento da capacidade de aprender e criar na busca de soluções para os problemas técnicos e socioeconômicos do seu tempo.

3.2.3. Concepção de Currículo

Conforme a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio, o currículo apresenta caráter político-pedagógico e é um instrumento de compreensão do mundo, de transformação social, que viabiliza o processo ensino-aprendizagem. Deve ser abrangente, dinâmico, apresentando o conjunto de intenções e ações que serão desenvolvidas. De acordo com Masetto (2012, p.77), o currículo é “um conjunto de conhecimentos, saberes, [...], experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem”.

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. O IFSC também se preocupa com a organização do tempo e do espaço escolar, de forma a garantir o ingresso e a permanência do aluno na instituição e o acesso ao conhecimento. Além disso, busca conhecer o processo de desenvolvimento do aluno e as características dos diferentes perfis e faixas etárias, por diferentes abordagens metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação dos sujeitos, busca-se construir um currículo interdisciplinar, que atenda ao desenvolvimento dos conhecimentos traçados a partir de situações concretas das diferentes áreas profissionais. Assim, pretende-se promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e perceber o aluno como uma totalidade.

Essa opção vai propiciar uma ação pedagógica em que se efetiva a apropriação e socialização do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar: servidores, alunos, pais/responsáveis.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim. Isso possibilitará ao aluno a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

3.2.4. Concepção de Avaliação

Avaliar é sempre uma reflexão e implica tomar decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 2003, p. 134).

A avaliação apresenta, segundo Haydt (2008), três modalidades: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica tem por objetivo obter informações sobre os conhecimentos prévios dos alunos, seus gostos, interesses, atitudes. Geralmente é usada no início de um con-

teúdo novo, de um período letivo ou de um projeto. Sobre a avaliação diagnóstica, Sanmartí (2009, p. 31) declara que

tem como objetivo fundamental analisar a situação de cada aluno antes de iniciar um determinado processo de ensino-aprendizagem, para tomar consciência (professores e alunos) dos pontos de partida, e assim poder adaptar tal processo às necessidades detectadas. Em consequência, as atividades iniciais de todo processo de ensino deveriam ter, entre outras coisas, um componente de avaliação inicial.

A avaliação formativa tem como principal objetivo acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Por meio dela, o professor enfatiza os resultados da aprendizagem e estabelece um comparativo entre os diferentes resultados obtidos pelo mesmo aluno. Sanmartí (2009, p. 33) afirma que

a avaliação mais importante para os resultados de aprendizagem é a realizada ao longo do processo de aprendizagem. A qualidade de um processo de ensino depende, em boa parte, de se conseguir ajudar os alunos a superarem os obstáculos em espaços de tempo pequenos no momento em que são detectados. Além disso, o fundamental para aprender é que o próprio aluno seja capaz de detectar suas dificuldades, compreendê-las e autorregulá-las.

A avaliação formativa é, assim, “uma importante fonte de informações para o atendimento às diferenças culturais, sociais, psicológicas dos educandos, o que se torna grande conquista na luta contra as desigualdades e o fracasso escolar” (PERRENOUD, 1999, p. 28).

A avaliação somativa tem por objetivo realizar um diagnóstico do aluno no final de um período, seja no final de uma unidade curricular, de um bimestre ou de um ano letivo. O principal aspecto enfatizado nesse tipo de avaliação é o resultado da aprendizagem baseada em objetivos. Ela consiste em identificar os alunos de acordo com o nível de aproveitamento previamente estabelecido, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra ou de um grau para outro.

Assim, a avaliação é um processo e pode indicar avanços e dificuldades na ação educativa, devendo remeter o professor a uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias de sala de aula trabalhem com a diversidade, considerando as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos. A avaliação não deve ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social, mas de construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar pressupõe a análise dos processos de ensino e de aprendizagem, localizando dificuldades e necessidades formativas, redirecionando as práticas para o aprendizado e desenvolvimento do aluno. Vale ressaltar que a aprendizagem não se dá de forma única, linear e restrita ao tempo e espaço em sala de aula. Sendo assim, é imprescindível propor novas estratégias e metodologias de ensino que contemplem as múltiplas formas de aprendizagem nos diversos espaços educativos.

A intencionalidade avaliativa pode se traduzir na prática com a metodologia participativa em sala de aula, pela qual se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p. 177). Portanto, se o aluno participa e dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode, então, dar-se de maneira concomitante ao ensino.

Por outro lado, a avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico.

Nesse sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p. 26). Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social, dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

3.3. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita e deve assumir sua função social, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

A interação dos servidores do IFSC com a comunidade é importante para identificar quais as suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

Sendo o trabalho o princípio educativo da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a relação ensino, pesquisa e extensão deve considerá-lo como fio condutor e o mundo do trabalho, em sentido amplo, como espaço privilegiado para o desenvolvimento da aprendizagem, da inovação e da transformação social.

Assim, partindo do trabalho como agente de transformação social e como base da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão (EPE), estimula-se uma ação educativa mais autêntica, significativa, em diálogo com as comunidades, suas potencialidades, seus desafios, em direção a uma maior inserção profissional do egresso, valorização das profissões e da Educação Profissional e Tecnológica.

A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo, dessa forma, para o cumprimento da missão institucional.

A seguir, o ensino, a pesquisa e a extensão serão abordados separadamente para, então, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre eles.

3.3.1. Caracterização do Ensino

O ensino é o processo de apropriação de conhecimentos produzidos socialmente e preservados historicamente, indispensáveis para resolução dos problemas detectados na prática social (RAMOS, 2010). Essa caracterização do ensino constitui uma referência para o método de ensino dialético, servindo também como princípio para elaboração de novos conhecimentos. Vale destacar que o método de ensino não se confunde com o método científico, apesar de considerar as contribuições que o primeiro traz para compreensão do segundo. O ensino tem, portanto, caráter reflexivo, implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

Nesse processo, estão envolvidos sujeitos que ensinam e que aprendem. As ações e os meios de efetivação do ensino devem partir da prática social, comum a educadores e educandos, considerando as dimensões fundamentais da vida, o trabalho, a ciência e a cultura (RAMOS, 2010). Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades.

O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz para depois problematizá-

-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes.

A diversidade das condições de aprendizagem é uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade, que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano. Essas necessidades servem como referência para a compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

Os Institutos Federais têm como finalidade ofertar todas as modalidades de ensino, inclusive a Educação a Distância - EaD. O que caracteriza a EaD é o fato da mediação do processo de ensino-aprendizagem se dar por meio de tecnologias de informação e comunicação, incluindo equipe multidisciplinar qualificada, formas inclusivas de acesso, interação e instrumentos avaliativos significativos para a formação dos sujeitos.

O Instituto Federal de Santa Catarina já tem experiência significativa e consolidada nessa modalidade, sendo necessário fortalecer e ampliar suas ofertas a distância, incluindo atividades a distância nos cursos presenciais. É imperativo desenvolver esta modalidade, uma vez que ela permite: democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica, promovendo a autonomia e aprendizagem dos estudantes; flexibilizar os tempos e lugares de formação; integrar as ofertas e seus partícipes; incorporar tecnologias educacionais no processo de ensinar e aprender.

Tomando por base os preceitos legais que definem a instituição como sendo pública e gratuita, as ações educacionais do IFSC sustentam-se nos seguintes princípios:

1. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
2. Reconhecimento e respeito aos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação, bem como aquelas em regime de privação de liberdade, as identidades de gênero, étnico-raciais, povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
3. Inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
4. Respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental na perspectiva da sustentabilidade;
5. Diálogo no processo de ensino-aprendizagem;
6. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o esporte e o saber;
7. Valorização das experiências dos discentes em termos teórico-práticos, metodológicos, tecnológicos, culturais e de cidadania;
8. Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
9. Superação da dicotomia entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
10. Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura;
11. Interdisciplinaridade como práxis⁸ pedagógica visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação da organização curricular, principalmente entre os pares formação geral ou propedêutica/formação técnica;
12. Reconhecimento e valorização da inteligência do trabalhador, não havendo subordinação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual;
13. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

⁸ Desta forma, pressupõe-se a práxis como um projeto de sujeitos históricos comprometidos com a transformação da realidade. Considerando a educação como conhecimento crítico, Freire compreende a práxis como “unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo”. Ou seja, a contribuição para o processo de conscientização e transformação não ocorre “apenas pelo esforço intelectual, mas também pela práxis: pela autêntica união da ação e da reflexão” (FREIRE, 1980, p. 30).

Definição e Importância

O Ensino está articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Associado aos demais processos educativos, necessita garantir sua identidade e sua singularidade, que se referem ao conjunto de atividades coordenadas pelos educadores na apropriação e mediação dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Referenciado na aprendizagem, o ensino organiza-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, construindo competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos. No entanto, essas competências não podem se desvincular do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégias de ação.

O ensino deve considerar as singularidades de aprendizagem dos alunos, pois as diferentes formas de aprender estão relacionadas a sua trajetória de formação e de prática social, realidade de cada sujeito, bem como as suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal. Não basta garantir apenas as condições materiais (laboratórios, livros, computadores, etc), faz-se necessário promover uma aprendizagem contextualizada que possibilite aos sujeitos o acesso e a apropriação de saberes significativos em referência ao contexto social e histórico em que estão inseridos.

Objetivos

No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, envolvimento com o cooperativismo e o empreendedorismo, inserção de práticas culturais, artísticas e esportivas com direito à acessibilidade.

Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, o papel da instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que a destaca das outras instituições educativas e a identifica com características peculiares, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e sociais.

A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la na idade regular de suas vidas escolares, caracterizada pelos programas de educação de jovens e adultos, deve ser ampliada e consolidada por meio de um ensino que considere suas particularidades e demandas regionais.

Programas de inclusão e de qualificação profissional são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC, como o estímulo ao empreendedorismo, à criação de cooperativas e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e de busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demandam mais saberes, e assim sucessivamente.

Política e Diretrizes

A política de ensino no IFSC deve estar alinhada às finalidades, características e objetivos dos Institutos Federais, definidos na Lei nº 11.892/2008, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais associadas direta ou indiretamente à educação profissional e tecnológica.

O objetivo geral da política de ensino é desenvolver um conjunto de atividades planejadas, executadas e avaliadas com a intencionalidade de produzir a aprendizagem humana e

profissional, no âmbito dos diferentes cursos ofertados pelo IFSC e na direção da concepção de educação expressa neste documento.

A dimensão do ensino compõe a tríade acadêmica institucional e na inter-relação com a pesquisa e extensão permite aos sujeitos envolvidos a possibilidade de compreender e intervir na realidade por meio da apropriação de novos conhecimentos e saberes.

Dentre as diretrizes indispensáveis à implementação da política de ensino, destacam-se:

1. Estabelecer diretrizes curriculares comuns aos diferentes tipos de curso e formas de oferta;
2. Elaborar metodologias e estratégias de curricularização da pesquisa e extensão enquanto princípios pedagógicos;
3. Desenvolver sistemáticas de construção de currículos e projetos de cursos considerando os perfis e contextos socioambientais dos potenciais alunos e egressos;
4. Promover o ingresso dos públicos estratégicos aos respectivos cursos e programas, garantindo a oferta proporcional de matrículas estabelecida na legislação vigente;
5. Promover a formação continuada dos docentes e técnicos administrativos considerando a natureza e especificidades da educação profissional e tecnológica;
6. Desenvolver abordagens e estratégias voltadas à permanência e êxito dos estudantes nos diferentes cursos e programas;
7. Promover a institucionalização da educação a distância (EaD), tendo no Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), em articulação com os Núcleos de Educação à Distância (Nead) dos câmpus, a estrutura de planejamento, gestão e suporte ao desenvolvimento da modalidade EaD;
8. Incentivar a articulação entre as modalidades presencial e a distância e o uso de tecnologias da informação e comunicação, em especial das tecnologias educacionais no processo formativo;
9. Garantir a infraestrutura física e tecnológica, bem como os materiais adequados ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
10. Desenvolver, na perspectiva da educação inclusiva, estratégias e práticas que maximizem o acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência;
11. Promover espaços e atividades que valorizem a participação cidadã e política dos discentes em diferentes instâncias da sociedade;
12. Desenvolver estratégias e instrumentos de acompanhamento e relacionamento com egressos;
13. Fortalecer e ampliar a cooperação entre as instituições da Rede Federal, compartilhando soluções e práticas que contribuam à construção de uma Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.

3.3.2. Caracterização da Pesquisa

Definição e Contexto

A pesquisa, atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica. Assim, torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o crescimento do país.

Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de instituição de ensino, pesquisa e extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no âmbito do ensino e no desenvolvimento científico, tecnológico e social das regiões onde está inserido.

O fomento à pesquisa e à inovação está pautado na valorização da pesquisa como princípio educativo e direcionado à investigação, geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas em atendimento às demandas da comunidade. Nesse contexto, tem-se como objetivo ampliar a participação de servidores e alunos na realização de projetos e nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, ampliar as parcerias com instituições públicas e privadas, valorizar os grupos de pesquisa e apoiar a participação em eventos científicos, visando à melhoria e à consolidação da posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, nos âmbitos regional, nacional e internacional.

O Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT tem a finalidade de realizar a gestão da política institucional de inovação e promover as atividades relacionadas à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia. O NIT tem a importante tarefa de avaliar os resultados decorrentes das atividades e projetos de pesquisa desenvolvidos no IFSC e, caso julgado conveniente, deve providenciar sua proteção para posterior transferência dessas criações e tecnologias para a sociedade. Outra importante tarefa é a promoção e acompanhamento do relacionamento do IFSC com instituições públicas e privadas na realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, e na execução de serviços técnicos especializados voltados à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando, entre outros objetivos, à maior competitividade das empresas. Dessa forma, o NIT potencializa um aprendizado interativo associado à produção e à exploração de conhecimento científico e tecnológico aplicado à realidade das empresas.

Considerando a verticalização institucional, o IFSC apoia a implementação de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* que estejam alinhados com as ofertas dos câmpus e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais. A oferta de programas *stricto sensu* em rede, como estratégia de qualificação e de produção de conhecimento e tecnologias aplicados à EPT na Rede Federal, também tem sido viabilizada. Também se buscam, continuamente, parcerias para as ofertas de formação em nível de mestrado e doutorado aos servidores do IFSC, o que contribui para a promoção simultânea da pesquisa em temas de interesse institucional e da elevação dos índices de titulação de docentes e técnico-administrativos.

Além disso, o incentivo à publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribui para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a Rede Federal e a comunidade.

A pesquisa no IFSC está sendo progressivamente estruturada, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

Importância

O desenvolvimento socioeconômico das nações tem apresentado uma relação cada vez mais direta com o desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido, o Brasil tem avançado significativamente nas políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) de forma a alavancar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

O IFSC, sendo considerado um operador de CT&I, dentro do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI, gera inovações, desenvolve as tecnologias e realiza as pesquisas com alocação de recursos das Agências de Fomento e de orçamento próprio.

A pesquisa beneficia a própria sociedade, pois a aproximação do IFSC com organizações de diversas naturezas traz benefícios e fortalece essas organizações para que ampliem sua atuação. As ações governamentais são necessárias para o fomento da pesquisa aplicada no país, contribuindo para a inovação e para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão.

É nesse contexto nacional que o IFSC estimula a realização de pesquisas cujas temáticas estejam relacionadas com o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas das comunidades em que a instituição está inserida.

A missão do IFSC reforça o compromisso da instituição com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, atendendo aos objetivos e finalidades dos Institutos Federais.

Objetivos

As atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação do IFSC estão pautadas nas finalidades e objetivos dos Institutos Federais e na indissociabilidade dessas com o ensino e a extensão. Dessa forma, o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica deve ser um processo educativo e investigativo, que gere e adapte soluções técnicas e tecnológicas, sendo que essas devem atender às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Internamente, as atividades de pesquisa no IFSC visam a:

1. Incentivar a participação de servidores e alunos do IFSC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IFSC e em conjunto com instituições públicas e privadas;
2. Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão;
3. Articular com o NIT parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.

Portanto, o processo da pesquisa envolve servidores e alunos do IFSC com o anseio de ampliar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os arranjos produtivos locais.

Considera-se que a pesquisa deve ser pautada na transformação da realidade local e na redução da desigualdade social. A pesquisa deve proporcionar ao estudante o interesse pelo processo investigativo, de forma que direcione a compreensão e a transformação de sua realidade social.

Política e Diretrizes

A consolidação da pesquisa no IFSC deve estar pautada na valorização desta como princípio educativo, tanto quanto no fortalecimento do trabalho coletivo, na estruturação de cursos de pós-graduação e no estímulo às atividades de pesquisa aplicada e de transferência tecnológica.

Para tanto, a Política de Pesquisa do IFSC busca incentivar a organização dos seus pesquisadores em torno de um ou mais objetos de estudo ou temáticas demandadas pela sociedade. Dessa forma, potencializam-se as especialidades do conhecimento ao mesmo tempo em que se provoca o diálogo interdisciplinar, em virtude de uma maior interação e integração entre os pesquisadores e à complementaridade de suas capacidades. Como resultado, espera-se o avanço na proposição de soluções técnicas e tecnológicas de problemas reais, cujas soluções apresentam grande impacto quando transferidos para a sociedade, bem como o aumento da produção científica e tecnológica. Tal processo de qualificação da pesquisa resulta em um diferencial na formação dos acadêmicos interessados em uma investigação científica, com a possibilidade de uma educação complementar de qualidade. Além disso, provoca a criação de novos cursos de pós-graduação, que são fundamentais para uma qualificação profissional diferenciada e de alto nível, que atenda a demandas do mundo do trabalho.

Diante disso, o IFSC busca uma concepção de pesquisa que, para além do caráter acadêmico atrelado à formação, deverá também buscar respostas às necessidades que emergem da sociedade e dos anseios da própria instituição. Para tanto, as principais políticas e diretrizes são:

1. Desenvolver nos alunos o espírito investigativo, preparando-os para que se tornem capazes de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
2. Criar oportunidades que permitam a capacitação profissional constante, tendo a pesquisa como princípio educativo;
3. Direcionar as atividades de pesquisa para a busca de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às necessidades da sociedade em que o IFSC está inserido;
4. Valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, incentivando-os a participar de atividades de pesquisa e empreendedorismo;
5. Incentivar a pesquisa na área da educação profissional e tecnológica como forma de melhorar a qualidade da educação;
6. Promover a capacitação dos servidores da instituição em cursos na modalidade *stricto sensu*;
7. Estimular a publicização das atividades de pesquisa e dos seus resultados;
8. Direcionar a aplicação dos recursos financeiros próprios para as pesquisas aplicadas que atendam às necessidades da sociedade;
9. Estabelecer as condições para a efetivação de projetos de pesquisa em parceria com setores públicos e privados que promovam tanto incentivar o avanço do conhecimento, quanto a transferência destes e seus produtos para a sociedade;
10. Organizar as condições e incentivar a captação de recursos externos para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
11. Fortalecer a realização de pesquisa e pós-graduação em grupos ou em rede;
12. Fomentar e fortalecer a oferta de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, convergentes com as finalidades e objetivos dos Institutos Federais e que aproximem a sociedade dos centros de conhecimento, tais como o IFSC;
13. Acompanhar, pelo estabelecimento de metas e indicadores, a qualidade das atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação;
14. Incentivar a proteção e a transferência de tecnologia para a sociedade.

3.3.3. Caracterização da Extensão

Definição e Importância

Historicamente, a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político-pedagógica, movimentos sociais e comunitários não sistematizados e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, 2013).

O IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que se promove a articulação dos saberes científicos e tecnológicos com a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. Essa definição amplia a ação institucional para além do próprio processo educativo e de produção de conhecimento, processo esse que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas aplicadas ao contexto social.

Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, Seção II, Artigo 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada” (SILVA, 2009, p. 44).

A extensão é uma dimensão que promove a formação integral do cidadão, uma vez que intensifica a empatia social conduzindo o estudante e o servidor para a realidade econômica e cultural do entorno. Ainda no movimento da extensão, ampliam-se as possibilidades

de inserção do egresso no mundo do trabalho e criam-se as condições para a manutenção de seu vínculo com a instituição, possibilitando o acesso a informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

Assim, no IFSC, são diretrizes da extensão:

1. Atuação eficaz na aprendizagem, norteadas na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas também à convivência social;
2. Divulgação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação e consolidação dos câmpus;
3. Inserção na comunidade, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa para atender as demandas da região;
4. Inter-relação com as áreas do ensino e da pesquisa, possibilitando ao discente a atuação profissional e a inserção no mundo do trabalho durante a formação acadêmica;
5. Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento;
6. Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, gerando emprego e renda;
7. Oferta ao educador de uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e tecnologias, e ao estudante de uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

Objetivos

As atividades de extensão são desenvolvidas de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

São objetivos da extensão:

1. Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências, além de preparar o aluno para sua inserção no mundo do trabalho;
2. Buscar interação sistematizada com a sociedade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas, privadas e com as entidades da sociedade civil, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis;
3. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo desde projetos de concepção até mecanismos que inter-relacionem os saberes;
4. Incentivar uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
5. Elaborar, implementar e avaliar projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
6. Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão;
7. Articular parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão com natureza de inovação tecnológica.

Política e Diretrizes

Apoiadas no princípio de indissociabilidade, as atividades de extensão têm por finalidade possibilitar que o conhecimento construído nas práticas de ensino e de pesquisa da instituição sejam disponibilizados aos diferentes setores da sociedade.

A política de extensão do IFSC, a partir do relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, define valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo como atividade institucional.

Nesse sentido, quanto aos discentes, as principais diretrizes, nas quais se baseia a extensão, são:

1. Estimular a formação cidadã do aluno em atividades de extensão, de modo interprofissional e interdisciplinar, por meio do desenvolvimento de ações na comunidade, como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC, articulando diferentes áreas do conhecimento;
2. Inserir atividades de extensão na matriz curricular dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, atendendo a legislação vigente;
3. Possibilitar o contato com a comunidade e com o mundo do trabalho, favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC;
4. Promover uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao esporte;
5. Sensibilizar os alunos para que desenvolvam a ideia de pertencimento social, para que se sintam corresponsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional;
6. Ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania;
7. Fomentar e apoiar programas de mobilidade discente, especialmente no que se refere a intercâmbios, independentemente da área de formação.

Quanto aos servidores, as principais diretrizes são:

1. Proporcionar um espaço de ação com o mundo do trabalho, favorecendo o contato com as novas tecnologias e a formação continuada do servidor por meio da troca de conhecimentos contextualizados;
2. Fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão;
3. Incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais produtos de extensão;
4. Promover parcerias que possibilitem agregar conhecimentos e espaços para o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais;
5. Apoiar o desenvolvimento de ações com instituições públicas, em especial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
6. Fomentar e fortalecer a criação de projetos e programas de extensão intercâmpus e intercursos, articulados ao ensino e à pesquisa aplicada;
7. Fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de atividades de extensão que contribuam com a troca do conhecimento e de tecnologias;
8. Apoiar a captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de extensão.

Do ponto de vista da sociedade, a extensão tem as seguintes diretrizes:

1. Propor e desenvolver atividades, promovendo o desenvolvimento regional;

2. Promover a troca de saberes para a promoção de atividades em parceria, incentivando a produção e a divulgação cultural, artística, esportiva e tecnológica para o desenvolvimento regional;
3. Atender às demandas sociais articuladas ao ensino e à pesquisa;
4. Promover e apoiar atividades que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, esportivo e cultural, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade;
5. Apoiar e desenvolver atividades de inclusão e de tecnologias sociais, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

3.3.4. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa a democratizar o saber e a contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser considerada um marco na inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos referenciais da educação superior, dando início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais.

A educação vai muito além de compartilhar saberes já produzidos. Como o professor e o aluno são sujeitos ativos do processo de ensino e aprendizagem, o espaço acadêmico será também um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. É importante entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática educativa, dando assim mais consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade.

Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado, é necessário criar condições alcançáveis, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e atuar em atividades de pesquisa e extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e que não infrinjam as atribuições de sua função.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida.

O IFSC busca responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local, regional e nacional.

A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.” (MEC, 2010, p. 15).

Está expresso na Lei nº 11.892/2008 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, p. 10-11). Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação

continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade entre a prática e a teoria. A pesquisa, nesse caso, deve ter foco no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Já a extensão, segundo a Lei nº 11.892/2008, pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso à educação, à ciência e à tecnologia para os demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.”

Na relação ensino, pesquisa e extensão amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

Um aspecto importante a ser considerado em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão é o papel fundamental delas na orientação do desenvolvimento social e tecnológico do país.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, de criação dos Institutos. Dentre os pressupostos legais que promovem a indissociabilidade, pode-se destacar:

1. Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
2. Vínculo entre a oferta formativa, a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
3. Estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
4. Qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino;
5. Desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
6. Realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
7. Promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais;
8. Desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua, visando ao fortalecimento da educação.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. A lei de criação dos Institutos Federais aponta, nos incisos VII a IX do artigo 6º, que esses conhecimentos,

devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. [...]. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade (SILVA, 2009, p. 40).

Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

3.3.5. Pressupostos Teóricos para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos

Os projetos pedagógicos de curso - PPCs, de todo o IFSC, devem respeitar as mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam todas as atividades da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa.

Os PPCs devem ser elaborados coletivamente e implementados na perspectiva da concepção educativa histórico-crítica, considerando as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais. Os PPCs devem ser construídos de forma a esboçar coerência entre os itinerários formativos e os respectivos arcos ocupacionais.

Considerando a autonomia pedagógica e administrativa da instituição, bem como os dispositivos legais que tratam da Educação Profissional e Tecnológica, destacam-se os seguintes fundamentos com o intuito de subsidiar os processos de criação e reestruturação de cursos, na perspectiva de uma formação integrada (CIAVATTA, 2005):

1. Formação integral que democratize o acesso aos conhecimentos produzidos socialmente e preservados historicamente, promovendo análise crítica às dimensões fundamentais da vida, que estruturam a prática social – o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura;
2. Trabalho, no sentido ontológico, como transformação da natureza, realização inerente ao ser humano e mediação no processo de produção da sua existência, ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais;
3. Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular. Evidenciando a relação entre ciência e produção e as implicações da divisão técnica e social do trabalho;
4. Ciência como conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade;
5. Cultura como resultado do esforço coletivo, tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade;
6. Tecnologia como extensão das capacidades humanas que promove a transformação da ciência em força produtiva, visando à satisfação das necessidades humanas; e a mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real);
7. Articulação entre formação básica, de caráter propedêutico, e a preparação para o exercício de profissões, visando à formação integral, integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
8. Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

9. Busca pelo desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, libertando-se da perspectiva histórica imposta pelo mercado e pelos segmentos produtivos de foco unicamente na formação para o trabalho;
10. Integração de conhecimentos gerais e específicos, analisando o processo de produção e/ou fenômeno social a partir de suas múltiplas dimensões (social, histórica, cultural, físico-ambiental, econômico-produtiva, técnico organizacional, etc.), de forma a compreendê-lo como totalidade.

3.3.6. Formação de Formadores

Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos Institutos foi a inclusão da formação docente como parte das atribuições da instituição. Este PPI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita, nos objetivos dos Institutos Federais, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

O apoio à educação básica é dever do IFSC, seja por meio da formação de professores, de licenciaturas ou por um conjunto de outras ações, como cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores, projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros profissionais da educação, programa de apoio à docência, programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e demais áreas.

Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT. Pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios ou sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura, seja em pós-graduação, tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

A formação de formadores na Educação Profissional possui características específicas, como: a incorporação do trabalho como princípio educativo e a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos, abordagens didático-pedagógicas específicas à formação para o trabalho, a interdisciplinaridade ampla como balizadora do desenvolvimento curricular.

Além disso, o IFSC deve promover a formação continuada de seus servidores, incentivando a oferta de cursos que envolvam os aspectos relacionados tanto à atuação didático-pedagógica quanto à área técnica, bem como proporcionar condições para a consecução de estudos complementares dos servidores.

Nesse contexto, o Cerfead se coloca como unidade estratégica, à medida que apresenta itinerários formativos, constituídos por cursos que vão da formação inicial ou continuada até a pós-graduação, em três importantes áreas: formação de formadores, gestão pública e tecnologias educacionais.

3.4. ASSUNTOS ESTUDANTIS

A educação, direito social constitucionalmente estabelecido, sobretudo quando oferecida em organizações públicas de ensino, precisa responder às demandas pedagógicas e sociais próprias dos sujeitos de direitos que constituem seu corpo discente, favorecendo, assim, a formação integral com qualidade e estimulando o pensamento crítico. Para tanto, é necessário que o estudante tenha condições plenas para se desenvolver enquanto sujeito, bem como as habilidades socioprofissionais necessárias à sua inserção no mundo do trabalho.

O IFSC desenvolve programas e ações de inclusão alinhadas a demandas dos diferentes públicos atendidos. Compreende-se que o processo de exclusão se alimenta de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural e que as ações inclusivas contribuem para assegurar os processos de acesso, permanência e êxito dos discentes, superando a reprodu-

ção de discriminações e injustiças em termos de classe, cor, deficiência, estado nutricional, orientação sexual, etc.

3.4.1. Acesso

O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatas por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso das anteriores à existência da Lei nº 12.711/20129. Com a promulgação dessa lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando a facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, conforme percentual da população catarinense aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proposição dessa lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população ao acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado a esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas de acesso adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos por meio de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar, ainda, a existência de cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular.

Dentro desse contexto, o IFSC se alinha ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que tem com o objetivo oferecer educação profissional a pessoas que não tiveram acesso ao ensino básico na idade regular. No IFSC, o programa é implementado por meio de cursos de formação inicial (qualificação profissional) integrados ou concomitantes às séries finais do ensino fundamental ou ao ensino médio de jovens e adultos (Proeja FIC) e por cursos técnicos integrados ou concomitantes ao ensino médio de jovens e adultos (Proeja Técnico).

Para garantir o acesso de diferentes públicos ao IFSC, é preciso contemplar distintas estratégias de divulgação da instituição e de seus cursos, para que a informação chegue aos públicos estratégicos com qualidade e clareza.

3.4.2. Permanência e Êxito

A permanência do discente na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. O êxito ocorre quando o discente integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito à certificação.

Observou-se, ao longo das experiências do IFSC, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários têm sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. Considera-se de extrema relevância atentar para a taxa de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

9 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Com o objetivo de identificar mecanismos que possam levar à permanência e ao êxito dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, que têm por objetivo articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Compreende-se que, por meio dessas ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente, a fim de maximizar os índices de permanência e êxito dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

Para tornar efetiva a permanência e o êxito do discente nos cursos, estão sendo implementados, desde 2011, programas de assistência estudantil. São organizadas diversas ações, por meio das quais os estudantes têm acesso a atividades desportivas, apoio à participação em eventos, auxílio financeiro para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático, dentre outras.

Outra ação para a permanência e êxito é a inserção socioprofissional. Esta é concebida como uma oportunidade de aprendizagem do fazer, como forma de participar do mundo do trabalho e, na relação com outros profissionais, através da qual é possível aprender também valores e atitudes no contexto das relações interpessoais e contradições que envolvem o trabalho.

Além das ações descritas acima, a instituição possui o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, que tem como objetivo promover a permanência e êxito dos estudantes em sua oferta educativa, por meio de um conjunto de medidas que visam ao enfrentamento da evasão e retenção, enquanto fatores que comprometem o atendimento da missão institucional.

De modo geral, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e no êxito do discente do IFSC, é importante implementar como ação programática:

1. Acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
2. Acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem;
3. Acompanhamento sistemático docente visando a melhorias no processo de ensino aprendizagem;
4. Apoio psicossocial em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem;
5. Prevenção e a promoção de saúde;
6. Desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência;
7. Organização de parcerias com setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas;
8. O fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
9. O fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
10. O fomento da formação empreendedora;
11. A promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
12. O fomento da formação político-social para a comunidade acadêmica;
13. O desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes;
14. A formação continuada dos servidores.

3.4.3. Pessoas com Deficiência

A concepção de discentes com deficiência é fundamentada na Declaração de Salamanca, 1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas pessoas com altas habilidades. Também devem ser atendidas as crianças

que vivem nas ruas, as que estão em situação de risco e/ou as que trabalham, as populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e as crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional (NAÇÕES UNIDAS, 1994).

A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 e 208: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Garantir uma escola inclusiva implica propostas de ação em distintos eixos: oportunizar estágios de qualidade, prestar apoio à organização estudantil, criar espaços de convivência para os estudantes, garantir acesso a práticas de pesquisa e extensão, oportunizar atividades artísticas, culturais e esportivas, contribuindo para a inclusão e a permanência de todos os estudantes do IFSC.

Esta seção destina-se a tratar do atendimento aos discentes com deficiência, abrangendo diversos tipos de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla e pessoas com mobilidade reduzida. Além desses discentes, estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e o êxito em seus cursos. Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência iniciou no período imperial, com a criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benjamin Constant - IBC e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos - Ines. Já no século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começou a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE).

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e pessoas com deficiência, em meados dos anos 80, iniciaram um movimento para ações educativas de integração das pessoas com deficiência, no lugar das práticas vigentes na época, que enfatizavam a ideia de “educação especial” e segregavam as pessoas com deficiência. As discussões prosseguiram, chegando à percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada neles, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas, ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o Ministério da Educação - MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial - Cenesp, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto, as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com “políticas especiais”, sem a efetivação de uma política inclusiva.

O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, está baseada na defesa do direito de convivência de todos os alunos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à educação superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com deficiência.

Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) nas instituições da Rede Federal, para responder às ações propostas pelo MEC nessa temática.

No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais por meio da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras/Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue - Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, por meio de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.

Cada câmpus do IFSC deve ter um Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE), órgão que substitui os Napne. É função desse núcleo assessorar a instituição para receber as pessoas com deficiência, colaborando com as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente. A composição do NAE deve ser multidisciplinar e contar com professor de Educação Especial, cujas atribuições priorizarão o atendimento educacional especializado, capacitação de servidores e produção de materiais didáticos acessíveis.

Sendo a educação um direito de todos e um dever do Estado, e levando-se em consideração a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, o IFSC compromete-se com:

1. Implementação da acessibilidade física;
2. Desenvolvimento de programas de capacitação e formação para servidores;
3. Atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;
4. Garantia de formas de acesso adequadas às necessidades das pessoas com deficiência;
5. Garantia de estratégias para permanência e êxito que atendam às especificidades das pessoas com deficiência;
6. Busca de condições para que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.

3.4.4. Egressos

Considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso. Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso, é importante detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, também é importante

para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo do trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional. Quanto a seus egressos, constituem-se ações a serem desenvolvidas pelo IFSC:

1. Desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção socioprofissional;
2. Implantar o Observatório da Educação Profissional;
3. Garantir uma forma de diálogo com os egressos;
4. Desenvolver uma política de acompanhamento de egressos;
5. Fomentar e incentivar o retorno dos egressos para que sigam o seu itinerário formativo no IFSC;
6. Fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
7. Criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha;
8. Criar mecanismos de comunicação com os egressos, de modo a informá-los dos eventos, cursos, palestras e demais atividades do IFSC.

3.5. GESTÃO

3.5.1. Concepções

As diretrizes e bases da educação nacional colocam a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social, devendo as instituições educacionais aproximarem-se da comunidade. Considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional delimitarão as normas de organização dos processos de forma coletiva.

A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada escola sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para escola pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A escola torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos. A gestão democrática adotada contempla a autonomia do IFSC e a participação na tomada de decisões, amparada em uma concepção sociocrítica, implica processos de participação, autonomia e delegação de poder, o que sugere corresponsabilidade.

Ao estabelecer uma estrutura multicâmpus, em que todos os câmpus possuem um certo grau de autonomia, afirma-se o território onde está inserido como dimensão essencial de sua função. Conseqüentemente, estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão (MEC, 2010).

A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação pro-

fissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais, os quais permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico (MEC, 2010).

Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Configurando-se como uma estrutura multicâmpus, o IFSC precisa aprimorar mecanismos de gestão que permitam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada câmpus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Em adição, está em aprimoramento a definição e adoção de princípios e diretrizes de gestão adequados à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

3.5.2. Relevância

Atualmente, gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor como mobilizador constante da comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

Nos processos de gestão, é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se com seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Todos crescem e aperfeiçoam sua condição de cidadãos.

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e

da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a instituição evolua continuamente.

É fundamental que a gestão da instituição seja essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. Dar continuidade ao uso de um modelo de gestão democrática e expandir a adoção desse modelo abrem caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da instituição educacional requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Nessa perspectiva de renovação, as políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país têm contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional, seja até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Desse modo, um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

3.5.3. Princípios

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão pelos seguintes princípios:

1. Garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto;
2. Respeito às leis e às normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
3. Garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
4. Ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos câmpus;
5. Zelo quanto à identidade de instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
6. Respeito à pluralidade de ideias;
7. Integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica;
8. Promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito;
9. Incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos câmpus e na Reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede;
10. Transparência para disponibilizar aos cidadãos interessados informações relacionadas à atuação institucional, sendo essa uma condição de participação da cidadania no centro do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

3.5.4. Diretrizes

Considerando que o IFSC prima por sua função social, é importante que sua gestão (pedagógica e administrativa) seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de

visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização política, pedagógica e administrativa para o funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

1. Consolidar a identidade institucional, promovendo a reflexão e a disseminação das concepções de educação profissional, científica e tecnológica;
2. Institucionalizar o modelo de gestão em rede a partir dos conceitos de interdependência, auto-organização, igualdade e solidariedade;
3. Criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede, a colaboração, a integração entre áreas, a visão sistêmica com foco na permanência e êxito dos alunos e nas necessidades da sociedade, sempre respeitando a autonomia e identidade dos câmpus;
4. Fortalecer e valorizar os câmpus, respeitando as suas potencialidades e especificidades;
5. Continuamente avaliar, revisar e adequar a estrutura organizacional aos processos da instituição para garantir, sobretudo, a melhoria do processo de gestão;
6. Pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão;
7. Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
8. Avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às necessidades da comunidade;
9. Avaliar constantemente as atividades desenvolvidas com a comunidade, prestando contas e promovendo os ajustes necessários;
10. Promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a coleta e análise dos dados institucionais e a elaboração de indicadores para tomada de decisão;
11. Propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborar nos processos educativos;
12. Garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade;
13. Envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFSC;
14. Assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação;
15. Promover as condições necessárias para a participação organizada, transparente e democrática dos integrantes da comunidade acadêmica no processo decisório;
16. Promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, assim como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais;
17. Criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto;
18. Promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que constituem a comunidade acadêmica do IFSC;
19. Promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos;

20. Buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida;
21. Reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição;
22. Garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos tenham acesso à informação de forma igualitária, qualificando o processo de gestão;
23. Estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da instituição;
24. Promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito do aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão;
25. Desenvolver um programa de formação continuada de gestores;
26. Desenvolver programas de formação continuada de servidores;
27. Possibilitar a gestão adequada de dados, de informações e do conhecimento estratégico institucional, adotando, com inovação, indicadores e sistemas de informação gerencial para tomada de decisão.
28. Promover um ambiente de trabalho saudável em que todos colaborem para proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho.
29. Desenvolver as competências dos servidores necessárias para que a instituição alcance seus objetivos estratégicos e aprimore os serviços prestados aos alunos e sociedade.

3.5.5. Políticas

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

Assim, apresentam-se a seguir as temáticas para as quais a instituição deve ter políticas formalmente constituídas, periodicamente atualizadas e articuladas com o planejamento estratégico:

- **Inclusão:** As políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e basear-se nos direitos individuais do público a que se destina.
- **Tecnologia da Informação:** Desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a garantir o uso racional e coordenado dos recursos de TIC. Além disso, apresentar uma imagem uniforme do IFSC por meio de produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação.
- **Segurança da Informação:** Desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a eliminar ou reduzir riscos aos quais as informações geradas ou mantidas pelo IFSC estão expostas.
- **Comunicação:** Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer atenção especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além da atenção dos demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.
- **Internacionalização:** Desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem

o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

- **Sustentabilidade:** Como valor e princípio de gestão a sustentabilidade deverá ser considerada em suas três dimensões: ambiental, social e econômica. A necessidade de redução dos impactos ambientais nas ações administrativas e acadêmicas e a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade para com o meio ambiente, aliados a redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, além da otimização do gasto público nas ações e processos administrativos e acadêmicos, visando a eficiência, eficácia e, especialmente, a efetividade social, devem ser compreendidas como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade.
- **Política de Compras e Contratações:** A governança de compras de bens e contratação de serviços decorre da necessidade de torná-los mais céleres, transparentes, eficientes e efetivos, tendo como foco o atendimento às necessidades primordiais do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão - aqui consideradas, também, as necessidades de manutenção, ampliação e segurança dos ambientes administrativos e acadêmicos. Esta política deve formalizar e detalhar questões como planejamento e execução das licitações, procedimentos para dispensas e inexigibilidades, critérios para ocupação de cargos e comissões nesta área, relações éticas e sustentáveis com fornecedores e sua cadeia de suprimentos bem como necessidades de formação permanente para atuação em compras e contratos.
- **Gestão de Pessoas:** A política de gestão de pessoas contempla: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais; o fortalecimento tanto dos processos de fixação dos servidores nos câmpus quanto das possibilidades de mobilidade interna.
- **Gestão da Informação e do Conhecimento:** Promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, a criação, a aplicação e a socialização de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão institucional.
- **Governança Institucional:** Concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional. Deve-se levar em consideração a identidade institucional, a implementação das políticas públicas e a relação com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão; estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da administração pública, da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação, acompanhamento e execução orçamentária.
- **Gestão de Riscos:** O gerenciamento dos riscos em nível institucional visa auxiliar a tomada de decisão, com vistas a prover razoável segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos institucionais. Constitui estratégia que aumenta a capacidade da organização para lidar com incertezas, estimula a transparência e contribui para o uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos, bem como para o fortalecimento da imagem da instituição.

3.6. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli-Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000.

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/paulolima/arquivo/ept/texto%2003.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário, Niterói, v.3, n.3, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAUDRICOURT, André Georges. **La Technologie science humaine**: Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação**: uma busca prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia**: um novo modelo em educação profissional e tecnológica. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1994. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

SANMARTÍ, Neus. **Avaliar para aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações/Dermeval Saviani. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SCALCON, S. **À Procura da Unidade Psicopedagógica**: articulando a psicologia histórico-cultural com a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2002.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 13 ago. 2013.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SILVEIRA, Zuleide. Simas da. Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo histórico. In: **A organização do trabalho didático na História da Educação**: Anais da VII Jornada do HISTEDBR. Campo Grande (MS): Editora Uniderp, 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3%20DE%20EDUCA%C7%C3%20TECNOL%20GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf. Acesso em: 02 abr. 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político-Pedagógico**: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papirus, 2001.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. São Paulo: Contraponto, 2005. v. 1.

WALSH, C. **Interculturalidad y (de)colonialidad**: perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <http://www.compitecuador.org/wp-content/uploads/2017/09/Interculturaliad-y-decolonialidad.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.



CAPÍTULO 4
EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA

Sumário do capítulo 4

Educação a distância

4.1. LEGISLAÇÃO.....	95
4.2. TRAJETÓRIA	95
4.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO	96
4.4. ESTRUTURA E ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	97
4.4.1. Centro de Referência em Formação e Educação a Distância	97
4.4.2. Núcleos de Ensino a Distância - Nead	97
4.4.3. Polos de EaD.....	98
4.5. MODELOS.....	99
4.5.1. Ofertas próprias sem fomento externo.....	100
4.5.2. Ofertas por programas com fomento externo	102

4.1. LEGISLAÇÃO

A Educação a Distância (EaD) caracteriza-se como modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em espaços ou tempos diversos.

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). As principais normativas que regulam a oferta de cursos na modalidade EaD em âmbito nacional são o Decreto nº 9.235/2017, a Portaria MEC nº 11/2017 e a Resolução CNE nº 1/2018.

No IFSC, as normativas relacionados à EaD são:

- Resolução Consup nº 22/2013, que criou os Núcleos de Educação a Distância (Nead);
- Resolução Consup nº 08/2014, que criou o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – Cerfead;
- Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, no que trata da EaD;
- Resolução Cepe nº 04/2017, que estabelece diretrizes para a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância na Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, de Graduação e Pós-graduação, no âmbito do IFSC;
- Instrução Normativa nº 13/2017, que dispõe sobre a infraestrutura, administração e utilização de plataforma para desenvolvimento das atividades de ensino a distância no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina;
- Resolução Cepe nº 48/2018, que altera as diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação *lato sensu* do IFSC;
- Portaria MEC nº 943/2018 - republicada no DOU de 28/09/2018, que trata do recrenciamento do IFSC para a oferta de cursos na modalidade a distância.

4.2. TRAJETÓRIA

A trajetória da EaD no IFSC iniciou em 1999, quando o Câmpus São José oferece o primeiro Curso Básico de Refrigeração a distância, seguido, em 2006, pelo Câmpus Florianópolis, que oferece o Curso Técnico em Eletrotécnica na modalidade EaD, em parceria com a Eletrosul.

Ainda em 2006, o Câmpus Florianópolis participa do primeiro edital do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, publicado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC), ofertando, em 2007, 300 vagas para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Em 2009, o IFSC aderiu ao Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), iniciando a oferta do curso Técnico de Informática para *Internet*. Também em 2009, realizou o curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e em 2010, por meio do Programa UAB, iniciou as especializações em Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências. Em 2012, foi ofertada a primeira turma do Curso de Especialização em Mídias na Educação e iniciou a oferta da Pós-Graduação em EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Em 2014, após longo e participativo debate na instituição, o Conselho Superior criou o Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), vinculado à Pró-reitoria de Ensino, tendo como um dos principais desafios fomentar a institucionalização e expansão da EaD no IFSC, realizando assessoria técnica e pedagógica na implantação dos Núcleos de Educação a Distância (Nead) e na articulação das ofertas EaD e dos cursos presenciais com unidades curriculares EaD.

4.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO

O desafio da institucionalização da Educação a Distância na Rede Federal de Educação Profissional passa pela articulação de mecanismos de planejamento e organização entre os diferentes agentes que se envolvem em oferta de cursos na modalidade a distância.

Para oferecer ensino a distância com recursos próprios, desvinculados dos programas de fomento externo, o IFSC precisa incentivar e propiciar uma série de condições para a oferta de cursos e a implementação de unidades curriculares a distância em cursos presenciais. Para isso, faz-se necessário capacitação, regulamentação, infraestrutura, especialmente tecnológica, e a estruturação de equipes multidisciplinares no Cerfead e nos câmpus, além de assessoramento e orientação na elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso.

Nos últimos anos, muito se avançou na institucionalização da modalidade, com a oferta de cursos próprios e com a implementação de carga horária a distância em cursos presenciais, dentro de um conjunto de ações ilustrado pela Figura 4.1.

Nesse contexto, o Cerfead realiza diversas ações que visam à institucionalização da EaD, com destaque para:

1. Publicação de editais internos semestrais desde 2017, com o objetivo de capacitar os professores na produção e mediação de suas unidades curriculares ofertadas a distância;
2. Assessoramento na criação de cursos de oferta própria nos câmpus na modalidade EaD;
3. Cursos intercâmpus na modalidade EaD, como Licenciatura em Matemática.

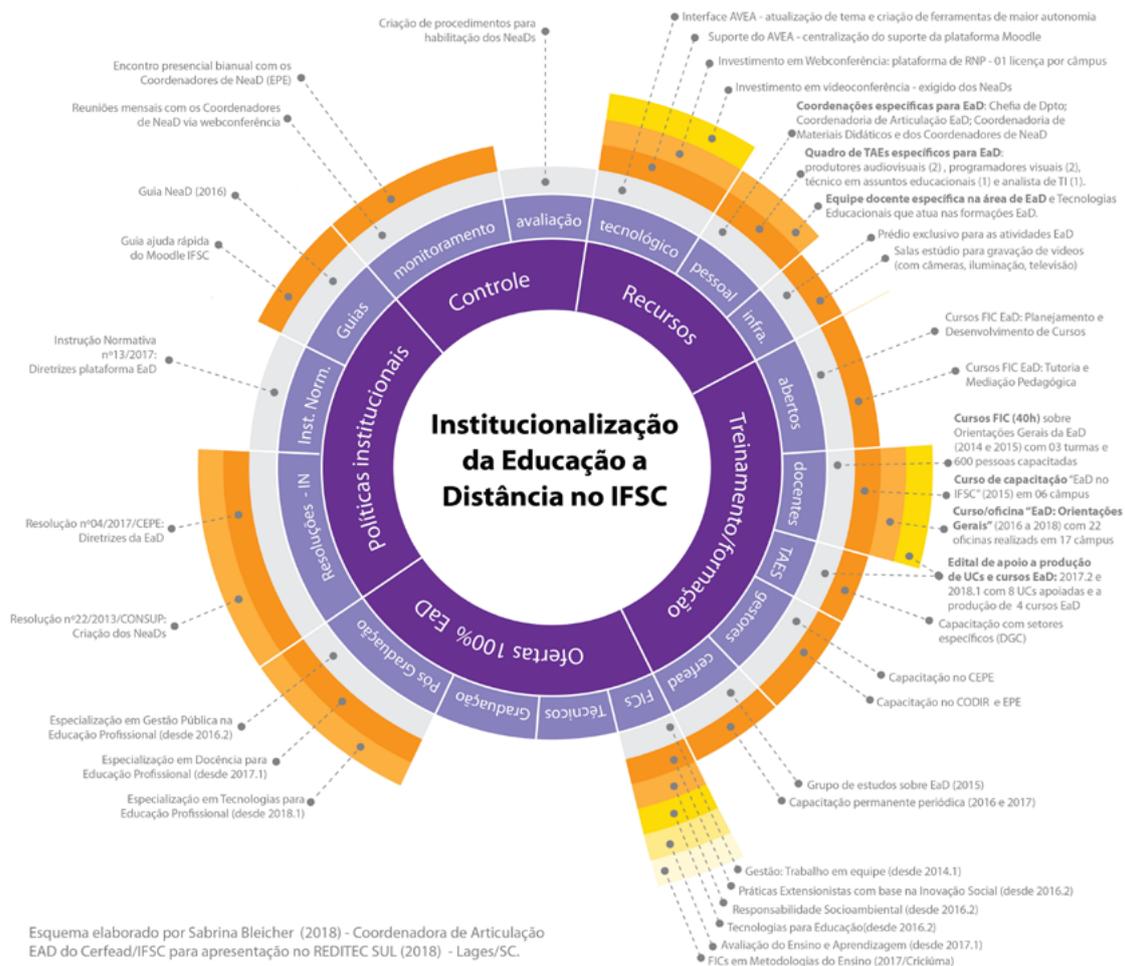


Figura 4.1 - Institucionalização da Educação a Distância no IFSC

4.4. ESTRUTURA E ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

A estrutura de EaD no IFSC é composta, de forma permanente e em evolução, pelo Cerfead e pelo Nead dos câmpus. Além dessas estruturas, em ofertas com fomento externo por meio de Programas como UAB, conta-se com os polos de apoio presencial credenciados pela Capes em convênio com as prefeituras e demais unidades mantenedoras.

Com essa estrutura, em 2018, o IFSC registrou mais de 8.000 matrículas em cursos EaD, sendo mais de 5.000 em ofertas próprias e o restante por meio de programas com fomento externo. A oferta prevista para o período de vigência deste PDI é apresentada no Capítulo 7 – Plano de Oferta de Cursos e Vagas.

4.4.1. Centro de Referência em Formação e Educação a Distância

A estrutura organizacional do Cerfead é apresentada no Capítulo 2 e suas finalidades, descritas a seguir, são definidas na Resolução Consup nº 08/2014:

- I. Contribuir na formação dos servidores do IFSC e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o exercício de suas funções, valorizando seus saberes e considerando as finalidades previstas na lei de criação dos IFs e na legislação específica;
- II. Atuar na formação de servidores da Rede Pública de Ensino, bem como dos gestores públicos, considerando demandas e contextos sociais, para atender as diretrizes estabelecidas em lei;
- III. Possibilitar aos câmpus a ampliação e consolidação da oferta formativa por meio da Educação a Distância (EaD).

4.4.2. Núcleos de Ensino a Distância - Nead

Criados pelo Conselho Superior a partir de 2013, os Núcleos de Educação a Distância são espaços destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos a distância em cada câmpus.

Conforme a Resolução Consup nº 22/2013, os Nead estão vinculados aos Departamentos ou Diretorias de Ensino, Pesquisa e Extensão dos câmpus e devem atuar de forma integrada com o Cerfead para o alcance das finalidades dos Institutos Federais, definidas na Lei nº 11.892/2008, e em consonância com a legislação da EaD em vigor.

A implantação dos núcleos é precedida de uma avaliação de sua infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, realizada por comissão interna do IFSC, que utiliza um instrumento contendo critérios avaliativos para institucionalização da EaD nos câmpus. A referida comissão emite um relatório técnico sobre o espaço físico, os recursos tecnológicos e humanos disponibilizados para a oferta de cursos na modalidade a distância e encaminha ao Conselho Superior (Consup) para análise e deliberação para aprovação.

Os Nead podem tanto ofertar quanto receber os cursos na modalidade a distância. Para o primeiro caso, o da oferta de cursos, o câmpus terá como tarefa inicial a previsão do curso no seu Plano Ofertas de Cursos e Vagas (POCV).

Poderão, também, sediar a oferta de cursos de outros câmpus ou convênios com os programas parceiros do IFSC. O Nead é estruturado de acordo com a proposta pedagógica de cada câmpus, devendo oferecer uma infraestrutura física, de pessoal e tecnológica para o seu funcionamento, estando aptos a receberem recursos de fomento para a oferta em EaD.

Cabe destacar que a infraestrutura física, de pessoal e tecnológica dos Nead não precisa ser reservada exclusivamente para o seu funcionamento, no tempo ocioso pode ser compartilhada com outros cursos e modalidades de ensino.

Como mostrado no Quadro 4.1, dos 22 câmpus do IFSC, 19 foram credenciados como Nead até 2019. O intuito é estruturar todos os câmpus como Nead até 2024, para valorização da EaD, o que vem ao encontro da atual política educacional do governo federal, que está acompanhando e incentivando a evolução dos cursos na modalidade a distância no país.

Quadro 4.1 - Núcleos de Educação a Distância do IFSC

Nº	CÂMPUS	DATA DE CREDENCIAMENTO PELO CONSUP
1	Criciúma	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
2	Lages	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
3	Palhoça Bilíngue	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
4	Canoinhas	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
5	Gaspar	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
6	São Miguel do Oeste	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
7	Araranguá	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
8	Caçador	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
9	Chapecó	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
10	Florianópolis	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
11	Garopaba	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
12	Itajaí	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
13	Jaraguá do Sul-Centro	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
14	Joinville	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
15	Xanxerê	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
16	Tubarão	02 de outubro de 2014 (resolução 34/2014)
17	Florianópolis-Continente	23 de setembro de 2015 (resolução 33/2015)
18	São Carlos	31 de julho de 2017 (resolução 16/2017)
19	Urupema	01 de outubro de 2018 (resolução 42/2018)

98


 sumário
capítulo


 sumário
geral

4.4.3. Polos de EaD

Além dos Nead, o IFSC conta com 23 polos credenciados para a oferta de cursos com fomento no âmbito do Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Para ofertar esses cursos, o IFSC participa da chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EaD publicada pela Capes. As propostas do IFSC aprovadas na chamada pública pela Capes/UAB recebem fomento para a sua oferta nos diversos polos credenciados no Estado de Santa Catarina.

O Quadro 4.2 informa os polos de apoio presencial nos quais o IFSC ofertou cursos pela Universidade Aberta do Brasil em 2019.

Quadro 4.2 - Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) credenciados pela Capes com ofertas do IFSC em 2019 e com ofertas autorizadas para 2020

Nº	POLO	MANTENEDORA
1	Araranguá - SC	Prefeitura Municipal de Araranguá
2	Blumenau - SC	Governo do Estado de Santa Catarina
3	Braço do Norte - SC	Prefeitura Municipal do Braço do Norte
4	Caçador - SC	Governo do Estado de Santa Catarina
5	Campos Novos - SC	Governo do Estado de Santa Catarina
6	Canelinha - SC	Prefeitura Municipal de Canelinha
7	Criciúma - SC	Prefeitura Municipal de Criciúma
8	Florianópolis - SC	Prefeitura Municipal de Florianópolis
9	Indaial - SC	Prefeitura Municipal de Indaial
10	Itajaí - SC	Governo do Estado de Santa Catarina
11	Itapema - SC	Prefeitura Municipal de Itapema
12	Jaraguá do Sul - SC	Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul
13	Joinville - SC	Prefeitura Municipal de Joinville
14	Laguna - SC	Prefeitura Municipal de Laguna
15	Otacílio Costa - SC	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa
16	Palhoça - SC	Prefeitura Municipal de Palhoça
17	Palmitos - SC	Prefeitura Municipal de Palmitos
18	Ponte Serrada - SC	Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
19	Quilombo - SC	Governo do Estado de Santa Catarina
20	São José - SC	Prefeitura Municipal de São José
21	São Miguel do Oeste - SC	Governo do Estado de Santa Catarina
22	Treze Tílias - SC	Prefeitura Municipal de Treze Tílias
23	Tubarão - SC	Prefeitura Municipal de Tubarão

4.5. MODELOS

Existem duas formas pelas quais o IFSC vem ofertando cursos EaD:

- Ofertas próprias sem fomento externo no Cerfead e Câmpus por meio dos Núcleos de Educação a Distância (Nead);
- Ofertas por programas com fomento externo (UAB) por meio dos Polos de EaD credenciados pela Capes.

4.5.1. Ofertas próprias sem fomento externo

Os modelos apresentados abaixo são destinados aos cursos de oferta própria (sem fomento) e podem ser utilizados da forma como são descritos ou serem adaptados em consonância com as especificidades do projeto pedagógico de curso, no entanto, devem estar em conformidade com a Resolução Cepe nº 04/2017, que estabelece diretrizes para a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância na Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, de Graduação e Pós-Graduação.

Em conformidade com a resolução citada, os cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância devem apresentar a seguinte organização didático-pedagógica:

- I. Material didático adequado, respeitando a linguagem dialógica que caracteriza a EaD;
- II. Uso de estratégias adequadas de interação mediadas por tecnologias e que contemplem as especificidades de comunicação dos alunos (texto, áudio ou visuoespacial);
- III. Produção e organização no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) dos materiais e das atividades de estudo e avaliativas (presenciais e virtuais), realizados no semestre ou bimestre anterior ao início da oferta.

Os Quadros 4.3, 4.4 e 4.5 apresentam os três modelos de oferta própria na modalidade EaD utilizados pelo IFSC, com suas respectivas especificidades.

Quadro 4.3 - Modelo institucional de oferta de educação a distância (modelo 1)

MODELO 1	
Características	Para cursos preferencialmente 100% a distância, mas podem prever atividades presenciais. Em seus PPCs, utilizam principalmente o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle, com atividades e avaliações a distância, docência compartilhada, tradução e interpretação em libras, avaliação do curso e do docente pelo discente.
Níveis de curso	Cursos de Formação Inicial e Continuada.
Equipe do curso	Chefia de Formação, professores, equipe multidisciplinar composta por: designer instrucional, designer gráfico, revisor de texto, técnico e tecnólogo multimídia, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, tradutor e intérprete em libras e outros.
Tecnologias utilizadas	Ambiente virtual de ensino e aprendizagem, vídeos, recurso do Moodle – ferramenta livro, animações, jogos digitais, infográficos, recurso multimídia - H5P e outros objetos de aprendizagem.
Docência e tutoria	Realizadas exclusivamente pelos professores do IFSC.

Quadro 4.4 - Modelo institucional de oferta de educação a distância (modelo 2)

MODELO 2	
Características	A maior parte das unidades curriculares ocorrem parcial ou integralmente na modalidade EaD e possuem aulas presenciais semanais. Utiliza o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle, com atividades e avaliações a distância e presenciais no Nead, docente responsável pela produção e oferta da unidade curricular e equipe responsável pela capacitação em cursos na modalidade EaD.
Níveis de curso	Cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e unidades curriculares de cursos presenciais de graduação e pós-graduação.
Equipe do curso	Docente responsável pela produção e oferta da unidade curricular, equipe responsável pela capacitação na modalidade EaD, equipe multidisciplinar composta por: designer instrucional, designer gráfico, revisor de texto, técnico e tecnólogo multimídia, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, tradutor e intérprete em libras e outros.
Tecnologias utilizadas	Ambiente virtual de ensino e aprendizagem, recurso do Moodle – livro, animações, jogos digitais, infográficos, recurso multimídia – H5P, videoaulas e outros objetos de aprendizagem.

Quadro 4.5 - Modelo institucional de oferta de educação a distância (modelo 3)

MODELO 3	
Características	São, preferencialmente, 100% a distância, apenas com as atividades avaliativas realizadas de forma presencial no Nead, e há momentos síncronos como webconferências com professores do IFSC. Utiliza o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle, com atividades e avaliações a distância e presenciais realizadas nos Nead, docência compartilhada, com realização de aulas por meio de webconferências, avaliação da unidade curricular e do docente pelo discente.
Níveis de curso	Pós-graduações.
Equipe do curso	Coordenador do curso, professores, equipe multidisciplinar composta por: designer instrucional, designer gráfico, revisor de texto, técnico e tecnólogo multimídia, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e outros.
Tecnologias utilizadas	Ambiente virtual de ensino e aprendizagem, vídeos, recurso do Moodle – ferramenta livro, animações, jogos digitais, infográficos, webconferência, recurso multimídia - H5P e outros objetos de aprendizagem.
Docência e tutoria	Realizadas exclusivamente pelos professores do IFSC.

Em todos os modelos que estejam sendo, ou venham a ser, aplicados na oferta de cursos na modalidade a distância, é necessário contemplar os seguintes procedimentos:

a. **Metodologia:**

- **Informar em qual plataforma o curso será ofertado:** Segundo a resolução interna do IFSC, todas as atividades a distância devem usar a plataforma moodle: <https://moodle.ifsc.edu.br>
- **Informar as atividades síncronas:** Período em que acontecerão as atividades presenciais e qual o suporte tecnológico que será utilizado: *chat*, webconferência para interação professor/aluno e, também, encontros e/ou atividades presenciais.
- **Informar as atividades assíncronas:** Fóruns de discussão, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wiki, glossário, estudo de caso, portfólio, mapas conceituais, mídias visuais ou auditivas, midiateca, entre outros.
- **Informar sobre os materiais de estudos disponibilizados:** Objetos de aprendizagem (vídeos, simuladores e outros), material complementar, textos de domínio público, material didático (apostila/livro); material por meio da ferramenta livro, entre outros.

b. **Interação entre estudantes, professores e equipe pedagógica do curso:**

O mecanismo de interação é composto pelo conjunto de estruturas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem. As “TICs” utilizadas representam recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como: ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns de discussão, chats, fóruns, tecnologias de telefonia, videoconferências, objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos, entre outros, possibilitando interações síncronas e assíncronas entre a equipe docente e os estudantes ao longo do desenvolvimento do curso e/ou da unidade curricular. Portanto, os mecanismos de interação selecionados devem promover um processo comunicacional colaborativo, independente do distanciamento físico entre professores e alunos.

c. **Procedimentos avaliativos:**

A avaliação será realizada como parte integrante do processo educativo e acontecerá ao longo do curso ou unidade curricular, podendo ser realizadas atividades avaliativas *online* e também presenciais.

Para definir os procedimentos avaliativos na modalidade EaD é necessário contemplar as seguintes questões:

- Quando e onde realizar a avaliação?
- Como avaliar no ambiente virtual de ensino e aprendizagem?
- Que tipos de instrumentos avaliativos podem ser adotados?
- Quais critérios para correção devem ser adotados?

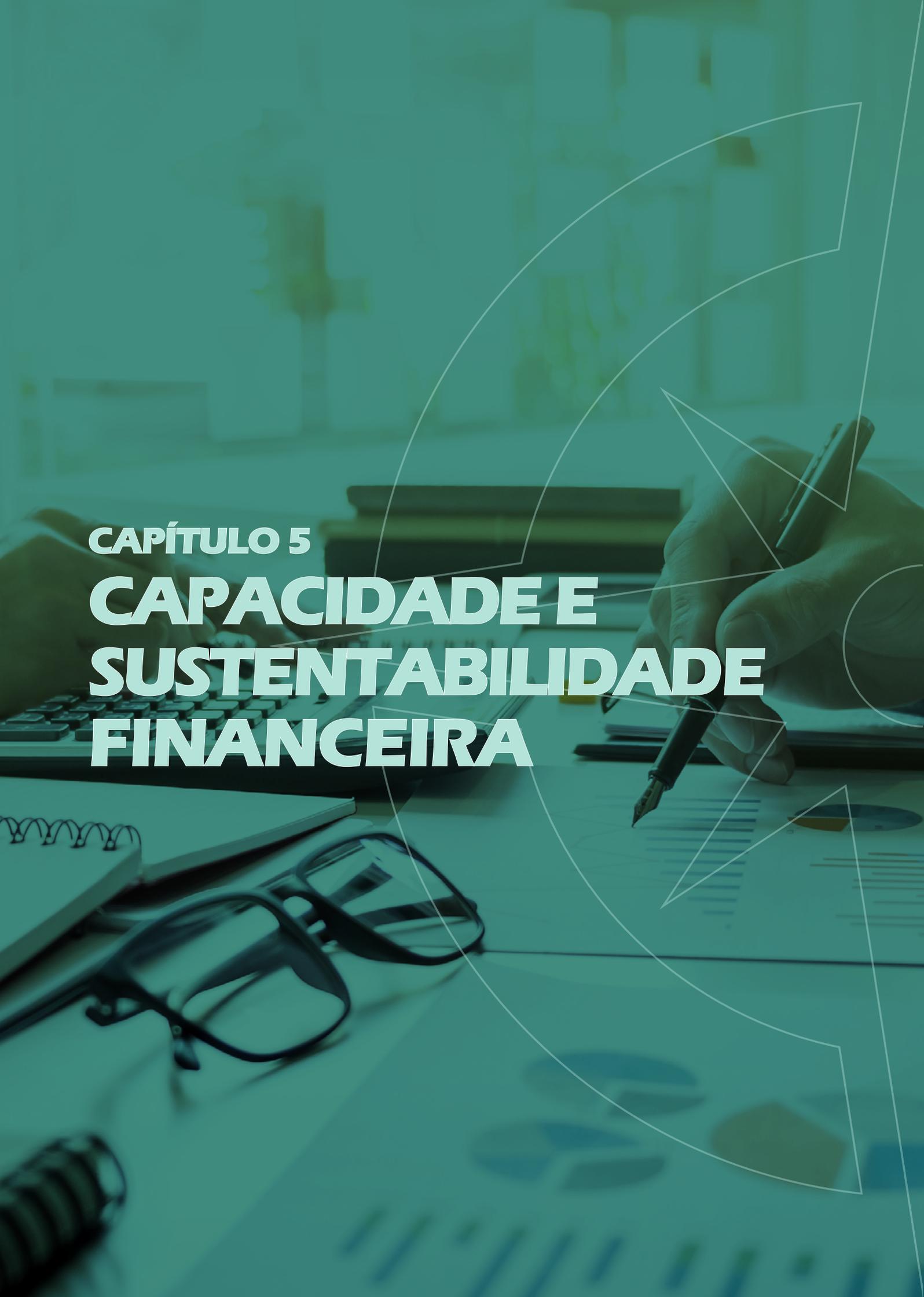
4.5.2. Ofertas por programas com fomento externo

A Universidade Aberta do Brasil orienta as instituições de ensino credenciadas a seguirem o modelo apresentado pelo Quadro 4.6, para a oferta de cursos.

Quadro 4.6 - Modelo de oferta de educação a distância via UAB (modelo 4)

MODELO 4	
Características	Preveem aulas presenciais semanais e a maior parte das unidades curriculares ocorrem a distância. Utiliza principalmente o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle, com atividades e avaliações a distância e presenciais nos polos de apoio presencial da Capes em diversos municípios do Estado de Santa Catarina, docente responsável pela unidade curricular e aulas semanais por videoconferência.
Níveis de curso	Cursos de graduação e pós-graduação.
Equipe do curso	Tutores presenciais, tutores a distância, coordenador de polo, coordenador de curso, professor pesquisador conteudista e equipe multidisciplinar.
Tecnologias utilizadas	Ambiente virtual de ensino e aprendizagem, recurso do Moodle – livro, animações, livro digital, jogos digitais, infográficos, recurso multimídia – H5P, videoaulas e outros objetos de aprendizagem.
Docência e Tutoria	A docência pode ser realizada por professores do IFSC ou colaboradores credenciados por meio de editais públicos. A tutoria é realizada por colaboradores do IFSC ou colaboradores externos credenciados em editais públicos.

É necessário ressaltar que a educação na modalidade a distância apresenta uma equipe multidisciplinar, especialmente destinada para a produção de materiais didáticos, dessa forma, além do professor conteudista e o professor formador, para que os materiais apresentem dialogicidade, interatividade e viabilizem uma aprendizagem colaborativa entre os alunos, outros profissionais são necessários.



CAPÍTULO 5
CAPACIDADE E
SUSTENTABILIDADE
FINANCEIRA

Sumário do capítulo 5

Capacidade e sustentabilidade financeira

5.1. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC.....	106
5.1.1. Estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC.....	107
5.1.2. Orçamento do IFSC.....	107
5.1.3. Matriz Conif.....	109
5.2. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC	111

A sustentabilidade é “consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se essas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade”. (CAPRA, 2006 apud ROSA, 20071, p. 47).

“Em termos econômicos, a sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade e que deve ser cumprido levando em consideração o aspecto da rentabilidade, dando retorno ao investimento realizado [...]”. (DINIZ DA SILVA, 2010 apud BACHA; SANTOS; SCHAUN, 20102, p. 8).

Em resumo, ser sustentável é não gastar ou não planejar gastar mais do que se tem ou se preveja ter, ou seja, não gerar prejuízo, proporcionando o máximo retorno possível ao investimento.

Para ser sustentável o IFSC precisa atender, com a máxima qualidade, eficiência e responsabilidade social, às necessidades dos alunos e da sociedade, para que suas despesas programadas não sejam maiores do que a previsão de receitas. Sendo assim, IFSC gerencia os seus recursos financeiros com efetividade, a fim de maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas, por meio do planejamento da captação, da aplicação e da execução dos recursos financeiros.

5.1. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC

Considerando a complexidade de gestão de uma instituição multicâmpus e o nível de autonomia administrativa de cada câmpus, para bem atender às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados.

Desse modo, os câmpus do IFSC atuam em rede visando à integração, à inovação e à efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.

A atuação em rede das unidades que compõem o IFSC tem trazido bons resultados e busca tornar ainda mais eficiente a gestão de seus processos para que o ensino ofertado seja da máxima qualidade. Mesmo assim, tem-se a consciência de que muito precisa ser feito e aprimorado e, principalmente, que essa avaliação positiva é resultado do esforço coletivo de servidores comprometidos e qualificados e de alunos competentes e preparados.

Embora a Lei de Criação dos Institutos Federais preveja a identificação orçamentária por câmpus, que é viabilizada pela Matriz Conif (ver seção 5.1.3), é preciso destacar que essa metodologia é um desenvolvimento da própria Rede Federal de EPCT e que – principalmente – o IFSC é um órgão do serviço público federal com missão voltada à sociedade e com recursos públicos como forma de financiamento.

Sendo assim, os recursos destinados ao IFSC por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) não são de cada câmpus ou da Reitoria, são do público. As decisões quanto à alocação e à execução desses recursos não podem levar em consideração os interesses individuais, políticos

1 ROSA, Altair. Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Curitiba, 2007.

2 BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf.

e segmentados. É necessária uma atuação técnica e sistêmica para definição das prioridades institucionais em prol do IFSC e da sua comunidade, compreendendo-se que cada câmpus possui especificidades quanto a diversas condições: número de alunos, número de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, orçamento, cursos ofertados, localização, arranjos produtivos locais, política e cultura, dentre outros.

É primordial, ainda, entender que autonomia administrativa difere de independência e soberania. A autonomia administrativa é garantida somente quando há justiça e equidade no tratamento das questões entre os envolvidos, com o estabelecimento de critérios técnicos e objetivos, visão sistêmica, estabelecimento de diretrizes e regulamentação de processos. Dessa maneira, pode-se ter transparência e unidade entre os câmpus e a reitoria para que o IFSC cumpra sua missão.

Por meio da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o IFSC busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com mais responsabilidade social.

5.1.1. Estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC

A gestão orçamentária do IFSC ocorre de forma parcialmente descentralizada: a Reitoria é, atualmente, a única Unidade Gestora Executora (UG-E), enquanto os câmpus são Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R).

Cada câmpus planeja e gerencia seu orçamento próprio, porém a execução final é realizada pela Reitoria. Alguns procedimentos, porém, já foram descentralizados para agilizar o processo e capacitar os gestores e servidores dos câmpus para a descentralização orçamentária, tais como a emissão de notas de empenho e a liquidação de notas fiscais.

5.1.2. Orçamento do IFSC

Os recursos orçamentários do IFSC advêm do Orçamento Geral da União por meio da LOA, o que permite visualizar os limites da gestão em cada Exercício Financeiro. Os recursos previstos na LOA têm sua execução planejada e dividida em: despesas de pessoal (folha de pagamento), de custeio (funcionamento, manutenção, reformas, serviços, materiais de consumo) e de investimento (obras e aquisição de equipamentos, mobiliários, livros e imóveis).

Tabela 5.1 - Limites orçamentários do IFSC em 2019

SUBDIVISÃO	DISCRIMINAÇÃO	LIMITES
Funcionamento e capacitação da Educação Profissional e Tecnológica	Capacitação	R\$ 697.259
	Custeio	R\$ 55.399.898
	Investimento	R\$ 5.708.207
	Subtotal	R\$ 61.805.364
Mais limites orçamentários	Despesas Correntes - recursos próprios (fonte 250)	R\$ 1.270.689
	Despesas de Capital - recursos próprios (fonte 250)	R\$ 200.000
	Anuidade do Conif	R\$ 87.065
	Assistência Estudantil	R\$ 14.078.353
	Reestruturação e Modernização dos Institutos Federais	R\$ 2.000.923
	Publicidade de Utilidade Pública no estado	R\$ 250.000
	Subtotal	R\$ 17.887.030

SUBDIVISÃO	DISCRIMINAÇÃO	LIMITES
Pessoal e encargos	Inativos e Pensionistas	R\$ 63.024.000
	Pessoal Ativo	R\$348.141.258
	PASEP	R\$ 59.085.000
	Subtotal	R\$ 470.250.258
Outros valores da folha de pessoal	Assistência e Auxílios	R\$ 26.227.535
	Sentenças judiciais e Precatórios	R\$ 6.509.996
	Subtotal	R\$ 32.737.531
TOTAL		R\$ 582.680.183

Fonte: Lei Orçamentária Anual, 2019.

O orçamento inicial do IFSC para 2019, com recursos do Tesouro, atingiu cerca de 583 milhões de reais, compreendendo as despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção e investimentos (Tabela 5.1).

O orçamento destinado ao cumprimento das despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores vem sendo administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC), cabendo à gestão do IFSC informar eventuais reestimativas dentro do exercício.

Conforme apresentado na Tabela 5.1, o orçamento do IFSC conta também com recursos decorrentes de receita própria, ou seja, recursos diretamente arrecadados. Esses recursos são captados por meio de ações como aluguel de ambientes, realização de concursos e outros, compondo uma parcela que correspondeu, em 2019, a 0,25% do valor oriundo da União.

Além desses recursos, o IFSC conta também com os recursos diretamente arrecadados, com orçamento próprio para projetos/programas específicos, tais como Mediotec e UAB, com as descentralizações de créditos, com eventuais emendas parlamentares e com convênios públicos e privados. A instituição firma convênios e termos de cooperação com a Setec, a Capes, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e outros órgãos públicos de fomento. Esses convênios e termos de cooperação permitem ampliar o nível de investimentos e desenvolver outros projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os recursos oriundos de descentralizações de crédito, em sua grande maioria, são firmados por meio de Termos de Cooperação com a Setec, que subsidia as ações de expansão e melhoria da educação profissional e tecnológica.

Os recursos diretamente arrecadados, as descentralizações de créditos e as emendas parlamentares são distribuídos com base em alguns critérios, tais como:

- Matrículas e quantidade de alunos;
- Número de alunos e de docentes;
- Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos;
- Apoio às instituições públicas de ensino;
- Programas de extensão e certificação;
- Produção de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico;
- Núcleos de inovação tecnológica;
- Registro e comercialização de patentes;
- Resultados das avaliações;
- Sistemas de informação e programas do MEC;
- Programas de mestrado e doutorado.

5.1.3. Matriz Conif

A parcela do orçamento da União referente às despesas de investimento e custeio não relativas a pessoal e investimento, previstas na LOA para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - é dividida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz Conif.

Essa matriz é um modelo matemático, elaborado por meio de discussão conjunta entre o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (Forplan) e a Setec.

A metodologia que vem sendo utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos exercícios considera, para efeito de composição e cálculos, uma estrutura e alguns parâmetros. A estrutura da Matriz é composta por blocos: pré-expansão³, expansão⁴, Reitoria, ensino a distância, assistência estudantil, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão tecnológica. Os parâmetros utilizados são os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) referentes aos dois semestres anteriores à programação orçamentária⁵, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as categorias dos câmpus (implantado ou em implantação, agrícola ou não, etc.) e os tipos e pesos dos cursos.

Dessa forma, as principais variáveis que impactam no valor destinado a cada instituição são: a quantidade de alunos matriculados e os pesos distintos para os vários cursos ofertados. Esses pesos são definidos considerando-se o custo de implantação e manutenção de um curso na Rede Federal. As matrículas são equalizadas pela carga horária anualizada de cada curso e seu período de oferta ao longo de um semestre. Assim, é possível fazer comparações entre matrículas equalizadas de toda a Rede Federal. Após esses ajustes e discussões entre o Conif e a Setec, a instituição tem seu orçamento previsto e posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A metodologia utilizada visa à participação de todos os gestores e executores das ações da instituição, para garantir a manutenção e o crescimento das suas atividades, instrumentalizando o contínuo caminho para um orçamento participativo e, sobretudo, buscando mais eficiência na gestão da despesa pública.

Os recursos distribuídos na Matriz Conif são previstos, na LOA, como créditos orçamentários vinculados às ações orçamentárias referentes ao funcionamento da educação profissional (ação orçamentária 20RL), à capacitação de servidores (ação orçamentária 4572) e à assistência estudantil (ação orçamentária 2994).

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal ainda traz créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e a outras ações específicas, para as quais não é possível estabelecer uma estimativa. Assim, a Investimento apresenta a série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC evidenciados na LOA de cada ano, conforme agrupamentos de tipos de finalidades de ações orçamentárias, a fim de permitir a verificação de tendências para os cinco anos de vigência do PDI.

3 Câmpus com mais de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC (implantado).

4 Câmpus com menos de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC (em implantação).

5 Meio do ano anterior ao exercício de referência da matriz.

Tabela 5.2 - Série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias

GRUPO DE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	2009 (R\$)	2010 (R\$)	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)
Expansão e reestruturação da Rede Federal de EPT	300.000	18.787.379	35.304.505	8.200.000	9.639.563	25.100.000	32.500.000	6.408.537	2.926.829	11.769.535	2.000.923
Funcionamento da Educação Profissional	11.228.716	23.290.651	36.097.437	61.817.013	63.401.015	70.562.346	73.654.046	65.070.237	60.171.181	59.467.599	62.578.794
Projetos e programas específicos	0	498.107	179.940	40.900	1.870.161	1.030.912	937.518	0	0	0	0
Assistência estudantil	350.000	550.000	2.957.929	4.395.883	5.308.829	8.067.806	8.821.596	9.031.973	12.193.082	14.078.287	14.078.353
Capacitação de servidores	205.000	720.000	866.500	1.125.000	1.206.500	1.691.900	1.493.476	1.307.837	702.911	905.475	697.259
Folha de pagamento	61.674.177	90.926.575	104.668.932	144.482.248	157.658.991	221.731.600	274.761.605	374.806.156	427.575.649	452.740.535	502.987.789
Contribuição ao Conif	0	0	0	75.291	85.900	103.753	110.649	51.979	43.211	86.175	87.065
Publicidade de Utilidade Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000	200.000	250.000
Total de créditos orçamentários	73.757.893	134.772.712	180.075.243	220.136.335	239.170.959	328.184.564	392.278.890	456.676.719	503.812.863	539.247.606	582.680.183
Total de créditos orçamentários menos folha de pagamento	12.083.716	43.846.137	75.406.311	75.654.087	81.511.968	106.452.964	117.517.285	81.870.563	76.237.214	86.507.071	79.692.394

Fonte: Lei Orçamentária Anual.

5.2. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC

A necessidade de melhorar a aplicação dos recursos levou o IFSC, desde 2012, a utilizar as UG-R para identificar o gasto das despesas por cada um dos câmpus, pró-reitorias e gabinete. Respeitou-se a indicação do valor destinado a cada câmpus pela Matriz Conif, definida pelo número de alunos e pelo peso dos cursos, bem como pelas demandas das políticas institucionais, como ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas, entre outras.

Para que a gestão dos recursos financeiros do IFSC seja realizada de forma sustentável e eficiente, essas estratégias e ações efetivas, bem como a discussão participativa, são necessárias. O conjunto de unidades que compõem o IFSC precisa se organizar tecnicamente para planejar a execução de seus projetos prioritários dentro de seus limites orçamentários e, assim, conseguir planejar o atendimento, a médio e longo prazo, de todas as suas necessidades para o atendimento pleno de sua missão.

É preciso, acima de tudo, visão sistêmica dos gestores e da comunidade para entender o IFSC como uma única instituição com necessidades comuns e específicas que precisam ser tratadas conjuntamente por todos os atores envolvidos e, assim, resolvidas de forma mais eficiente e justa.

Não é possível atender a todas as necessidades de cada câmpus do IFSC em apenas um exercício e sem a atuação conjunta, seja ela procedimental ou orçamentário-financeira.

Além disso, é necessário que a cada novo projeto que se pretenda implementar - um novo curso, uma nova estrutura, um novo equipamento ou a contratação de um serviço - seja analisado o custo atual e posterior do investimento e não apenas o seu preço momentâneo.

Essas estratégias de atuação em rede têm como objetivo evitar o retrabalho e o desperdício do dinheiro público, compartilhar boas práticas, desburocratizar a gestão e, principalmente, proporcionar a melhor qualidade possível do serviço público prestado à comunidade: o ensino público, gratuito e de excelência.

Dessa forma, a visão sistêmica de todos os envolvidos na gestão administrativa do IFSC se concretiza nas seguintes ações e princípios:

- Diretrizes orçamentárias para gestão em rede, democrática e sustentável;
- Prazos e procedimentos claros e objetivos, visando à qualidade do gasto público, à eficiência e à possibilidade de recursos extraorçamentários;
- Gestão de planejamento e orçamento do IFSC;
- Mapeamento de competências e capacitação permanente;
- Estabelecimento de “Planos Diretores Institucionais” para tecnologia da informação, para licitações e para obras/serviços de engenharia - incluindo a discussão de diretrizes, procedimentos, normas e planejamento - com o estabelecimento de critérios para definição de prioridades - e execução conjunta;
- Processos de execução orçamentária conjunta, tais como “Compras Compartilhadas” (economia de escala, melhor planejamento, prevenção de retrabalho);
- Realização de fóruns de discussão e compartilhamento;
- Além disso, são estabelecidas estratégias para a sustentabilidade financeira em cada câmpus:
 - Diagnóstico participativo de necessidades de curto, médio e longo prazo;
 - Elaboração e revisão participativas dos Planos Anuais de Trabalho (PAT);
 - Vinculação/condicionamento da execução de despesas à previsão específica no PAT (com revisões trimestrais e provisão para despesas com imprevistos, inovações, etc);
 - Tomadas de decisão de forma democrática e além dos mandatos de gestão;
 - Acompanhamento e avaliação da execução orçamentária (disponibilização de relatórios bimestrais);

- Definição de despesas essenciais e demais prioridades (apresentação e discussão democrática em cada unidade);
- Plano de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos;

Outra estratégia de gestão econômico-financeira é a captação de recursos extraorçamentários. Além da dotação definida na LOA, o IFSC necessitará de aporte de recursos extraorçamentários para a consolidação e adequação da infraestrutura, bem como para a aquisição de mobiliário e equipamentos, a qualificação dos servidores e a assistência ao estudante, durante a vigência do PDI.

Nos últimos anos, o Instituto recorreu à Setec para obter suplementação orçamentária, por meio de descentralização de crédito, a fim de implementar suas ações e financiar seu crescimento. As descentralizações de crédito obtidas com órgãos públicos, em sua maioria, são firmadas com a Setec, que subsidia, em maior volume, as ações de expansão, a melhoria da educação tecnológica e a construção de câmpus.

Essa providência tem ocorrido com o intuito de minimizar o impacto das despesas do IFSC com a contratação dos serviços terceirizados e serviços essenciais ao funcionamento instituição sobre o orçamento de custeio e de investimento da rede. Outra forma de minimizar essa situação é o aumento das receitas próprias do IFSC, por meio da prestação de serviços e da realização de convênios e parcerias, além de melhorar a qualidade do gasto e a eficiência na gestão dos processos.

Ao longo dos últimos anos, o IFSC vem implantando o Programa IFSC Sustentável, com o objetivo de propor e sistematizar a prática de ações que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais, ao aprimoramento da gestão visando à eficiência, à atuação com foco social e ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica. Em 2015, o IFSC elaborou e implantou o Plano de Gestão de Logística Sustentável. Assim, ações administrativas passaram a ser implementadas nesse sentido, dentre elas a adoção de sistema de compras compartilhadas, editais de obras e compras com critérios sustentáveis, melhoria da qualidade do gasto público com mais planejamento efetivo e diminuição das compras diretas, além da adesão ao Sistema Esplanada Sustentável (SISPES), que monitora o consumo de energia elétrica e água, em atendimento ao disposto na Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, do Ministério do Planejamento. Além disso, diversas ações pontuais foram sistematizadas para compartilhamento de boas práticas, como impressões frente e verso, redução do uso de papel, distribuição de canecas de material reciclado, capacitações, reciclagem, reaproveitamento de água da chuva. Para consolidar esse rol de iniciativas e ações de gestão sustentável, bem como ampliar o escopo da sustentabilidade no IFSC, em 2018 a instituição aprovou sua Política de Sustentabilidade (Resolução Consup nº 28 de 21/08/2018), trazendo diretrizes também para ensino, pesquisa e extensão.

The background is a teal-tinted image of chess pieces on a board. A large white outline of a chess knight is superimposed on the right side. The text is centered in the left half of the image.

CAPÍTULO 6

**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO
INSTITUCIONAL**

Sumário do capítulo 6

Planejamento estratégico institucional

6.1. DIMENSÕES DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	115
6.2. ANÁLISE AMBIENTAL	116
6.3. FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA	122
6.3.1. Objetivos estratégicos na perspectiva dos Alunos e da Sociedade	123
6.3.2. Objetivos estratégicos na perspectiva dos Processos Internos:	124
6.3.3. Objetivos estratégicos na perspectiva das Pessoas e do Conhecimento	125
6.4. MAPA ESTRATÉGICO	126
6.5. INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS	127
6.6. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	129
6.7. PLANOS ESTRATÉGICOS ESPECÍFICOS	131
6.7.1. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – Petic	131
6.7.2. Plano Estratégico de Permanência e Êxito – PPE	135

A estrutura multicâmpus do IFSC e as metas estabelecidas para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica requerem mecanismos de gestão que garantam o fortalecimento do caráter sistêmico do Instituto e a consolidação da identidade institucional.

“O planejamento, como tarefa natural ao ser humano, é o processo de divisar o futuro e agir no presente para construí-lo. Assim, planejar é organizar um conjunto de ideias que representem esse futuro desejado e transformar a realidade para que esse conjunto nela se realize no todo ou em parte” (GANDIN, D.; GANDIN, L. A. Temas para um Projeto Político Pedagógico. 4. ed. Petrópolis: 2001, p. 37)

Nesse contexto, o planejamento estratégico assume um papel central no processo de gestão. Durante o período de vigência deste PDI, o Planejamento Estratégico Institucional orientará a elaboração participativa dos Planos Anuais de Trabalho da Reitoria e dos Câmpus, os quais resultam na proposta orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União (PLOA) e agendas capazes de promover a transformação.

O planejamento estratégico do IFSC é baseado na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC). Esse método visa à construção de uma abordagem sistêmica, que traduz a estratégia em indicadores de desempenho, com o intuito de prover ao gestor um sistema de avaliação com visão abrangente da organização, para auxiliar a implementação da estratégia. Ao considerar as particularidades do contexto institucional, por meio de métricas que permitam aos seus usuários a visualização dos impactos de suas ações, o BSC também proporciona a melhoria do processo de construção do conhecimento da própria organização.

Como etapa inicial do planejamento estratégico, foi realizada a análise ambiental interna e externa, utilizando-se a ferramenta Matriz SWOT para sistematizar os resultados de diagnósticos e avaliações aplicadas junto aos segmentos da comunidade acadêmica ao longo dos últimos anos. A partir da análise ambiental, as áreas responsáveis pela gestão estratégica do IFSC identificaram os objetivos à luz das diferentes perspectivas do BSC, para, então, definir as bases da implementação da estratégia e sua mensuração. Esse processo de planejamento reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro do IFSC.

A seguir, são apresentadas as dimensões do Planejamento do IFSC, a análise ambiental, a formulação estratégica, o novo Mapa Estratégico do IFSC e o desdobramento de seus objetivos em indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o ciclo 2020-2024.

6.1. DIMENSÕES DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

- O planejamento é um instrumento da administração e possui três dimensões distintas:
- IV. Estratégica, que abrange toda a organização e se projeta em longo prazo;
 - V. Tática, que se refere ao planejamento de cada diretoria ou área específica da organização, com projeção de médio prazo;
 - VI. Operacional, que envolve as atividades específicas e tarefas de curto prazo ou imediatas.

Além do prazo, estas dimensões se diferenciam também nos níveis hierárquicos envolvidos e no modo como influenciam o resultado geral da organização. Tais dimensões atuam estruturando hierarquicamente o planejamento de tal forma que, em cada uma delas, seus planos e projetos se integrem com intuito de alcançar os objetivos institucionais.

Conforme ilustrado pela Figura 6.1, que sintetiza as diferentes dimensões do planejamento e os respectivos planos que as explicitam, enquanto instituição de educação,

o IFSC agrega uma quarta dimensão ao seu planejamento. A dimensão Político-pedagógica não apenas é hierarquicamente superior às demais, como também assume um caráter “transdimensional”, uma vez que a implementação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) dá-se tanto pelo desdobramento direto ao nível estratégico quanto indiretamente pelo seu exercício na execução dos planos táticos e operacionais, bem como nos próprios processos de trabalho do dia a dia.

O PDI 2020-2024 do IFSC apresenta as dimensões Político-Pedagógica, Estratégica e Tática do planejamento institucional na forma de capítulos ou seções de capítulos, como também mostra a Figura 6.1.

Alinhado às concepções e diretrizes expressas no **Capítulo 2 – Projeto Pedagógico Institucional**, este **Capítulo 6 - Planejamento Estratégico Institucional (PEI)** apresenta um conjunto de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que pretende mobilizar os servidores e os recursos da instituição para o planejamento e execução de ações direcionadas à realização de sua visão de futuro e à concretização das concepções de educação adotadas pela instituição.

Enquanto PPI e PEI pretendem conferir identidade e intenções comuns a todos, na dimensão tática, o **Capítulo 7 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV)** e a **seção 9.3 - Plano Quinquenal de Infraestrutura (PQInfra)** criam condições para que as proposições estabelecidas no planejamento estratégico sejam alcançadas.

O POCV é responsável por definir as diretrizes que nortearão os temas relacionados à oferta de vagas, admissão de professores e da ampliação de espaço físico. Já o Plano Quinquenal de Infraestrutura visa, principalmente, a garantir a infraestrutura necessária para a execução do Plano de Oferta de Cursos e Vagas, sempre orientando a aplicação de recursos de maneira eficiente.

Como desdobramentos do PDI na dimensão operacional, os **Projetos Pedagógicos de Curso (PPC)** e o **Plano Anual de Trabalho (PAT)**, elaborados pelas Unidades Gestoras Responsáveis do IFSC, buscam tornar tangível a estratégia por meio de ações que visem à concretização da proposta pedagógica e ao alcance dos objetivos estratégicos, de forma alinhada às prioridades estabelecidas pela gestão e em acordo com as políticas concebidas e aprovadas pelos órgãos colegiados.



Figura 6.1 - Dimensões do planejamento institucional no IFSC

6.2. ANÁLISE AMBIENTAL

O IFSC influencia e é influenciado pelo meio em que atua. Sua missão, voltada à geração de impacto social, fortalece ainda mais a necessidade da instituição voltar esforços para compreender o contexto político, econômico e social onde está inserida. Principalmente por

se tratar de uma instituição pública, que zela pelo patrimônio da sociedade, faz-se necessário observar os impactos das influências internas e externas nas políticas e diretrizes da entidade. Por isso, uma análise acurada do cenário interno e externo à instituição é de grande relevância. A compreensão dos fatores extrínsecos que possam impactar a condução da instituição é um importante elemento a ser observado. Em virtude disso, o planejamento estratégico perde seu sentido se não partir de uma avaliação dos ambientes interno e externo, capaz de proporcionar a percepção de cenários presentes e futuros.

A compreensão do ambiente estratégico do IFSC foi realizada por meio do uso da ferramenta Matriz SWOT,¹ ilustrada pela Figura 6.2



Figura 6.2 - Matriz SWOT

Inicialmente, cada unidade acadêmica construiu sua Matriz SWOT local, composta pelas dez principais forças e fraquezas do IFSC e as dez principais oportunidades e ameaças ao IFSC, ranqueando-as por ordem de relevância. Os fatores do ambiente interno (forças e fraquezas) foram identificadas a partir da análise dos resultados de diagnósticos e pesquisas realizadas ao longo do tempo junto aos segmentos da comunidade interna, com destaque para os relatórios de Autoavaliação Institucional elaborados pela CPA, relatório da Avaliação Institucional Externa realizada pelo INEP, aos fatores promotores de evasão e retenção levantados para a elaboração do Plano de Permanência Êxito e a pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho do IFSC. Os fatores do ambiente externo foram levantados via análise PESTAL, que busca identificar as oportunidades e ameaças advindas dos fatores Políticos, Econômicos, Sociais, Tecnológicos, Ambientais e Legais.

Após a construção das matrizes locais, fatores ambientais foram sistematizados por tema e semelhança, para que os gestores das pró-reitorias e diretorias da Reitoria identificassem eventuais fatores não observados pelo ponto de vista dos câmpus, avaliassem os fatores agrupados quanto aos seus respectivos níveis de impacto de cada um na realização da Visão do IFSC e ordem de relevância ou intensidade. Com as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades assim ponderadas, a Reitoria produziu a Matriz SWOT global, composta pelos 40 fatores ambientais mais relevantes para a formulação da estratégia institucional, como mostram os Quadros 6.1 a 6.4.

1 Streghts (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Oportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças).

Quadro 6.1 - Forças do IFSC conforme Matriz SWOT global

FORÇAS		RELEVÂNCIA	IMPACTO NA VISÃO
S1	Ensino público, gratuito e de qualidade	1,00	10,0
S2	Cursos alinhados com as atividades econômicas e demandas sociais regionais	0,59	8,6
S3	Política e programas internos de assistência estudantil bem estruturados	0,54	8,8
S4	Infraestrutura adequada às ofertas dos câmpus implantados	0,54	8,8
S5	Quadro de servidores capacitado e com alto índice de titulação	0,49	7,7
S6	Boa visibilidade e imagem positiva do IFSC junto às comunidades atendidas	0,40	9,2
S7	Incentivo à participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio internacional	0,37	9,6
S8	Oferta de cursos em áreas, formas, tipos e níveis diversificada e organizada em itinerários formativos verticalizados	0,28	6,1
S9	Gestão participativa e escolha democrática de gestores e representantes dos segmentos nos órgãos colegiados	0,15	7,5
S10	Institucionalização do ensino a distância	0,14	6,8

Quadro 6.2 - Fraquezas do IFSC conforme Matriz SWOT global

FRAQUEZAS		RELEVÂNCIA	IMPACTO NA VISÃO
W1	Altos índices de evasão e retenção escolar	1,00	10,0
W2	Pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno	0,41	9,2
W3	Infraestrutura física insuficiente para consolidação dos câmpus ainda em implantação e para ampliação da oferta de cursos e vagas nos câmpus implantados	0,39	7,5
W4	Falta de identificação e de atendimento às demandas no ensino, na pesquisa e na extensão alinhados aos cenários futuros	0,28	8,1
W5	Gestão estratégica baseada em indicadores ainda incipiente e pouca articulação entre os processos de planejamento e a avaliação do desempenho	0,24	7,1
W6	Relacionamento com egressos ainda incipiente	0,17	7,9
W7	Infraestrutura e serviços de suporte ao aluno ainda insuficientes quanto à alimentação escolar e à acessibilidade.	0,16	7,4
W8	Desequilíbrio nos quadros de servidores técnico-administrativos dos câmpus e falta dimensionamento de pessoal baseada em processos	0,13	4,9
W9	Processo de ingresso complexo, pouco acessível a alguns dos públicos da EPT e com eficiência questionável para alguns tipos de curso, como FIC e Graduação	0,12	5,4
W10	Carências infraestruturais, regulatórias e de pessoal para consolidação e ampliação de ofertas de EaD	0,09	5,6

Quadro 6.3 - Oportunidades para o IFSC conforme Matriz SWOT global

OPORTUNIDADES		RELEVÂNCIA	IMPACTO NA VISÃO
01	Vocação econômica regional demandante de cursos e projetos nas áreas de atuação do câmpus	1,00	8,4
02	Contextos demográficos e sócio-educacionais regionais favoráveis à ampliação da oferta de cursos e vagas	0,80	7,9
03	Espaço para mais parcerias com órgãos governamentais e com instituições públicas e privadas	0,67	7,1
04	Alta demanda por Ensino a Distância e possibilidade de 20% de EaD nos cursos presenciais	0,25	6,7
05	Metas do PNE para curricularização da extensão, ampliação da educação profissional de nível médio, EJA, formação de professores, EaD e educação bilíngue (Libras-Português)	0,24	8,3
06	Existência de editais de fomento externo	0,20	6,5
07	Demandas sócio-culturais a serem atendidas por projetos de extensão, inovação e transferência de tecnologia	0,16	7,5
08	Existência ou previsão de criação de centros/polos de inovação tecnológica no município do câmpus	0,10	5,7
09	Novas profissões e competências decorrentes do desenvolvimento tecnológico do mundo	0,07	4,6
10	Perfil do estudante contemporâneo da era digital	0,07	5,5

Quadro 6.4 - Ameaças ao IFSC conforme Matriz SWOT global

AMEAÇAS		RELEVÂNCIA	IMPACTO NA VISÃO
T1	Contexto político-econômico nacional incerto quanto às políticas públicas para a EPT gratuita, de qualidade, democrática e pedagogicamente autônoma.	0,71	7,9
T2	Evolução orçamentária incerta e desproporcional ao crescimento do número de alunos e demandas de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura	1,00	9,5
T3	Deficiências na formação básica e priorização do trabalho em relação aos estudos	0,59	9,0
T4	Carência de transporte público e problemas de mobilidade urbana	0,40	7,8
T5	IFSC ainda não consolidado como referência para todos os seus públicos estratégicos	0,29	8,0
T6	Cenários econômicos regionais desfavoráveis à inserção profissional e ao desenvolvimento tecnológico	0,21	7,2
T7	Falta de valorização da formação profissional pela sociedade	0,18	7,2
T8	Desqualificação da imagem do serviço público e desvalorização da carreira do servidor público	0,13	3,8
T9	Crescimento da oferta de educação a distância por instituições particulares	0,11	5,6
T10	Falta de implementação das políticas públicas para o atendimento de pessoas com deficiência	0,09	5,2

Identificados os 40 fatores ambientais mais representativos do contexto institucional, o grupo de gestores da Reitoria passou à etapa de análise estratégica por meio da Matriz SWOT Cruzada.

O método de uso dessa ferramenta parte da definição de pesos para cada cruzamento entre fatores externos e internos, conforme a intensidade de seu correlacionamento. A Figura 6.3 apresenta a Matriz SWOT Cruzada do IFSC, em que uma escala de cores representa a relevância de cada cruzamento. A pontuação em cada célula do quadro é a multiplicação de três números: os *níveis de impacto na visão* do par de fatores cruzados e a *intensidade da sua correlação*.

Na sequência, a análise estratégica se desenvolve pela observação dos cruzamentos mais relevantes entre fatores internos e externos em cada quadrante, para os quais são discutidas e elencadas propostas de como a instituição pode:

- usar suas forças para aproveitar as oportunidades (quadrante forças x oportunidades);
- usar suas forças para se proteger das ameaças (quadrante forças x ameaças);
- minimizar suas fraquezas para aproveitar as oportunidades ou aproveitar as oportunidades para minimizar as fraquezas (quadrante fraquezas x oportunidades);
- mitigar suas fraquezas para minimizar impacto das ameaças (quadrante fraquezas x ameaças).

Análise Estratégica		Forças (S)										Fraquezas (W)										Total das linhas	
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	W1	W2	W3	W4	W5	W6	W7	W8	W9	W10		
SO: usar as forças para aproveitar as oportunidades ST: utilizar as forças para mitigar as ameaças WO: eliminar fraquezas para aproveitar as oportunidades ou aproveitar as oportunidades para eliminar as fraquezas WT: eliminar as fraquezas para mitigar as ameaças A pontuação em cada célula é a multiplicação de três números: o nível de impacto na visão de cada fator cruzado (ver aba 1) e a intensidade da sua correlação (aba 2).		Ensino público, gratuito e de qualidade Oferta de cursos alinhada com as demandas econômicas e demandas sociais regionais Política e programas internos de assistência estudantil bem estruturados Infraestrutura adequada às ofertas nos campi implantados Quadro de servidores capacitado e com alto índice de titulação Boa visibilidade e imagem positiva do IFSC junto às comunidades atendidas Incentivo à participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio internacional Oferta de cursos organizada em lineares formativos verticalizados em diversas áreas do conhecimento Gestão participativa e escolha democrática de gestores e representantes dos segmentos nos órgãos colegiados Institucionalização do ensino a distância										Altos índices de evasão e retenção escolar Pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno Infraestrutura física insuficiente para consolidação dos campi ainda em implantação e para ampliação da oferta de cursos e vagas nos campi implantados Processos ainda incipientes para identificação de demandas da sociedade por ensino, pesquisa e extensão Gestão estratégica baseada em indicadores ainda incipiente e pouca articulação entre os processos de planejamento e a avaliação do desempenho Reajustamento com egressos ainda incipiente Infraestrutura e serviços de suporte ao aluno ainda insuficientes quanto à alimentação, escolar e acessibilidade Desequilíbrio no quantitativo de servidores técnico-administrativos dos campi e dimensionamento de pessoal não baseado em processos Processo de ingresso complexo, pouco acessível a alguns dos públicos da educação profissional e com eficiência questionável para alguns tipos de curso, como FIC e Grauação Câmaras infraestruturais regulatórias e de pessoal para consolidação e ampliação de ofertas de ensino a distância											
Oportunidades (O)	O1	Vocação econômica regional demandante de cursos e projetos nas áreas de atuação do câmpus	59	50	7	37	19	23	40	36	6	6	8	39	19	47	18	46	6	12	14	5	493
	O2	Contextos demográficos e socioeducacionais regionais favoráveis à ampliação da oferta de cursos e vagas	55	48	35	35	18	51	0	34	6	38	8	22	42	32	28	44	18	19	30	4	562
	O3	Espaço para mais parcerias com órgãos governamentais e com instituições públicas e privadas	0	18	6	19	38	46	34	13	5	5	7	20	27	40	5	6	5	3	0	0	297
	O4	Alta demanda por Ensino à Distância e possibilidade de 20% de EaD nos cursos presenciais	47	17	0	6	15	31	0	12	5	32	47	6	5	16	14	5	5	3	11	26	279
	O5	Metas do PNE para curricularização da extensão, ampliação da educação profissional de nível médio, educação de jovens e adultos, formação de professores, ensino a distância e educação bilíngue (Libras-Português)	25	22	22	22	6	23	8	36	6	40	0	8	44	7	41	7	19	4	32	33	370
	O6	Existência de editais de fomento externo	6	6	0	6	35	18	31	4	5	4	19	18	24	37	5	5	5	9	0	4	237
	O7	Demandas socioculturais a serem atendidas por projetos de extensão, inovação e transferência de tecnologia	23	19	0	33	29	48	51	14	6	0	53	48	17	42	27	42	6	4	0	0	460
	O8	Existência ou previsão de criação de centros/pólos de inovação tecnológica no município do câmpus	6	24	0	15	30	37	38	3	4	0	28	16	13	32	0	4	4	3	0	0	258
	O9	Novas profissões e competências decorrentes do desenvolvimento tecnológico do mundo	5	4	0	20	18	21	4	3	3	3	32	4	10	26	10	25	3	2	2	3	197
	O10	Perfil do estudante contemporâneo da era digital	6	0	0	0	4	5	5	0	4	27	39	5	0	31	4	0	0	3	0	22	133
Ameaças (T)	T1	Contexto político-econômico nacional incerto quanto às políticas públicas para a EPT gratuita, de qualidade, democrática e pedagogicamente autônoma	55	34	7	0	18	51	0	0	6	16	51	22	18	45	17	31	18	0	13	4	403
	T2	Evolução orçamentária incerta e desproporcional ao crescimento do número de alunos e demandas de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura	0	0	0	0	22	44	0	0	7	20	62	0	21	39	34	8	7	5	5	5	273
	T3	Deficiências na formação básica e priorização do trabalho em relação aos estudos	45	23	55	8	21	42	61	38	7	43	8	8	7	7	0	21	33	4	25	15	458
	T4	Carência de transporte público e problemas de mobilidade urbana	0	0	21	0	0	0	0	0	0	37	51	0	0	6	0	0	0	0	0	4	115
	T5	IFSC ainda não consolidado como referência para todos os seus públicos estratégicos	40	21	21	50	31	52	39	15	0	16	22	7	18	19	17	19	30	12	31	13	459
	T6	Cenários econômicos regionais desfavoráveis à inserção profissional e ao desenvolvimento tecnológico	7	43	19	19	6	20	21	13	0	15	46	7	16	41	25	17	0	4	4	4	322
	T7	Falta de valorização da formação profissional pela sociedade	7	43	0	6	28	33	48	22	0	5	46	7	5	17	25	28	5	4	4	0	335
	T8	Depreciação da imagem do serviço público e desvalorização da carreira do servidor público	4	3	0	17	21	25	11	7	9	3	11	4	14	9	14	9	9	2	2	0	172
	T9	Crescimento da oferta de educação a distância por instituições particulares	28	5	5	15	13	26	16	10	0	27	5	0	13	32	12	0	0	3	16	21	224
	T10	Falta de implementação das políticas públicas para o atendimento de pessoas com deficiência	0	0	14	5	0	0	0	0	0	0	34	0	4	0	0	0	19	0	0	0	75
Totais das colunas		417	381	211	312	371	595	408	260	79	336	577	240	316	526	295	318	191	96	190	163		

Figura 6.3 - Matriz Swot Cruzada do IFSC.

6.3. FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA

De acordo com a metodologia do *Balanced Scorecard*, a estruturação do mapa estratégico em perspectivas é um fator-chave para uma visão ampliada da instituição e essencial para o desenvolvimento de um sistema equilibrado de mensuração do desempenho da estratégia.

Para este novo ciclo de planejamento, foram mantidas as três perspectivas adotadas para o planejamento estratégico 2015-2019:

- **Alunos e Sociedade:** preocupa-se em medir o quanto as escolhas estratégicas da instituição estão contribuindo para atender a seus alunos e beneficiar a sociedade como um todo. A formulação dos objetivos estratégicos desta perspectiva passa pela resposta à seguinte pergunta: para realizar nossa Visão, como devemos ser percebidos pelos nossos alunos e pela sociedade?
- **Processos Internos:** nesta perspectiva são estabelecidos objetivos voltados à melhoria dos processos existentes e à implantação de processos inovadores que promovam o alcance dos objetivos da perspectiva Alunos e Sociedade. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem responder à seguinte pergunta: o que é crítico melhorarmos ou inovarmos no nosso fazer para que sejamos uma instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica?
- **Pessoas e Conhecimento:** representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar crescimento e melhoria a longo prazo, analisando e repondo seus capitais humano, informacional e organizacional de modo a favorecer os alcances dos objetivos da perspectiva dos Processos Internos. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem responder à seguinte pergunta: Como proveremos a nossa capacidade de fazer, aprender, melhorar e inovar?

Compreendidos como a decomposição da visão de futuro, os objetivos estratégicos foram formulados com base:

- nas percepções e propostas desenvolvidas na análise estratégica dos fatores ambientais;
- na consideração dos demais elementos da identidade institucional, como suas finalidades e objetivos legais, missão e valores;
- na avaliação dos Objetivos Estratégicos do período 2015-2019;
- nas três perspectivas estratégicas;
- na análise da Cadeia de Valor do IFSC;

O primeiro passo da formulação dos novos objetivos foi usar o resultado da análise estratégica dos fatores ambientais, conforme ilustra o Quadro 6.1, como parâmetro para determinar o quanto ainda estariam válidos e atualizados os objetivos estratégicos da perspectiva Alunos e Sociedade para o período 2015-2019. Uma vez definidos, para cada um deles procurou-se identificar, na Cadeia de Valor do IFSC, os processos críticos para suas respectivas consecuições. Novamente, se recorreu à análise estratégica e à reavaliação dos objetivos então vigentes, para identificação dos novos objetivos estratégicos da perspectiva dos Processos Internos. Seguindo a metodologia, finalizou-se a formulação da estratégia com a revisão dos objetivos que, desde a perspectiva das Pessoas e Conhecimento, são estratégicos enquanto suporte ao alcance dos objetivos definidos para a transformação ou inovação dos processos internos críticos.

Quadro 6.5 - Relação dos Objetivos Estratégicos com a Matriz SWOT.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		RELAÇÃO COM A MATRIZ SWOT
A1	Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região	S1-02, S2-01, W6-01, W6-02
A2	Gerar conhecimento e transferir tecnologia de acordo com as necessidades da sociedade.	S7-07, W2-07
A3	Proporcionar formação profissional voltada à cidadania	S7-07, W4-T1
A4	Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	S6-02, S6-T1
A5	Consolidar imagem e identidade de instituição de educação profissional pública, gratuita e de qualidade	S6-T5, S6-T8
P1	Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno	W1, W10
P2	Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade	W1, W2, W4
P3	Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral	W1, W2
P4	Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	W4
P5	Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos à EPT	W6
P6	Aprimorar os serviços de suporte ao aluno	W1, W7
P7	Relacionar-se com os egressos	W6-T7, W6-07, S6-09
P8	Consolidar a internacionalização da instituição	W1
P9	Consolidar a governança institucional	W3, W5, W8, W10
C1	Fortalecer a gestão do conhecimento	n.a.2
C2	Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	n.a.
C3	Desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia	n.a.
C4	Desenvolver cultura organizacional orientada por processos e competências	n.a.

As seções a seguir apresentam os 18 Objetivos Estratégicos que representam a formulação estratégica para o período 2020-2024. Os objetivos estão codificados de acordo com a perspectiva a que pertencem, e acompanhados de suas respectivas descrições, as quais são necessárias para melhor compreensão do direcionamento estratégico da instituição.

6.3.1. Objetivos estratégicos na perspectiva dos Alunos e da Sociedade

A1 - Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região:

Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional e proporcionando as melhores condições de permanência e êxito aos alunos.

2 O cruzamento SWOT não se aplica diretamente aos objetivos da perspectiva Pessoas e Conhecimento, pois foram elaborados para conjuntamente darem suporte ao alcance dos objetivos da perspectiva Processos Internos.

A2 - Gerar conhecimento e transferir tecnologia de acordo com as necessidades da sociedade:

Produzir conhecimento a partir das necessidades da sociedade, visando à construção de produtos, processos e serviços que contribuam com os arranjos produtivos e manifestações sociais e culturais locais.

A3 - Proporcionar formação profissional voltada à cidadania:

Propiciar aos alunos meios para o exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Formar os sujeitos da educação profissional e tecnológica para uma intervenção crítica, inventiva e qualificada no mundo, considerando as dimensões identitárias, culturais, sociais, éticas, estéticas e econômicas do trabalho.

A4 - Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso:

Atuar junto à sociedade para contribuir no desenvolvimento de condições favoráveis ao êxito da inserção socioprofissional dos egressos e na articulação do processo formativo com setores da sociedade, criando oportunidades de inserção socioprofissional ao aluno, ainda em seu percurso formativo.

A5 - Consolidar imagem e identidade de instituição de educação profissional pública, gratuita e de qualidade:

Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

6.3.2. Objetivos estratégicos na perspectiva dos Processos Internos:

P1 - Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno:

Fundamentar a elaboração de currículos no perfil socioeconômico e cultural dos potenciais alunos e em perfis de egressos que enfatizem as competências profissionais decorrentes do desenvolvimento social e tecnológico, para atrair e manter as pessoas que mais precisam da EPT como meio de inserção socioprofissional ou atualização profissional.

P2 - Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade:

Estruturar os processos educativos para que sejam orientados à geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, articulando atividades de ensino, pesquisa e extensão com o viés da inovação e de forma mais integrada com entes públicos e privados. Manter a oferta educativa atualizada e sintonizada com as necessidades e transformações da sociedade, observando-se as tendências sociais e tecnológicas para o desenho de cenários futuros.

P3 - Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral:

Curricularizar pesquisa e extensão, englobando atividades voltadas à cidadania por meio de temas transversais. Desenvolver diretrizes, projetos pedagógicos e práticas educativas fundamentados no trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura como elementos centrais do processo formativo e de promoção da cidadania. Formar alunos protagonistas do desenvolvimento do contexto em que vivem mediante o estímulo à criticidade e da abordagem dos conhecimentos da vida prática.

P4 - Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada:

Participar ativamente das esferas pública e privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT junto à sociedade, de modo a ampliar as oportunidades de inserção socioprofissional aos alunos e egressos e valorizar a importância da educação pública e gratuita como meio de inclusão social e desenvolvimento socioeconômico e cultural.

P5 - Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos à EPT:

Fomentar a experimentação de novas narrativas para o relacionamento com a sociedade dando capacidade aos canais do IFSC de acompanhamento das tendências na área de comunicação, tanto social quanto técnico-científica.

P6 - Aprimorar os serviços de suporte ao aluno:

Proporcionar o suporte e o atendimento necessários para que o aluno realize seus objetivos educacionais e profissionais. A qualificação dos serviços de suporte deve considerar a diversidade dos sujeitos e das condições de aprendizagem, inclusive em termos de trajetória e experiência e/ou deficiência, como fator indispensável à permanência e êxito, à inclusão e ao respeito à pluralidade da sociedade humana.

P7 - Relacionar-se com os egressos:

Estabelecer canais de relacionamento com egressos, oferecendo oportunidades de comunicação que permitam ao IFSC melhorar seus currículos, atualizar suas práticas de ensino, pesquisa e extensão e aproximar os aprendizes das oportunidades de empregabilidade, empreendedorismo e outras estratégias de desenvolvimento nas carreiras profissionais.

P8 - Consolidar a internacionalização da instituição:

Incorporar a internacionalização aos processos da instituição de forma abrangente, transversal e articulada, concretizando-a nas políticas e práticas do corpo docente, na mobilidade discente, nas parcerias e colaborações, de modo a contribuir para a formação integral dos estudantes e promover a imagem de instituição comprometida com a aproximação de culturas e cooperação em prol do progresso científico, cultural, econômico e tecnológico igualitário entre os povos.

P9 - Consolidar a governança institucional:

Desenvolver os mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliação, direcionamento e monitoramento da atuação da gestão, com responsabilidade pelos resultados, transparência e prestação de contas. Estabelecer os processos de participação, autonomia e delegação de poder, gerando o senso de corresponsabilidade quanto à entrega de valor público para alunos e sociedade. Implementar a gestão estratégica e alinhar os processos de avaliação e planejamento, otimizando a utilização dos recursos da instituição, consolidando seu modelo de gestão em rede e promovendo o valor da sustentabilidade.

6.3.3. Objetivos estratégicos na perspectiva das Pessoas e do Conhecimento

C1 - Fortalecer a gestão do conhecimento:

Identificar, sistematizar, disponibilizar e compartilhar dados e informações necessários à gestão dos processos e ao alcance dos objetivos estratégicos, promovendo a gestão participativa e incentivando a cooperação na geração do conhecimento estratégico aos processos de tomada de decisão.

C2 - Desenvolver uma organização saudável para o trabalho:

Desenvolver um ambiente de trabalho saudável em que todos colaboram para o processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho.

C3 - Desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia:

Identificar as competências individuais necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição, avaliar o desempenho dos servidores de acordo com as competências específicas da sua área de atuação e promover eventos de capacitação que diminuam ou eliminem as lacunas de competências essenciais à execução da estratégia.

C4 - Desenvolver cultura organizacional orientada por processos e competências:

Desenvolver relações, decisões e normativos orientados pela gestão por processos e pela gestão de competências, pautados na colaboração, integração entre áreas, visão sistêmica, gestão em rede e com foco na permanência e êxito dos alunos e nas necessidades da sociedade.

6.4. MAPA ESTRATÉGICO

O resultado do desenvolvimento da estratégia da instituição para o período 2020-2024 é sintetizado no Mapa Estratégico do IFSC, apresentado na Figura 6.4.

O mapa estratégico é a representação visual da estratégia do IFSC. Ele organiza os 18 objetivos estratégicos institucionais horizontalmente em cada perspectiva e ilustra as relações de causa e efeito entre objetivos verticalmente alinhados nas diferentes perspectivas. Também integram o mapa estratégico, as declarações da missão e visão da instituição, bem como seus valores. Assim, o mapa conecta todos os principais elementos da estratégia da instituição, comunicando claramente a toda a comunidade o que deve ser alcançado para que sua visão de futuro se realize, dentro dos limites dados pelos valores e em conformidade com sua a missão.

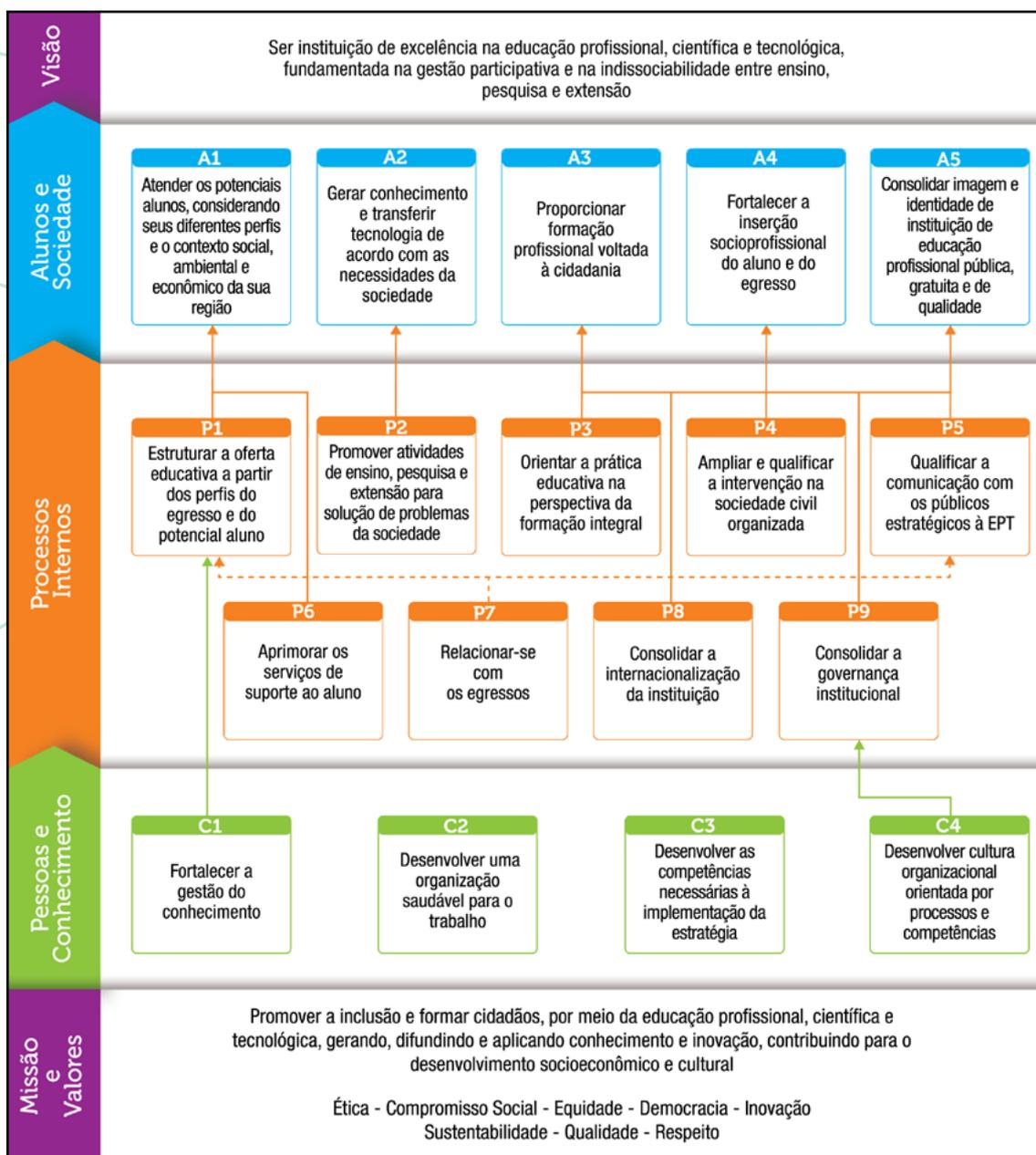


Figura 6.4 - Mapa Estratégico do IFSC

6.5. INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS

Indicadores são métricas estabelecidas como forma de se avaliar em que medida uma atividade está ocorrendo ou produzindo os resultados esperados. Portanto, a cada indicador deve corresponder uma única meta, quantificável e com prazo determinado.

Ainda que o direcionamento estratégico dado pelos objetivos também tenha um papel motivacional e subjetivo, o potencial do planejamento estratégico só é alcançado se houver acompanhamento e avaliação calcadas em medição de resultados. Portanto, cada objetivo estratégico precisa de, pelo menos, um indicador e uma meta associada, como referência para avaliação do desempenho da instituição em persegui-lo. Aplicados ao planejamento estratégico, os indicadores compõem um sistema equilibrado de mensuração (tradução livre de *Balanced Scorecard*) do desempenho da estratégia entre as diferentes perspectivas. Dada a relação de causa e consequência entre objetivos de diferentes perspectivas, esse sistema proporciona a percepção antecipada do que tende a provocar um desempenho indesejável na perspectiva acima, o que dá ao gestor a condição de agir preventivamente, nos objetivos da perspectiva considerada.

Os indicadores estratégicos e metas para 2024 são apresentados nos Quadros de 6.6 a 6.8, tendo um detalhamento maior no APÊNDICE 6.1 – FICHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS.

Quadro 6.6 - Indicadores estratégicos dos objetivos da perspectiva Alunos e Sociedade

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR ESTRATÉGICO		META EM 2024
A1	Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região	A1.1	Índice de eficiência acadêmica	70%
A2	Gerar conhecimento e transferir tecnologia de acordo com as necessidades da sociedade	A2.1	Índice de engajamento para a geração de conhecimento	0,6
			Índice de transferência de tecnologia formal interinstitucional	180
A3	Proporcionar formação profissional voltada à cidadania	A3.1	Relação entre vagas para atividades EPE e matrículas	n.d.3
A4	Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	A4.1	Percentual de inserção socioprofissional do estudante	10%
			Índice de inserção socioprofissional dos egressos	n.d.
A5	Consolidar imagem e identidade de instituição de educação profissional pública, gratuita e de qualidade	A5.1	Índice de conhecimento da instituição pelos públicos estratégicos do IFSC	15 pontos percentuais além da 1ª medição

128

sumário
capítulo

sumário
geral

Quadro 6.7 - Indicadores estratégicos dos objetivos da perspectiva Processos Internos

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR ESTRATÉGICO		META EM 2024
P1	Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno	P1.1	Percentual de preenchimento das vagas de ingresso	100%
		P1.2	Percentual de carga horária de EaD na oferta total de cursos de fomento próprio	20%
P2	Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade	P2.1	Percentual de atividades EPE desenvolvidas a partir do banco de problemas da sociedade	50%
P3	Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral	P3.1	Percentual de PPC com curricularização da extensão e atividades complementares	Técnico: 33% Graduação: 100%
		P3.2	Percentual de carga horária de atividades extraclasse e extracurriculares	n.d.
P4	Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	P4.1	Número de instituições ativas nos Fóruns de Extensão e Relações Externas dos Câmpus	400
		P4.2	Número de cadeiras ocupadas pelo IFSC em fóruns externos	n.d.

3 n.d.: meta ainda não disponível, pois sua determinação depende da análise da primeira medição.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR ESTRATÉGICO		META EM 2024
P5	Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos à Educação Profissional e Tecnológica	P5.1	Percentual de inserções positivas na mídia	10 pontos percentuais além da 1ª medição
		P5.2	Índice de satisfação dos alunos com os canais de comunicação do IFSC	
P6	Aprimorar os serviços de suporte ao aluno	P6.1	Índice de satisfação dos alunos com os serviços de suporte	n.d.
P7	Relacionar-se com os egressos	P7.1	Percentual de egressos de cursos técnicos e superiores engajados na plataforma	30%
P8	Consolidar a internacionalização da instituição	P8.1	Índice de internacionalização	1
P9	Consolidar a governança institucional	P9.1	Índice integrado de gestão e governança	70

Quadro 6.8 - Indicadores estratégicos dos objetivos da perspectiva Pessoas e Conhecimento

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR ESTRATÉGICO		META EM 2024
C1	Fortalecer a gestão do conhecimento	C1.1	Percentual de execução do Plano de Gestão do Conhecimento	20%
C2	Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	C2.1	Índice de percepção de qualidade de vida do servidor no trabalho	>7,36
C3	Desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia	C3.1	Lacuna média geral das competências estratégicas	20%
C4	Desenvolver cultura organizacional orientada por processos e competências	C4.1	Percentual de processos de negócio com os processos de trabalho implantados	100%
			Percentual de subprocessos de gestão de pessoas estruturados de acordo com o Modelo de Gestão por Competências	100%
			Percentual de processos de negócio com as competências vinculadas	100%

Sendo quantificáveis por característica, os indicadores devem poder ser descritos por uma fórmula matemática e, portanto, estarem associados a unidades de medida. Também devem possuir uma série de atributos claramente descritos, como: polaridade, fontes dos dados, responsáveis pela medição e periodicidade de medição. Esse detalhamento dos indicadores estratégicos, por meio de fichas técnicas, consta em documento complementar, aqui apresentado no APÊNDICE 6.1 – FICHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS.

6.6. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Conceitualmente, as iniciativas estratégicas correspondem a projetos, programas e ações planejadas para atingir os objetivos estratégicos, visando construir o alinhamento de todas as unidades à estratégia institucional. Se os objetivos declaram “o que” a instituição pretende alcançar, as iniciativas a eles associadas indicam “o como” as suas metas podem ser perseguidas.

No IFSC, as Iniciativas são o elo entre o Planejamento Estratégico e os Planos Anuais de Trabalho (PAT), inspirando toda a instituição na construção de projetos com potencial estratégico, constituindo o ponto de partida para a definição das prioridades anuais da instituição como um todo e de todas as suas Unidades Gestoras Responsáveis⁴.

Conforme detalhado no Capítulo 10, todo projeto estratégico cadastrado no PAT deve atender a uma das Iniciativas apresentadas nos Quadros 6.9 e 6.10, que apresentam as Iniciativas Estratégicas associadas aos objetivos das perspectivas dos Processos Internos e das Pessoas e Conhecimento. À perspectiva Alunos e Sociedade, não correspondem iniciativas estratégicas, uma vez que seus objetivos representam os principais resultados estratégicos a serem entregues pela atuação sinérgica na melhoria e inovação nos processos internos da instituição.

Quadro 6.9 - Iniciativas estratégicas dos objetivos da perspectiva Processos Internos

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INICIATIVA ESTRATÉGICA	
P1	Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno	P101	Redesenhar o processo Desenvolver Projetos de Curso
		P102	Reestruturar as diretrizes curriculares das ofertas educativas
		P103	Promover a educação a distância
P2	Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade	P201	Institucionalizar um banco de problemas da sociedade do entorno dos câmpus
		P202	Fomentar atividades EPE aplicadas às necessidades da sociedade
P3	Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral	P301	Estabelecer diretrizes voltadas à formação integral nas resoluções dos diferentes tipos de cursos
		P302	Incentivar a curricularização da pesquisa e extensão nos cursos técnicos e de graduação
		P303	Promover atividades que integrem trabalho, ciência, tecnologia e cultura.
P4	Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	P401	Implementar e fortalecer os Fóruns de extensão e relações externas nos câmpus.
		P402	Ampliar a representação do IFSC em fóruns externos
P5	Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos à EPT	P501	Realinhar as estratégias de comunicação do IFSC considerando a análise da percepção dos públicos
P6	Aprimorar os serviços de suporte ao aluno	P601	Institucionalizar o processo de acolhimento dos alunos matriculados
		P602	Institucionalizar o processo de acompanhamento dos alunos matriculados
		P603	Institucionalizar o serviço de orientação profissional aos alunos
P7	Relacionar-se com os egressos	P701	Consolidar a plataforma de relacionamento com egressos
P8	Consolidar a internacionalização da instituição	P801	Elaborar e implementar Política de internacionalização
		P802	Desenhar os processos que envolvam as atividades de internacionalização
		P803	Aumentar a visibilidade internacional do IFSC
P9	Consolidar a governança institucional	P901	Estabelecer o modelo de governança da instituição
		P902	Estruturar o processo de gestão estratégica baseada em indicadores e riscos
		P903	Aprimorar estratégias de transparência ativa
		P904	Aprimorar a governança de TI
		P905	Promover a Transformação Digital dos serviços oferecidos aos alunos e sociedade

4 Câmpus, Cerfead, Pró-Reitorias, Gabinete da Reitoria, Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e as especiais PNAE e IFSC-REDE, conforme já apresentado no capítulo 4.

Quadro 6.10 - Iniciativas estratégicas dos objetivos da perspectiva Pessoas e Conhecimento

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INICIATIVA ESTRATÉGICA	
C1	Fortalecer a gestão do conhecimento	C101	Implementar o Plano de Gestão de Conhecimento
C2	Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	C201	Implementar o programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho
C3	Desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia	C301	Identificar as competências estratégicas
		C302	Ofertar ações de capacitação orientadas às competências estratégicas
C4	Desenvolver cultura organizacional orientada por processos e competências	C401	Consolidar a Gestão por Processos
		C402	Consolidar a Gestão por Competências
		C403	Articular gestão por processos e a gestão de competências

Complementarmente, o APÊNDICE 6.2 – DESDOBRAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS EM INDICADORES, METAS E INICIATIVAS resume e conecta todos os elementos da estratégia num único quadro com Objetivos, Indicadores, Metas e Iniciativas apresentadas nas seções anteriores.

6.7. PLANOS ESTRATÉGICOS ESPECÍFICOS

6.7.1. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – Petic

O Petic é elaborado de acordo com a recomendação apresentada no Relatório de Auditoria Anual de Contas da Controladoria Regional da União do Estado de Santa Catarina – Relatório nº 201203364, de 16/07/2012, em alinhamento com a Estratégia de Governança Digital (EGD), desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Economia.

O Petic define estratégias para a melhoria contínua dos sistemas de governança e gestão de TIC da instituição, bem como para garantir a sustentação da infraestrutura tecnológica necessária à consecução dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico Institucional.

O Petic do IFSC para o quinquênio 2020-2024 foi aprovado pelo Conselho Superior, por meio da Resolução Consup nº 02 de 17/02/2020, após apreciação e encaminhamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC). Sob orientação do CGTIC, as estratégias definidas neste plano abrangem toda a instituição, devendo ser implantadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC/Prodin) e pelas Coordenadorias de Tecnologia da Informação e Comunicação dos câmpus (CTIC), por meio dos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), anualmente elaborados em articulação com o Plano Anual de Trabalho da instituição.

A seguir, são apresentados os objetivos estratégicos de TIC, bem como seu desdobramento em indicadores, metas e iniciativas.

OE.01 - Adotar as melhores práticas em governança e gestão de TIC

IE.01 - Índice de Governança de TI - TCU (IgovTI)

Meta 01 - Alcançar o índice de 75% em Governança de TIC

IE.02 - Índice de Gestão de TI - TCU (IgestTI)

Meta 02 - Alcançar o índice de 80% em Gestão de TIC

IR.01 - Implementar o Sistema de Governança de TIC do IFSC

IR.02 - Implantar gestão a partir do uso de frameworks de boas práticas de TIC

Quadro 6.11 - Metas do objetivo estratégico de TIC 01

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.01	32%	43%	54%	65%	75%
IE.02	49%	56%	63%	70%	80%

OE.02 - Garantir a segurança da informação custodiada pela TIC

IE.03 - Percentual de Conformidade dos Controles de Segurança da Informação (PCCSI)

Meta 03 - Alcançar o índice de 100%

IR.03 - Elaborar plano de gestão de dados

IR.04 - Definir processos de gerenciamento de controles

IR.05 - Definir controles de segurança da informação

IR.06 - Definir controles de segurança da informação em conformidade

Quadro 6.12 - Metas do objetivo estratégico de TIC 02

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.03	-	62,5%	75%	87,5%	100%

Variáveis:

NPCG = Número de Processos de Gerenciamento de Controles definidos

NCC = Número de Controles de Segurança da Informação com configuração em conformidade

NCSI = Número de Controles de Segurança da Informação do IFSC

Fórmula de Cálculo: $PCCSI = (NPCG + NCC) / (2 \times NCSI)$

OE.03 - Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos

IE.04 - Percentual de Publicação de Dados Abertos (PPDA)

Meta 04 - Alcançar 100% de publicação de dados abertos obrigatórios

IR.07 - Disponibilizar ambiente para publicação dos dados abertos

IR.08 - Definir junto as área de negócio quais dados deverão ser publicados

Quadro 6.13 - Metas do objetivo estratégico de TIC 03

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.04	-	20%	45%	70%	100%

Variáveis:

DAP = Quantidade de Dados Abertos Publicados

DONP = Quantidade de Dados Obrigatórios Não Publicados

Fórmula de Cálculo: $PPDA = (DAP / DONP) \times 100$

OE.04 – Promover a transparência por meio do uso de TIC

IE.05 - Percentual de Processos de TIC Publicados (PTIC)

Meta 05 - Publicar 100% dos processos de TIC concluídos.

IR.09 - Realizar levantamento das aquisições de bens e serviços de TIC

IR.10 - Realizar levantamento dos contratos contínuos de TIC

Quadro 6.14 - Metas do objetivo estratégico de TIC 04

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.05	-	100%	100%	100%	100%

Variáveis:

NPP = Número de Processos Publicados

NPC = Número de Processos Concluídos

Fórmula de Cálculo: $PTIC = (NPP/NPC) \times 100$

OE.05 – Prover soluções tecnológicas para o fortalecimento da gestão do conhecimento

IE.06 - Percentual de Soluções de TIC implantadas em Gestão de Conhecimento (GC-TIC)

Meta 06 - Implantar 100% das soluções de TIC definidas

IR.11 - Realizar levantamento das soluções de TIC necessárias para atendimento às demandas de GC

IR.12 - Implantar as soluções de TIC necessárias para atendimento às demandas de GC

Quadro 6.15 - Metas do objetivo estratégico de TIC 05

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.06	-	20%	60%	80%	100%

Variáveis:

NSI = Número de Soluções Implantadas

NSD = Número de Soluções Definidas

Fórmula de Cálculo: $GC-TIC = (NSI/NSD) \times 100$

OE.06 – Garantir infraestrutura adequada para manter e suportar as soluções de TIC

IE.07 - Índice de Capacidade de TIC (ICTIC)

Meta 07 - A partir da elaboração do plano de capacidade de negócio será definida a meta a ser alcançada e as subdivisões do ICTIC

IR.13 - Elaborar Plano de Capacidade de Negócio

IR.14 - Adotar infraestrutura de nuvem como parte da estrutura tecnológica existente

IR.15 - Renovar o parque tecnológico de redes de dados

IR.16 - Ampliar redundância de enlaces de Internet

Quadro 6.16 - Metas do objetivo estratégico de TIC 06

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.07	-	-	-	-	-

OE.07 – Promover o desenvolvimento de soluções de TIC, com apoio acadêmico, em atendimento às demandas institucionais

IE.08 - Percentual de Soluções Desenvolvidas (PSD)

Meta 08 – Concluir o desenvolvimento de 100% das soluções de TIC definidas

IR.17 - Realizar levantamento das soluções a serem desenvolvidas

IR.18 - Desenvolver soluções de TIC em parceria com a comunidade acadêmica

Quadro 6.17 - Metas do objetivo estratégico de TIC 07

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.08	-	20%	50%	70%	100%

Variáveis:

NSD = Número de Soluções Desenvolvidas

NSDD = Número de Soluções Definidas para Desenvolvimento

Fórmula de Cálculo: $ISD = (NSD/NSDD) \times 100$

OE.08 – Fornecer serviços públicos por meio da transformação digital

IE.09 - Percentual de Serviços Digitais Publicados (PSDP)

Meta 09 - Alcançar 100% de disponibilização de serviços que poderão ser fornecidos na forma digital

IR.19 - Realizar levantamento dos serviços que poderão ser fornecidos em meio digital

IR.20 - Disponibilizar serviços online aos alunos e servidores em alinhamento com as áreas de negócio

Quadro 6.18 - Metas do objetivo estratégico de TIC 08

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.09	-	20%	50%	70%	100%

Variáveis:

NSDP = Número de Serviços Digitais de Interesse Público Publicados

NSDIP = Número de Serviços Definidos de Interesse Público

Fórmula de Cálculo: $ISDP = (NSDP/NSDIP) \times 100$

OE.09 – Adotar métodos e práticas que permitam o desenvolvimento de competências administrativas e técnicas dos servidores de TIC

IE.10 - Redução de Lacuna Média de Competência Administrativa (RLCA)5

Meta 10 - Reduzir a lacuna média de competência administrativa para um valor inferior a 5

IE.11 - Índice de Redução de Lacuna Média de Competência Técnica (IRLCT)

Meta 11 - Reduzir a lacuna média de competência técnica para um valor inferior a 5

IR.21 - Elaborar plano de atividades de TIC

IR.22 - Elaborar plano de capacitação de TIC

Quadro 6.19 - Metas do objetivo estratégico de TIC 09

IE	2020	2021	2022	2023	2024
IE.10	-	Entre 17 e 40	Entre 5 e 17	Inferior a 5	Inferior a 5
IE.11	-	Entre 17 e 40	Entre 5 e 17	Inferior a 5	Inferior a 5

O Plano Quinquenal de Infraestrutura, seção 9.3 deste PDI, apresenta o primeiro desdobramento do Petic, no que diz respeito às Iniciativas IR. 14, IR. 15 e IR. 16, que versam sobre infraestrutura de TIC.

134

sumário
capítulo

sumário
geral

6.7.2. Plano Estratégico de Permanência e Êxito – PPE

O Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) do IFSC, já definido no PPI como um instrumento de gestão que reúne medidas de enfrentamento da evasão e retenção enquanto fatores que comprometem o atendimento da missão institucional, resultou de uma demanda da Setec/MEC às instituições da Rede Federal, pelo encaminhamento da Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC de 15/07/2015, por meio do Ofício Circular nº 60 DDR/SETEC/MEC de 17/07/2015. O PPE do IFSC foi aprovado pelo Conselho Superior, por meio da Resolução Consup nº 23 de 21/08/2018.

O PPE foi elaborado em direta relação com objetivos estratégicos da perspectiva “Processos Internos” e indireta com a perspectiva “Pessoas e Conhecimento” do Planejamento Estratégico 2015-2019 do IFSC. Isso se evidencia na seção do PPE que sistematiza as medidas para permanência e êxito dos estudantes, especialmente no vínculo estabelecido entre as suas ações e as iniciativas estratégicas. Sendo assim, com a atualização destes elementos centrais do Planejamento Estratégico Institucional, neste PDI, o PPE também deverá ser revisado a partir de 2020.

APÊNDICE 6.1 – FICHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

A ficha de indicadores apresenta o detalhamento das principais metas institucionais para os próximos 5 (cinco) anos. Essas metas refletem as demandas da comunidade interna e externa, em virtude da sua composição ter sido feita por um processo sistêmico e democrático que os validou e legitimou. É importante ressaltar que será construído um manual especificando a operacionalidade de cada indicador, detalhando todas as especificidades que por ventura não estejam explicitadas na ficha de indicadores. Assim quando houver atualizações na dinâmica dos indicadores essas serão realizadas apenas no manual e não aditadas ao PDI, mantendo, deste modo, a perenidade do documento.

Indicador A1.1: Índice de eficiência acadêmica				
Responsável pela Medição: Pró-Reitoria de Ensino				
Fórmula: Índice de eficiência acadêmica $IEA[\%] = CCiclo + [(CCiclo / (CCiclo + ECiclo)) \times RCiclo] \times 100$				
Descrição da fórmula: Cciclo = percentual de CONCLUINTES, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência. Eciclo = percentual de EVADIDOS, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência. Rciclo = percentual de matriculados que são classificados como RETIDOS por terem ultrapassado o período previsto para integralização do curso (acrescido de um ano) em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no anterior ao Ano de referência.				
Fonte do dado: PNP aba 5.4				
Medição atual (2018): 46,7%				
2020	2021	2022	2023	2024
48%	52%	57%	63%	70%

Indicador A2.1: Índice de engajamento para a geração de conhecimento				
Responsável pela Medição: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação Inovação				
Fórmula: $((n^\circ \text{ de atividades de EPE cadastradas e concluídas}) / (n^\circ \text{ de servidores do IFSC}))$				
Descrição da fórmula: Atividades de ensino = projetos de ensino são atividades extraclasse que complementam a/ ou aprofundam o processo de ensino-aprendizagem em temas ou assuntos específicos e que contribuem à permanência e êxito dos estudantes. Atividades de extensão = programas, projetos, cursos, eventos e produtos. Atividades de pesquisa = projetos de pesquisa. *Partindo-se do pressuposto das diretrizes EPE, de que as atividades são aplicadas, em atendimento à Lei de criação dos Institutos Federais.				
Fonte do dado: SIGAA EPE				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
0,46	0,48	0,51	0,55	0,60

Indicador A2.2: Índice de transferência de tecnologia formal interinstitucional				
Responsável pela Medição: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação Inovação				
Fórmula: $IOTTF = PD\&I + TTec + PSTE$				
Descrição da fórmula: PD&I = nº de Parcerias de PD&I TTec = nº de contratos de Transferência de Tecnologia PSTE = nº de contratos de Prestação de Serviços Técnicos Especializados				
Fonte do dado: PD&I e TTec: relatório de indicadores do NIT PSTE: relatório anual dos programas de prestação de serviço dos laboratórios credenciados				
Medição atual (2018): 36 PD&I: 11+20 TTec: 2 PSTE: 3				
2020	2021	2022	2023	2024
50	a definir na capacitação em transição de gestão	a definir na capacitação em transição de gestão	a definir na capacitação em transição de gestão	a definir na capacitação em transição de gestão

Indicador A3.1: Relação entre vagas para alunos em atividades EPE e matrículas				
Responsável pela Medição: Pró-Reitoria de Ensino				
Fórmula: $PEPE = TEPE / TM$				
Descrição da fórmula: PEPE = Percentual de vagas para alunos em projetos de ensino, eventos culturais, desportivos, projetos e eventos científicos e em atividades de extensão no ano de referência. TEPE = Total de vagas oferecidas em atividades EPE TM = Total de matrículas no ano de referência				
Fonte do dado: SIGAA				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	Em construção pela área

Indicador A4.1: Percentual de inserção socioprofissional do estudante				
Responsável pela Medição: Pró-Reitoria de Ensino				
Fórmula: $PSE = ((NME + NTC) / TMtg) * 100$				
Descrição da fórmula: PSE = Percentual de inserção socioprofissional do estudante NME = Número de matrículas em estágio NTC = Número termos de compromisso em Aprendizagem Profissional no ano TMtg = total de matrículas nos cursos técnicos e de graduação no ano de referência				
Fonte do dado: PROEN/DAE				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
6%	7%	8%	9%	10%

Indicador A4.2: Índice de inserção socioprofissional dos egressos				
Responsável pela Medição: Pró-Reitoria de Ensino				
Fórmula: -				
Descrição da fórmula: -				
Fonte do dado: Pesquisa de comunicação com os alunos				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	Em construção pela área

Indicador A5.1: Índice de conhecimento da instituição pelos públicos estratégicos do IFSC				
Responsável pela Medição: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas				
Fórmula: -				
Descrição da fórmula: -				
Fonte do dado: -				
Medição atual: -				
2020	2021	2022	2023	2024
a ser medido	n.a.	2020 + 5%	n.a.	2022 + 10%

Indicador P1.1: Percentual de preenchimento das vagas de ingresso				
Responsável pela Medição: Diretoria de Ensino				
Fórmula: $PPVI = (NI/NV) * 100$				
Descrição da fórmula: PPVI = Percentual de preenchimento das vagas de ingresso NI = Número de ingressantes no ano de referência NV = Número de vagas oferecidas no ano de referência				
Fonte do dado: PNP, aba 1.1				
Medição atual (2018): 84,44%				
2020	2021	2022	2023	2024
85%	87%	90%	95%	100%

Indicador P1.2: Percentual de carga horária de EaD na oferta total de cursos de fomento próprio

Responsável pela Medição: Diretoria de Ensino

Fórmula: $PCHD = (TD \cdot Ch / T \cdot Ch) \cdot 100$

Descrição da fórmula:

PCHD = Percentual de carga horária de EaD na oferta total de cursos de fomento próprio

TD*Ch = Total de carga horária de unidades curriculares a distância no ano de referência

T*Ch = Total de carga horária dos cursos oferecidos no ano de referência

Fonte do dado: SIGAA

Medição atual (2018): Será confirmada e dividida a meta a partir da medição atual (outubro)

2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	20%

Indicador P2.1: Percentual de atividades EPE desenvolvidas a partir do banco de problemas da sociedade

Responsável pela Medição: Diretoria de Extensão

Fórmula: $PEPED = (EPED / TEPE) \cdot 100$

Descrição da fórmula:

PEPED = Percentual de atividades EPE desenvolvidas

EPED = nº de atividades EPE cadastradas com temas originadas do banco (desenvolvidas)

TEPE = nº total atividades EPE cadastradas

Fonte do dado: SIGAA

Medição atual (2018): 0

2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	50%

Indicador P3.1: Percentual de PPC com curricularização extensão e atividades complementares

Responsável pela Medição: Diretoria de Ensino

Fórmula: $PPPCc = (TPPCc / TPPC) \cdot 100$

Descrição da fórmula:

PPPCc = Percentual de PPC com curricularização extensão e atividades complementares

TPPCc = nº de PPC de técnicos e superiores em oferta com curricularização de pesquisa e extensão

conforme regulamentação interna TPPC= nº total de PPC de técnicos e superiores em oferta

Fonte do dado: SIGAA

Medição atual (2018): -

2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	100% para superiores	33% para técnicos

Indicador P3.2: Percentual de carga horária de atividades extraclasse e extracurriculares				
Responsável pela Medição: Diretoria de Ensino				
Fórmula: $PChEx = (TChEx / TCh) * 100$				
Descrição da fórmula: PChEx = Percentual de carga horária de atividades extraclasse e extracurriculares TChEx = Carga horária total atividades extraclasse e extracurriculares registradas no Sigaa em cursos técnicos e superiores TCh = Carga horária total dos cursos técnicos e superiores ofertados no ano de referência				
Fonte do dado: SIGAA				
Medição atual (2019): -				
2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	Em construção pela área

Indicador P4.1: Número de instituições ativas nos Fóruns de Extensão e Relações Externas dos Câmpus				
Responsável pela Medição: Diretoria de Extensão				
Fórmula: TIAF				
Descrição da fórmula: TIAF = Total de Instituições ativas nos Fóruns de Extensão e Relações Externas dos Câmpus				
Fonte do dado: Relatório das reuniões anuais presididas pela PROEX em cada Câmpus, validada por certificação específica de reconhecimento institucional				
Medição atual (1º sem 2019): Será confirmada a meta a partir da medição atual (outubro)				
2020	2021	2022	2023	2024
150	200	250	315	400

Indicador P4.2: Número de cadeiras ocupadas pelo IFSC em fóruns externos				
Responsável pela Medição: Diretoria de Extensão				
Fórmula: NC				
Descrição da fórmula: NC = Número absoluto de cadeiras ocupadas pelo IFSC em fóruns externos				
Fonte do dado: Em construção pela área				
Medição atual (2019): -				
2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	Em construção pela área

Indicador P5.1: Percentual de inserções positivas na mídia				
Responsável pela Medição: Diretoria de Comunicação				
Fórmula: $PIP = (TIP/TI) \times 100$				
Descrição da fórmula: PIP = Percentual de inserções positivas na mídia TIP = Número de inserções positivas na mídia conforme análise de agência externa responsável pela clipagem jornalística da marca IFSC TI = Número total de inserções na mídia				
Fonte do dado: Relatório de Clipping				
Medição atual (1º sem 2019): 80%				
2020	2021	2022	2023	2024
2019 + 2 pontos percentuais	2020 + 2 pontos percentuais	2021 + 2 pontos percentuais	2022 + 2 pontos percentuais	2023 + 2 pontos percentuais

Indicador P5.2: Índice de satisfação dos alunos com os canais de comunicação do IFSC				
Responsável pela Medição: Diretoria de Comunicação				
Fórmula: -				
Descrição da fórmula: -				
Fonte do dado: SIGAA				
Medição atual (2019): -				
2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	Será definido em 2020

Indicador P6.1: Índice de satisfação dos alunos com os serviços de suporte				
Responsável pela Medição: Diretoria de Assuntos Estudantis				
Fórmula: PSASS				
Descrição da fórmula: PSASS = Pesquisa de Satisfação com os serviços de suporte aos alunos				
Fonte do dado: Pesquisa de Satisfação com os serviços de suporte aos alunos				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	Em construção pela área

Indicador P7.1: Percentual de egressos de cursos técnicos e superiores engajados na plataforma				
Responsável pela Medição: Diretoria de Comunicação				
Fórmula: $PNETS=(NETS/NETST)*100$				
Descrição da fórmula: PNETS = Percentual de egressos de cursos técnicos e superiores engajados na plataforma NETS = Número de egressos de cursos técnicos e superiores dos 5 exercícios anteriores ao ano de referência engajados na plataforma NETST = Número total de egressos de cursos técnicos e superiores dos 5 exercícios anteriores ao ano de referência.				
Fonte do dado: Plataforma de Egressos				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
10%	15%	20%	25%	30%

Indicador P8.1: Índice de internacionalização				
Responsável pela Medição: Assessoria de Assuntos Estratégicos e Internacionais				
Fórmula: $IIn=[0,2*(TPIn/MPIn)+0,5*(TAM/MAM)+0,3*(TSM/MSM)]/3$				
Descrição da fórmula: IIn = Índice de internacionalização TPIn = Número de publicações internacionais MPIn = Meta número de publicações internacionais até 2024 TAM = Número de alunos em mobilidade no ano de referência MAM=Meta número de alunos em mobilidade até 2024 TSM = Número de servidores em mobilidade no ano de referência MSM = Meta número de servidores em mobilidade até o ano de 2024				
Fonte do dado: SIGAA				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	1

Indicador P9.1: Índice integrado de gestão e governança do TCU (IGG)				
Responsável pela Medição: Diretoria de Gestão do Conhecimento				
Fórmula: IGG				
Descrição da fórmula: medição efetuada pelo TCU				
Fonte do dado: Relatório individual da autoavaliação (TCU)				
Medição atual (2018): 40				
2020	2021	2022	2023	2024
50	sem medição	60%	sem medição	70%

Indicador C1.1: Percentual de execução do plano de gestão do conhecimento				
Responsável pela Medição: Diretoria de Gestão do Conhecimento				
Fórmula: $PEGC = TEE/TP*100$				
Descrição da fórmula: PEGC = Percentual de execução do Plano de Gestão do Conhecimento TP = Total de etapas planejadas Tee = total de etapas executadas				
Fonte do dado: DGC				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
20%	20%	20%	20%	20%

Indicador C2.1: Índice de percepção de qualidade de vida do servidor no trabalho				
Responsável pela Medição: Diretoria de Gestão de Pessoas				
Fórmula: IQVT				
Descrição da fórmula: IQVT = Índice da pesquisa de Qualidade de Vida				
Fonte do dado: Pesquisa de Qualidade de Vida				
Medição atual (2017): 6,36				
2020	2021	2022	2023	2024
sem medição	sem medição	sem medição	>7,36	sem medição

Indicador C3.1: Lacuna média geral das competências estratégicas				
Responsável pela Medição: Diretoria de Gestão de Pessoas				
Fórmula: $LMCe = SLM/SCE$				
Descrição da fórmula: LMCe = Lacuna média geral das competências estratégicas SLM = Somatório das Lacunas Médias das Competências Estratégicas SCE = Número de competências estratégicas				
Fonte do dado: Sistema de Gestão de Competência Gestcom				
Medição atual (2018): -				
2020	2021	2022	2023	2024
-	-	-	-	20%

Indicador C4.1: Percentual de processos de negócio com os processos de trabalho implantados				
Responsável pela Medição: Diretoria de Gestão do Conhecimento				
Fórmula: $PPTI=(PTI/PN)*100$				
Descrição da fórmula: PPTI = Percentual de processos de trabalho implantados PTI = Processos de trabalho implantados PN = Processos de negócios				
Fonte do dado: Coordenadoria de Processos e Documentos				
Medição atual (1º sem 2019): Será confirmada a meta a partir da medição atual (outubro)				
2020	2021	2022	2023	2024
15%	37%	60%	82%	100%

Indicador C4.2: Percentual de subprocessos de gestão de pessoas estruturados de acordo com o Modelos de Gestão por Competências				
Fórmula: $PSGPPC=(SGPPC/SGP)*100$				
Descrição da fórmula: PSGPPC = Percentual de subprocessos de gestão de pessoas estruturados de acordo com o Modelos de Gestão por Competências SGPPC = Número de subprocessos de gestão de pessoas de estruturados de acordo com o Modelo de Gestão por Competências SGP = Número de subprocessos de gestão de pessoas				
Fonte do dado: Diretoria de Gestão de Pessoas				
Medição atual (2019): Será confirmada a meta a partir da medição atual (outubro)				
2020	2021	2022	2023	2024
20%	40%	60%	80%	100%

Indicador C4.3: Percentual de processos de negócio com as competências vinculadas				
Fórmula: $PPCV=(PCV/PN)*100$				
Descrição da fórmula: PPCV = Percentual de processos com competências vinculadas PCV = Processos com competências vinculadas PN = Processos de negócio				
Fonte do dado: Coordenadoria de Processos e Documentos e Diretoria de Gestão de Pessoas				
Medição atual (2019): Será confirmada a meta a partir da medição atual (outubro)				
2020	2021	2022	2023	2024
15%	37%	60%	82%	100%

APÊNDICE 6.2 – DESDOBRAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS EM INDICADORES, METAS E INICIATIVAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR ESTRATÉGICO		META EM 2024	INICIATIVA ESTRATÉGICA	
A1	Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região	A1.1	Índice de eficiência acadêmica	70%	n.a. ⁶	
A2	Gerar conhecimento e transferir tecnologia de acordo com as necessidades da sociedade	A2.1	Índice de engajamento para a geração de conhecimento	0,6		
			Índice de transferência de tecnologia formal interinstitucional	180		
A3	Proporcionar formação profissional voltada à cidadania	A3.1	Relação entre vagas para atividades EPE e matrículas	n.d. ⁷		
A4	Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	A4.1	Percentual de inserção socioprofissional do estudante	10%		
			Índice de inserção socioprofissional dos egressos	n.d.		
A5	Consolidar imagem e identidade de instituição de educação profissional pública, gratuita e de qualidade	A5.1	Índice de conhecimento da instituição pelos públicos estratégicos do IFSC	15 pontos percentuais além da 1ª medição		
P1	Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno	P1.1	Percentual de preenchimento das vagas de ingresso	100%	P101	Redesenhar o processo Desenvolver Projetos de Curso
					P102	Reestruturar as diretrizes curriculares das ofertas educativas
		P1.2	Percentual de carga horária de EaD na oferta total de cursos de fomento próprio	20%	P103	Promover a educação a distância

6 n.a. = não se aplica: os objetivos estratégicos da perspectiva alunos e sociedade não possuem iniciativas estratégicas.

7 n.d. = não disponível: metas que estão em elaboração, pois dependem de análise da primeira medição.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR ESTRATÉGICO		META EM 2024	INICIATIVA ESTRATÉGICA	
P2	Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade	P2.1	Percentual de atividades EPE desenvolvidas a partir do banco de problemas da sociedade	50%	P201	Institucionalizar um banco de problemas da sociedade do entorno dos câmpus
					P202	Fomentar atividades EPE aplicadas às necessidades da sociedade
P3	Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral	P3.1	Percentual de PPC com curricularização da extensão e atividades complementares	Técnico: 33% Graduação: 100%	P301	Estabelecer diretrizes voltadas à formação integral nas resoluções dos diferentes tipos de cursos
					P302	Incentivar a curricularização da pesquisa e extensão nos cursos técnicos e de graduação
		P3.2	Percentual de carga horária de atividades extraclasse e extracurriculares	n.d.	P303	Promover atividades que integrem trabalho, ciência, tecnologia e cultura
P4	Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	P4.1	Número de instituições ativas nos Fóruns de Extensão e Relações Externas dos Câmpus	400	P401	Implementar e fortalecer os Fóruns de extensão e relações externas nos câmpus
		P4.2	Número de cadeiras ocupadas pelo IFSC em fóruns externos	n.d.	P402	Ampliar a representação do IFSC em fóruns externos
P5	Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos à Educação Profissional e Tecnológica	P5.1	Percentual de inserções positivas na mídia	10 pontos percentuais além da 1ª medição	P501	Realinhar as estratégias de comunicação do IFSC considerando a análise da percepção dos públicos
		P5.2	Índice de satisfação dos alunos com os canais de comunicação do IFSC			
P6	Aprimorar os serviços de suporte ao aluno	P6.1	Índice de satisfação dos alunos com os serviços de suporte	n.d.	P601	Institucionalizar o processo de acolhimento dos alunos matriculados
					P602	Institucionalizar o processo de acompanhamento dos alunos matriculados
					P603	Institucionalizar o serviço de orientação profissional aos alunos

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR ESTRATÉGICO		META EM 2024	INICIATIVA ESTRATÉGICA	
P7	Relacionar-se com os egressos	P7.1	Percentual de egressos de cursos técnicos e superiores engajados na plataforma	30%	P701	Consolidar a plataforma de relacionamento com egressos
P8	Consolidar a internacionalização da instituição	P8.1	Índice de internacionalização	1	P801	Elaborar e implementar Política de internacionalização
					P802	Desenhar os processos que envolvam as atividades de internacionalização
					P803	Aumentar a visibilidade internacional do IFSC
P9	Consolidar a governança institucional	P9.1	Índice integrado de gestão e governança	70	P901	Estabelecer o modelo de governança da instituição
					P902	Estruturar o processo de gestão estratégica baseada em indicadores e riscos
					P903	Aprimorar estratégias de transparência ativa
					P904	Aprimorar a governança de TI
					P905	Promover a Transformação Digital dos serviços oferecidos aos alunos e sociedade
C1	Fortalecer a gestão do conhecimento	C1.1	Percentual de execução do Plano de Gestão do Conhecimento	20%	C101	Implementar o Plano de Gestão de Conhecimento
C2	Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	C2.1	Índice de percepção de qualidade de vida do servidor no trabalho	>7,36	C201	Implementação do programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho
C3	Desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia	C3.1	Lacuna média geral das competências estratégicas	20%	C301	Identificar as competências estratégicas
					C302	Ofertar ações de capacitação orientadas às competências estratégicas
C4	Desenvolver cultura organizacional orientada por processos e competências	C4.1	Percentual de processos de negócio com os processos de trabalho implantados	100%	C401	Consolidar a Gestão por Processos
			Percentual de subprocessos de gestão de pessoas estruturados de acordo com o Modelos de Gestão por Competências	100%	C402	Consolidar a Gestão por Competências
			Percentual de processos de negócio com as competências vinculadas	100%	C403	Articular gestão por processos e a gestão de competências

CAPÍTULO 7

**PLANO DE
OFERTA DE
CURSOS E VAGAS**

Sumário do capítulo 7

Plano de oferta de cursos e vagas

7.1. OFERTA TOTAL DO IFSC	151
7.1.1. Distribuição da oferta por tipo de curso	151
7.1.2. Distribuição da oferta quanto à finalidade legal.....	154
7.1.3. Distribuição da oferta quanto à modalidade de ensino	156
7.1.4. Relação Aluno por Professor	158
7.2. OFERTA DE CURSOS E VAGAS POR CÂMPUS	160
7.2.1. Câmpus Araranguá.....	162
7.2.2. Câmpus Canoinhas.....	164
7.2.3. Câmpus Chapecó.....	166
7.2.4. Câmpus Caçador.....	168
7.2.5. Cerfead.....	170
7.2.6. Câmpus Criciúma.....	172
7.2.7. Câmpus Florianópolis-Continente.....	174
7.2.8. Câmpus Florianópolis.....	176
7.2.9. Câmpus Gaspar.....	179
7.2.10. Câmpus Garopaba.....	181
7.2.11. Câmpus Itajaí.....	183
7.2.12. Jaraguá do Sul-Centro.....	185
7.2.13. Câmpus Jaraguá do Sul-Rau.....	187
7.2.14. Câmpus Joinville.....	189
7.2.15. Câmpus Lages.....	191
7.2.16. Câmpus Palhoça Bilíngue.....	193
7.2.17. Câmpus São Carlos.....	195
7.2.18. Câmpus São José.....	197
7.2.19. Câmpus São Lourenço do Oeste.....	199
7.2.20. Câmpus São Miguel do Oeste.....	201
7.2.21. Câmpus Tubarão.....	203
7.2.22. Câmpus Urupema.....	205
7.2.23. Câmpus Xanxerê.....	207

O Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) orienta a instituição em suas decisões acerca dos cursos ofertados, quadro de servidores e infraestrutura necessária. Este capítulo sistematiza o resultado do planejamento de dirigentes e servidores de cada câmpus e do Cerfead, sob a coordenação geral da Prodin e Proen, no período de setembro de 2017 a junho de 2019.

O processo foi orientado pela necessidade de planejar a expansão da oferta educativa a partir do aumento do quantitativo de códigos de vaga de docentes e técnicos administrativos conferido pela Portaria MEC 246/2016, que atualizou o modelo de dimensionamento dos Institutos Federais. A premissa chave consistiu na necessidade de utilizar esse incremento de vagas para o atendimento dos percentuais legais de distribuição da oferta prescritos na Lei 11.892/2008 (50% técnicos e 20% de formação de formadores) e no Decreto 5.840/2006 (10% de Proeja). Para tanto, foram necessárias duas etapas: a primeira, de setembro de 2017 a agosto de 2019, que elevou os percentuais de vagas, mas sem atendimento da meta legal para o Proeja e, a segunda, de fevereiro a junho de 2019, que concentrou os esforços de planejamento para o atendimento dos 10% das vagas em Proeja e uma atualização geral da oferta à luz da revisão do planejamento estratégico do IFSC.

Enquanto cenário da oferta educativa corrente e nova, o POCV será subsídio para o Cepe no cumprimento de suas competências, das quais se destacam: apreciar os projetos pedagógicos dos cursos (PPC) submetendo-os ao Consup e regulamentar e emitir parecer sobre processos autorizativos das ofertas educativas. Nesse sentido, cabe ressaltar que ao Cepe compete a aprovação dos PPCs, mas é prerrogativa do Consup a criação e autorização de oferta de cursos, especificamente técnicos e superiores (graduação e pós-graduação). A implantação do POCV, portanto, está condicionada também às decisões do Consup, com o assessoramento do Cepe e prévia apreciação do colegiado do câmpus ofertante.

Para a elaboração deste Plano, foram considerados os documentos legais norteadores da EPT, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI - Capítulo 3) e o Planejamento Estratégico Institucional (PEI - Capítulo 6) do IFSC, especialmente em relação ao Objetivo Estratégico "A1- Atender aos potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da região."

Assim, foram premissas da elaboração deste Plano que:

1. Conforme o *caput* do artigo 8º da Lei 11.892/2008, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, em cada exercício, o IFSC garantisse:
 - a. o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio;
 - b. o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica visando à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências, matemática e educação profissional.
2. De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 8º da Lei no 11.892/2008, os percentuais acima referidos observassem o conceito de Aluno-Equivalente, conforme regulamentação expedida pelo MEC por meio da Portaria 1.162, de 9 de novembro de 2018.1
3. Em alinhamento com o parágrafo 1º, do artigo 1º da Portaria MEC 1.162/2018, o cumprimento dos percentuais de vagas a que fazem referência o artigo 8º da Lei 11.892/2008 e o artigo 2º do Decreto 5.840/2006, se desse com base no conceito de Matrícula-Equivalente, definido na Portaria Setec 51, de 21 de novembro de 2018.

1 Conforme o Art. 1º da Portaria MEC 1.162/2018, "aluno-equivalente ou matrícula equivalente" é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo fator de equiparação de carga horária (FECH) e pelo fator de esforço de curso (FEC). De acordo com a Portaria Setec 51/2018, o FECH para cada curso será igual a 1 (um), exceto para os cursos FIC, que é calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada e a carga horária padrão de 800h anuais. Por sua vez, o FEC ajusta a contagem de matrículas equivalentes para cursos que demandem, para o desenvolvimento de suas atividades, uma menor relação aluno por professor (RAP), sobretudo por conta da divisão de turmas para aulas práticas.

4. Conforme previsto pelo parágrafo 2º do artigo 8º da Lei no 11.892/2008, a oferta da formação em nível superior pudesse ser ajustada, quando justificada por demandas sociais, sem prejuízo do índice apresentado acima no item 1a, ou seja, por exclusão, com redução do índice apresentado no item 1b.
5. Assim como disposto pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto 5.840/2006, no mínimo 10% (dez por cento) do total das vagas de ingresso da instituição fossem disponibilizadas para cursos Proeja.
6. Conforme as metas 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a relação aluno por professor (RAP) fosse gradualmente elevada para, respectivamente, 20 (vinte) nos cursos técnicos de nível médio e 18 (dezoito) nos cursos presenciais de graduação.
7. O aumento do quantitativo de códigos de vagas de servidores docentes e técnicos administrativos, previstos na Portaria MEC 246/2016, fosse utilizado para o atendimento dos percentuais legais de distribuição da oferta prescritos na Lei 11.892/2008 e Decreto 5840/2006.

Em relação à estrutura, este capítulo está organizado em três seções:

- **Oferta total do IFSC:** apresenta os dados gerais da oferta da instituição;
- **Oferta de cursos e vagas por câmpus:** apresenta as informações dos cursos de cada câmpus.

7.1. OFERTA TOTAL DO IFSC

Norteados pelos objetivos e finalidades dos Institutos Federais (Lei no 11.892/2008), o leque de ofertas educativas do IFSC caracteriza-se pela abrangência de níveis (educação básica e superior), por diferentes modalidades de ensino (presencial e a distância), pelos variados tipos de curso (FIC, técnico, bacharelado, tecnologia, licenciatura, especialização, mestrado profissional) e formas de oferta (integrado, concomitante e subsequente).

Enquanto instrumento de gestão, o POCV estrutura a oferta do IFSC e apresenta a evolução anual de seus indicadores, até o alcance das metas propostas. Esse processo não se completa necessariamente dentro do período de vigência do PDI, mas sim no ano em que todos os cursos planejados atingirem o seu regime de funcionamento pleno, ou seja, quando todos os cursos novos chegarem na última fase prevista nos PPC. Embora a “oferta em regime” tenha sido empregada no POCV vigente até 2019, neste capítulo optou-se por omitir esse parâmetro pela diferença pouco significativa com os dados da oferta em 2024 enquanto último ano de vigência do PDI.

A oferta total do ifsc, ou seja, a somatória da oferta de cursos de todas as suas unidades acadêmicas têm seus principais indicadores apresentados nas seguintes subseções: Distribuição da oferta por tipo de curso, Distribuição da oferta quanto à finalidade legal, Distribuição da oferta quanto à modalidade de ensino e Relação aluno por professor.

7.1.1. Distribuição da oferta por tipo de curso

Embora a legislação de referência disponha metas baseadas em número de matrículas, esse indicador tem um considerável grau de imprevisibilidade, especialmente numa projeção de 5 anos. Além disso, as taxas de evasão observadas variam muito conforme o tipo de curso e suas diferentes formas, turnos e cidades de ofertas, dificultando o uso desse indicador para a comparação do esforço em diferentes câmpus e o próprio planejamento, já que o dimensionamento da carga horária a ser alocada aos docentes e do número de salas de aulas necessárias às ofertas é mais dependente da quantidade de turmas do que do número de alunos em cada turma.

Assim, o planejamento da oferta do IFSC usa, como medida de dimensionamento, a capacidade de matrículas, ou seja, o número potencial de alunos matriculados em cada curso no hipotético caso em que todas as vagas de ingresso sejam preenchidas e a evasão seja zero.

Os seguintes indicadores são usados a partir desta seção:

- **Capacidade de Matrículas (CMat)**, calculada com base na multiplicação do número de **Vagas de Ingresso (VIng)** de cada curso pelo respectivo número de fases simultaneamente oferecidas, de forma a expressar a capacidade total da instituição em termos do número de alunos que podem ser matriculados em um ano; não considera os cursos vinculados a programas com fomento externo ao IFSC, como os cursos da Universidade Aberta do Brasil (UAB).
- **Capacidade de Matrículas-Equivalentes (CMateq)**, calculada a partir do produto do CMat pelo fator de equiparação de carga horária de curso² (FECH) e pelo fator de esforço de curso³ (FEC), conforme definidos na Portaria Setec/MEC 51/2018, ou seja: $CMateq = CMat \times FECH \times FEC$; de forma análoga, é possível calcular **Vagas de Ingresso Equivalentes (VEq)**; também não considera os cursos de fomento externo.

Se, de um lado, VIng e CMat representam medidas diretas de vagas oferecidas e do potencial de matrículas; de outro, CMateq permite um melhor dimensionamento do esforço institucional para a oferta em termos de ocupação de carga horária docente e disponibilidade de espaço físico, além de atender ao conceito de matrícula-equivalente (Mateq) da Portaria MEC 1.162/2018 e à lógica de composição da matriz orçamentária da Rede Federal.

O Quadro 7.1 ilustra a definição conceitual dos indicadores acima, usando, como exemplo, um curso técnico concomitante com fator de esforço de curso (FEC) igual a 1,27, curricularmente organizado em quatro fases semestrais, com oferta de 40 vagas de ingresso a cada semestre, começando no primeiro semestre letivo de 2020 e entrando em regime pleno de funcionamento em no segundo semestre letivo de 2021. A Portaria Setec/MEC 51/2018 estabelece como matriculado o aluno que frequentou pelo menos um dia às aulas no período de referência, incluindo ingressantes, trancados, desistentes, cancelados, formados e integralizados. Dessa forma, os indicadores com base anual devem ser obtidos pela capacidade do primeiro semestre letivo (CMat ou CMateq) acrescida das vagas de ingresso do segundo semestre (VIng ou VEq), como destacado nas células coloridas.

Quadro 7.1 - Exemplo do cálculo dos indicadores a partir das vagas ofertadas para um determinado curso

CURSO EXEMPLO: TÉCNICO CONCOMITANTE EM MECÂNICA		DADOS EM BASE SEMESTRAL						DADOS EM BASE ANUAL		
		2020-1	2020-2	2021-1	2021-2	2022-1	2022-2	2020	2021	2022
Desenvolvimento do curso	1ª fase	40	40	40	40	40	40	n.a.	n.a.	n.a.
	2ª fase		40	40	40	40	40	n.a.	n.a.	n.a.
	3ª fase			40	40	40	40	n.a.	n.a.	n.a.
	4ª fase				40	40	40	n.a.	n.a.	n.a.
Indicadores	VIng	40	40	40	40	40	40	80	80	80
	CMat	40	80	120	160	160	160	80	160	200
	VEq	50,8	50,8	50,8	50,8	50,8	50,8	101,6	101,6	101,6
	CMateq	50,8	101,6	152,4	203,2	203,2	203,2	101,6	203,2	254

O Quadro 7.2 apresenta a projeção das capacidades de matrículas e matrículas-equivalentes da oferta do IFSC para 2024, estratificada por:

Tipo de curso: Qualificação Profissional ou Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico (TEC), Superior de Tecnologia (CST), Bacharelado (BAC), Licenciatura (LIC), Especialização (ESP), Mestrado Profissional (MES) e Doutorado Profissional (DOC);

2 O FECH é igual a 1 para todos os cursos, menos para os cursos FIC, para os quais ele é igual à carga horária nominal do curso dividida por 800 horas.

3 O FEC é sempre um valor igual ou superior a 1 (um). Por exemplo, um FEC de 1,27 significa que o Aluno-Equivalente do curso considerado vale 27% mais do que um Aluno Matriculado. O valor do FEC de cada curso é tabelado e consta do Anexo II da Portaria Setec/MEC 51/2018.

Tipo de oferta: Concomitante ao ensino médio (CON), Integrado ao ensino médio (INT), Subsequente ao ensino médio (SUB), Concomitante ao ensino médio ou fundamental no âmbito do Proeja (EJA-CON) e Integrado ao ensino médio ou fundamental no âmbito do Proeja (EJA-INT);

Distribuição da oferta quanto à finalidade legal: Técnico (TEC), Formação de Formadores (FOR) e Proeja (EJA); os cursos superiores e FIC não voltados à formação de formadores são categorizados como Outros (OUT).

Quadro 7.2 - Capacidade de Matrículas (CMat) e Capacidade de Matrículas Equivalentes (CMateq) da oferta total do IFSC projetadas para 2024.

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	CMAT 2024	CMATEQ 2024
FIC	n.a.	OUT	17.505	1.913
		FOR	7.480	899
	EJA-CON	OUT	931	141
	EJA-INT	OUT	1.786	877
TEC	CON	TEC	3.118	3.838
	SUB	TEC	6.872	8.413
	INT	TEC	10.183	12.621
	EJA-CON	TEC	120	144
	EJA-INT	TEC	3.914	4.580
LIC	n.a.	FOR	2.160	2.343
CST	n.a.	OUT	4.570	5.288
BAC	n.a.	OUT	7.530	8.716
ESP	n.a.	OUT	2.430	2.430
		FOR	4.259	4.259
MES	n.a.	OUT	198	198
		FOR	210	210
DOC	n.a.	FOR	80	80
TOTAL GERAL			73.346	56.951

O Quadro 7.3 a apresenta a evolução do número de vagas de ingresso anualmente ofertadas e do número de cursos, estratificada por tipo de curso e tipo de oferta. O número total de cursos apresentado nesse quadro só inclui as ofertas de formação inicial e continuada no âmbito do Proeja. Dadas as características da oferta de FIC, o número de cursos e sua organização curricular podem variar significativamente a cada semestre, de modo que o planejamento do IFSC define apenas uma referência para o número de vagas mínimo e a carga horária somada dos cursos oferecidos anualmente para uma mesma área (itinerário formativo).

Quadro 7.3 - Evolução das vagas de ingresso (VIng) e número de cursos da oferta total do IFSC projetada para o período 2020-2024.

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	2020		2021		2022		2023		2024	
		VAGAS	CURSOS	VAGAS	CURSOS	VAGAS	CURSOS	VAGAS	CURSOS	VAGAS	CURSOS
FIC	n.a.	5.180	n.d. ⁴	7.260	n.d.	6.930	n.d.	6.920	n.d.	6.970	n.d.
	n.a.	12.877	n.d.	13.335	n.d.	13.110	n.d.	12.760	n.d.	13.055	n.d.
	EJA-CON + EJA INT nível fundamental	492	9	592	12	684	14	588	12	684	14
	EJA-CON + EJA INT nível médio	530	12	330	7	490	10	290	6	530	12
TEC	CON	1.733	35	1.485	30	1.445	29	1.360	26	1.480	29
	INT	2.215	42	2.583	48	2.747	52	2.747	52	2.747	52
	SUB	3.228	55	3.284	55	3.334	56	3.414	58	3.294	55
	EJA-CON	160	4	80	2	40	1	40	1	40	1
	EJA-FIC	355	8	945	20	1.358	30	1.358	30	1.358	30
LIC	n.a.	386	8	536	11	486	10	536	11	486	10
CST	n.a.	1.707	27	1.347	28	1.837	30	1.387	29	1.837	30
BAC	n.a.	1.272	25	1.496	30	1.496	30	1.496	30	1.496	30
ESP	n.a.	3.115	48	3.593	47	3.745	57	4.003	57	3.335	49
MES	n.a.	83	5	180	10	180	10	192	11	192	11
DOC	n.a.	0	0	20	1	20	1	20	1	20	1
TOTAL DE VEGAS E CURSOS DA OFERTA REGULAR		33.333	278	37.066	301	37.902	330	37.111	324	37.524	324

154

sumário
capítulosumário
geral

7.1.2. Distribuição da oferta quanto à finalidade legal

Como mostrado no Quadro 7.4, com a total implantação deste Plano, o IFSC terá garantido o mínimo de 50% de sua capacidade em vagas de cursos técnicos de nível médio. A oferta de vagas de cursos técnicos (TEC) está acima de 50% em todo o período de vigência deste PDI, em conformidade com o estabelecido pela Lei 11.892/2008.

A redução gradual do percentual da CMateq em cursos técnicos é explicada por dois fatores: 1) o concomitante crescimento da CMateq em cursos de formação de formadores (FOR), especialmente licenciaturas e especializações; 2) o aumento da CMateq em cursos superiores de outras áreas (OUT), especialmente bacharelados.

⁴ n.d. = informação não disponível. O número de cursos de qualificação, bem como de suas respectivas cargas horárias, tamanhos de turma e temáticas específicas, depende de demanda que varia semestralmente, ficando garantido apenas o planejamento, de uma determinada carga horária total e número médio de vagas para cada área de atuação da unidade acadêmica.

Quadro 7.4 - Evolução da distribuição da oferta total do IFSC quanto às finalidades legais projetada para o período 2020-2024, medida pela Capacidade de Matrículas-Equivalentes.

FINALIDADE DA OFERTA	2020		2021		2022		2023		2024	
TEC	24.052	54,3%	25.531	51,5%	27.325	51,0%	28.736	51,1%	29.596	52,0%
FOR	4.318	9,7%	6.319	12,7%	7.384	13,8%	8.091	14,4%	7.791	13,7%
EJA	1.869	4,2%	3.065	6,2%	4.431	8,3%	5.334	9,5%	5.742	10,1%
TOTAL	44.334	n.a.	49.564	n.a..	53.538	n.a.	56.239	n.a.	56.951	n.a.

Ainda conforme apresentado no Quadro 7.4, embora a oferta de vagas em FOR não atinja os 20% previstos em lei, seu crescimento é expressivo, passando para quase 14% em 2024. Se FOR fosse aumentada em direção aos 20%, o percentual de TEC ficaria abaixo dos 50% legais. Com a oferta total limitada pelo total previsto para vagas de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como pela infraestrutura capaz de ser ampliada em cinco anos nas condições orçamentárias atuais, a única forma de se aproximar ainda mais dos 20% de FOR seria o corte das ofertas categorizadas como OUT. Entretanto, dada a forte demanda por cursos superiores públicos e gratuitos nas cidades do interior do estado, e considerada a importância dos cursos FIC para o acesso de grande parte da população à educação profissional, tal corte prejudicaria a verticalização da oferta em considerável parte dos eixos tecnológicos e câmpus.

A CMateq em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico será de 10,1% do total de vagas de ingresso no último ano do POCV, conforme mostra o Quadro 7.5, atendendo a meta legal estabelecida no Decreto 5840/2006. Entretanto, o cumprimento deste percentual de vagas em Proeja dependerá do recebimento do quantitativo de novos códigos de vagas de servidores conferido pela Portaria MEC 246/2016, conforme sinalizado na “Premissa 8”.

O Quadro 7.5 estratifica por unidade de acadêmica a projeção da distribuição da oferta quanto às finalidades legais em 2024. A CMateq em Proeja é registrada após a coluna com os dados do total porque a capacidade de matrículas dos cursos Proeja FIC e Proeja Técnico já estão computadas na categoria OUT e TEC, respectivamente.

Quadro 7.5 - Distribuição da oferta quanto à finalidade legal projetada para 2024, por unidade acadêmica, medida pela Capacidade de Matrículas-Equivalentes.

UNIDADE ACADÊMICA	TEC	%	FOR	%	OUT	%	TOTAL	EJA	%
ARU	1.074	60,0%	221	12,3%	497	27,7%	1.791	190	10,6%
CAN	1.290	50,8%	344	13,6%	903	35,6%	2.537	288	11,4%
CCO	2.088	72,6%	249	8,7%	541	18,8%	2.878	558	19,4%
CDR	1.176	52,5%	293	13,1%	773	34,5%	2.241	356	15,9%
CER	0	0,0%	1.607	76,2%	502	23,8%	2.109	0	0,0%
CRI	1.331	63,1%	233	11,0%	545	25,8%	2.109	286	13,6%
CTE	1.148	53,8%	261	12,2%	724	33,9%	2.133	399	18,7%
FLN	4.661	50,2%	720	7,7%	3.913	42,1%	9.294	53	0,6%
GAS	1.436	53,0%	388	14,3%	884	32,6%	2.708	473	17,5%
GPB	693	47,8%	111	7,7%	646	44,6%	1.449	164	11,3%
ITJ	1.392	52,1%	323	12,1%	958	35,8%	2.673	332	12,4%
JAR	1.696	66,9%	476	18,8%	364	14,4%	2.536	397	15,7%
JLE	2.392	59,0%	430	10,6%	1.229	30,3%	4.051	508	12,5%
LGS	1.519	54,2%	267	9,5%	1.016	36,3%	2.802	333	11,9%
PHB	864	49,5%	417	23,9%	464	26,6%	1.745	100	5,7%
RAU	1.114	51,7%	6	0,3%	1.033	48,0%	2.153	8	0,4%
SCA	592	43,8%	200	14,8%	560	41,4%	1.352	133	9,8%
SJE	1.446	57,5%	358	14,2%	711	28,3%	2.515	78	3,1%
SLO	618	50,7%	136	11,2%	464	38,1%	1.219	216	17,7%
SMO	698	42,9%	217	13,3%	714	43,9%	1.628	202	12,4%
TUB	1.308	54,3%	233	9,7%	869	36,1%	2.410	317	13,2%
URP	365	39,0%	32	3,4%	540	57,6%	937	126	13,4%
XXE	787	44,5%	271	15,3%	712	40,2%	1.770	227	12,8%
IFSC	29.688	52,0%	7.791	13,7%	19.564	34,3%	57.043	5.742	10,1%

7.1.3. Distribuição da oferta quanto à modalidade de ensino

Como forma de contribuir para o alcance da meta estratégica de 20% de carga horária de EaD na oferta total de cursos de fomento próprio do IFSC até 2024, ligada ao Objetivo Estratégico P1, este plano pretende aumentar a oferta de cursos a distância. O Quadro 7.6 mostra a distribuição da capacidade de matrículas equivalentes (CMateq) por modalidade de ensino (presencial ou a distância) projetada para 2024, estratificada por tipos de curso, tipos de oferta e finalidades de oferta.

Quadro 7.6 - Distribuição da oferta quanto à modalidade de ensino projetada para 2024, medida pela Capacidade de Matrículas Equivalentes.

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA	CMATEQ			
			2024			
			EAD		PRESENCIAL	
FIC	n.a.	OUT	165	8,6%	1.748	91,4%
		FOR	504	56,1%	395	43,9%
	EJA-CON	OUT	0	0,0%	141	100,0%
	EJA-INT	OUT	0	0,0%	877	100,0%
TEC	CON	TEC	0	0,0%	3.838	100,0%
	SUB	TEC	222	2,6%	8.191	97,4%
	INT	TEC	0	0,0%	12.621	100,0%
	EJA-CON	TEC	0	0,0%	144	100,0%
	EJA-INT	TEC	473	10,3%	4.107	89,7%
LIC	n.a.	FOR	1.248	53,3%	1.095	46,7%
CST	n.a.	OUT	0	0,0%	5.288	100,0%
BAC	n.a.	OUT	0	0,0%	8.716	100,0%
ESP	n.a.	OUT	1.100	45,3%	1.330	54,7%
		FOR	3.085	72,4%	1.174	27,6%
MES	n.a.	OUT	0	0,0%	198	100,0%
		FOR	0	0,0%	210	100,0%
DOC	n.a.	FOR	0	0,0%	80	100,0%
TOTAL IFSC			6.797	11,9%	50.154	88,1%

Conforme o gráfico da Figura 7.1 - Evolução da composição da oferta de cursos EaD conforme a Capacidade de Matrículas Equivalentes por tipo de curso no período 2020-2024, que apresenta a evolução da composição da oferta de cursos à distância conforme a CMateq por tipo de curso, as especializações ainda representarão a maioria da oferta de EaD do IFSC em 2024, mas num percentual menor do que o atual, tendo vista a implantação das novas licenciaturas e dos primeiros cursos técnicos EaD do IFSC.

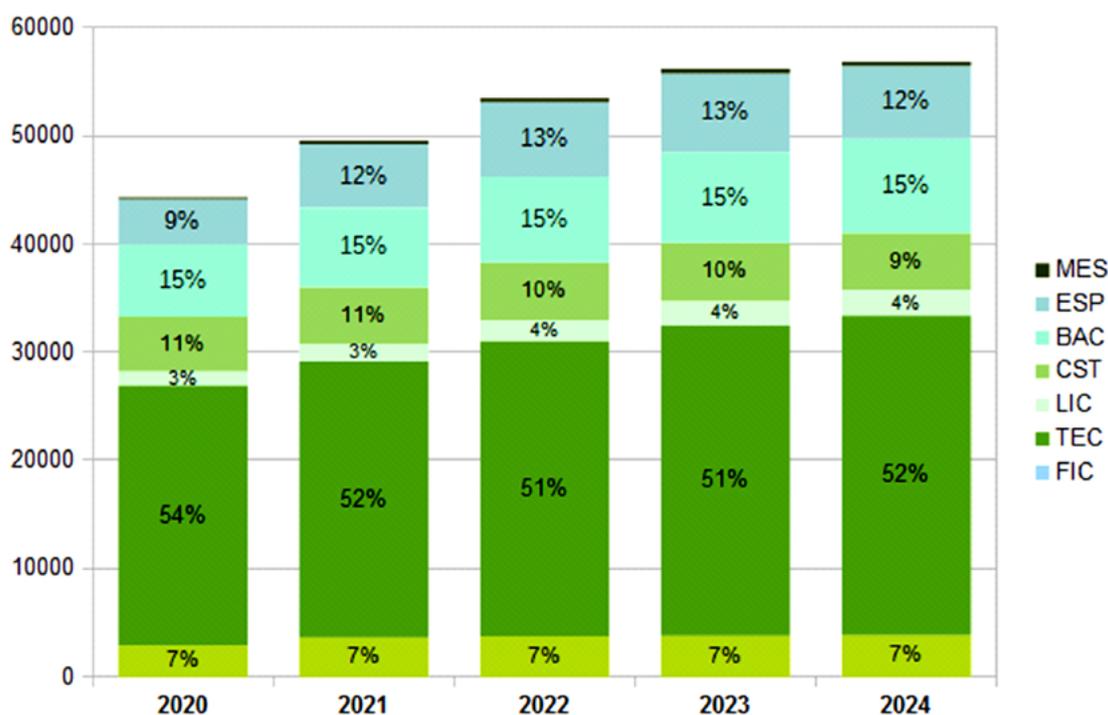


Figura 7.1 - Evolução da composição da oferta de cursos EaD conforme a Capacidade de Matrículas Equivalentes por tipo de curso no período 2020-2024

158

sumário
capítulo

158

sumário
geral

7.1.4. Relação Aluno por Professor

A Relação Aluno por Professor (RAP) é um dos principais indicadores estratégicos do PDI, dada a intrínseca dependência entre a oferta de cursos e vagas e o tamanho do quadro de professores.

Conforme Portaria MEC 1.162/2018:

Art. 2º A Relação Aluno por Professor fica definida como a Relação Matrícula por Professor, calculada como a razão entre o total de matrículas-equivalentes, ponderada pelo fator de correção da graduação e pelo total de professores-equivalentes.

§ 1º O fator de correção da graduação ajusta a contagem das matrículas para os cursos de graduação, em atendimento à estratégia 12.3 do Anexo à Lei nº 13.005, de 2014, e tem valor igual a 20/18.

§ 2º O total de professores-equivalentes considera todos os professores efetivos da instituição tendo como: peso 1 (um) os professores que possuem regime de trabalho de quarenta horas semanais ou dedicação exclusiva e 0,5 (meio) para professores que possuem regime de trabalho de vinte horas semanais.

Apesar desta definição legal de RAP aferida pelo total de Matrículas Equivalentes (Mateq), optou-se no POCV pela RAP medida pela CMateq (RAP_c), uma vez que a Mateq depende de estimativas que podem não ser confirmadas ou variar significativamente conforme o tipo de curso ou forma de oferta e/ou forma de oferta, especialmente quanto à taxa de evasão de estudantes.

Embora não seja o indicador requisitado pela legislação, a RAP_c permite uma melhor avaliação do esforço institucional (em termos de espaço físico e carga horária docente) para a realização de determinadas ofertas, em especial os cursos de baixa carga horária equalizada

(como os FICs) e aquelas que, apesar dos relativamente baixos índices de eficiência acadêmica previstos, são consideradas imprescindíveis ao cumprimento da missão da instituição.

Para compensar o uso de um indicador com modelagem diferente da legal, a meta estabelecida para a RAP_c durante o processo de planejamento foi de 28, em vez das 20 matrículas por professor previstas no PNE. Desse modo, num cenário de taxa de eficiência acadêmica média de 70%, uma RAP_c de pelo menos 28 permitiria o atendimento à exigência legal de RAP igual a 20.

Conforme pode ser visto no Quadro 7.7, a RAP_c que o IFSC projeta para 2024 é de 32,6, consideravelmente mais alta do que a meta de 28, já superada atualmente. Embora a relação aluno- professor a ser considerada pelo governo e órgãos de controle seja a geral do IFSC, ressalta-se que todos os câmpus têm previsto crescimento de RAP_c ao longo do período e superação ou, pelo menos, grande aproximação da meta institucional, mesmo com a expansão de quadro docente.

Quadro 7.7 - Relação Aluno-Professor projetada para as unidades acadêmicas em 2024, medida pela Capacidade de Matrículas-Equivalentes.

UNIDADE ACADÊMICA	A	B	C	D ⁵
	CMATEQ GRADUAÇÃO	CMATEQ DE MAIS CURSOS	PROFESSOR EQUIVALENTE	RAP_c
	2024	2024	2024	2024
ARU	437	1.354	68,0	27,1
CAN	706	1.831	70,0	37,4
CCO	524	2.355	84,5	34,8
CDR	726	1.516	64,0	36,3
CER	0	2.109	36,0	58,6
CRI	634	1.475	75,5	28,9
CTE	396	1.737	67,0	32,5
FLN	3.211	6.082	355,5	27,1
GAS	768	1.940	82,0	34,1
GPB	403	1.046	56,0	26,7
ITJ	510	2.162	81,5	33,5
JAR	718	1.818	72,5	36,1
JLE	1.289	2.762	124,0	33,8
LGS	893	1.910	77,0	37,7
PHB	482	1.263	58,5	30,7
RAU	939	1.214	58,0	38,9
SCA	228	1.124	35,0	39,3
SJE	669	1.846	90,0	28,8
SLO	314	906	36,0	34,8
SMO	652	976	56,0	30,4
TUB	788	1.622	62,0	40,3
URP	274	663	31,0	31,2
XXE	786	984	60,0	31,0
IFSC	16.348	40.696	1.807,0	32,6

5 $D = (A*20/18+B)/C$

7.2. OFERTA DE CURSOS E VAGAS POR CÂMPUS

Sendo o primeiro objetivo estratégico do PDI “Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da região”, o IFSC quer ampliar sua efetividade como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional.

Para tanto, a oferta do Instituto precisa ser dinâmica, isto é, ao mesmo tempo em que demandas por novos cursos são identificadas e planejadas, determinadas ofertas passam por reformulação de projeto pedagógico e outras entram em suspensão e até extinção.

As subseções a seguir apresentam os cursos e vagas que serão ofertados nos próximos cinco anos pelas unidades acadêmicas do IFSC⁶, organizando-se as informações em três quadros distintos:

- no primeiro, informa-se o número de vagas anualmente disponibilizadas para a fase inicial de um curso da considerada oferta “regular” (cursos técnicos e superiores, além dos Proeja FIC), categorizando-os por tipo de curso, tipo de oferta quanto à forma e finalidade, modalidade, eixo tecnológico e situação, conforme apresentado no quadro-legenda 7.8, além da indicação da cidade onde o curso é oferecido presencialmente ou via polo de EaD;
- no segundo, registra-se o número de vagas anualmente disponibilizadas para os demais cursos de qualificação profissional, categorizando-os quanto à finalidade da oferta, eixo tecnológico e indicação da cidade onde o curso é oferecido;
- no terceiro, apresentam-se capacidades de matrículas e matrículas equivalentes (estratificadas por tipo de curso, forma e finalidade de oferta) projetadas para 2024, enquanto meta a ser alcançada caso a totalidade das vagas de professores previstas na Portaria MEC 246/2016 sejam redistribuídas ao IFSC pelo MEC; adicionalmente, um gráfico é usado para ilustrar a capacidade de matrículas equivalentes por nível de ensino.

160

sumário
capítulosumário
geral

6 O planejamento detalhado da oferta e o dimensionamento do quadro docente de cada câmpus pode ser consultado nas planilhas individuais das unidades, disponíveis na página do PDI 2020-2024.

Quadro 7.8 - Legenda das informações sobre cursos constantes dos quadros de oferta

TIPO DE CURSO	
FIC (f) - cursos de qualificação profissional articulados à EJA de nível fundamental FIC (m) - cursos de qualificação profissional articulados à EJA de nível médio FIC - demais cursos de formação inicial e continuada, incluindo idiomas TEC - cursos técnicos de nível médio CST - cursos superiores de tecnologia BAC - bacharelados LIC - licenciaturas ESP - especializações MES - mestrados profissionais DOC - doutorados profissionais	
TIPO DE OFERTA	
EJA-CON - cursos proeja fic ou proeja técnico concomitantes à Educação de Jovens e Adultos EJA-INT - cursos proeja fic ou proeja técnico integrados à Educação de Jovens e Adultos CON - cursos técnicos concomitantes ao ensino médio INT - cursos técnicos integrados ao ensino médio SUB - cursos técnicos subsequentes ao ensino médio FOR - cursos FIC, licenciaturas ou pós-graduações com a finalidade de formação de formadores OUT - CST, bacharelados e ofertas de FIC e pós-graduação sem finalidade de formação de formadores	
SITUAÇÃO DA OFERTA	MODALIDADE
corrente - ofertas já implantadas ou em implantação nova - ofertas a serem implantadas a partir de 2020	pres. - cursos presenciais EaD - cursos a distância
TURNO DA OFERTA	EIXO TECNOLÓGICO ⁷
diu - diurno int - integral diurno mat - matutino mat-int - integral base matutina mat/not - matutino/noturno com entradas alternadas mat/ves - matutino/vespertino com entradas alternadas not - noturno var - variável ves - vespertino ves + not - espertino e nortuno ves-int - integral base vespertina ves/not - vespertino/noturno com entradas alternadas	AmbS - Ambiente e Saúde ConPI - Controle e Processos Industriais DesES - Desenvolvimento Educacional e Social GesNeg - Gestão e Negócios InfCom - Informação e Comunicação InfraEst - Infraestrutura ProdAlim - Produção Alimentícia ProdCult - Produção Cultural e Design ProdInd - Produção Industrial RecNat - Recursos Naturais Seg - Segurança TurHL - Turismo, Hospitalidade e Lazer

7 Segundo consta no Glossário (Anexo I) da Portaria Setec 51/2018, "Eixo Tecnológico" é o agrupamento de ações e das aplicações científicas às atividades humanas de mesma natureza, possuindo um núcleo de saberes comuns, embasados nas mesmas ciências e metodologias. São aplicados na classificação dos cursos da educação profissional, constante dos Catálogos Nacionais de Cursos FIC, Técnicos e Superiores de Tecnologia. As licenciaturas, bacharelados e pós-graduações foram internamente classificadas nos mesmos eixos por semelhança.

7.2.1. Câmpus Araranguá

Quadro 7.9 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Araranguá

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO										
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2	
FIC (f)	Área eletrotécnica	eja-con	pres.	not	Araranguá	ConPI	nova					36				36		
	Área vestuário	eja-con	pres.	not	Araranguá	ProdInd	nova					36		36		36		
TEC	Eletromecânica	con	pres.	not	Araranguá	ConPI	corrente	32										
		eja-int	pres.	not	Araranguá	ConPI	nova					24		24		24		
		int	pres.	mat-int	Araranguá	ConPI	nova	35		35		35		35		35		
	Eletrotécnica	con	pres.	not	Araranguá	ConPI	nova		32	32	32	32	32	32	32	32	32	
	Mecânica	con	pres.	not	Araranguá	ConPI	nova		32	32	32	32	32	32	32	32	32	
	Produção de moda	con	pres.	ves	Araranguá	ProdCult	corrente	40										
		int	pres.	ves-int	Araranguá	ProdCult	nova	35		35		35		35		35		
	Têxtil	con	pres.	not	Araranguá	ProdInd	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
	Vestuário	eja-int	pres.	not	Araranguá	ProdInd	nova					24		24		24		
int		pres.	ves-int	Araranguá	ProdInd	nova	35		35		35		35		35			
LIC	Física	for	pres.	not	Araranguá	DesES	corrente	40		40		40		40		40		
CST	Design de moda	out	pres.	not	Araranguá	ProdCult	corrente	36		36		36		36		36		
	Produção têxtil	out	pres.	not	Araranguá	ProdInd	nova			40		40		40		40		
ESP	Design de moda	out	pres.	not	Araranguá	ProdCult	nova			40	40	40	40	40	40	40	40	
	Ensino de ciências e matemática	for	pres.	not	Araranguá	DesES	corrente	30		30		30		30		30		

Quadro 7.10 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Araranguá

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área administração	out	Presencial	Araranguá	GesNeg		40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área eletrotécnica	out	Presencial	Araranguá	ConPI	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Área mecânica	out	Presencial	Araranguá	ConPI			48		48		48		48	
Área teatro	out	Presencial	Araranguá	ProdCult	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área têxtil	out	Presencial	Araranguá	ProdInd				35	40	40	40	40	40	40
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Araranguá	DesES	80	40	80	40	80	40	80	40	80	40
Línguas	out	Presencial	Araranguá	DesES	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

Quadro 7.11 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Araranguá

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	240	240	24	408	408	51
		FOR	120	120	8	120	120	8
	EJA-CON	OUT	0	0	0	72	108	7
TEC	CON	TEC	180	392	500	144	384	488
	INT	TEC	105	315	401	105	315	403
	EJA-INT	TEC	0	0	0	48	144	183
LIC	n.a.	FOR	40	150	165	40	150	165
CST	n.a.	OUT	36	144	166	76	228	272
ESP	n.a.	OUT	0	0	0	80	160	160
		FOR	24	48	48	24	48	48
MES	n.a.	OUT	0	0	0	3	6	6
TOTAL GERAL			745	1.409	1.312	1.120	2.071	1.791

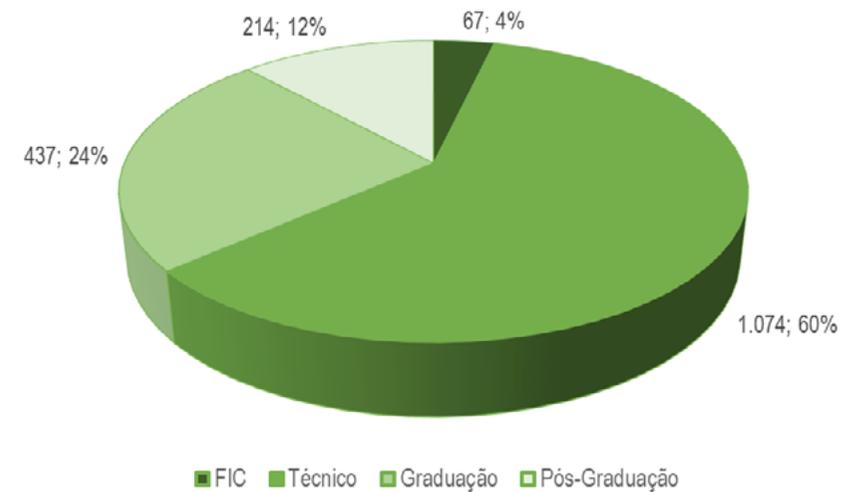


Figura 7.2 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Araranguá

7.2.2. Câmpus Canoinhas

Quadro 7.12 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Canoinhas

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO										
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2	
FIC (F)	Área Edificações	eja-con	pres.	not	Canoinhas	InfraEst	corrente			40								
TEC	Agroecologia	con	pres.	mat	Canoinhas	RecNat	corrente	40	40					40	40	40	40	
		eja-int	pres.	ves/not	Canoinhas	RecNat	corrente	40		40		40		40		40		
	Alimentos	eja-con	pres.	not	Canoinhas	ProdAlim	nova	40		40		40		40				40
		int	pres.	mat-int	Canoinhas	ProdAlim	corrente	40		40		40		40		40		
	Edificações	con	pres.	not	Canoinhas	InfraEst	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		int	pres.	mat-int	Canoinhas	InfraEst	corrente	40		40		40		40		40		
	Informática	int	pres.	mat-int	Canoinhas	InfCom	nova					40		40		40		
Manutenção e suporte em informática	con	pres.	ves	Canoinhas	InfCom	corrente	40	40		40		40		40		40		
CST	Alimentos	out	pres.	not	Canoinhas	ProdAlim	corrente	40		40		40		40		40		
	Análise e desenvolvimento de sistemas	out	pres.	not	Canoinhas	InfCom	corrente	40		40		40		40		40		
BAC	Agronomia	out	pres.	mat/ves	Canoinhas	RecNat	corrente	40		40		40		40		40		
	Engenharia civil	out	pres.	not	Canoinhas	InfraEst	nova			40		40		40		40		
ESP	Eixo desenvolvimento educacional e social	for	pres.	not	Canoinhas	DesES	corrente	40		40		40		40		40		
	Eixo informação e comunicação	out	EaD	not	Canoinhas	InfCom	nova							50			50	
	Eixo produção alimentícia	out	EaD	not	Canoinhas	ProdAlim	nova	50		50								
	Eixo recursos naturais	out	pres.	not	Canoinhas	RecNat	corrente		30		30		30		30		30	
	Ensino biologia e química	for	EaD	not	Canoinhas	DesES	nova			50				50				
	Ensino de ciências	for	EaD	not	Canoinhas	DesES	nova	50				50				50		
	Ensino história e geografia	for	EaD	not	Canoinhas	DesES	nova		50				50	50		50	50	

Quadro 7.13 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Canoinhas

CÂMPUS	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
						20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
CAN	Área agroecologia	out	Presencial	Canoinhas	RecNat	60	40	20	40	20	40				
	Área artes	out	Presencial	Canoinhas	ProdCult	40	40	60	60	40	40	40	20	20	40
	Área Administração	out	Presencial	Canoinhas	GesNeg	120	120	120	120	120	120	120	120	120	80
	Área Edificações	out	Presencial	Canoinhas	InfraEst	20	20			20	20				
	Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Canoinhas	DesES	120	160	200	240	40	120	80	40	160	120
	Línguas	out	Presencial	Canoinhas	DesES	70	50	50	80	50	50	50	50	50	20

Quadro 7.14 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Canoinhas

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	580	580	75	330	330	37
		FOR	280	280	20	280	280	14
	EJA-CON	OUT	0	60	4	0	0	0
TEC	CON	TEC	240	480	596	200	440	552
	INT	TEC	80	240	300	120	360	450
	EJA-CON	TEC	40	40	48	40	120	144
	EJA-INT	TEC	40	120	144	40	120	144
CST	n.a.	OUT	80	240	294	80	240	294
BAC	n.a.	OUT	40	80	92	80	360	412
ESP	n.a.	OUT	80	110	110	80	160	160
		FOR	140	180	180	190	330	330
TOTAL GERAL			1.600	2.410	1.864	1.440	2.740	2.537

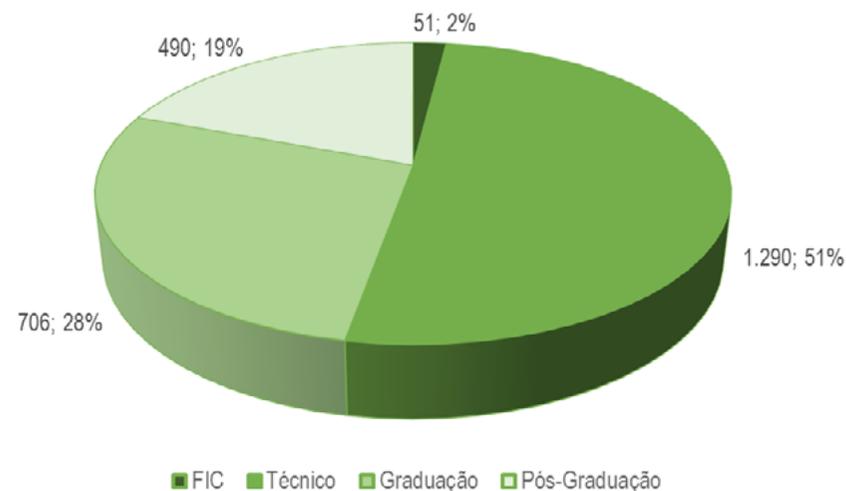


Figura 7.3 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Canoinhas

7.2.3. Câmpus Chapecó

Quadro 7.15 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Chapecó

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
TEC	Comércio	eja-int	pres.	not	Chapecó	GesNeg	nova					40	40	40	40	40	40
	Eletroeletrônica	sub	pres.	not	Chapecó	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Eletromecânica	eja-int	pres.	not	Chapecó	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Informática	int	pres.	ves	Chapecó	InfCom	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Mecânica	sub	pres.	not	Chapecó	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Segurança do trabalho	sub	EaD	not	Chapecó	Seg	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Sistemas de energia renovável	int	pres.	mat	Chapecó	ConPI	nova			40	40	40	40	40	40	40	40
BAC	Engenharia de controle e automação	out	pres.	mat/ves	Chapecó	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
ESP	Ensino de língua inglesa	for	pres.	ves + not	Chapecó	DesES	corrente			28				28			
	Teorias e metodologias da educação básica e profissional	for	pres.	not	Chapecó	DesES	corrente		30		30		30		30		30
MES	Ensino	for	pres.	mat	Chapecó	DesES	nova	24		24		24		24		24	

Quadro 7.16 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Chapecó

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área eletroeletrônica	out	Presencial	Chapecó	ConPI	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Área mecânica	out	Presencial	Chapecó	ConPI	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Área segurança do trabalho	out	Presencial	Chapecó	Seg	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Formação pedagógica para graduados não licenciados	for	EaD	Chapecó	DesES			50	50	50	50	50	50	50	50

Quadro 7.17 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Chapecó

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	200	200	18	200	200	18
		FOR	0	0	0	100	250	113
TEC	SUB	TEC	240	560	686	240	600	730
	INT	TEC	70	315	394	150	635	800
	EJA-INT	TEC	80	280	356	160	480	558
BAC	n.a.	OUT	80	440	524	80	440	524
ESP	n.a.	FOR	30	88	88	30	88	88
MES	n.a.	FOR	24	24	24	24	48	48
TOTAL GERAL			724	1.907	2.088	984	2.741	2.878

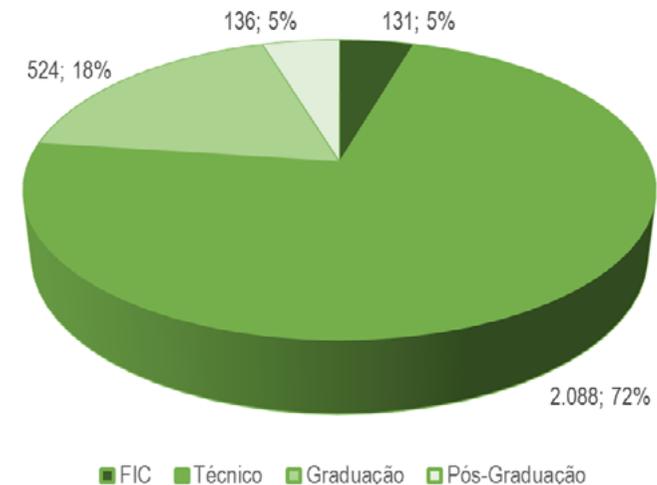


Figura 7.4 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Chapecó

7.2.4. Câmpus Caçador

Quadro 7.18 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Caçador

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO										
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2	
FIC (m)	Operador de computador	eja-int	pres.	not	Caçador	InfCom	corrente		50									
TEC	Administração	eja-int	pres.	not	Caçador	GesNeg	nova			50		50		50		50		
		int	pres.	mat-int	Caçador	GesNeg	corrente	40		40		40		40		40		
	Desenvolvimento de sistemas	sub	pres.	not	Caçador	InfCom	corrente		40			40			40			
	Eletromecânica	eja-int	pres.	not	Caçador	ConPI	nova			50		50		50		50		
		int	pres.	ves-int	Caçador	ConPI	nova	40		40		40		40		40		
		sub	pres.	ves	Caçador	ConPI	corrente			40		40		40		40		
	Informática	int	pres.	mat-int	Caçador	InfCom	corrente	40		40		40		40		40		
	Logística	sub	pres.	not	Caçador	GesNeg	corrente		40		40		40		40		40	
Plásticos	int	pres.	mat-int	Caçador	ProdInd	corrente	40		40		40		40		40			
LIC	Ciências da natureza	for	EaD	not	Caçador	DesES	nova	50		50		50		50		50		
CST	Processos gerenciais	out	pres.	not	Caçador	GesNeg	nova	40		40		40		40		40		
BAC	Engenharia de produção	out	pres.	not	Caçador	ProdInd	corrente	40		40		40		40		40		
	Sistemas de informação	out	pres.	not	Caçador	InfCom	corrente	40		40		40		40		40		
ESP	Gestão da tecnologia da informação	out	EaD	not	Caçador	InfCom	nova	50				50				50		
	Gestão da produção	out	pres.	not	Caçador	ProdInd	nova	40				40				40		
	Gestão escolar	out	pres.	not	Caçador	GesNeg	corrente				40				40			
	Interdisciplinaridade e práticas pedagógicas na educação básica	for	pres.	not	Caçador	DesES	corrente				40				40			

Quadro 7.19 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Caçador

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área eletromecânica	out	Presencial	Caçador	ConPI	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Área metalurgia	out	Presencial	Caçador	ConPI	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área metrologia	out	Presencial	Caçador	ConPI		80	80	80	80	80	80	80	80	80
Área administração	out	Presencial	Caçador	GesNeg		40		40		40		40		40
Área design	out	Presencial	Caçador	ProdCult	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Caçador	DesES	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
Eixo produção industrial	out	Presencial	Caçador	ProdInd		40		40	40	40	40	40	40	40
Línguas	out	Presencial	Caçador	DesES	320	80	80	80	80	80	200	80	200	80

Quadro 7.20 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Caçador

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	1.200	1.200	128	1.320	1.320	137
		FOR	400	400	33	400	400	33
	EJA-INT	OUT	50	100	65	0	0	0
TEC	SUB	TEC	80	200	232	80	200	233
	INT	TEC	160	400	485	160	480	587
	EJA-INT	TEC	0	0	0	100	300	356
LIC	n.a.	FOR	50	50	55	50	200	220
CST	n.a.	OUT	40	40	40	40	80	80
BAC	n.a.	OUT	80	360	426	80	360	426
ESP	n.a.	OUT	90	130	130	90	130	130
		FOR	0	40	40	0	40	40
TOTAL GERAL			2.150	2.920	1.635	2.320	3.510	2.241

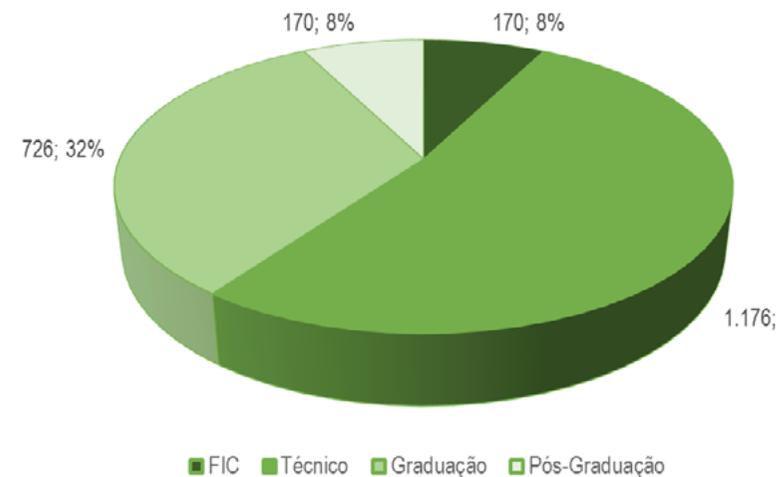


Figura 7.5 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Caçador

7.2.5. Cerfead

Quadro 7.21 - Cursos e vagas da oferta regular do Cerfead

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
ESP	Docência para educação profissional e tecnológica	for	EaD	ves	6 polos a definir	DesES	corrente	300		300		300		300		300	
	Educação profissional e tecnológica integrada à EJA	out	EaD	ves	4 polos a definir	DesES	nova		200		200		200		200		
	Gestão pública para a educação profissional e tecnológica	out	EaD	not	8 polos a definir	GesNeg	corrente	400		400		400		400		400	
	Tic aplicada à educação	for	EaD	not	6 polos a definir	InfCom	corrente	300		300		300		300		300	
MES	Educação	for	pres.	ves	Florianópolis	DesES	corrente		24		24		24		24		24
	Gestão pública	out	pres.	ves	Florianópolis	GesNeg	nova			25		25		25		25	
	Tecnologias educacionais	for	pres.	ves	Florianópolis	InfCom	nova			25		25		25		25	
DOC	Tecnologia social	for	pres.	var	Florianópolis	DesES	nova			20		20		20		20	

Quadro 7.22 - cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do Cerfead

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	EaD	Cerfead	DesES	700	580	750	580	750	580	750	580	750	580
		Presencial	Cerfead	DesES	60		60	50	60			50		
	out	EaD	Cerfead	DesES	50	50				50				50
Eixo gestão e negócios	out	EaD	Cerfead	GesNeg	250	300	250	300	250	250	250	250	250	250
Eixo informação e comunicação	out	EaD	Cerfead	InfCom	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Quadro 7.23 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no Cerfead

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	750	750	59	650	650	52
		FOR	1.340	1.340	107	1.330	1.330	111
ESP	n.a.	OUT	600	600	600	400	400	400
		FOR	600	900	900	600	1.300	1.300
MES	n.a.	OUT	0	0	0	25	50	50
		FOR	22	66	66	47	116	116
DOC	n.a.	FOR	0	0	0	20	80	80
TOTAL GERAL			3.312	3.656	1.732	3.072	3.926	2.109

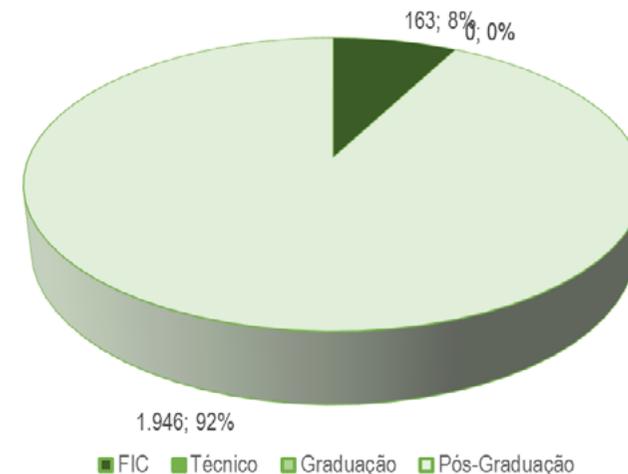


Figura 7.6 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no Cerfead

7.2.6. Câmpus Criciúma

Quadro 7.24 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Criciúma

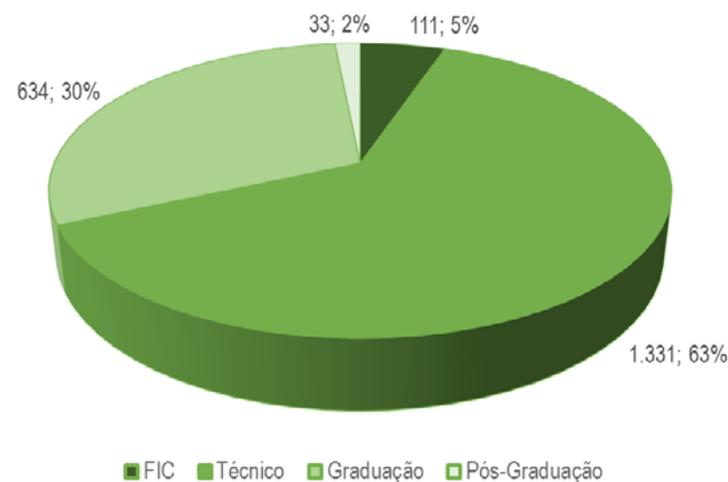
TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
TEC	Edificações	int	pres.	ves-int	Criciúma	InfraEst	corrente	40		40		40		40		40	
		sub	pres.	not	Criciúma	InfraEst	corrente	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
	Eletromecânica	eja-int	pres.	not	Criciúma	ConPI	nova			40		40		40		40	
	Eletrotécnica	sub	pres.	not	Criciúma	ConPI	corrente	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
	Mecatrônica	int	pres.	ves-int	Criciúma	ConPI	corrente	40		40		40		40		40	
	Meio ambiente	con	pres.	not	Criciúma	AmbSS	corrente	45		45		45					
	Química	int	pres.	ves-int	Criciúma	ProdInd	corrente	40		40		40		40		40	
	Segurança do trabalho	eja-int	pres.	not	Criciúma	Seg	nova			40		40		40		40	
LIC	Química	for	pres.	not	Criciúma	DesES	corrente	40		40		40		40		40	
BAC	Engenharia civil	out	pres.	ves/not	Criciúma	InfraEst	corrente	40		40		40		40		40	
	Engenharia mecatrônica	out	pres.	mat	Criciúma	ConPI	corrente	40		40		40		40		40	
ESP	Ensino de ciências	for	EaD	not	Criciúma e 1 polo a definir	DesES	nova			100				100			
	Ensino de ciências (via UAB)	for	EaD	not	Criciúma, Indaial, Itapema, Laguna, São José	DesES	nova	200									
MES	Processos industriais	out	pres.	not	Criciúma	ConPI	nova			15		15		15		15	

Quadro 7.25 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Criciúma

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área edificações	out	Presencial	Criciúma	InfraEst	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Área eletromecânica	out	Presencial	Criciúma	ConPI			50	50	50	50	50	50	50	50
Área eletrotécnica	out	Presencial	Criciúma	ConPI	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Área mecatrônica	out	Presencial	Criciúma	ConPI	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Área química	out	Presencial	Criciúma	ProdInd	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Área segurança do trabalho	out	Presencial	Criciúma	Seg			25	25	25	25	25	25	25	25
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Criciúma	DesES	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Línguas	out	Presencial	Criciúma	DesES	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

Quadro 7.26 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Criciúma

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	280	280	53	430	430	69
		FOR	180	180	42	180	180	42
TEC	CON	TEC	40	120	130	0	0	0
	SUB	TEC	180	445	572	180	445	572
	INT	TEC	120	370	474	120	370	474
	EJA-INT	TEC	0	0	0	80	240	286
LIC	n.a.	FOR	40	160	176	40	160	176
BAC	n.a.	OUT	80	320	367	80	400	458
ESP	n.a.	FOR	0	0	0	0	15	15
MES	n.a.	OUT	0	0	0	9	18	18
TOTAL GERAL			920	1.875	1.812	1.119	2.258	2.109



7.7 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Criciúma

7.2.7. Câmpus Florianópolis-Continente

Quadro 7.27 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Florianópolis-Continente

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO										
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2	
FIC (f)	Área panificação	eja-con	pres.	ves	Florianópolis	ProdAlim	corrente	40		40		40		40		40		
	Área turismo, hospitalidade e lazer	eja-con	pres.	ves	Florianópolis	TurHL	nova		40		40		40		40		40	
TEC	Confeitaria	sub	pres.	var	Florianópolis	ProdAlim	corrente		40		40		40		40		40	
	Cozinha	eja-con	pres.	not	Florianópolis	TurHL	corrente	40										
		eja-int	pres.	not	Florianópolis	TurHL	nova			40		40		40		40		40
		sub	pres.	var	Florianópolis	TurHL	corrente	80	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
	Eventos	sub	pres.	var	Florianópolis	TurHL	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Guia de turismo	sub	pres.	not	Florianópolis	TurHL	nova	40		40		40		40		40		40
				var	Florianópolis	TurHL	corrente		40		40		40		40		40	
	Informática para internet	sub	pres.	ves	Florianópolis	InfCom	nova					40		40		40		40
	Nutrição e dietética	sub	pres.	mat	Florianópolis	AmbSS	nova		40				40			40		
	Panificação	eja-con	pres.	not	Florianópolis	TurHL	corrente		40									
		eja-int	pres.	not	Florianópolis	TurHL	nova				40		40		40		40	
sub		pres.	var	Florianópolis	TurHL	corrente	40		40		40		40		40		40	
Restaurante e bar	sub	pres.	var	Florianópolis	TurHL	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
CST	Gastronomia	out	pres.	mat	Florianópolis	TurHL	corrente	40		40		40		40		40		40
	Gestão de turismo	out	pres.	not	Florianópolis	TurHL	corrente	40		40		40		40		40		40
	Hotelaria	out	pres.	mat	Florianópolis	TurHL	corrente	40		40		40		40		40		40
ESP	Cultura e sociobiodiversidade na gastronomia	out	EaD	var	Florianópolis	ProdAlim	nova		50		50		50		50		50	
	Ensino de língua estrangeira	for	EaD	var	Florianópolis	DesES	nova				100		100		100		100	

Quadro 7.28 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Florianópolis-Continente

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área eventos	out	Presencial	Florianópolis	TurHL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área guia de turismo	out	Presencial	Florianópolis	TurHL		25		25		25		25		25
Área nutrição e dietética	out	Presencial	Florianópolis	AmbSS	80	160	80	160	80	160		160	80	160
Área turismo, hospitalidade e lazer	out	Presencial	Florianópolis	TurHL	80	40	80	40	80	40	80	40	80	40
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	EaD	Florianópolis	DesES	40	130	80	130	200	290	200	290	240	290
Língua e cultura surda	out	EaD	Todos os câmpus	DesES	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Línguas	out	EaD	Florianópolis	DesES				50						50
		Presencial	Florianópolis	DesES	100	75	75	100	100	75	125	100	100	125

Quadro 7.29 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Florianópolis-Continente

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	680	1.205	110	740	1.290	111
		FOR	210	210	28	530	530	55
	EJA-CON	80	80	11	92	156	18	
	EJA-INT	0	0	0	80	240	99	
TEC	SUB	TEC	480	640	722	480	760	866
	EJA-CON	TEC	31	93	109	0	0	0
	EJA-INT	TEC	0	0	0	80	240	282
CST	n.a.	OUT	120	360	396	120	360	396
ESP	n.a.	OUT	50	50	50	50	100	100
		FOR	0	0	0	100	200	200
MES	n.a.	FOR	2	6	6	2	6	6
TOTAL GERAL			1.653	2.644	1.433	2.274	3.882	2.133

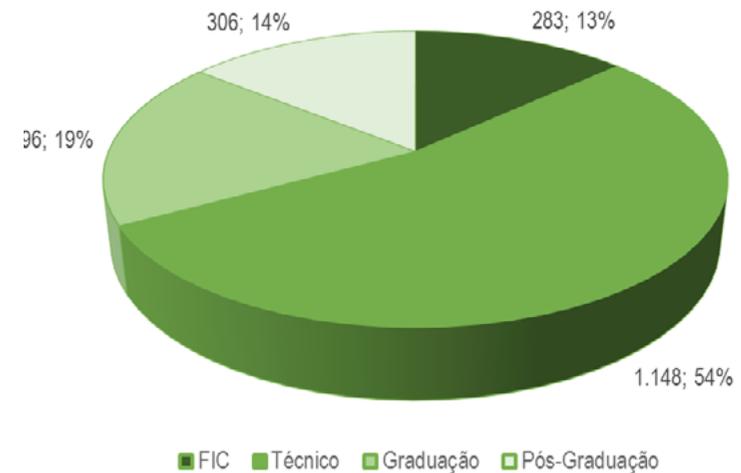


Figura 7.8 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Florianópolis-Continente

7.2.8. Câmpus Florianópolis

Quadro 7.30 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Florianópolis

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (f)	Área panificação	eja-int	pres.	not	Florianópolis	ProdAlim	nova			40		40		40		40	
	Área turismo, hospitalidade e lazer	eja-int	pres.	not	Florianópolis	TurHL	nova				40		40		40		40
TEC	Agrimensura	sub	pres.	mat	Florianópolis	InfraEst	corrente	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27
				not	Florianópolis	InfraEst	corrente	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27
	Desenvolvimento de sistemas	sub	pres.	ves	Florianópolis	InfCom	corrente	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Edificações	int	pres.	ves	Florianópolis	InfraEst	corrente	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
				sub	pres.	mat	Florianópolis	InfraEst	corrente	30	30	30	30	30	30	30	30
		not	Florianópolis	InfraEst		corrente	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	
	Eletrônica	int	pres.	ves	Florianópolis	ConPI	corrente	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
		sub	pres.	not	Florianópolis	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Eletrotécnica	int	pres.	mat	Florianópolis	ConPI	corrente	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
				ves	Florianópolis	ConPI	corrente	18	18	18	18	18	18	18	18	18	
		sub	pres.	not	Florianópolis	ConPI	corrente	36	36	36	36	36	36	36	36	36	
	Enfermagem	sub	pres.	ves	Florianópolis	AmbSS	corrente	30		30		30		30		30	
	Manutenção automotiva	sub	pres.	mat	Florianópolis	ConPI	corrente	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
	Mecânica	sub	pres.	mat	Florianópolis	ConPI	corrente	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28
				not	Florianópolis	ConPI	corrente	28	28	28	28	28	28	28	28	28	
	Meio Ambiente	sub	pres.	mat/not	Florianópolis	AmbSS	corrente	25	25	30	30	30	30	30	30	30	30
	Meteorologia	sub	pres.	mat/ves	Florianópolis	AmbSS	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Química	int	pres.	mat	Florianópolis	ProdInd	corrente	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
	Saneamento	int	pres.	mat	Florianópolis	InfraEst	corrente	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
		sub	pres.	not	Florianópolis	InfraEst	corrente	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Segurança do trabalho	sub	pres.	not	Florianópolis	Seg	corrente	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	
CST	Design de produto	out	pres.	mat	Florianópolis	ProdCult	corrente	30									
	Eletrônica industrial	out	pres.	not	Florianópolis	ConPI	corrente	36	36	36	36	36	36	36	36	36	
	Gestão da tecnologia da informação	out	pres.	not	Florianópolis	InfCom	corrente	30		30		30		30		30	
	Radiologia	out	pres.	ves	Florianópolis	AmbSS	corrente	40		40		40		40		40	
	Sistemas de energia	out	pres.	not	Florianópolis	ProdInd	corrente	32	32	32	32	32	32	32	32	32	

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
BAC	Design	out	pres.	mat	Florianópolis	ProdCult	nova	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Engenharia civil	out	pres.	not	Florianópolis	InfraEst	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Engenharia elétrica	out	pres.	ves	Florianópolis	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Engenharia eletrônica	out	pres.	mat	Florianópolis	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Engenharia mecatrônica	out	pres.	ves	Florianópolis	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
ESP	Desenvolvimento de produtos eletrônicos	out	pres.	not	Florianópolis	ProdInd	corrente		25		25		25		25		25
	Educação profissional e tecnológica	for	pres.	not	Florianópolis	DesES	corrente	30									
	Educação, trabalho e formação docente	for	EaD	not	Florianópolis	DesES	nova			160		160		160		160	
	Ensino de ciências e matemática	for	EaD	not	Florianópolis	DesES	nova			160		160		160		160	
	Gestão em Saúde	for	EaD	not	Caçador, Chapecó, Florianópolis, Joinville	AmbSS	nova			100		100		100		100	
	Mídias na educação	for	EaD	not	Florianópolis e 3 polos a definir	DesES	nova		120		120		120		120		120
MES	Clima e ambiente	out	pres.	var	Florianópolis/ Itajaí	AmbSS	corrente	15		15		15		15		15	
	Engenharia elétrica	out	pres.	var	Florianópolis	ConPI	corrente	10		10		10		10		10	
	Proteção radiológica	out	pres.	var	Florianópolis	AmbSS	corrente	10		10		10		10		10	

Quadro 7.31 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Florianópolis

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área enfermagem	out	Presencial	Florianópolis	AmbSS	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
Área instrumento musical	out	Presencial	Florianópolis	ProdCult	125	45	125	45	125	45	125	45	125	45
Área meteorologia	out	Presencial	Florianópolis	AmbSS	20	20	40	20	40	20	40	20	40	20
Área radiologia	out	Presencial	Florianópolis	AmbSS	108	40	108	40	108	40	108	40	108	40
Área segurança do trabalho	out	Presencial	Florianópolis	Seg	120	120	180	180	180	180	180	180	180	180
Área teatro	out	Presencial	Florianópolis	ProdCult	80		80		80		80		80	
Línguas	out	Presencial	Florianópolis	DesES	345	375	345	375	345	375	345	375	345	375

178

Quadro 7.32 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Florianópolis

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	1.638	4.063	334	1.778	4.203	345
	EJA-CON	OUT	0	0	0	49	147	53
TEC	SUB	TEC	872	2.044	2.470	844	1.824	2.287
	INT	TEC	380	1.710	2.160	380	1.710	2.160
	EJA-CON	TEC	49	147	173	0	0	0
CST	n.a.	OUT	206	1.062	1.282	206	762	931
BAC	n.a.	OUT	380	1.850	2.123	380	2.000	2.280
ESP	n.a.	OUT	25	50	50	125	250	250
		FOR	150	180	180	280	720	720
MES	n.a.	OUT	27	54	54	27	54	54
TOTAL GERAL			3.727	11.160	8.825	4.069	11.670	9.080

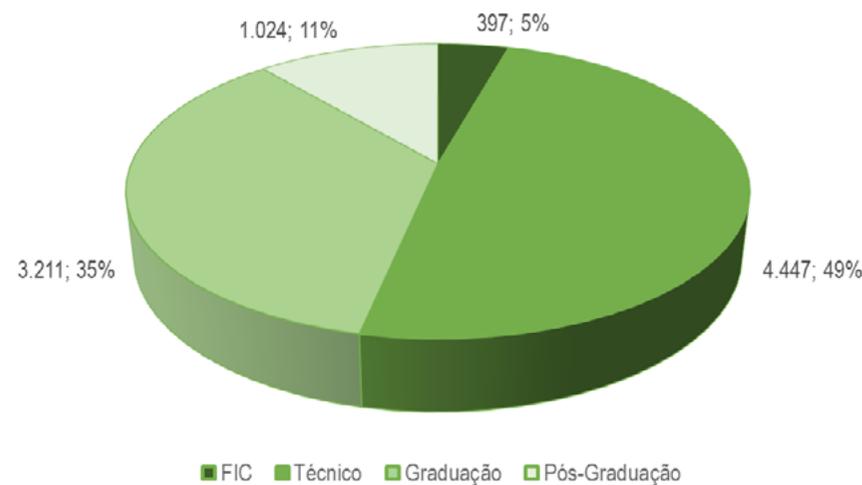


Figura 7.9 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Florianópolis

7.2.9. Câmpus Gaspar

Quadro 7.33 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Gaspar

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (m)	Assistente administrativo	eja-con	pres.	not	Gaspar	GesNeg	corrente	40									
TEC	Administração	eja-int	EaD	not	Gaspar	GesNeg	nova			45	45	45	45	45	45	45	45
		sub	pres.	not	Gaspar	GesNeg	corrente	40									
	Informática	int	pres.	mat-int	Gaspar	InfCom	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Modelagem do vestuário	con	pres.	not	Gaspar	ProdCult	corrente	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Produção de moda	eja-int	EaD	ves	Gaspar	ProdCult	nova					45		45		45	
	Química	int	pres.	mat-int	Gaspar	ProdInd	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Vendas	sub	pres.	not	Gaspar	GesNeg	nova		40	40	40	40	40	40	40	40	40
CST	Análise e desenvolvimento de sistemas	out	pres.	not	Gaspar	InfCom	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Design de moda	out	pres.	not	Gaspar	ProdCult	corrente	40		40		40		40		40	
	Gestão pública (via UAB)	out	EaD	not	Gaspar e 8 polos a definir	GesNeg	corrente	450				450				450	
	Processos gerenciais	out	pres.	not	Gaspar	GesNeg	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
ESP	Educação matemática	for	EaD	not	Gaspar	DesES	nova		50				50				50
	Ensino de ciências	for	EaD	not	Gaspar	DesES	nova				50				50		
	Ensino de língua inglesa	for	EaD	not	Gaspar	DesES	nova			50				50			
	Gestão comercial e vendas	out	EaD	not	Gaspar	GesNeg	nova					50					
	Gestão escolar	out	EaD	not	Gaspar	GesNeg	nova		50						50		
	Pesquisa e prática pedagógica	for	pres.	not	Gaspar	DesES	corrente			50				50			
	Português para estrangeiros	for	EaD	not	Gaspar	DesES	nova		50				50				50
	Revisão de textos	for	EaD	not	Gaspar	DesES	corrente				50				50		
MES	Ensino	for	pres.	var	Gaspar	DesES	nova			20		20		20		20	

Quadro 7.34 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Gaspar

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área administração	out	Presencial	Gaspar	GesNeg	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área informática	out	Presencial	Gaspar	InfCom	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área química	out	Presencial	Gaspar	ProdInd	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área vestuário	out	Presencial	Gaspar	ProdInd	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Gaspar	DesES	175	175	245	205	245	205	245	205	245	205
Línguas	out	Presencial	Gaspar	DesES	145		25	50	170			25	170	25

Quadro 7.35 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Gaspar

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	465	565	60	515	640	66
		FOR	350	350	39	450	450	48
	EJA-CON	OUT	40	40	6	0	0	0
TEC	CON	TEC	60	120	138	60	120	138
	SUB	TEC	80	120	128	80	120	120
	INT	TEC	160	560	706	160	560	706
	EJA-INT	TEC	0	0	0	135	405	473
CST	n.a.	OUT	200	680	768	200	680	768
ESP	n.a.	OUT	50	50	50	0	50	50
		FOR	100	200	200	100	300	300
MES	n.a.	FOR	0	0	0	20	40	40
TOTAL GERAL			1.505	2.685	2.093	1.720	3.365	2.708

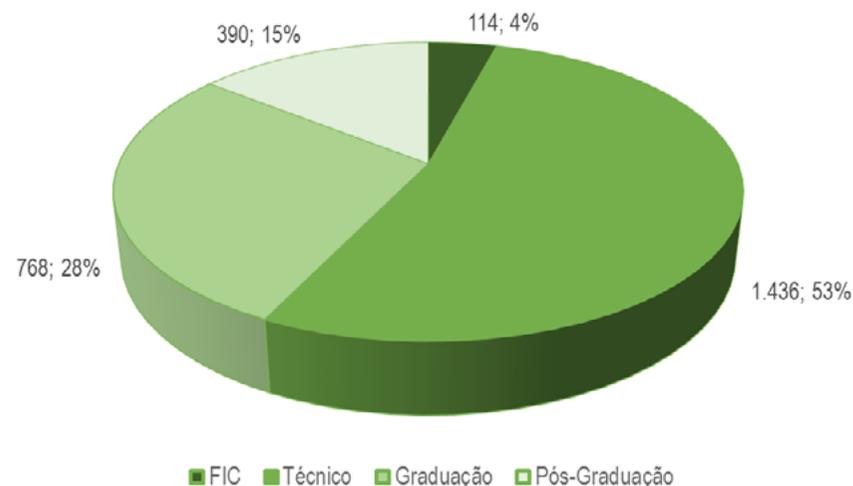


Figura 7.10 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Gaspar

7.2.10. Câmpus Garopaba

Quadro 7.36 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Garopaba

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (m)	Área Turismo, Hospitalidade e Lazer	eja-int	pres.	var	Garopaba	TurHL	corrente	40				40				40	
TEC	Administração	int	pres.	mat/ves	Garopaba	GesNeg	corrente	36		36		36		36		36	
		sub	pres.	not	Garopaba	GesNeg	nova				40		40		40		
	Biotecnologia	con	pres.	ves	Garopaba	ProdInd	corrente	40		40							
		int	pres.	ves-int	Garopaba	ProdInd	nova				40		40		40		
	Cozinha	eja-int	pres.	not	Garopaba	TurHL	nova				40		40		40		
	Guia de turismo	sub	pres.	not	Garopaba	TurHL	nova	25		25		25		25		25	
	Informática	int	pres.	ves-int	Garopaba	InfCom	corrente	36		36		36		36		36	
	Restaurante e bar	sub	pres.	ves	Garopaba	TurHL	corrente	40		40		40		40		40	
Hospedagem	sub	pres.	ves	Garopaba	TurHL	corrente	40		40		40		40		40		
CST	Sistemas para a Internet	out	pres.	not	Garopaba	InfCom	nova	40		40		40		40		40	
	Gestão ambiental	out	pres.	mat	Garopaba	AmbSS	corrente	40		40		40		40		40	
	Gestão de turismo	out	pres.	not	Garopaba	TurHL	nova				40		40		40		
ESP	Educação patrimonial	for	pres.	var	Garopaba	DesES	nova					40			40		
	Interdisciplinaridade e práticas pedagógicas na educação básica	for	EaD	var	Garopaba	DesES	nova					50			50		
	Planejamento e gestão de destinos turísticos sustentáveis	out	pres.	var	Garopaba	TurHL	nova					40		40		40	

Quadro 7.37 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Garopaba

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área administração	out	Presencial	Garopaba	GesNeg	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
Área agroindústria	out	Presencial	Garopaba	GesNeg	35		35		35		35		35	
Área cozinha	out	Presencial	Garopaba	TurHL	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Área dança	out	Presencial	Garopaba	ProdCult	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Área informática	out	Presencial	Garopaba	InfCom	120	160	160	160	160	160	160	160	160	160
Área meio ambiente	out	Presencial	Garopaba	AmbSS	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
Área química	out	Presencial	Garopaba	ProdInd	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área turismo, hospitalidade e lazer	out	Presencial	Garopaba	TurHL	18	40	18	40	18	40	18	40	18	40
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Garopaba	DesES	140	220	180	260	200	260	180	260	180	260
Línguas	out	Presencial	Garopaba	DesES	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110

Quadro 7.38 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Garopaba

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	1.213	1.523	131	1.333	1.618	141
		FOR	360	360	21	360	360	21
	EJA-INT	OUT	40	40	20	40	40	20
TEC	CON	TEC	40	200	231	0	0	0
	SUB	TEC	65	65	69	105	145	157
	INT	TEC	72	216	254	112	336	392
	EJA-INT	TEC	0	0	0	40	120	144
CST	n.a.	OUT	80	160	182	120	360	403
ESP	n.a.	OUT	0	0	0	40	80	80
		FOR	0	0	0	0	90	90
MES	n.a.	OUT	1	2	2	1	2	2
TOTAL GERAL			1.871	2.566	909	2.151	3.151	1.449

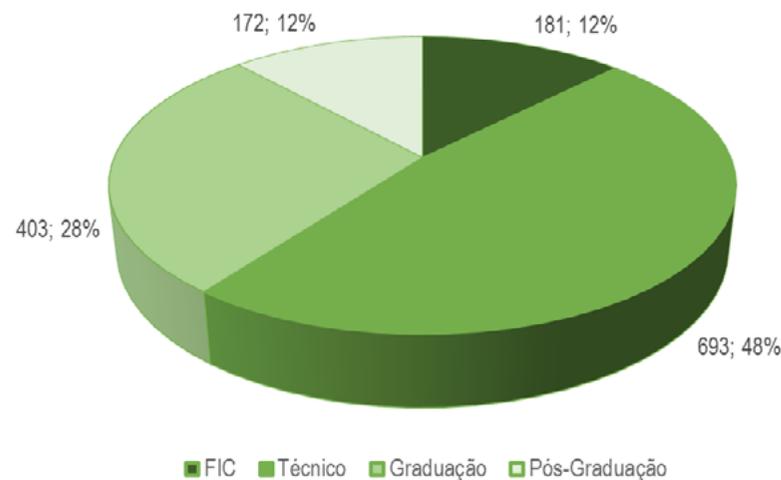


Figura 7.11 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Garopaba

7.2.11. Câmpus Itajaí

Quadro 7.39 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Itajaí

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (f)	Área eletrotécnica	eja-int	pres.	not	Itajaí	ConPI	nova	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42
	Área mecânica	eja-int	pres.	not	Itajaí	ConPI	nova	84		84		84		84		84	
	Eixo recursos naturais	eja-int	pres.	not	Itajaí	RecNat	nova	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42
TEC	Aquicultura	sub	pres.	not	Itajaí	RecNat	corrente		40		40		40		40		40
	Eletroeletrônica	sub	pres.	not	Itajaí	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Mecânica	con	pres.	not	Itajaí	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		int	pres.	mat-int	Itajaí	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Recursos pesqueiros	con	pres.	not	Itajaí	RecNat	corrente	40		40		40		40		40	
		int	pres.	mat	Itajaí	RecNat	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
BAC	Engenharia elétrica	out	pres.	ves	Itajaí	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
ESP	Ensino integrado em filosofia, geografia, história e sociologia	for	pres.	not	Itajaí	DesES	nova	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42
	Ciências marinhas aplicadas ao ensino	for	pres.	not	Itajaí	RecNat	corrente	40		40		40		40		40	

Quadro 7.40 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Itajaí

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área Recursos Pesqueiros	out	Presencial	Itajaí	RecNat	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Itajaí	DesES	220	220	220	220	220	220	220	220	220	220
Línguas	out	Presencial	Itajaí	DesES	25		25		25		25		25	

Quadro 7.41 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Itajaí

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	245	320	102	245	320	102
		FOR	440	440	75	440	440	75
	EJA-INT	OUT	252	252	179	252	546	332
TEC	CON	TEC	120	280	350	120	280	350
	SUB	TEC	120	280	350	120	280	350
	INT	TEC	160	600	742	160	560	692
BAC	n.a.	OUT	80	440	510	80	440	510
ESP	n.a.	FOR	124	164	164	124	248	248
MES	n.a.	OUT	7	14	14	7	14	14
TOTAL GERAL			1.548	2.790	2.487	1.548	3.128	2.673

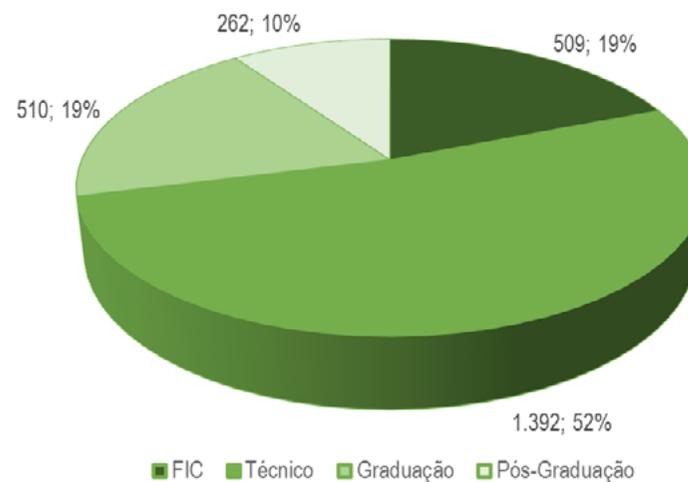


Figura 7.12 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Itajaí

7.2.12. Jaraguá do Sul-Centro

Quadro 7.42 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Jaraguá do Sul-Centro

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
TEC	Administração	eja-int	pres.	not	Guaramirim	GesNeg	nova					40		40		40	
		int	pres.	mat	Guaramirim	GesNeg	nova					40		40		40	
	Agronegócio	eja-int	pres.	not	Guaramirim	RecNat	nova					40		40		40	
	Modelagem do vestuário	int	pres.	mat/ves	Jaraguá do Sul	ProdCult	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Química	int	pres.	mat/ves	Jaraguá do Sul	ProdInd	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
				not	Jaraguá do Sul	ProdInd	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Têxtil	sub	pres.	ves	Jaraguá do Sul	ProdInd	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
				mat	Jaraguá do Sul	ProdInd	corrente	35		35		35		35		35	
Vestuário	eja-int	pres.	mat	Jaraguá do Sul	ProdInd	corrente	35		35		35		35		35		
	sub	pres.	mat	Jaraguá do Sul	ProdInd	corrente	35		35		35		35		35		
LIC	Física	for	pres.	ves/not	Jaraguá do Sul	DesES	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
CST	Design de moda	out	pres.	not	Jaraguá do Sul	ProdCult	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
ESP	Educação em ensino de ciências e matemática	for	pres.	not	Jaraguá do Sul	DesES	nova		40		40		40		40		40

Quadro 7.43 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Jaraguá do Sul-Centro

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área tradução e interpretação de libras	out	Presencial	Jaraguá do Sul	DesES	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Eixo gestão e negócios	out	Presencial	Jaraguá do Sul	GesNeg	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35

Quadro 7.44 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Jaraguá do Sul-Centro

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	230	230	42	230	230	42
TEC	SUB	TEC	175	350	445	175	350	445
	INT	TEC	140	525	642	180	715	854
	EJA-INT	TEC	35	105	133	115	345	397
LIC	n.a.	FOR	80	360	396	80	360	396
CST	n.a.	OUT	80	120	138	80	280	322
ESP	n.a.	FOR	40	40	40	40	80	80
TOTAL GERAL			780	1.730	1.835	900	2.360	2.536

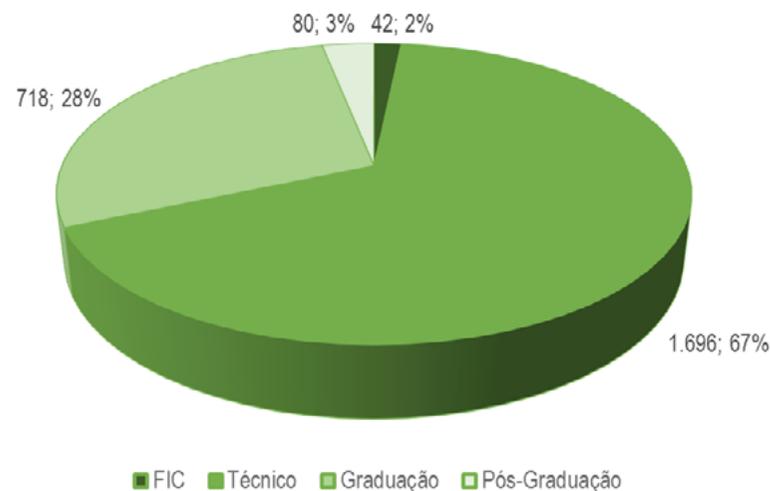


Figura 7.13 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Jaraguá do Sul-Centro

7.2.13. Câmpus Jaraguá do Sul-Rau

Quadro 7.45: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Jaraguá do Sul-Rau

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (m)	Área eletrotécnica	eja-con	pres.	var	Jaraguá do Sul	ConPI	nova	40				40				40	
	Área mecânica	eja-con	pres.	var	Jaraguá do Sul	ConPI	nova		40				40				40
TEC	Desenvolvimento de sistemas	con	pres.	ves	Jaraguá do Sul	InfCom	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Eletrotécnica	sub	pres.	not	Jaraguá do Sul	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
				ves	Jaraguá do Sul	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
	Mecânica	sub	pres.	not	Jaraguá do Sul	ConPI	corrente	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
mat				Jaraguá do Sul	ConPI	corrente	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
CST	Fabricação mecânica	out	pres.	not	Jaraguá do Sul	ProdInd	corrente		40		40		40		40		40
BAC	Engenharia elétrica	out	pres.	mat	Jaraguá do Sul	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Engenharia mecânica	out	pres.	ves	Jaraguá do Sul	ConPI	nova	40		40		40		40		40	

Quadro 7.46: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Jaraguá do Sul-Rau

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área administração	out	Presencial	Jaraguá do Sul	GesNeg	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área eletrotécnica	out	Presencial	Jaraguá do Sul	ConPI	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área informática	out	Presencial	Jaraguá do Sul	InfCom	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área mecânica	out	Presencial	Jaraguá do Sul	ConPI	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área segurança do trabalho	out	Presencial	Jaraguá do Sul	Seg	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Jaraguá do Sul	DesES	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Línguas	out	Presencial	Jaraguá do Sul	DesES	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

188

Quadro 7.47: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Jaraguá do Sul-Rau

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	480	480	86	480	480	86
		FOR	80	80	6	80	80	6
	EJA-CON	OUT	80	80	6	80	120	8
TEC	CON	TEC	80	160	200	80	160	200
	SUB	TEC	288	720	914	288	720	914
CST	n.a.	OUT	40	280	344	40	160	197
BAC	n.a.	OUT	120	440	510	120	640	742
TOTAL GERAL			1.168	2.240	2.066	1.168	2.360	2.153

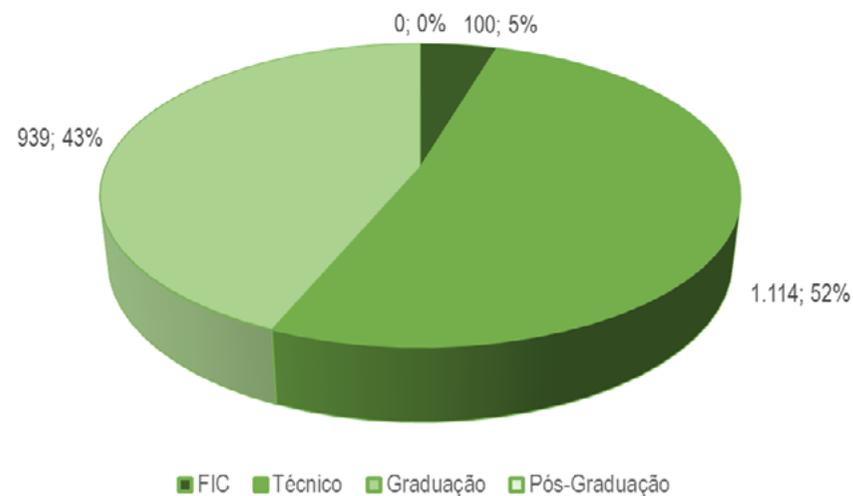


Figura 7.14: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Jaraguá do Sul-Rau

7.2.14. Câmpus Joinville

Quadro 7.48: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Joinville

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
TEC	Administração	eja-int	pres.	not	Joinville	GesNeg	nova		40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Eletroeletrônica	con	pres.	not	Joinville	ConPI	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
		int	pres.	mat/ves	Joinville	ConPI	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Enfermagem	sub	pres.	ves	Joinville	AmbSS	corrente		24		24		24		24		24
	Informática	eja-int	pres.	not	Joinville	InfCom	nova		40		40		40		40		40
		int	pres.	mat/ves	Joinville	InfCom	nova		40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Mecânica	con	pres.	not	Joinville	ConPI	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
		int	pres.	mat/ves	Joinville	ConPI	corrente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Teatro	con	pres.	ves	Joinville	ProdCult	nova	40		40		40		40		40		
LIC	Matemática	for	EaD	not	Joinville	DesES	nova		50		50		50		50		50
CST	Gestão hospitalar	out	pres.	ves/not	Joinville	AmbSS	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
BAC	Enfermagem	out	pres.	mat	Joinville	AmbSS	corrente	24		24		24		24		24	
	Engenharia elétrica	out	pres.	not	Joinville	ConPI	corrente	40		40		40		40		40	
	Engenharia mecânica	out	pres.	not	Joinville	ConPI	corrente		40		40		40		40		40
ESP	Área elétrica	out	pres.	not	Joinville	ConPI	nova		40		40		40		40		40
	Área mecânica	out	pres.	not	Joinville	ConPI	nova	40		40		40		40		40	
	Matemática	for	pres.	not	Joinville	DesES	nova			40		40		40		40	

Quadro 7.49: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Joinville

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Eixo ambiente e saúde	out	Presencial	Joinville	AmbSS	40		40		40		40		40	
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Joinville	DesES	80	520	120	520	120	520	120	520	120	520

Quadro 7.50: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Joinville

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	40	40	10	40	40	10
		FOR	600	600	41	640	1.120	80
TEC	CON	TEC	180	381	481	180	430	541
	SUB	TEC	24	96	125	24	72	94
	INT	TEC	180	670	850	220	990	1.250
	EJA-INT	TEC	80	80	94	120	440	508
LIC	n.a.	FOR	50	50	54	50	250	270
CST	n.a.	OUT	80	280	330	80	280	330
BAC	n.a.	OUT	104	448	524	104	584	689
ESP	n.a.	OUT	80	80	80	80	200	200
		FOR	0	0	0	40	80	80
TOTAL GERAL			1.418	2.725	2.589	1.578	4.486	4.051

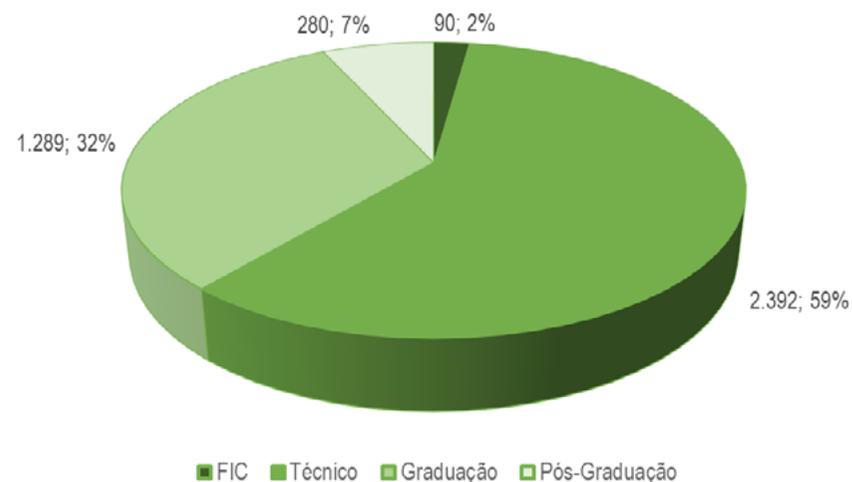


Figura 7.15: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Joinville

7.2.15. Câmpus Lages

Quadro 7.51: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Lages

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (m)	Eixo ambiente e saúde	eja-int	pres.	ves	Lages	AmbSS	nova			50		50		50		50	
TEC	Administração	con	pres.	ves	Lages	GesNeg	corrente	40		40							
		eja-int	pres.	ves	Lages	GesNeg	nova			40		40		40		40	
	Agroecologia	con	pres.	ves	Lages	RecNat	corrente	40		40		40		40		40	
	Análises químicas	con	pres.	ves	Lages	ProdInd	corrente	40		40							
		int	pres.	ves	Lages	ProdInd	nova			40		40		40		40	
	Biotecnologia	sub	pres.	not	Lages	ProdInd	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Desenvolvimento de sistemas	sub	pres.	not	Lages	InfCom	nova		40		40		40		40		40
	Eletromecânica	sub	pres.	not	Lages	ConPI	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Eletrotécnica	eja-con	pres.	ves	Lages	ConPI	nova		40		40						
		eja-int	pres.	ves	Lages	ConPI	nova						40		40		40
	Informática para internet	con	pres.	ves	Lages	InfCom	corrente	40	40	40							
int		pres.	ves	Lages	InfCom	nova			40		40		40		40		
Mecatrônica	con	pres.	ves	Lages	ConPI	corrente	40		40		40		40		40		
LIC	Matemática	for	EaD	not	Lages	DesES	nova			50		50		50		50	
CST	Gestão agronegócio	out	pres.	not	Lages	RecNat	corrente	40		40		40		40		40	
	Processos químicos	out	pres.	mat	Lages	ProdInd	corrente	40									
BAC	Ciência da computação	out	pres.	mat	Lages	InfCom	corrente	40		40		40		40		40	
	Engenharia mecânica	out	pres.	not	Lages	ConPI	corrente	40		40		40		40		40	
	Engenharia química	out	pres.	mat	Lages	ProdInd	nova			30		30		30		30	
ESP	Agroecologia	out	pres.	var	Lages	RecNat	corrente	40				40				40	
	Desenvolvimento de software	out	pres.	var	Lages	InfCom	nova		40				40				40
	Eixo controle e processos industriais	out	pres.	var	Lages	ConPI	nova			40				40			
	Marketing	out	pres.	var	Lages	GesNeg	nova	40				40				40	
	Microbiologia	out	pres.	var	Lages	AmbSS	nova	40				40				40	
	Tecnologias e práticas educacionais	for	pres.	var	Lages	DesES	corrente			40				40			
MES	Sistemas agroindustriais	out	pres.	var	Lages	ProdAlim	nova			12		12		12		12	

Quadro 7.52: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Lages

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Eixo ambiente e saúde	out	Presencial	Lages	AmbSS	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Eixo controle e processos industriais	out	Presencial	Lages	ConPI	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Lages	DesES			40	40	40	40	40	40	40	40
Eixo informação e comunicação	out	Presencial	Lages	InfCom	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Línguas	out	Presencial	Lages	DesES	30	30	30				30	30	30	

Quadro 7.53: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Lages

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	340	430	32	310	370	27
		FOR	0	0	0	80	80	11
	EJA-INT	OUT	0	0	0	50	100	48
TEC	CON	TEC	240	520	637	80	160	198
	SUB	TEC	200	440	534	200	520	634
	INT	TEC	0	0	0	80	320	403
	EJA-CON	TEC	40	40	51	0	0	0
	EJA-INT	TEC	0	0	0	80	240	284
LIC	n.a.	FOR	0	0	0	50	200	216
CST	n.a.	OUT	80	200	236	40	120	132
BAC	n.a.	OUT	80	360	408	110	480	545
ESP	n.a.	OUT	160	200	200	160	240	240
		FOR	0	40	40	0	40	40
MES	n.a.	OUT	0	0	0	12	24	24
TOTAL GERAL			1.140	2.230	2.138	1.252	2.894	2.802

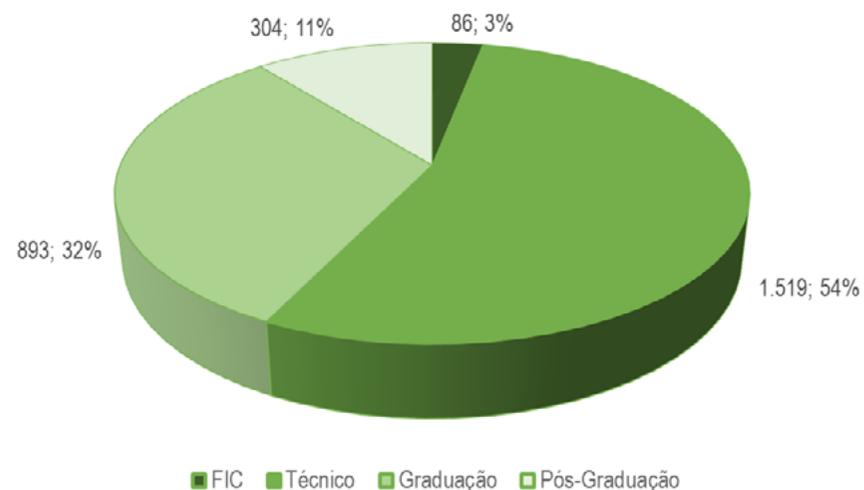


Figura 7.16: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Lages

7.2.16. Câmpus Palhoça Bilingue

Quadro 7.54: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Palhoça Bilingue

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
TEC	Comunicação visual	int	pres.	ves	Palhoça	ProdCult	corrente	60	40	60	40	60	40	60	40	60	40
	Informática para internet	con	pres.	mat	Palhoça	InfCom	nova			40				40			
	Manutenção e suporte em informática	eja-int	pres.	not	Palhoça	InfCom	corrente	40		40		40		40		40	
	Tradução e interpretação de libras	int	pres.	mat	Palhoça	DesES	corrente	40		40		40		40		40	
LIC	Pedagogia bilíngue	for	pres.	not	Palhoça	DesES	corrente	40		40		40		40		40	
CST	Produção multimídia	out	pres.	not	Palhoça	ProdCult	corrente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
ESP	Educação de surdos: aspectos políticos, culturais e pedagógicos	for	pres.	diu	Palhoça	DesES	corrente			40				40			
	Multimídia e objetos de ensino e aprendizagem digitais bilíngues	for	EaD	not	Palhoça	DesES	nova			40			40			40	
	Tradução e interpretação de libras/português	out	pres.	diu	Palhoça	DesES	corrente			40				40			

Quadro 7.55: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Palhoça Bilíngue

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área teatro	out	Presencial	Palhoça	ProdCult	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Área tradução e interpretação de libras	out	Presencial	Palhoça	DesES	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	EaD	Palhoça	DesES			240	240	240	240	240	240	240	240
Língua e cultura surda	for	EaD	Palhoça	DesES	50	50	300	300	300	300	300	300	300	300
Línguas	out	EaD	Palhoça	DesES	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
		Presencial	Palhoça	DesES	95	25	55	100	55	40	55	25	55	100

194

Quadro 7.56: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Palhoça Bilíngue

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	510	635	59	895	1.165	102
		FOR	100	100	8	1.080	1.080	177
TEC	CON	TEC	0	0	0	0	40	50
	SUB	TEC	0	40	52	0	0	0
	INT	TEC	140	560	662	140	600	714
	EJA-INT	TEC	40	80	100	40	80	100
LIC	n.a.	FOR	40	160	160	40	160	160
CST	n.a.	OUT	80	280	322	80	280	322
ESP	n.a.	OUT	0	40	40	0	40	40
		FOR	0	40	40	40	80	80
TOTAL GERAL			910	1.935	1.444	2.315	3.525	1.745

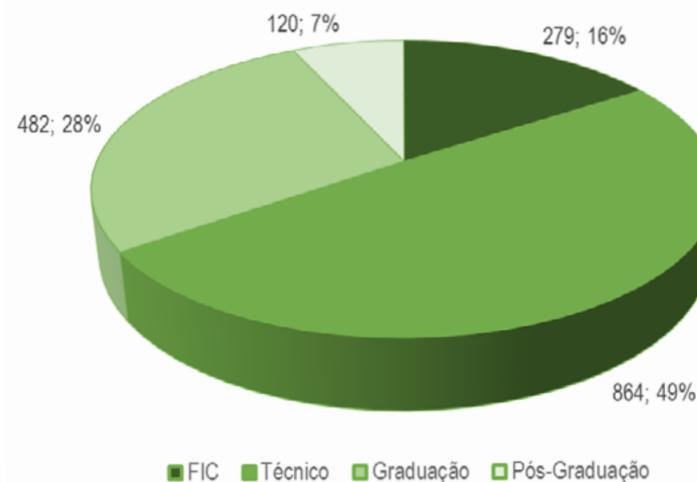


Figura 7.17: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Palhoça Bilíngue

7.2.17. Câmpus São Carlos

Quadro 7.57: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus São Carlos

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (m)	Área administração	eja-int	pres.	not	São Carlos	GesNeg	corrente				40						
	Área agropecuária	eja-int	pres.	not	São Carlos	RecNat	nova							40			
	Área edificações	eja-int	pres.	not	São Carlos	InfraEst	nova		40								40
	Área informática	eja-int	pres.	not	São Carlos	InfCom	corrente		40		40		80		40		40
	Área vestuário	eja-int	pres.	ves	São Carlos	ProdInd	nova			40				40			
TEC	Agronegócio	con	pres.	not	São Carlos	RecNat	nova		40				40				40
	Agropecuária	int	pres.	int	São Carlos	RecNat	corrente	40		40		40		40		40	
		sub	pres.	not	São Carlos	RecNat	corrente				40				40		
	Edificações	con	pres.	not	São Carlos	InfraEst	corrente		40		40		40		40		40
int		pres.	int	São Carlos	InfraEst	corrente	40		40		40		40		40		
BAC	Engenharia civil	out	pres.	not	São Carlos	InfraEst	corrente	40		40		40		40		40	
ESP	Direitos humanos	for	pres.	var	São Carlos	DesES	nova	40				40				40	
	Educação	for	EaD	var	São Carlos e 3 polos a definir	DesES	corrente			160				160			

Quadro 7.58: cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus São Carlos

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área agronegócio	out	Presencial	São Carlos	RecNat	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Área agropecuária	out	Presencial	São Carlos	RecNat	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área edificações	out	Presencial	São Carlos	InfraEst	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
Área informática	out	Presencial	São Carlos	InfCom	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área vestuário	out	Presencial	São Carlos	ProdInd	80	80	80	80	40	40	40	40	40	40
Línguas	out	Presencial	São Carlos	DesES	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

196

Quadro 7.59: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus no câmpus São Carlos

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	800	800	176	720	720	158
	EJA-INT	OUT	80	200	96	80	320	133
TEC	CON	TEC	80	160	200	80	200	244
	SUB	TEC	0	80	96	0	40	48
	INT	TEC	80	240	300	80	240	300
BAC	n.a.	OUT	40	160	182	40	200	228
ESP	n.a.	OUT	0	40	40	0	40	40
		FOR	40	200	200	40	200	200
TOTAL GERAL			1.120	1.880	1.291	1.040	1.960	1.352

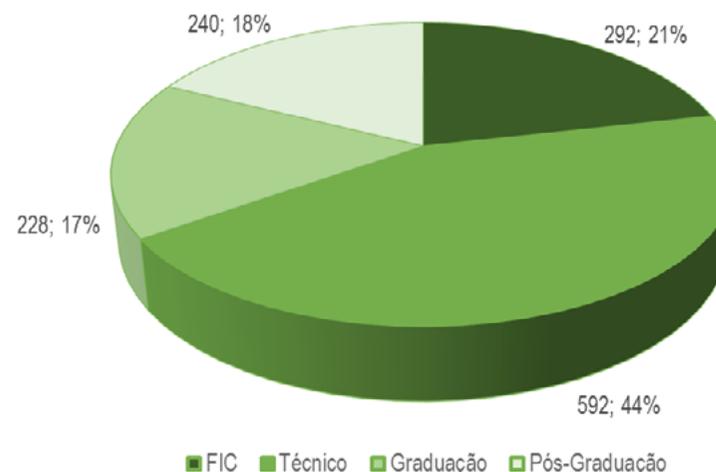


Figura 7.18 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus São Carlos

7.2.18. Câmpus São José

Quadro 7.60: Cursos e vagas da oferta regular do câmpus São José

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (m)	Operador de computador	eja-int	pres.	not	São José	InfCom	corrente	80		80		80		80		80	
TEC	Refrigeração e climatização	int	pres.	mat/ves	São José	ConPI	corrente	32	32	32	36	36	36	36	36	36	36
		sub	pres.	not	São José	ConPI	corrente	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54
	Telecomunicações	int	pres.	mat/ves	São José	InfCom	corrente	32	32	72	36	72	36	72	36	72	36
		sub	pres.	not	São José	InfCom	corrente	25	25	28	28	28	28	28	28	28	28
LIC	Química	for	pres.	not	São José	DesES	corrente	36		36		36		36		36	
BAC	Engenharia de telecomunicações	out	pres.	diu	São José	InfCom	corrente	32	36	36	36	36	36	36	36	36	36
ESP	Educação Ambiental com ênfase na formação de professores	for	pres.	not	São José	DesES	nova	32		32		32		32		32	
	Eixo desenvolvimento educacional e social	for	pres.	var	São José	DesES	corrente	32		32		32		32		32	
	Matemática	for	pres.	not	São José	DesES	nova	32		32		32		32		32	
	Telecomunicações	out	pres.	not	São José	InfCom	nova	20		20		20		20		20	

Quadro 7.61: Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus São José

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área mecânica	out	EaD	São José	ConPI	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
		Presencial	São José	ConPI	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Área redes de computadores	out	Presencial	São José	InfCom	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
Área telecomunicações	out	Presencial	São José	InfCom	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
Área segurança do trabalho	out	Presencial	São José	Seg		45		45		45		45		45
Eixo desenvolvimento educacional e social	out	Presencial	São José	DesES	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
Línguas	out	Presencial	São José	DesES	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240

198

Quadro 7.62: Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus São José

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	1.061	1.061	122	1.061	1.061	122
	EJA-INT	OUT	80	120	58	80	160	78
TEC	SUB	TEC	164	356	449	164	356	449
	INT	TEC	144	648	816	180	792	996
LIC	n.a.	FOR	36	180	198	36	180	198
BAC	n.a.	OUT	72	396	471	72	396	471
ESP	n.a.	OUT	20	20	20	20	40	40
		FOR	96	128	128	96	160	160
TOTAL GERAL			1.673	2.909	2.263	1.709	3.145	2.515

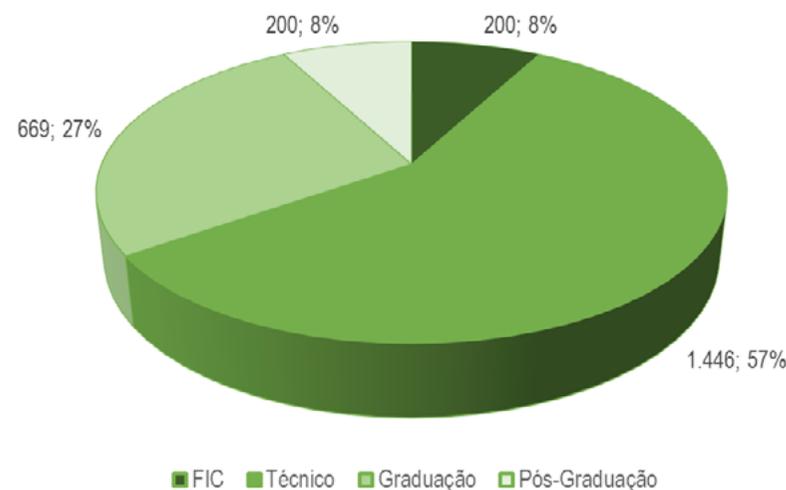


Figura 7.19: Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus São José

7.2.19. Câmpus São Lourenço do Oeste

Quadro 7.63 - cursos e vagas da oferta regular do câmpus São Lourenço do Oeste

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (m)	Comércio	eja-con	pres.	not	S. Lourenço do O.	GesNeg	nova	40				40				40	
	Operador de Computadores	eja-int	pres.	not	S. Lourenço do O.	InfCom	nova					40				40	
	Agricultura Familiar	eja-con	pres.	not	S. Lourenço do O.	RecNat	nova	40				40				40	
TEC	Administração	con	pres.	ves	S. Lourenço do O.	GesNeg	nova	40		40		40		40		40	
	Agroecologia	eja-int	pres.	not	S. Lourenço do O.	RecNat	nova					40					40
	Agronegócio	con	pres.	not	S. Lourenço do O.	RecNat	corrente	40		40		40		40		40	
	Comércio exterior	int	pres.	mat	S. Lourenço do O.	GesNeg	nova					40		40		40	
	Eletrotécnica	eja-int	pres.	not	S. Lourenço do O.	ConPI	nova							40			
		sub	pres.	not	S. Lourenço do O.	ConPI	nova					40		40		40	
	Informática para internet	con	pres.	ves	S. Lourenço do O.	InfCom	corrente	40									
		int	pres.	ves	S. Lourenço do O.	InfCom	nova			40		40		40		40	
	Logística	sub	pres.	not	S. Lourenço do O.	GesNeg	corrente	30		30							
	Qualidade	eja-int	pres.	ves	S. Lourenço do O.	GesNeg	nova					40				40	
Vendas	sub	pres.	not	S. Lourenço do O.	GesNeg	corrente											
CST	Processos gerenciais	out	pres.	not	S. Lourenço do O.	GesNeg	nova			40		40		40		40	
BAC	Sistemas de informação	out	pres.	not	S. Lourenço do O.	InfCom	nova			40		40		40		40	
ESP	Ensino de ciências	for	EaD	not	S. Lourenço do O.	DesES	nova					50			50		
	Ensino de filosofia, sociologia e história	for	pres.	not	S. Lourenço do O.	DesES	nova					30			30		
	Gestão ambiental	out	pres.	not	S. Lourenço do O.	RecNat	nova		30			30			30		
	Gestão de organizações	out	pres.	not	S. Lourenço do O.	GesNeg	nova		30			30			30		
	Tecnologias educacionais	for	pres.	not	S. Lourenço do O.	DesES	nova		30			30			30		

Quadro 7.64 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus São Lourenço do Oeste

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área Informática	out	Presencial	S. Lourenço do O.	InfCom		40		40		40		40		40
Área Eletrotécnica	out	Presencial	S. Lourenço do O.	ProdInd						40	40	40	40	40
Área Agropecuária	out	Presencial	S. Lourenço do O.	RecNat		40		40		40				40
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	S. Lourenço do O.	DesES			40	40	40	40	40	40	40	40
Eixo gestão e negócios	out	Presencial	S. Lourenço do O.	GesNeg		40		40		40		40		40
Línguas	out	Presencial	S. Lourenço do O.	DesES	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Quadro 7.65 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus São Lourenço do Oeste

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	220	220	48	300	300	66
		FOR	0	0	0	80	80	26
	EJA-CON	OUT	80	80	6	80	80	6
	EJA-INT	OUT	0	0	0	40	40	19
TEC	CON	TEC	120	240	282	80	160	176
	SUB	TEC	30	90	91	40	80	102
	INT	TEC	0	0	0	80	240	271
	EJA-INT	TEC	0	0	0	80	160	191
CST	n.a.	OUT	0	0	0	40	120	120
BAC	n.a.	OUT	0	0	0	40	160	194
ESP	n.a.	OUT	60	60	60	0	60	60
		FOR	30	30	30	0	110	110
TOTAL GERAL			540	720	517	860	1.590	1.340

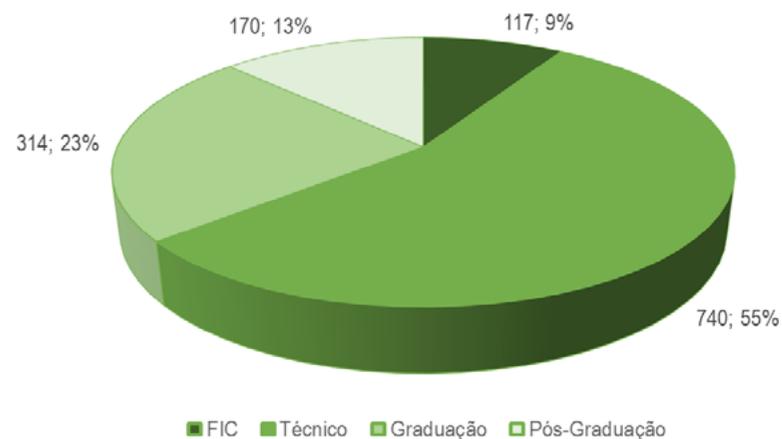


Figura 7.20 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus São Lourenço do Oeste

7.2.20. Câmpus São Miguel do Oeste

Quadro 7.66 - cursos e vagas da oferta regular do câmpus São Miguel do Oeste

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO										
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2	
FIC (f)	Área agricultura	eja-con	pres.	not	S. Miguel do O.	RecNat	nova		40				40				40	
	Área alimentos	eja-con	pres.	not	São João	ProdAlim	corrente					40						
	Área eletrotécnica	eja-con	pres.	not	Maravilha	ConPI	nova		40									
		eja-int	pres.	not	S. Miguel do O.	ConPI	nova		40									40
FIC (m)	Área agricultura	eja-con	pres.	not	Iporã do Oeste	RecNat	corrente				40							
	Área alimentos	eja-con	pres.	not	Santa Helena	ProdAlim	nova	40								40		
TEC	Administração	eja-int	pres.	not	S. Miguel do O.	GesNeg	nova		40		40		40		40		40	
		sub	pres.	not	S. Miguel do O.	GesNeg	corrente	40										
	Agropecuária	int	pres.	mat-int	S. Miguel do O.	RecNat	corrente	40		40		40		40		40		
	Alimentos	int	pres.	ves-int	S. Miguel do O.	ProdAlim	corrente	40		40		40		40		40		
	Eletromecânica	con	pres.	not	S. Miguel do O.	ConPI	corrente	32		32		32		32		32		
		int	pres.	ves-int	S. Miguel do O.	ConPI	corrente	40		40		40		40		40		40
LIC	Ciências biológicas	for	EaD	var	S. Miguel do O.	DesES	nova			50				50				
CST	Alimentos	out	pres.	not	S. Miguel do O.	ProdAlim	corrente	40		40		40		40		40		
	Processos gerenciais	out	pres.	not	S. Miguel do O.	GesNeg	nova			40		40		40		40		
BAC	Agronomia	out	pres.	diu	S. Miguel do O.	RecNat	corrente	40		40		40		40		40		
ESP	Educação e tecnologias	for	EaD	var	S. Miguel do O.	DesES	nova			50				50				
	Eixo produção alimentícia	out	pres.	not	S. Miguel do O.	ProdAlim	nova		40				40				40	
	Eixo recursos naturais	out	pres.	not	S. Miguel do O.	RecNat	nova		40				40				40	
	Ensino de ciências	for	pres.	not	S. Miguel do O.	DesES	nova	40				40				40		
MES	Agroindústria	out	pres.	not	S. Miguel do O.	ProdAlim	nova							12		12		

Quadro 7.67 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus São Miguel do Oeste

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área administração	out	Presencial	S. Miguel do O.	GesNeg	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Área agropecuária	out	Presencial	S. Miguel do O.	RecNat	30		30		30		30		30	
Área alimentos	out	Presencial	S. Miguel do O.	ProdAlim	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Área eletromecânica	out	Presencial	S. Miguel do O.	ConPI	20		20		20		20		20	
Área informática	out	Presencial	S. Miguel do O.	InfCom		40		40		40		40		40
Área mecânica	out	Presencial	S. Miguel do O.	ConPI	30		30		30		30		30	
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	EaD	S. Miguel do O.	DesES			250	200	50	50	100	50	100	100
		Presencial	S. Miguel do O.	DesES		20		20						
	out	Presencial	S. Miguel do O.	DesES	40	40	40	40						
Línguas	out	Presencial	S. Miguel do O.	DesES	20	20	20	20						

Quadro 7.68 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus São Miguel do Oeste

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	360	360	49	240	240	42
		FOR	20	20	2	200	200	17
	EJA-CON	120	200	6	80	240	8	
	EJA-INT	40	40	9	40	80	19	
TEC	CON	TEC	32	64	81	32	64	81
	SUB	TEC	40	80	88	0	0	0
	INT	TEC	120	360	440	120	360	440
	EJA-INT	TEC	40	40	44	40	160	176
LIC	n.a.	FOR	0	0	0	0	100	110
CST	n.a.	OUT	40	160	192	80	280	312
BAC	n.a.	OUT	40	200	230	40	200	230
ESP	n.a.	OUT	80	80	80	80	80	80
		FOR	40	40	40	40	90	90
MES	n.a.	OUT	0	0	0	12	24	24
TOTAL GERAL			972	1.644	1.261	1.004	2.118	1.628

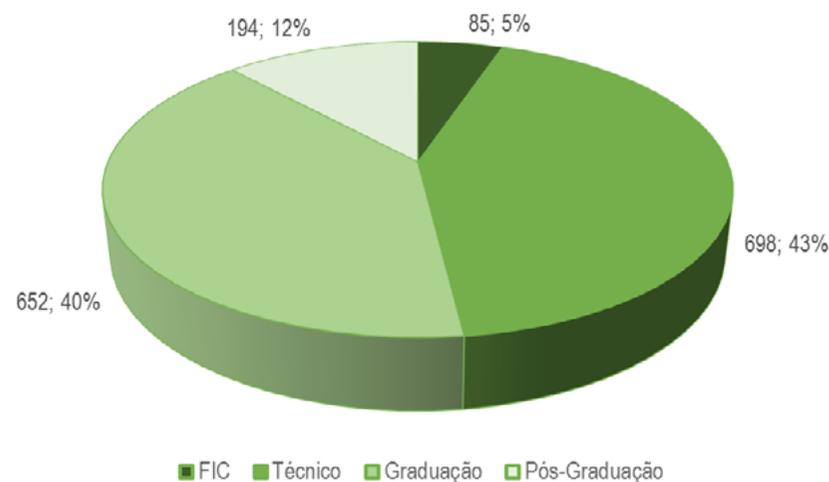


Figura 7.21 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus São Miguel do Oeste

7.2.21. Câmpus Tubarão

Quadro 7.69 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Tubarão

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (f)	Área informática	eja-int	pres.	not	Tubarão	InfCom	nova			40		40		40		40	
	Eixo controle e processos industriais	eja-int	pres.	not	Tubarão	ConPI	nova			20				20			
TEC	Administração	con	pres.	ves	Tubarão	GesNeg	corrente				40				40		
		int	pres.	int	Tubarão	GesNeg	nova			40		40		40		40	
		sub	pres.	not	Tubarão	GesNeg	corrente		40		40		40		40		40
	Automação industrial	con	pres.	ves	Tubarão	ConPI	nova	40		40		40		40		40	
	Desenvolvimento de sistemas	con	pres.	ves	Tubarão	InfCom	corrente	40		40		40		40		40	
	Eletrotécnica	eja-int	pres.	not	Tubarão	ConPI	nova			40				40			
		sub	pres.	not	Tubarão	ConPI	corrente		40		40		40		40		40
	Informática	int	pres.	int	Tubarão	InfCom	nova			40		40		40		40	
		sub	pres.	not	Tubarão	InfCom	nova				40				40		
	Informática para internet	con	pres.	mat	Tubarão	InfCom	nova			40		40		40		40	
	Logística	sub	pres.	not	Tubarão	GesNeg	corrente		40		40		40		40		40
	Manutenção e suporte em informática	eja-int	pres.	not	Tubarão	InfCom	nova					40				40	
	Qualidade	eja-int	pres.	not	Tubarão	GesNeg	nova			40		40		40		40	
	Recursos humanos	sub	pres.	not	Tubarão	GesNeg	nova										40
Vendas	eja-int	pres.	not	Tubarão	GesNeg	nova			40		40		40		40		
	sub	pres.	not	Tubarão	GesNeg	nova				40							
LIC	Matemática	for	EaD	not	Tubarão	DesES	nova	50		50		50		50		50	
CST	Análise e desenvolvimento de sistemas	out	pres.	not	Tubarão	InfCom	corrente	40		40		40		40		40	
BAC	Engenharia de controle e automação	out	pres.	mat	Tubarão	ConPI	nova				40		40		40		40
	Engenharia de produção	out	pres.	mat	Tubarão	ProdInd	nova	40		40		40		40		40	
ESP	Gestão da inovação	out	EaD	var	Tubarão	GesNeg	nova				50		50		50		50
	Gestão escolar	out	EaD	var	Tubarão	GesNeg	nova				50		50		50		50
			pres.	var	Tubarão	GesNeg	corrente		40		40						

Quadro 7.70 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Tubarão

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO										
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2	
Área automação industrial	out	Presencial	Tubarão	ConPI	80	80	120	120	120	120	120	120	120	120	120
Área administração	out	Presencial	Tubarão	GesNeg	40	40	80	80	120	80	120	40	80	40	40
Área informática	out	Presencial	Tubarão	InfCom	40	40	80	80	40	40	40	40	40	40	40
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Tubarão	DesES	360	320	280	280	280	280	280	280	240	120	
	out	Presencial	Tubarão	DesES	40		40		40		40				
Línguas	out	Presencial	Tubarão	DesES	20		20		20		20				

Quadro 7.71 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Tubarão

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	380	440	43	440	480	43
		FOR	680	680	36	360	360	17
	EJA-INT	OUT	0	0	0	40	100	48
TEC	CON	TEC	80	160	195	120	280	346
	SUB	TEC	120	280	322	160	360	412
	INT	TEC	0	0	0	80	240	282
	EJA-INT	TEC	0	0	0	120	240	269
LIC	n.a.	FOR	50	50	54	50	200	216
CST	n.a.	OUT	40	120	150	40	120	150
BAC	n.a.	OUT	40	40	46	80	360	422
ESP	n.a.	OUT	40	120	120	100	200	200
MES	n.a.	OUT	0	0	0	3	6	6
TOTAL GERAL			1.430	1.890	966	1.593	2.946	2.410

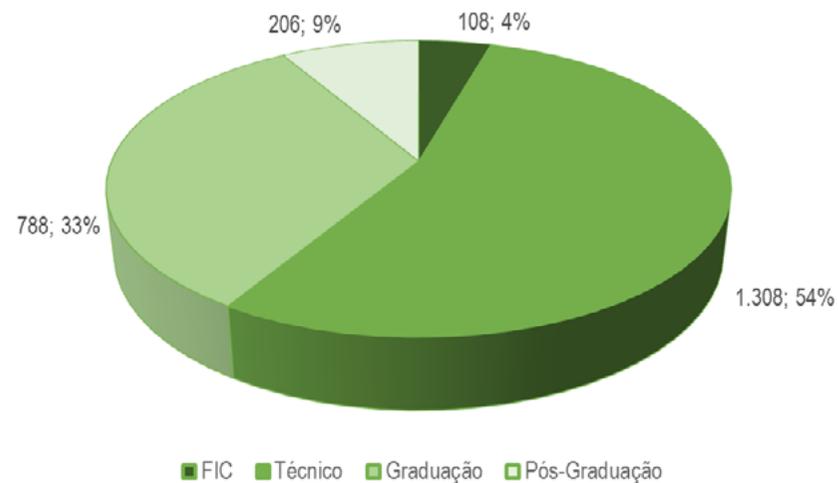


Figura 7.22 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Tubarão

7.2.22. Câmpus Urupema

Quadro 7.72 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Urupema

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO									
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
FIC (f)	Área hospedagem	eja-con	pres.	not	Urupema	TurHL	corrente	40									
		eja-int	pres.	not	Urupema	TurHL	nova			40		40		40		40	
FIC (m)	Área informática	eja-con	pres.	not	Urupema	InfCom	corrente	40		40		40		40		40	
TEC	Administração	con	pres.	not	Urupema	GesNeg	corrente	40				40				40	
	Agricultura	con	pres.	ves	Urupema	RecNat	corrente	40				40				40	
	Alimentos	con	pres.	ves	Lages	ProdAlim	nova		40				40				40
	Guia de turismo	con	pres.	ves	São Joaquim	TurHL	nova	40		40		40		40		40	
	Hospedagem	eja-int	pres.	not	São Joaquim	TurHL	nova	40						40			
	Viticultura e enologia	con	pres.	ves	São Joaquim	ProdAlim	corrente		40				40				
CST	Viticultura e enologia	out	pres.	ves	Urupema	ProdAlim	nova	25		25		25		25		25	
BAC	Engenharia de alimentos	out	pres.	mat	Lages	ProdAlim	nova	30		30		30		30		30	
ESP	Eixo produção alimentícia	out	pres.	not	Urupema	ProdAlim	nova		20				20				20
	Enologia	out	pres.	ves	Urupema	ProdAlim	nova	20				20				20	
	Fruticultura	out	pres.	ves	Urupema	RecNat	corrente	20		20		20		20		20	
	Gestão do enoturismo	out	pres.	ves	Urupema	GesNeg	nova	20				20				20	

Quadro 7.73 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Urupema

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área administração	out	Presencial	Urupema	GesNeg	40	40	40	40	40	40			40	40
Área agricultura	out	Presencial	Urupema	RecNat	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Área biotecnologia	out	Presencial	Urupema	ProdInd	20	40	20	40	20	40	20	40	20	40
Área cozinha	out	Presencial	São Joaquim	TurHL	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Área informática	out	Presencial	Urupema	InfCom	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Área química	out	Presencial	Urupema	ProdInd	40	40	60	60	40	40	40	40	40	40
Área viticultura e enologia	out	Presencial	Urupema	ProdAlim	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	EaD	0	DesES	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Línguas	out	Presencial	Urupema	DesES	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140

206

Quadro 7.74 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Urupema

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	525	600	50	685	760	63
		FOR	100	100	32	100	100	32
	EJA-CON	OUT	80	80	42	40	80	42
	EJA-INT	OUT	0	0	0	40	80	42
TEC	CON	TEC	200	240	275	200	280	323
	EJA-INT	TEC	40	40	42	0	40	42
CST	n.a.	OUT	25	185	217	25	100	115
BAC	n.a.	OUT	30	30	32	30	150	159
ESP	n.a.	OUT	80	120	120	80	120	120
TOTAL GERAL			1.080	1.395	809	1.200	1.710	937

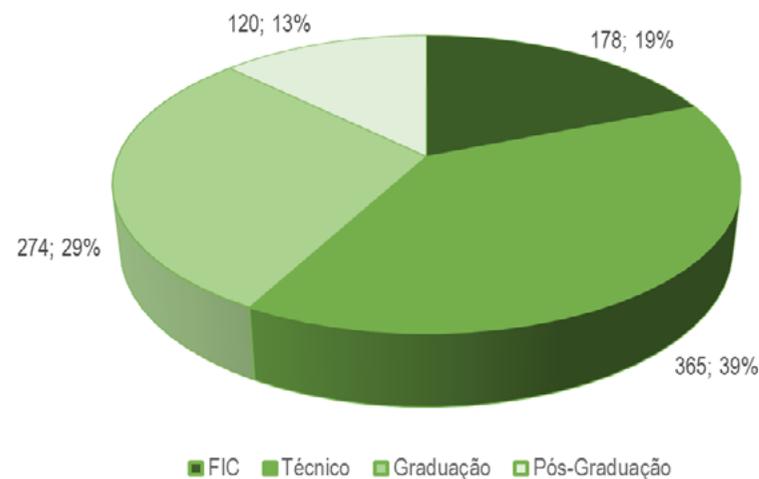


Figura 7.23 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Urupema

7.2.23. Câmpus Xanxerê

Quadro 7.75 - Cursos e vagas da oferta regular do câmpus Xanxerê

TIPO DE CURSO	CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MOD.	TURNO	CIDADE DA OFERTA	EIXO	SITUAÇÃO	VAGAS DE INGRESSO										
								20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2	
FIC (f)	Área alimentos	eja-int	pres.	not	Xanxerê	ProdAlim	nova			40		40		40		40		
TEC	Administração	eja-int	pres.	not	Xanxerê	GesNeg	nova			40		40		40		40		
	Alimentos	int	pres.	mat-int	Xanxerê	ProdAlim	corrente	40		40		40		40		40		
	Informática	eja-int	pres.	not	Xanxerê	InfCom	nova			40		40		40		40		
		int	pres.	mat-int	Xanxerê	InfCom	corrente	40		40		40		40		40		
	Mecânica	con	pres.	not	Xanxerê	ConPI	nova				40		40		40		40	
		int	pres.	ves-int	Xanxerê	ConPI	corrente	40		40		40		40		40		40
LIC	Matemática	for	EaD	not	Xanxerê	DesES	nova			50		50		50		50		
CST	Alimentos	out	pres.	not	Xanxerê	ProdAlim	nova			40		40		40		40		
BAC	Engenharia mecânica	out	pres.	not	Xanxerê	ConPI	corrente	40		40		40		40		40		
	Sistemas de informação	out	pres.	not	Xanxerê	InfCom	nova			40		40		40		40		
ESP	Ciência e tecnologia de alimentos com ênfase em alimentos funcionais	out	pres.	var	Xanxerê	ProdAlim	nova	40			40			40			40	
	Concepções multidisciplinares de leitura	for	pres.	var	Xanxerê	DesES	corrente		40			40			40			

Quadro 7.76 - Cursos e vagas da oferta de qualificação profissional do câmpus Xanxerê

CURSO (NOME, ÁREA OU EIXO)	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	CIDADE DA OFERTA	EIXO	VAGAS DE INGRESSO									
					20-1	20-2	21-1	21-2	22-1	22-2	23-1	23-2	24-1	24-2
Área administração	out	Presencial	Xanxerê	GesNeg		30		30		30		30		30
Área alimentos	out	Presencial	Xanxerê	ProdAlim		20		20		20		20		20
Área informática	out	Presencial	Xanxerê	InfCom		35			35			35		35
Área mecânica	out	Presencial	Xanxerê	ConPI	25	25	25		25		25		25	
Eixo desenvolvimento educacional e social	for	Presencial	Xanxerê	DesES	40		40	40	40	40	40	40	40	40
Línguas	out	Presencial	Xanxerê	DesES	20	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quadro 7.77 - Vagas de Ingresso e Capacidade de Matrículas projetadas para 2020 e 2024 no câmpus Xanxerê

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	FINALIDADE DA OFERTA	2020			2024		
			VING	CMAT	CMATEQ	VING	CMAT	CMATEQ
FIC	n.a.	OUT	135	275	29	110	250	24
		FOR	0	40	15	0	40	15
	EJA-CON	OUT	0	80	6	0	0	0
	EJA-INT	OUT	40	40	19	40	80	39
TEC	CON	TEC	0	0	0	40	120	152
	INT	TEC	120	360	446	120	360	446
	EJA-INT	TEC	40	40	44	80	160	188
LIC	n.a.	FOR	50	50	54	50	200	216
CST	n.a.	OUT	0	0	0	40	120	144
BAC	n.a.	OUT	40	200	232	80	360	426
ESP	n.a.	OUT	40	40	40	40	80	80
		FOR	40	80	80	0	40	40
TOTAL GERAL			505	1.205	966	600	1.810	1.770

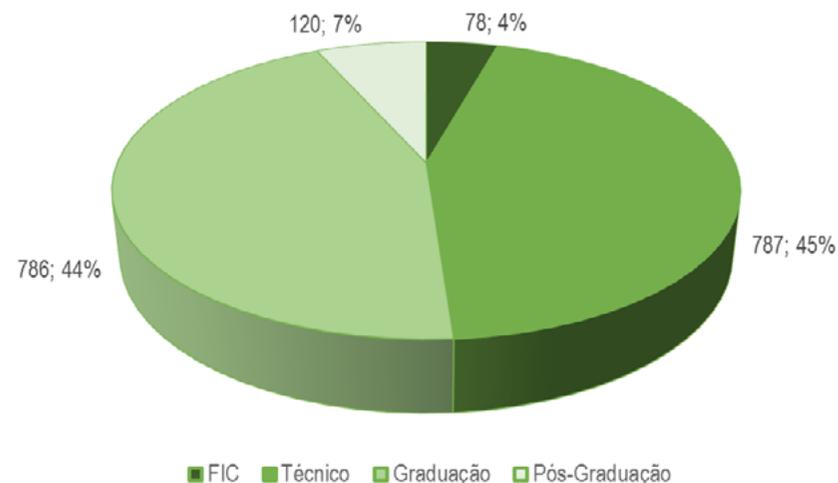


Figura 7.24 - Capacidade de Matrículas Equivalentes por nível de ensino em 2024 no câmpus Xanxerê



CAPÍTULO 8
ORGANIZAÇÃO
E GESTÃO DE
PESSOAL

Sumário do capítulo 8

Organização e gestão de pessoal

8.1. CORPO DOCENTE	211
8.1.1. Procedimentos para substituição de professores.....	212
8.2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	213
8.3. PROCEDIMENTOS PARA RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO	214
8.4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	215
8.5. PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL	216
8.5.1. Modelo de dimensionamento de cargos no âmbito da Rede Federal	216
8.5.2. Quadro de referência interno para vagas de docentes.....	217
8.5.3. Critérios para realocação ou distribuição de novas vagas de docente pelas unidades acadêmicas.....	218
8.5.4. Diretrizes para o planejamento das áreas de atuação docente	219
8.5.5. Quadro de referência interno para vagas de TAE.....	219

A Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Santa Catarina prioriza e estimula um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio dos objetivos pessoais e institucionais.

Utiliza a gestão por competências no planejamento das capacitações e busca a aplicação desse modelo nos demais processos de gestão de pessoas como seleção de servidores e gestores, movimentação e avaliação de desempenho. Além disso, incentiva e apoia as ações de capacitação promovidas pela própria instituição, valorizando as competências dos servidores do próprio quadro.

A atenção à saúde do servidor também é priorizada por meio de ações contínuas e sistêmicas com o objetivo implantar intervenções que reduzam os riscos ou agravos à saúde, aliada a ações de qualidade de vida no trabalho (QVT) que consideram a estruturação de um ambiente social saudável de trabalho, conciliando o bem-estar dos seus trabalhadores, o desempenho funcional e a missão institucional.

Entre as principais iniciativas de capacitação, destaca-se a ambientação, que tem como objetivo promover a integração dos novos servidores e a formação para o exercício das atividades; e a formação de gestores, que parte do mapeamento das competências desejáveis ou necessárias para os cargos de gestão e oferece capacitação e suporte.

8.1. CORPO DOCENTE

A composição do corpo docente do IFSC é bastante diversa. Em outubro de 2019, o número de docentes efetivos era 1.411, sendo mais de 50% mestres e 38% doutores¹, como demonstrado no gráfico de pizza da Figura 8.1. O nível de qualificação dos professores do IFSC pode ser sintetizado pelo **Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)**, um dos indicadores de gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica determinados pelo Acórdão 2.267/2005/TCU. O ITCD pondera o número de professores efetivos por nível de titulação conforme uma escala de 1 a 5 para, respectivamente, graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. Como se vê pelo gráfico de linha da Figura 8.1, o ITCD do IFSC aumentou de 3,83 para 4,23 no período de vigência do PDI anterior. Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, em 2018 o ITCD médio das instituições da Rede Federal de EPCT, foi de exatos 4, com extremos de 3,4 e 4,3.

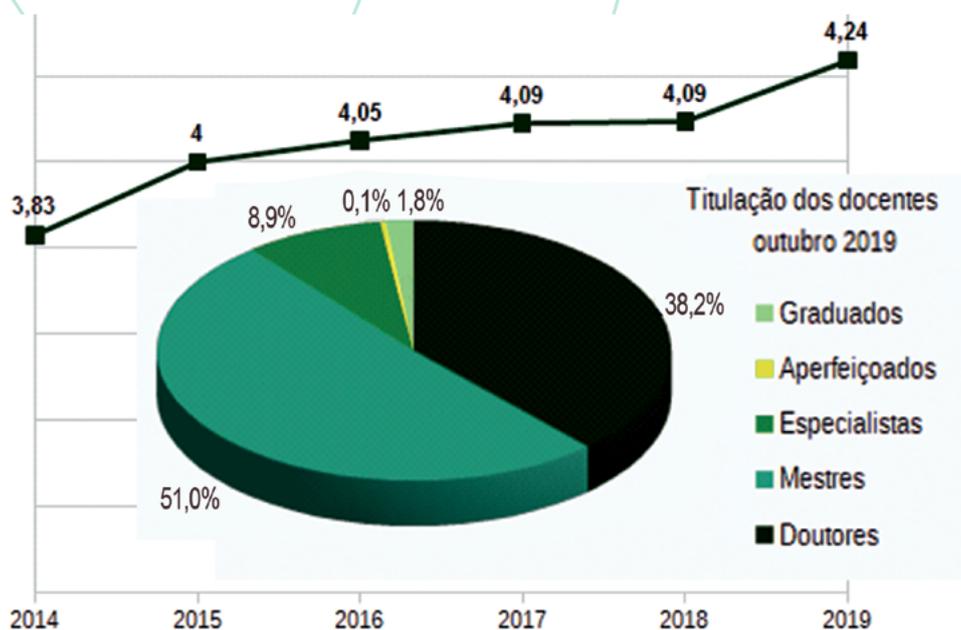


Figura 8.1 - Titulação do corpo docente do IFSC

Fonte: Relatórios de Gestão do IFSC (2014-2018); Sigepe (2019).

1 Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape) em 31/10/2019.

O Plano de Carreira dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está disciplinado pela Lei nº 12.772 de 28/12/2012 e é composto de cinco classes (DI, DII, DIII, DIV e titular), divididas em níveis. Há ainda o Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto de um nível apenas.

O professor efetivo do IFSC é submetido ao regime de trabalho de 40 horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou tempo parcial de 20 horas semanais. O regime de 40 horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas em Lei.

Excepcionalmente, o IFSC poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas. Atualmente, as possibilidades para tal são ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou atuação na implantação do Centro de Referência em Formação e EaD, desde que verificada inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime.

Além do Vencimento Básico, a Retribuição por Titulação (RT) compõe a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que consiste em um acréscimo ao vencimento a que faz jus o docente em razão de titulação obtida.

O desenvolvimento na Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante progressão funcional e promoção, na forma da Lei nº 12.772/2012, cujos requisitos são o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho individual. Há a possibilidade de aceleração da promoção após a conclusão do estágio probatório, de acordo com a titulação. O servidor passa ao nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

A promoção para classe titular possui requisitos diferenciados: o título de doutor, a aprovação em processo de avaliação de desempenho e a aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita, conforme previsto na Resolução nº 05/2014/Consup. Em outubro de 2019, o número de professores titulares no IFSC era de 652.

Há, também, na Carreira Docente, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), instituído pela Lei nº 12.772/2012, em três níveis: o diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização; o certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e o diploma de mestre, somado ao RSC-III, equivalerá a doutorado. A equivalência refere-se exclusivamente ao valor financeiro da percepção da Retribuição por Titulação (RT).

8.1.1. Procedimentos para substituição de professores

Os procedimentos relativos à contratação de professores substitutos são regidos pela Lei nº 8.745/1993; Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 94.664/1987; Lei nº 9.849/1999; Decreto nº 4.748/2003; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.485/2011; Portaria Interministerial nº 108/2011 e Lei nº 12.425/2011.

Tal modalidade de contratação é utilizada em caráter excepcional e temporário para suprir a falta de docentes do quadro de pessoal efetivo do IFSC, podendo ser empregada apenas nos seguintes casos: vacância, licença por motivo de afastamento do cônjuge, licença para o

serviço militar, licença para o desempenho de mandato classista, afastamento para estudo ou missão no exterior, afastamento para servir em organismo internacional, afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país, licença à servidora gestante, licença para tratar de interesses particulares, afastamento para servir a outro órgão ou entidade, afastamento para exercício em mandato eletivo, licença para tratamento de saúde, nomeação para ocupar cargo de direção, de Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor e Diretor de câmpus.

O número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número de professores efetivos do quadro, regra que o IFSC vem observando cuidadosamente. O tempo em que o professor substituto pode atuar na instituição depende do término do afastamento do professor efetivo, mas seu contrato não pode ultrapassar a vigência de 24 meses. O Regime de Trabalho dos professores substitutos limita-se apenas ao de 20 ou 40 horas semanais.

8.2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A composição do corpo técnico-administrativo do IFSC também é bastante diversa. Em outubro de 2019 o número de técnico-administrativos era 1.163, dos quais, 11 detentores de cargos de nível A ou B (cargos já extintos, de nível de escolaridade entre alfabetizado e fundamental completo), 180 de nível C (referente a cargos com escolaridade de ensino fundamental ou médio), 560 de nível D (referente aos cargos com escolaridade de ensino médio) e 385 de nível E (referente aos cargos de nível superior). Quanto à titulação, cerca de 38% dos técnico-administrativos são graduados, 37% são especialistas e 13% são mestres ou doutores, conforme ilustrado e detalhado pela Figura 8.2.

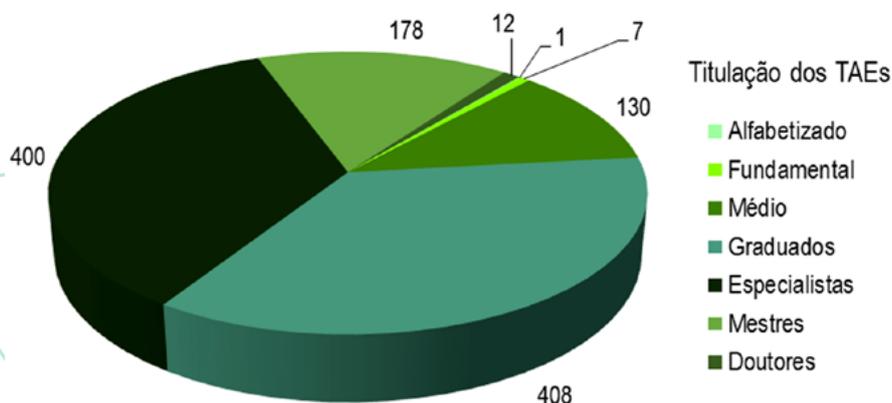


Figura 8.2 - Titulação dos servidores TAE do IFSC.

Fonte: Siape (Outubro de 2019).

O Plano de Carreira dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) está disciplinado pela Lei nº 11.091/2005, atualizado pela Lei nº 12.772/2012, e é estruturado em cinco níveis, cada um com quatro classes de capacitação. Além disso, cada nível tem 16 pisos, que representam a progressão do servidor por mérito.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. Porém, a regra não se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis especiais. Há algumas profissões que também possuem jornadas de trabalho fixadas por meio de acordos, legislações ou convenção coletiva de trabalho.

3 Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape) em 31/10/2019.

Há, também, no IFSC, a jornada de trabalho flexibilizada, fixada pelo Decreto nº 1.590/1995, quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno. A Instrução Normativa 11/2018 regulamenta a jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação do IFSC.

O desenvolvimento do servidor técnico-administrativo na carreira dá-se pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses, de acordo com o Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012.

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

É devido o Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do item b do anexo XVII da Lei nº 12.772/2012, observados a área de conhecimento e o ambiente organizacional de atuação do servidor.

214



sumário
capítulo



sumário
geral

8.3. PROCEDIMENTOS PARA RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO

De acordo com o Decreto nº 8.259/2014, o Banco de Professor Equivalente (BPeq) é constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares-Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772/2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor-equivalente. Em 29 de maio de 2014, o BPeq do IFSC era igual a 2.584,22.

O BPeq concede autonomia à instituição para gerenciar o seu quadro considerando o quantitativo de vagas autorizadas e o limite de pontos no BPeq, bem como permite a gestão de alterações no regime de trabalho, uma vez que o considera para computar a equivalência de cada docente pertencente ao quadro da instituição.

Com a existência do BPeq, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, redistribuição ou outro tipo de vacância, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato homologado. Caso não haja lista de espera, pode-se contratar professor substituto enquanto se elabora um novo Concurso Público. Entretanto, para que seja possível a reposição, é necessário que a instituição realize o planejamento dos provimentos para o ano, de acordo com a Portaria Interministerial nº 109 de 2017 dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e da Educação (MEC).

Da mesma forma, há o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTAE) para os técnicos administrativos, estabelecido pelo Decreto 7.311, de 22/09/2010 e Portaria Interministerial nº 161, de 21/05/2014 (MPOG/MEC) que, da mesma forma, possibilita a rápida reposição desde que planejado e aprovado o quantitativo de provimento no exercício anterior.

Além disso, o IFSC trabalha com a política da remoção. As novas vagas são dispostas em edital, de forma a favorecer a ampla divulgação das vagas existentes, dos critérios estabelecidos e dos resultados obtidos, cuja inscrição é pública aos servidores do IFSC. Caso não haja inscrições para as vagas, os candidatos do concurso são chamados para as ocuparem.

8.4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

O ingresso no quadro permanente do Instituto Federal de Santa Catarina dá-se por meio de concurso público, composto por prova objetiva, discursiva, prática de desempenho didático e de títulos para docentes e prova objetiva e prática, conforme o caso, para os técnicos administrativos.

Com essas etapas, o concurso público busca selecionar os candidatos que tenham o domínio de conteúdos específicos relacionados a sua área de atuação profissional, bem como demonstrem conhecimento da legislação, de metodologias e recursos didáticos, além de valorizar o seu itinerário formativo e sua experiência.

Na prova discursiva, pretende-se verificar capacidade de síntese e clareza textual, habilidade de articulação entre os conhecimentos específicos, efetiva prática pedagógica e conhecimento da legislação pertinente, adequando sua proposta de trabalho ao nível de ensino indicado na questão da prova.

A prova prática de desempenho didático pretende selecionar aqueles candidatos com domínio não só do conhecimento específico de sua área de atuação, mas também de saberes relacionados à prática pedagógica e ao efetivo desempenho didático.

Os requisitos para investidura nos cargos técnicos administrativos são definidos na legislação conforme o cargo, podendo ser escolaridade e experiência, enquanto que para os docentes o requisito é a graduação na área da vaga.

A contratação por tempo determinado é feita, atualmente, por meio de processo seletivo simplificado composto por prova escrita, avaliação curricular e entrevista com uma banca examinadora para professores substitutos, prova de títulos e de desempenho para tradutores e intérprete de libras e para os profissionais de nível superior especializado em atendimento à pessoa com deficiência, prova de títulos e entrevista presencial.

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, §2º do Art. 5º, da Lei nº 8.112/1990, bem como na forma do Decreto nº 3.298/1999, para as Pessoas com Deficiência é reservado o percentual de até 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do concurso público ou processo seletivo simplificado. Poderão concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no Art. 4º o Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, bem como na Súmula nº 45, da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular).

É realizada, também, a reserva de vagas para negros no percentual de 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas, de acordo com o previsto na Lei nº 12.990 de 09 de junho de 2014. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros, conforme artigo 2º da Lei 12.990 de 2014, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, observado o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, regulamentado pela Portaria Normativa nº 04 de 06/04/2018 da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999, particularmente em seu Art. 40, assim como os negros, participam do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação.

Há, ainda, a possibilidade de admissão de candidatos estrangeiros, mas somente em concurso público e para os cargos de docente. Para investidura no cargo, além de outros requisitos, é necessária a nacionalidade brasileira ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, do Art. 12 da Constituição

da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no Art. 13 do Decreto nº 70.436/1972 ou, ainda, no caso de nacionalidade estrangeira, estar em conformidade com as normas e os procedimentos das Leis nº 8.112/1990 e nº 9515/1997.

8.5. PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL

8.5.1. Modelo de dimensionamento de cargos no âmbito da Rede Federal

Em 15 de abril de 2016, por meio da Portaria 246, o Ministério da Educação criou o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesta portaria, foram também definidos normas e parâmetros para a sua implementação. O Quadro 8.1 apresenta o quantitativo de referência de cargos de Professores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) e Técnico-Administrativos em Educação (TAE) de níveis C, D e E, para cada unidade do IFSC, conforme resultado da aplicação cruzada dos Anexos II e III da portaria.

Conforme a portaria, é permitido à instituição alterar os quantitativos de cargos efetivos de TAE e docente da EBTT das unidades, mediante autorização do Conselho Superior, respeitando o quantitativo geral e considerando a política de interiorização da oferta de vagas, desde que garantido o mínimo de oitenta por cento de cargos previstos no modelo em cada unidade.

Quadro 8.1 - Aplicação do modelo de dimensionamento de cargos da Portaria 246/2016/Setec/MEC ao IFSC

UNIDADE DO IFSC	TIPO DE UNIDADE NA PORTARIA 246	QUANTITATIVO DE REFERÊNCIA NA PORTARIA 246			
		TAE C	TAE D	TAE E	EBTT
Araranguá	Campus 70/45	8	22	15	70
Caçador	Campus 70/45	8	22	15	70
Canoinhas	Campus 70/45	8	22	15	70
Chapecó	Campus 70/45	8	22	15	70
Criciúma	Campus 70/45	8	22	15	70
Florianópolis	Campus 350	35	95	70	350
Florianópolis-Continente	Campus 70/45	8	22	15	70
Garopaba	Campus 70/45	8	22	15	70
Gaspar	Campus 70/45	8	22	15	70
Itajaí	Campus 70/45	8	22	15	70
Jaraguá do Sul-Centro	Campus 90/60	10	29	21	90
Jaraguá do Sul-Rau	Campus 70/45	8	22	15	70
Joinville	Campus 70/45	8	22	15	70
Lages	Campus 70/45	8	22	15	70
Palhoça Bilíngue	Campus 70/45	8	22	15	70
São Carlos	Campus 70/45	8	22	15	70
São José	Campus 90/60	10	29	21	90
São Lourenço do Oeste	Campus Avançado 20/13	3	5	5	20
São Miguel do Oeste	Campus 70/45	8	22	15	70
Tubarão	Campus 70/45	8	22	15	70
Urupema	Campus 70/45	8	22	15	70
Xanxerê	Campus 70/45	8	22	15	70
Reitoria	Reitoria 17 a 24 campi	0	100	100	0

8.5.2. Quadro de referência interno para vagas de docentes

O Quadro 8.2 demonstra a evolução do número de docentes lotados nos câmpus durante a vigência do PDI 2015-2019, assim como o quantitativo previsto para 2019, conforme planejado no próprio documento.

Quadro 8.2 - Evolução do quadro de vagas docentes durante a vigência do PDI 2015-2019.

UNIDADE	QUADRO EM 2015	QUADRO EM 2019	PREVISTO NO PDI 2015-2019
Araranguá	60	63	63
Caçador	10	41	41
Canoinhas	32	54	54
Chapecó	58	63	62
Criciúma	50	65	63
Florianópolis	330	359	356
Florianópolis-Continente	54	57	56
Garopaba	17	32	32
Gaspar	46	60	58
Itajaí	32	60	59
Jaraguá do Sul-Centro	57	59	59
Jaraguá do Sul-Rau	40	58	58
Joinville	78	90	88
Lages	38	60	58
Palhoça Bilíngue	31	48	45
Reitoria - Cerfead	11	24	20
São Carlos	12	34	35
São José	91	90	90
São Lourenço do Oeste	4	14	14
São Miguel do Oeste	30	48	49
Tubarão	4	21	25
Urupema	16	22	22
Xanxerê	21	34	34
Exercício Externo ⁴	n.a.	n.a.	3
TOTAL	1.122	1.461	1.444

O Quadro 8.3 apresenta a necessidade de docentes para atender à oferta de cursos planejada no capítulo 7 (POCV), ao longo do quinquênio. O quantitativo apresentado nas colunas anuais é a soma da demanda de docentes em cada área de atuação do câmpus (baseadas nas áreas para as quais são realizados os concursos públicos no IFSC). Por sua vez, estas são dimensionadas a partir do total de carga horária de atividades de ensino demandado pelas unidades curriculares dos cursos com oferta corrente e prevista (cursos novos). Como regra geral, o dimensionamento considera uma carga horária média semanal de 16 horas por “professor equivalente⁵” como parâmetro para justificar o incremento de docentes na área em relação ao quadro atual, desde que essa média não baixe de 14 horas após o incremento. Para atender a recomendação interna de que docentes do quadro de cursos de pós-graduação Stricto Sensu não ministrem mais do que 12 horas semanais de aula, esse parâmetro de refe-

4 Docentes em exercício externo e sem previsão de retorno, não considerados no POCV, para maior precisão no dimensionamento da demanda por área de atuação e para não diminuírem o indicador Relação Aluno-Professor dos câmpus onde estavam lotados.

5 Conforme conceito da Portaria 51/2018/Setec/Mec e não conforme decreto do BPeq.

rência é reduzido de 14 a até 12, proporcionalmente ao número de docentes da área envolvidos nos mestrados e doutorados propostos.

Quadro 8.3 - Demanda por vagas de professores para execução do POCV.

UNIDADE	2020	2021	2022	2023	2024	QUADRO BASE
Araranguá	65	65	68	68	68	63
Caçador	57	62	63	64	64	56
Canoinhas	60	66	68	68	70	56
Chapecó	62	71	78	79	85	62
Criciúma	71	75	76	76	76	63
Florianópolis	359	359	359	359	356	356
Florianópolis-Continente	56	67	67	67	67	56
Garopaba	34	34	46	51	56	56
Gaspar	74	76	78	82	82	58
Itajaí	75	81	81	81	82	59
Jaraguá do Sul-Centro	58	62	68	69	73	72
Jaraguá do Sul-Rau	59	59	59	59	58	58
Joinville	97	113	118	123	124	88
Lages	60	68	73	76	77	58
Palhoça Bilíngue	49	59	59	59	59	56
Reitoria - Cerfead	36	36	36	36	36	28
São Carlos	35	35	35	35	35	35
São José	90	90	90	90	90	90
São Lourenço do Oeste	14	25	30	35	36	18
São Miguel do Oeste	53	54	55	56	56	56
Tubarão	27	47	56	59	62	56
Urupema	30	31	31	31	31	30
Xanxerê	45	50	55	57	60	56
TOTAL	1574	1693	1757	1788	1811⁶	N.A.

O Quadro 8.3 também mostra o quantitativo base de vagas de professores que cada unidade acadêmica deverá possuir, estabelecido considerando os seguintes critérios:

- 80% do quantitativo de docentes previsto na Portaria 246/Setec/MEC para os Câmpus Caçador, Canoinhas, Florianópolis-Continente, Garopaba, Jaraguá do Sul-Centro, Palhoça Bilíngue, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê;
- o quantitativo da revisão de 2016 do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) para os Câmpus Araranguá, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul-Rau, Joinville, Lages e São José;
- o Quadro Obrigatório previsto no Edital Proen nº02/2017 (Ampliação e Atualização do Plano de Oferta de Cursos e Vagas) para os Câmpus Urupema e São Lourenço do Oeste;
- excepcionalmente, São Carlos tem seu quadro base inferior ao previsto na portaria 246 em função do porte das demandas para cursos identificadas nos municípios da região a que atende, à semelhança do que se estabelecera para o câmpus Urupema no PDI 2015-2019.

8.5.3. Critérios para realocação ou distribuição de novas vagas de docente pelas unidades acadêmicas

Considerando que a projeção do Quadro 8.3 leva em consideração a redistribuição de todos os códigos de vaga previstos na Portaria MEC 246/2016 para o IFSC e que o MEC deve

6 O somatório total de vagas excede 1.810 em razão de movimentações de servidores por via judicial.

fazê-lo paulatinamente ao longo dos anos, a distribuição interna de novas vagas deve ser baseada em critérios de priorização conforme estratégias e metas da instituição.

Destê modo, os critérios para priorização da distribuição das vagas docentes são:

- a. atingimento do quantitativo previsto por câmpus para o ano de 2019 no PDI 2015-2019;
- b. atingimento do quantitativo previsto no Quadro Base por câmpus;
- c. maximização do atendimento das metas do Plano de Oferta de Cursos e Vagas quanto aos percentuais de distribuição de oferta conforme sua finalidade, priorizando-se:
 - I. implantação de cursos do Proeja;
 - II. implantação de cursos de Formação de Formadores;
 - III. implantação de cursos que garantam o mínimo de 50% de vagas em cursos Técnicos.

8.5.4. Diretrizes para o planejamento das áreas de atuação docente

A definição da área de atuação docente de cada vaga constante do Quadro 8.3 é discricionária das unidades acadêmicas, conforme planejado em suas respectivas planilhas do POCV, disponíveis na página do PDI na internet, e respeitadas as seguintes diretrizes:

- i. Áreas de atuação docente equivalentes às áreas previstas em edital de concurso público;
- ii. Confirmação de demanda de carga horária, em análise a ser realizada pelas áreas da Reitoria responsáveis pela gestão do ensino e pela gestão de pessoas, considerando regramento e parâmetros dados por órgãos colegiados competentes e embasada em dados de execução extraídos dos sistemas de gestão acadêmica e atividades docentes;
- iii. Ao menos uma vaga definida para a área de Educação Especial em cada câmpus;

Um professor da área de Educação Especial poderá ocupar uma das vagas previstas na linha do seu respectivo câmpus no Quadro 8.3 ou uma das vagas da linha Lotação Extraordinária, conforme revisão do planejamento a ser conduzido ao longo do período de vigência deste PDI. As oito vagas da área de Educação Especial constantes da linha Lotação Extraordinária do Quadro 8.3, referem-se aos cinco professores que no ano de 2019 estavam em atuação regionalizada (lotados nos câmpus Araranguá, Canoinhas, Chapecó, Gaspar e Joinville) e a três vagas novas para a mesma finalidade, previstas para provimento em 2020. Excepcionalmente, as vagas dos docentes de Educação Especial lotados no Cerfead (02) e no câmpus Palhoça Bilíngue (01) foram computados em suas respectivas linhas no Quadro 8.3.

8.5.5. Quadro de referência interno para vagas de TAE

A projeção do quadro de técnico-administrativos para o período 2020-2024, respeitando o total disposto na Portaria 246/2106/Setec/MEC, foi estabelecida com base no quadro docente apresentado na seção anterior, combinando-se o uso de quatro critérios: os quantitativos nominais e mínimos (80% do nominal) previstos no Portaria 246, o resultado da equação de proporcionalidade docente/TAE estabelecida no Edital Proen nº02/2017 e o quadro real do câmpus em 2019.

A equação 8.1 foi utilizada para estabelecer o máximo número de docentes que um câmpus poderia apresentar em sua proposta ao Edital de Ampliação e Atualização do Plano de Oferta de Cursos e Vagas, dado um quantitativo de referência para TAE baseado na Portaria 246. Ainda dentro do processo, o uso reverso da equação definiu o número de TAE do câmpus quando o número de docentes resultante da proposta de ampliação da oferta era inferior ao quantitativo de referência da Portaria 246.

$$N^{\circ} \text{ de docentes proposto} = 2 * N^{\circ} \text{ de TAE de referência} - 14 \quad (8,1)$$

A demanda por vagas de Técnico-Administrativos em Educação para execução do POCV é apresentada no Quadro 8.4, que também organiza os parâmetros de referência para os critérios acima citados e demonstra evolução do quadro real de vagas de TAE alocadas às unidades no desenvolvimento do PDI 2015-2019. A coluna Equação mostra o resultado da aplicação reversa da equação 8.1, considerando o número de docentes projetado para 2024 no Quadro 8.3.

A coluna **Quadro previsto para 2024 - Base** apresenta o resultado da aplicação dos quatro critérios supracitados, assinalando-se com asterisco o quantitativo na coluna do critério efetivamente usado para cada unidade acadêmica.

O total de TAE previsto para 2024 soma esse quadro base às vagas da coluna Extras, que correspondem a cargos alocados adicionalmente ao quadro base, pois atendem a mais de um campus ou a áreas de atuação específica e extraordinariamente necessárias em alguns câmpus. Em dezembro de 2019, essas vagas correspondem a Engenheiros, Auditores, Jornalistas e Psicólogos de atuação regionalizada – mas que têm lotação em um câmpus polo regional – e aos cargos adicionais demandados conforme área de atuação específica de alguns câmpus, como os Tradutores/Intérpretes de Libras, Tecnólogo-Formação e Relação Públicas do Câmpus Palhoça Bilingue, o Comandante de Lancha do Câmpus Itajaí e o Regente do Câmpus Jaraguá do Sul-Centro.

Quadro 8.4 - Quadro de vagas servidores técnico-administrativos projetado até 2024.

UNIDADE	QUADRO REAL		PARÂMETROS DE REFERÊNCIA			QUADRO PREVISTO PARA 2024		
	2015	2019	PORTARIA	80%	EQUAÇÃO	BASE	EXTRAS	TOTAL
Araranguá	46	45*	45	36	-	45	1	47
Caçador	23	32	45	36	39*	39	1	40
Canoinhas	30	36	45*	36	-	45	0	45
Chapecó	43	43	45	36	49*	49	4	53
Criciúma	34	38	45	36	45*	45	2	47
Florianópolis	199	191	200*	160	-	200	0	200
Florianópolis-Continente	49	48*	45	36	-	48	0	48
Garopaba	23	29	45	36*	-	36	0	36
Gaspar	35	37	45	36	48*	48	1	49
Itajaí	37	38	45	36	48*	48	3	51
Jaraguá do Sul-Centro	42	43	60	48*	-	48	3	52
Jaraguá do Sul-Rau	33	42*	45	36	-	42	1	42
Joinville	58	60	45	36	69*	69	3	72
Lages	31	42	45	36	45*	45	3	48
Palhoça Bilingue	34	29	45	36	36*	36	8	44
Reitoria ⁷	167	176	200	160	n.a.	200	0	200
São Carlos	7	21	45	36	24*	24	0	24
São José	94	74*	60*	48	-	66	1	67
São Lourenço do Oeste	0	8	13	36	25*	25	0	25
São Miguel do Oeste	28	37*	45	36	-	37	1	38
Tubarão	15	21	45	36	38*	38	1	38
Urupema	18	21	45	36	22*	22	0	22
Xanxerê	23	28	45	36	37*	37	0	37
TOTAL	1069	1162	1343	N.A.	N.A.	1304	33	1332

7 Inclui os servidores lotados no Cerfead.

Como pode ser visto no Quadro 8.4, ao passo que todas as demais unidades têm previsto manutenção ou aumento do quadro de TAE, para o Campus São José planeja-se uma redução, de modo aproximar seu quadro do câmpus à referência dada pela Portaria 246 e aos critérios de proporcionalidade de quadro docente/TAE adotados pelo IFSC. A redução dos atuais 74 servidores para 67 vai se dar ao longo dos anos, aproveitando-se as vacâncias que ocorrerem nos cargos de nível C e D em extinção ou servidores que se encontram cedidos a outros órgãos públicos atualmente.

Ressalta-se que as informações de todas as colunas do Quadro 8.4 referem-se a vagas de TAEs níveis C, D e E, uma vez que todas as carreiras dos níveis A e B estão em extinção e não serão repostas pelo MEC. Além disso, o número de servidores desses cargos é pequeno, concentrado em apenas dois câmpus e há expectativa de aposentadoria da maioria durante os próximos 5 anos.

Em função da situação apresentada ao final da seção 8.5.2, a distribuição de novas vagas de Técnico-Administrativos em Educação deverá acompanhar a distribuição das vagas docentes, respeitando-se os critérios de proporcionalidade já referidos e garantindo, inicialmente, um quadro mínimo de 10 TAEs no Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste.

O saldo de dezesseis vagas entre os 1.343 cargos previstos na Portaria 246 e total previsto para 2024, conforme Quadro 8.4, funcionará como reserva para suprir eventuais necessidades pontuais, compensar possíveis distorções de proporcionalidade ao quadro docente e alterações e permitir alterações nas regras de proporcionalidade em caso de reavaliação do planejamento ao longo de sua execução.



CAPÍTULO 9

INFRAESTRUTURA

Sumário do capítulo 9

Infraestrutura

9.1. SITUAÇÃO ATUAL.....	224
9.1.1. Ambientes e instalações gerais	224
9.1.2. Laboratórios.....	225
9.1.3. Bibliotecas.....	226
9.1.4. Acessibilidade Espacial.....	228
9.2. DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	231
9.2.1. Diretrizes para organização de ambientes nos câmpus.....	232
9.2.2. Diretrizes para as bibliotecas.....	233
9.2.3. Diretrizes para adequações de acessibilidade espacial.....	234
9.2.4. Diretrizes para obras ou critérios de priorização para obras e serviços de engenharia.....	234
9.2.5. Critérios de avaliação do impacto de itens de infraestrutura nas atividades finalísticas.....	235
9.3. PLANO QUINQUENAL DE INFRAESTRUTURA	235
9.4. PROJETO DE ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL	238
9.4.1. Responsabilidades	239
9.4.2. Infraestrutura para execução das atividades de digitalização	239
9.4.3. Segurança e preservação dos representantes digitais.....	239
9.4.4. Capacitação de servidores para as atividades de digitalização.....	240
9.4.5. Análise, seleção e digitalização do Acervo Acadêmico	240

Este capítulo tem a função de tanto apresentar à sociedade a infraestrutura física e tecnológica do IFSC em 2019 quanto de planificar sua manutenção, atualização, disponibilidade e ampliação para o período 2020-2024, em vistas ao suporte necessário à consecução dos Objetivos Estratégicos apresentados no Capítulo 6 e à implementação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (Capítulo 7), além da execução de todos os processos de rotina da instituição, conforme desdobrados de sua Cadeia de Valor.

Dividido em quatro seções, o capítulo inicia com o diagnóstico da situação atual da infraestrutura, passa pela disposição de diretrizes para adequação e ampliação da infraestrutura e chega ao Plano Quinquenal de Infraestrutura de cada unidade da instituição. Complementarmente, é apresentado o Projeto de Acervo Acadêmico Digital, em atendimento ao Decreto nº 9.235/2017.

Sempre em atendimento ao Decreto nº 9.235/2017, em toda essa sequência de seções, o capítulo destaca os laboratórios e as bibliotecas, abordando também algumas informações para além da infraestrutura física.

9.1. SITUAÇÃO ATUAL

Nesta seção é apresentada a situação atual do IFSC no que tange às instalações físicas, organizada em quatro tópicos:

- **Ambientes e instalações gerais:** diagnóstico quantitativo e qualitativo dos ambientes e instalações existentes;
- **Laboratórios:** relação de laboratórios existentes e previstos, especificando a relação com a oferta de cursos do POCV;
- **Bibliotecas:** objetivo e composição do Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC); documentos institucionais norteadores; informatização do acervo; quantitativos do acervo; acesso a bases de dados; quadro atual de servidores; serviços oferecidos; espaço físico para estudos; horário de funcionamento; formas de atualização e expansão do acervo;
- **Acessibilidade:** levantamento das condições de acessibilidade espacial, baseado no laudo padrão do Ministério da Justiça e Cidadania, já adequado à NBR 9050:2015.

9.1.1. Ambientes e instalações gerais

Esta seção apresenta a atual infraestrutura dos 21 câmpus, do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste, do Cerfead, do Polo de Inovação e da Reitoria, em relação à sua organização de ambientes e instalações.

A Câmara de Planejamento, Orçamento, Infraestrutura e Tecnologia da Informação do Codir elaborou uma planilha para realizar o diagnóstico da estrutura física atual dos câmpus a qual serviu de subsídio para elencar prioridades de infraestrutura para os próximos 5 anos.

A estruturação da planilha foi feita de forma que fosse o mais articulada possível à já preenchida planilha de infraestrutura do Fórum de Pró-Reitores de Administração e Planejamento (Forplan/Conif), bem como aos indicadores de qualidade dos instrumentos de avaliação externa do INEP e às diretrizes para organização de ambientes nos câmpus (seção 9.2.1). Como a planilha também serviu como diagnóstico preliminar à elaboração do Plano Quinquenal de Infraestrutura (apresentado na seção 9.3), nela constam duas colunas de avaliação qualitativa dos itens. A Prodin sugeriu que o preenchimento fosse delegado ao Departamento/Diretoria de Administração, mas com avaliação qualitativa realizada de forma coletiva pela gestão do câmpus.

O levantamento foi realizado nos câmpus, no Cerfead e no Polo de Inovação entre 28 de maio de 2019 e 30 de junho de 2019. Na Reitoria, ocorreu de 16/09/2019 a 16/10/2019.

O Quadro 9.1, a seguir, apresenta os elementos que compõem a planilha-modelo utilizada pelos câmpus para realização de seu diagnóstico de infraestrutura.

Quadro 9.1 - Planilha-modelo para diagnóstico de infraestrutura dos câmpus

PARTE A SER PREENCHIDA PELO CÂMPUS							
Infraestrutura existente		Descrição do Ambiente			Avaliação do ambiente		
Item	Unidades	Área total (m²)	Capacidade (alunos / professores / pessoas / vagas)	Observações quanto à descrição do ambiente	Estado de conservação ou atualização	Nível de atendimento às necessidades	Observações quanto à avaliação do ambiente
1	Salas de aula com oelo menos 40 lugares						
2	Salas de aula com menos 40 lugares						
3	Laboratórios de ensino a distância						

A primeira parte apresenta o item de infraestrutura a ser avaliado, na sequência, são apresentados os campos referentes à descrição e à avaliação do ambiente.

Quanto à descrição do ambiente, são apresentados:

1. número de unidades do item existentes no câmpus;
2. área total (soma das áreas de cada unidade), em metros quadrados;
3. capacidade total (soma da capacidade de cada unidade), conforme o tipo de item, por exemplo, número de alunos, postos de trabalhos para servidores, vagas para veículos, etc.

Já quanto à avaliação do ambiente, constam as seguintes informações, com uma lista de opções de preenchimento pré-definida entre Excelente (melhor avaliação), Pleno, Suficiente, Insuficiente (pior avaliação) e Inexistente:

1. estado de conservação ou atualização;
2. nível de atendimento às necessidades.

Tanto para a descrição do ambiente (análise quantitativa) como para a avaliação do ambiente (análise qualitativa) havia um campo para observações que o câmpus julgasse necessárias para melhor compreensão do preenchimento pela DGC/Prodin.

Os Quadros 9.8 a 9.11 (constantes nos Apêndices, ao final do capítulo) apresentam o **levantamento quantitativo dos câmpus**, enquanto os Quadros 9.12 a 9.14 (Apêndices) tratam dos seus **diagnósticos qualitativos** quanto ao estado de conservação e atualização das instalações e ao seu nível de atendimento às necessidades. Destaca-se que as informações referentes ao Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste são as referentes ao espaço físico que será utilizado a partir de 2020, atualmente em processo de cessão ao IFSC pelo Estado de Santa Catarina. O Quadro 9.16 (Apêndices) apresenta o diagnóstico realizado pelo Cerfead.

O diagnóstico da Reitoria foi realizado por meio de uma planilha adaptada pela Diretoria de Gestão do Conhecimento, considerando suas características distintas das dos câmpus, e é apresentado no Quadro 9.15 (Apêndices). O diagnóstico qualitativo da estrutura física da Reitoria consta no mesmo quadro.

Quanto ao Polo de Inovação, atualmente ele está em funcionamento em 2 salas do Bloco C do Câmpus Florianópolis, totalizando um espaço de 108 m2. No diagnóstico qualitativo, quanto ao estado de conservação ou atualização, foi avaliado como “Pleno”, já com relação ao nível de atendimento das necessidades, como “Excelente”.

9.1.2. Laboratórios

Os laboratórios existentes e os previstos para cada câmpus do IFSC foram identificados em levantamento realizado em setembro de 2019 e são apresentados nos Quadros 9.17 a 9.43 (Apêndices). O Quadro 9.44 (Apêndices) apresenta os laboratórios do Cerfead. Estão deta-

lhados o tipo e a quantidade de laboratórios, o número de postos de trabalho (capacidade de alunos) e a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos existentes ou com previsão de abertura nos anos de vigência do PDI, conforme o Plano de Oferta de Cursos e Vagas de cada câmpus.

Os equipamentos e recursos tecnológicos existentes em cada laboratório estão descritos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), não cabendo a este PDI o seu detalhamento. A previsão de aquisição de novos equipamentos, consta do Plano Quinquenal de Infraestrutura (seção 9.3).

9.1.3. Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC), instituído pela Resolução CON-SUP nº 49, de 26 de novembro de 2018, tem por objetivo coordenar a política biblioteconômica institucional, promovendo o desenvolvimento do conjunto de Bibliotecas do IFSC. O SiBI/IFSC é composto por 23 (vinte e três) bibliotecas distribuídas entre o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância, os 21 câmpus e o câmpus avançado. Para dinamizar suas ações, desde 2013 o SiBI/IFSC é gerido por uma Coordenação Sistemática em articulação com cinco representações regionais, a saber: Grande Florianópolis, Norte, Oeste, Planalto Serrano e Sul.

Os documentos institucionais norteadores das ações do SiBI/IFSC são:

- Resolução CEPE/IFSC nº 165/2011 - Regulamento Único para o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina;
- Resolução CEPE/IFSC nº 037/2012, republicada em 2016 - altera as normas para empréstimo de material bibliográfico aos usuários do Sistema de Bibliotecas Integradas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – SiBI/IFSC;
- Resolução CEPE/IFSC nº 57/2016 - aprova a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC);
- Resolução CONSUP nº 36/2017 - altera normas para cobrança de multa no atraso da devolução de materiais no Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC e dá outras providências;
- Resolução CONSUP nº 49/2018 - institui o Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC).

O sistema de gerenciamento de biblioteca utilizado pelo SiBI/IFSC é o *SophiA*, que oportuniza a consulta online, e também por aplicativo, de todo o acervo físico das Bibliotecas do IFSC. Até agosto de 2019, o SiBI/IFSC contava com um acervo bibliográfico de 73.336 títulos com 174.621 exemplares e, 490 títulos de periódicos com 6.409 exemplares. Ademais, realizou, até agosto do corrente ano, 116.913 empréstimos domiciliares. Além do acervo físico, as Bibliotecas do IFSC disponibilizam acesso a Acervo virtual de *e-books*, de maneira que, por contrato, há garantia de acesso ininterrupto pelos usuários as plataformas digitais.

Por meio do Portal de Periódicos da Capes, os usuários das Bibliotecas do IFSC têm acesso às coleções de periódicos acadêmicos e científicos, bem como à base de dados referenciais e de textos completos. Ainda em formato virtual, é disponibilizado acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de maneira que por contrato há garantia de acesso ininterrupto pelos usuários a plataforma Target.

As Bibliotecas do SiBI/IFSC têm um quadro de pessoal de 85 (oitenta e cinco) servidores, dentre eles 34 (trinta e quatro) bibliotecários, um arquivista e 40 (quarenta) auxiliares de biblioteca¹. Os horários de funcionamento das bibliotecas são organizados de forma a atender os turnos de funcionamento de cada unidade acadêmica.

Para atender sua finalidade, o SiBI/IFSC mantém os seguintes serviços:

- Serviço de empréstimo domiciliar;
- Renovação de empréstimo;

¹ Cargo TAE de nível C para o qual não é mais possível reposição de vacâncias por concurso, o que, portanto, deverá provocar alteração da configuração das equipes de bibliotecas ao longo dos próximos anos.

- Reserva de materiais;
- Serviço de consulta local e on-line ao acervo;
- Acesso à Internet para pesquisa acadêmica;
- Levantamento bibliográfico;
- Serviço de referência;
- Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos;
- Visitas orientadas;
- Lista de novas aquisições;
- Elaboração de fichas catalográficas institucionais;
- Capacitação de usuário.

Desde 2016, o SiBI/IFSC conta com uma Política de Desenvolvimento de Coleções, aprovada por meio da Resolução CEPE/IFSC nº 57/2016. Tal instrumento para formação, atualização e expansão do acervo tem por objetivo geral nortear as decisões acerca de quais materiais informacionais incorporarão o acervo das Bibliotecas do SiBI/IFSC, de acordo com os objetivos da instituição, permitindo um processo de seleção sistematizado e consistente, propiciando o crescimento racional e equilibrado das diferentes áreas do acervo que dão suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Junto a isso, para atualização e expansão do acervo bibliográfico, é utilizado como documento norteador os pareceres emitidos pelas Bibliotecas para os processos de criação e atualização dos cursos da instituição aprovados pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Nesses pareceres são analisados, entre outros aspectos, itens relacionados às bibliografias arroladas nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados nos câmpus, como se há disponibilidade do material no acervo da Biblioteca, bem como se em quantidade que atenda plenamente às necessidades informacionais dos discentes e às orientações do Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), evidenciando-se, assim, correlação pedagógica do acervo bibliográfico com os cursos e programas previstos pelos câmpus.

O Quadro 9.2 apresenta os dados referentes ao horário de funcionamento, acervo e empréstimos domiciliares realizados. Já o diagnóstico de infraestrutura das bibliotecas consta no Quadro 9.45, nos Apêndices deste capítulo.

Quadro 9.2 - Horários de atendimento e acervo das Bibliotecas do IFSC

BIBLIOTECA	HORÁRIO DE ATENDIMENTO	ACERVO				EMPRÉSTIMOS DOMICILIARES POR SEMESTRE ³
		TÍTULOS ²	EXEMPLARES ²	TÍTULOS DE PERIÓDICOS ^{1,2}	EXEMPLARES DE PERIÓDICOS ^{1,2}	
Araranguá	7h30 - 22h30	3.661	8.556	53	530	8.213
Caçador	7h30 - 22h40	1.657	3.722	0	0	1.303
Canoinhas	8h - 11h30 e 13h - 22h	1.626	5.654	21	221	2.630
Cerfead	9h - 12h e 13h - 18h	60	348	0	0	55
Chapécó	7h30 - 22h30	3.706	8.854	20	92	4.617
Criciúma	7h30 - 22h30	3.385	7.465	39	917	5.281
Florianópolis/ Dr. Hercílio Luz	7h15 - 22h30	15.478	43.637	0	0	26.825
Florianópolis- Continente	7h30 - 22h30	3.099	8.478	25	103	5.309
Garopaba	7h30 - 22h00	2.277	3.955	15	75	2.116
Gaspar	7h30 - 22h30	4.567	10.212	63	911	7.830
Itajaí	7h30 - 22h30	2.750	5.748	25	452	3.916
Jaraguá do Sul- Centro	7h45 - 22h30	4.466	8.182	23	276	4.639

BIBLIOTECA	HORÁRIO DE ATENDIMENTO	ACERVO				EMPRÉSTIMOS DOMICILIARES POR SEMESTRE ³
		TÍTULOS ²	EXEMPLARES ²	TÍTULOS DE PERIÓDICOS ^{1,2}	EXEMPLARES DE PERIÓDICOS ^{1,2}	
Jaraguá do Sul-Rau	7h30 - 22h30	2.022	5.776	3	9	12.074
Joinville	7h30 - 22h30	4.591	10.100	14	175	7.661
Lages	7h30 - 22h30	3.537	7.403	13	116	4.620
Palhoça Bilíngue	7h45 - 22h30	1.834	5.378	34	235	2.283
São Carlos	12h10 - 16h e 17h - 21h	818	2.642	8	88	1.273
São José	7h30 - 22h30m	5.317	9.813	30	943	4.806
São Lourenço do Oeste	13h30 - 17h e 8h30 - 22h30	121	273	0	0	116
São Miguel do Oeste	7h30 - 22h30	3.397	7.614	42	636	5.492
Tubarão	9h - 22h	1.030	2.506	0	0	1.252
Urupema	9h - 21h	2.307	3.922	31	154	1.773
Xanxerê	7h30 - 22h30	1.630	4.383	31	476	2.829
TOTAL DO SIBI/IFSC		73.336	174.621	490	6.409	116.913

¹ As bibliotecas disponibilizam acesso ao Portal Capes, Normas ABNT e Mercosul, e Acervo Virtual de e-books.

² Dados até 31/08/2019.

³ Empréstimos realizados de Janeiro a Agosto/2019.

Fonte: Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC - SiBI/IFSC, 2019.

228

sumário
capítulo

sumário
geral

9.1.4. Acessibilidade Espacial

Esta seção apresenta o resultado do levantamento das condições de acessibilidade espacial dos câmpus e Reitoria do IFSC. Para tal, o Departamento de Obras e Engenharia da Pró-Reitoria de Administração utilizou, como instrumentos, o Laudo Padrão e a Cesta Padrão do Manual de Adaptações de Acessibilidade, elaborado pelo Ministério da Justiça e Cidadania em 2016. Posteriormente, os dados foram compilados e organizados pela Comissão Permanente de Acessibilidade do IFSC.

O laudo é composto de 393 perguntas objetivas, com opções de resposta “sim”, “não” e “não se aplica”, e distribuídas em 15 tópicos, na seguinte ordem:

- calçada ou passeio público;
- estacionamento;
- acesso à edificação;
- edificação - circulação interna;
- esquadrias;
- sanitário ou box acessível;
- sanitários coletivos;
- mobiliário;
- vestiários;
- bibliotecas;
- auditórios e similares;
- restaurantes, copas e similares;
- iluminação;
- sinalização de emergência;
- sinalização.

As respostas afirmativas atestam a acessibilidade do item indagado, baseando-se na ABNT NBR 9050, 16537, 14718, 13994 e ISO 9386-1:2013. O laudo também leva em consideração o Decreto nº 5296/2004 e a Lei 13.146/2015.

O resultado do levantamento pode ser visto no Quadro 9.3. Seus dados representam o percentual de respostas afirmativas, descontando as respostas não aplicáveis. As células em verde representam valor maior ou igual a 50% e as preenchidas em amarelo alertam para valores abaixo de 50%. As células pretas indicam que o tópico não se aplica à realidade do câmpus e as células cinzas indicam que não há dados para o tópico.

A simples observação do Quadro 9.3 não infere juízo quanto à importância dos tópicos para a composição da acessibilidade espacial. Cabe aos gestores e colegiados a análise dos dados e proposição das estratégias e prioridades das ações para as melhorias do cenário do quadro.

Quadro 9.3 - Levantamento dos laudos de acessibilidade das unidades do IFSC.

	ARU	CAN	CCO	CDR	CRI	CTE	FLN ²	GAS	GPB	ITJ	JAR	JLE	LGS	PHB	RAU	REI	SCA	SJE	SLO	SMO	TUB	URP	XXE	MÉDIA
1. CALÇADA ou PASSEIO PÚBLICO	55%	56%	58%	69%	27%	79%	D	32%	78%	56%	41%	81%	14%	43%	48%	48%	50%	5%	40%	46%	56%	44%	56%	49%
2. ESTACIONAMENTO	83%	58%	67%	67%	75%	56%	D	42%	58%	50%	0%	58%	55%	50%	91%	91%	56%	8%	0%	100%	100%	42%	58%	57%
3. ACESSO À EDIFICAÇÃO	36%	46%	42%	62%	47%	39%	D	27%	68%	35%	44%	53%	50%	77%	54%	53%	78%	42%	40%	84%	56%	63%	66%	53%
4. EDIFICAÇÃO - CIRCULAÇÃO INTERNA	63%	67%	68%	48%	46%	58%	D	50%	68%	53%	56%	72%	60%	64%	53%	60%	73%	29%	53%	86%	70%	63%	58%	60%
5. ESQUADRIAS	73%	88%	69%	44%	59%	28%	D	42%	47%	42%	53%	67%	38%	33%	56%	55%	65%	6%	63%	78%	65%	47%	47%	53%
6. SANITÁRIO ACESSÍVEL OU BOXE SANITÁRIO ACESSÍVEL	45%	0%	79%	57%	66%	60%	D	61%	67%	60%	33%	44%	59%	52%	39%	41%	81%	72%	36%	58%	55%	33%	29%	51%
6a. SANITÁRIOS COLETIVOS	35%	31%	61%	38%	40%	23%	D	38%	29%	38%	27%	49%	43%	35%	29%	29%	49%	37%	43%	47%	56%	47%	38%	39%
07. MOBILIÁRIO	31%	14%	68%	25%	47%	42%	D	14%	27%	15%	32%	32%	33%	18%	41%	44%	53%	21%	54%	40%	64%	35%	38%	36%
8. VESTIÁRIOS						42%	D		44%					37%			57%	21%		67%		56%		46%
9. BIBLIOTECAS	43%	33%	71%	17%		83%	D	17%	83%	50%	71%	57%	86%	50%	71%		57%	0%		43%	100%	86%		57%
10. AUDITÓRIOS E SIMILARES	53%	23%			74%	21%	D	0%	80%	0%	12%	43%	47%			63%		47%		23%				37%
11. RESTAURANTES, COPAS E SIMILARES	0%	45%	85%	6%	59%	19%	D	62%	58%	62%	0%	30%	64%	45%	50%	50%	100%	36%	0%	77%	80%			46%
12. ILUMINAÇÃO	62%	100%	100%	100%	59%	100%	D	11%	100%	11%	83%	100%	100%	100%	89%	83%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	86%
13. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	57%	25%	25%	20%	47%	25%	D	25%	40%	25%	20%	33%	50%	33%	20%	20%	25%	33%	67%	67%	100%	100%	27%	40%
14. SINALIZAÇÃO	33%	0%	0%	0%	19%	0%	D	0%	33%	0%	0%	0%	0%	33%	0%	0%	0%	33%	67%	67%	67%	0%	0%	16%
MÉDIA (Câmpus)	48%	42%	61%	43%	51%	45%	D	30%	59%	35%	34%	51%	50%	48%	49%	49%	60%	33%	47%	65%	74%	55%	47%	49%

MAIOR OU IQUAL 50%

MENOR QUE 50%

NÃO SE APLICA

SEM DADOS

2 Até a data da publicação da Resolução de aprovação deste PDI, o câmpus não havia realizado o levantamento.

Os dados apresentados no Quadro 9.3 foram colhidos no 2º semestre de 2019 e dão um panorama geral da acessibilidade no IFSC. O levantamento detalhado realizado está disponível na página do PDI para consulta e recomenda-se que, anualmente, a situação de cada unidade acadêmica e da Reitoria seja revisada, de forma detalhada, por meio de levantamentos similares a esse, a fim subsidiar as ações em prol da acessibilidade na instituição.

Foram desconsideradas as seguintes questões introdutórias dos tópicos dos laudos, para as quais não há parametrização junto a NBR 9050:

- Linha 11 da página 4.2.1_Rampas;
- Linha 11 da página 4.2.2_Escadas;
- Linha 11 da página 4.2.3_Elevadores;
- Linha 11 da página 4.2.4_Plataformas;
- Linha 11 da página 7.2_Balcões;
- Linha 24 da página 7.2_Balcões;
- Linha 37 da página 7.2_Balcões;
- Linha 11 da página 7.4_Telefones;
- Linha 11 da página 8_Vestiários;
- Linha 11 da página 9_Bibliotecas; e
- Linha 11 da página 10_Auditórios.

9.2. DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Considerando,

- As características, finalidades e objetivos previstos na Lei de Criação dos Institutos Federais;
- O Projeto Pedagógico Institucional (capítulo 3);
- O Plano Estratégico Institucional 2020-2024 (capítulo 6);
- O Plano de Oferta de Cursos e Vagas (capítulo 7);
- O Decreto nº 9.235/2017, artigo 21, incisos III e IX, que dispõem sobre apresentação da situação atual e da programação de ampliação da infraestrutura física e instalações acadêmicas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- A Lei nº 10.861/2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação;
- O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000 e dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, a qual estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

São diretrizes gerais para ampliação e adequação da infraestrutura física do IFSC:

1. Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos, programas e projetos previstos;
2. Atender a toda a comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Libras.
3. Atender com qualidade às demandas identificadas por instrumentos de avaliação interna e aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação externa institucional e de cursos.

4. Atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o plano diretor municipal.
5. Priorizar demandas de infraestrutura de acordo com critérios de impacto no cumprimento da missão e das metas do planejamento institucional e critérios técnicos de viabilidade de execução, no caso de obras e serviços de engenharia.

As subseções a seguir apresentam as diretrizes específicas para organização de ambientes nos câmpus, bibliotecas, acessibilidade, obras e demais itens de infraestrutura.

9.2.1. Diretrizes para organização de ambientes nos câmpus

Todo câmpus do IFSC, independentemente do seu porte, deve ter estrutura que contenha, no mínimo, os ambientes a seguir, organizados em 7 categorias.

1. Ambientes Pedagógicos:

- Salas de aula com capacidade para 40 alunos;
- Laboratórios temáticos;
- Laboratório de ensino a distância;
- Sala para a Coordenadoria Pedagógica;
- Sala para as Coordenadorias de área, nível ou curso;
- Espaço para atendimento reservado a alunos, pais e professores;
- Sala de professores coletiva;
- Espaço de trabalho para professores;
- Espaço para atividades de monitoria;
- Salas de apoio à informática básica, inclusão digital e ensino de línguas;
- Sala para o Núcleo de Acessibilidade Educacional;

2. Ambientes administrativos:

- Sala para a Secretaria Acadêmica;
- Salas para os setores de Registro Acadêmico, Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Sala reservada para a Direção-Geral, preferencialmente com antessala para assessoria e recepção;
- Espaço de trabalho para todos os setores e unidades organizacionais previstas nos Regimentos Internos dos câmpus;
- Sala de reuniões, preferencialmente com equipamento de videoconferência;
- Infraestrutura de trabalho para a CPA;

3. Auditório

4. Biblioteca:

- Sala de processamento técnico;
- Espaço para consulta à Internet;
- Espaços de estudos coletivos e individuais;

5. Ambientes de convivência:

- Espaço para lanchonete/cantina;
- Espaço para Grêmios Estudantil e Centro Acadêmico;
- Sala de convivência para servidores;
- Espaço coberto para realização de exposições acadêmicas e eventos culturais;
- Espaço para alimentação estudantil;

6. Ambientes esportivos:

- Espaço para a prática de atividades físicas;
- Ambiente polidesportivo coberto, em câmpus com oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio;

7. Áreas comuns e outros ambientes:

- Depósito de materiais e espaço para movimentação de patrimônio;

- Almoarifado para materiais de consumo;
- Sala para equipamentos de processamento e armazenamento de dados;
- Espaços e instalações para servidores terceirizados;
- Estacionamento coberto para veículos oficiais;
- Espaço para recepção geral;
- Bicicletário.

9.2.2. Diretrizes para as bibliotecas

As Bibliotecas do SiBI/IFSC atendem tanto ao perfil de uma biblioteca escolar, quanto ao de uma biblioteca universitária, tendo em vista que o IFSC é uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, as Bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais, exclusivamente, à comunidade interna, constituída por alunos e servidores do IFSC.

Por estarem no status de biblioteca universitária, as Bibliotecas do SiBI/IFSC devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos câmpus e em quantidade que atenda plenamente às necessidades informacionais dos discentes e as orientações do Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES). Assim, é obrigatório, para o período 2020-2024, que todas as Bibliotecas do SiBI/IFSC contemplem em seu acervo as referidas bibliografias. Para isso, deve-se ter por documento norteador os pareceres emitidos pelas Bibliotecas para os processos de criação e atualização dos cursos da instituição aprovados pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Nesses pareceres são analisados, entre outros aspectos, itens relacionados às bibliografias arroladas nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados nos câmpus, como se há disponibilidade do material no acervo da Biblioteca e em qual quantidade de exemplares.

As Bibliotecas do SiBI/IFSC são espaços interativos, de apoio às atividades letivas, de formação cultural e humanística. Nesse sentido, além de acervo técnico relacionado às bibliografias arroladas no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos câmpus, é imprescindível que as Bibliotecas disponibilizem, em seu acervo, obras literárias e de formação geral.

Para realizarem os serviços técnicos especializados de levantamento bibliográfico; serviço de referência; orientação para normalização de trabalhos acadêmicos; elaboração de fichas catalográficas institucionais e capacitação de usuário no que se refere à pesquisa em fontes de informação, cada Biblioteca do SiBI/IFSC deve ter em seu quadro de pessoal técnico-administrativo ao menos um servidor do cargo de bibliotecário-documentalista. Ademais, são inerentes a servidores desse cargo o processamento técnico do acervo da biblioteca, por meio das técnicas de catalogação e indexação. Ainda, para os processos de criação e atualização dos cursos IFSC, aprovados pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), é obrigatório que cada Biblioteca emita parecer sobre as bibliografias arroladas nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados nos câmpus, de forma que a análise de adequação à NBR 6023 vigente é restrita a profissionais do cargo de bibliotecário-documentalista.

Para que as Bibliotecas do SiBI/IFSC continuem oferecendo efetivamente serviços qualificados à comunidade do IFSC, os câmpus deverão planejar a expansão e o crescimento da estrutura física e do acervo informacional da Biblioteca, bem como do seu quadro de servidores técnico-administrativos.

Nesse sentido, considerando o perfil estratégico das Bibliotecas do SiBI/IFSC para permanência e êxito discente, o horário de atendimento ampliado desses setores, bem como, com o intuito de que possam se fortalecer como espaços educativos, de intervenção cultural, de apoio à pesquisa, à extensão e à construção do conhecimento, as Bibliotecas do SiBI/IFSC devem atender à seguinte estrutura mínima de:

- **Pessoal:** quadro necessário para garantir funcionamento adequado ao atendimento da comunidade acadêmica e alinhado ao horário dos cursos de oferta regular do câmpus;

- **Mobiliário e equipamentos:** estantes, balcão de atendimento, mesas e cadeiras em conformidade com os itens de acessibilidade dispostos na ABNT NBR 9050/2015, computadores e sistema antifurto;
- **Instrumentos e softwares atualizados:** Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2), Classificação Decimal de Dewey (CDD), Sistemas de Gerenciamento de Acervo; Acesso às Normas ABNT e Acesso ao Portal Capes;
- **Acervo:** obras físicas de referência, literárias, formação geral e bibliografia presentes nos projetos pedagógicos de cursos, bem como acesso a Acervo Virtual de *e-books*.

9.2.3. Diretrizes para adequações de acessibilidade espacial

A partir do levantamento dos laudos de acessibilidade apresentados na seção 9.1.4, é possível traçar ações de adequação conforme a legislação vigente.

Nesse processo, cabe:

- aos câmpus e Reitoria definirem a prioridade das ações para as melhorias da acessibilidade espacial em suas dependências conforme o levantamento, prevendo as obras, reformas e aquisição de equipamentos nos seus Planos Anuais de Trabalho (PAT), bem como articular ações junto a organizações externas para resolver lacunas de acessibilidade do seu entorno;
- ao Departamento de Obras e Engenharia da Pró-Reitoria de Administração, em articulação com os Departamentos e Diretorias de Administração dos câmpus e da Reitoria, providenciar os projetos e executar as obras de adequação de acessibilidade espacial;
- à Comissão Permanente de Acessibilidade, coordenada por um membro do Departamento de Obras e Engenharia e composta por servidores com experiência comprovada no campo da acessibilidade espacial, propor e apoiar ações de promoção de acessibilidade espacial no IFSC, incluindo assessoria técnica ao DOE/Proad.

Para a priorização de ações e investimentos em acessibilidade, recomenda-se a definição de rotas que interliguem os ambientes fundamentais para a vida acadêmica (sala de aula, banheiros, administração, laboratórios, biblioteca, etc.).

A acessibilidade espacial possibilita a socialização de todos os cidadãos, independente de suas limitações. Todo ser humano, não só aqueles com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, tem limitações de diferentes intensidades e naturezas no transcórre de sua vida. Algumas são biológicas, como as decorrentes do envelhecimento e da gravidez, outras por fatores externos, como as decorrentes de acidentes. Existem outras limitações mais amenas que geralmente não são levadas em conta, como abrir portas carregando sacolas de compras. Sendo assim, o ambiente exerce um papel fundamental na sociedade, uma vez que tem o poder de facilitar ou de impedir a realização das tarefas cotidianas dos cidadãos.

Ao promover a acessibilidade espacial, o IFSC não só cumpre sua Missão de “promover a inclusão” como também o direito de igualdade sem nenhuma forma de discriminação, estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

9.2.4. Diretrizes para obras ou critérios de priorização para obras e serviços de engenharia

Com o objetivo de cadastrar, classificar e ranquear as demandas por obras e serviços de engenharia apresentadas pelas unidades e, assim, nortear o planejamento anual do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, cinco critérios técnicos foram estabelecidos e utilizados ao longo do tempo.

Devem ser priorizadas obras e serviços de engenharia que, em ordem decrescente de importância:

1. sejam demandadas por questões de segurança e/ou regularização imobiliária;
2. produzam o maior impacto nas atividades finalísticas da instituição, conforme critérios dispostos na seção 9.2.5;
3. tenham terreno ou situação imobiliária regularizada;
4. tenham recurso já reservado;
5. tenham projetos aprovados ou já concluídos.

Ressalta-se que o ranqueamento técnico das demandas de obras e serviços de engenharia pelos critérios acima é dinâmico, podendo ser alterado conforme fatores circunstanciais, tais como disponibilidade de recursos específicos, avanço no desenvolvimento/aprovações dos projetos, urgência no atendimento de prazos de órgãos públicos responsáveis de regulação e fiscalização, emergências causadas por intempéries climáticas ou desastres ambientais.

9.2.5. Critérios de avaliação do impacto de itens de infraestrutura nas atividades finalísticas

Para orientar a definição de prioridade de realização de obras ou aquisição de bens previstos no Plano Quinquenal de Infraestrutura, em alinhamento com o segundo critério disposto na seção 9.2.4, especialmente nas situações em que faz necessário emprego recursos extraorçamentários aos câmpus ou ao próprio IFSC, devem ser usados os seguintes sub-critérios, em ordem decrescente de relevância:

1. garantia das condições adequadas de funcionamento dos espaços acadêmicos existentes;
2. atendimento às diretrizes de acessibilidade dispostas na seção 9.2.3;
3. atendimento às diretrizes para organização de ambientes nos câmpus dispostas na seção 9.2.1;
4. implantação de infraestrutura que suporte a oferta de cursos proporcional ao quadro docente previsto no PDI 2015-2019 em cada câmpus;
5. implantação de infraestrutura que suporte a oferta de cursos proporcional quadro docente base para cada câmpus conforme disposto no Capítulo 8;
6. maximização do atendimento das metas do Plano de Oferta de Cursos e Vagas quanto aos percentuais de distribuição de oferta, priorizando:
 - a. implantação de cursos do Proeja;
 - b. implantação de cursos de formação de formadores;
 - c. implantação de cursos que garantam o mínimo de 50% de vagas em cursos técnicos;
7. justificativa da demanda das ofertas, considerando: IDH, alinhamento aos arranjos produtivos locais, interiorização e ofertas do mesmo nível e área do conhecimento por outras instituições na região de abrangência do câmpus.

Cabe ressaltar, ainda, que a ampliação da infraestrutura deverá estar alinhada com a alocação de novas vagas de docentes e TAEs, conforme diretrizes e critérios dispostos no Capítulo 8.

9.3. PLANO QUINQUENAL DE INFRAESTRUTURA

Esta seção apresenta as principais demandas de infraestrutura das unidades componentes do IFSC para que sejam:

- implantados os cursos previstos no Plano de Oferta de Cursos e Vagas conforme apresentado no Capítulo 7;
- análise qualitativa dos espaços e instalações gerais e de laboratório apresentadas nas seções 9.1.1 e 9.1.2;

- seguidas as diretrizes de organização de ambientes nos câmpus conforme seção 9.2.1;
 - seguidas as diretrizes para infraestrutura de bibliotecas e acervo bibliográfico dispostas na seção 9.2.2;
 - preenchidas as lacunas de acessibilidades levantadas na seção 9.1.4, de acordo com as diretrizes para adequações de acessibilidade espacial dispostas na seção 9.2.3;
 - implantadas as soluções de infraestrutura de TIC necessárias à estratégia apresentada no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (ver seção 6.7.1);
- Cada unidade organizou suas demandas em um quadro próprio, classificadas de acordo com uma tipologia de itens, conforme modelo apresentado no Quadro 9.4.

Quadro 9.4 - Planilha-modelo para elaboração do Plano Quinquenal de Infraestrutura

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo			Origem da demanda				
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	amp.	ref.						
Adequações civis pontuais no bloco A	90	EC										X			X			
Reforma da cobertura e adequações civis e de acessibilidade nos blocos B e C	250	EC										X			X			X
Containers para Grêmios estudantil / Centro acadêmico, depósito e projetos	69	EC	60	EC									X					X

236

sumário capítulo

sumário geral

A primeira parte apresenta o item de infraestrutura, na sequência, são apresentados o cronograma com estimativa de despesa e fonte do fomento, o tipo de item e a origem da demanda. Quanto ao cronograma:

1. os itens foram dispostos em ordem cronológica;
2. todos os itens listados referem-se à infraestrutura predial, laboratorial e tecnológica, além de acervo bibliográfico e requisitos de acessibilidade;
3. os valores apresentados devem ser multiplicados por R\$ 1.000,00;
4. o Quadro 9.5 apresenta os tipos de fonte de recurso.

Quadro 9.5 - Fonte de Recurso - Plano Quinquenal de Infraestrutura

FONTE DO RECURSO			
UNIDADE	OPÇÕES	DESCRIÇÃO DA FONTE	EXPLICAÇÃO DA FONTE
Câmpus e Cerfead	OC	orçamento do câmpus	despesa prevista integralmente no orçamento do câmpus
	EC	extraorçamentário ao câmpus	despesa custeada com recursos captados externamente ao câmpus: IFSC-REDE, emendas parlamentares, 20RG, TED Setec/MEC, editais de agências de fomento, etc..
	OC/EC	extraorçamentário ao câmpus, com contrapartida	despesa custeada por captação externa e com contrapartida prevista no orçamento do câmpus
Reitoria	OR	orçamento da reitoria	despesa prevista integralmente no orçamento da Reitoria
	REDE	orçamento do IFSC-REDE	despesa prevista integralmente no orçamento do IFSC REDE
	EXT	extraorçamentário à Reitoria	despesa custeada com recursos captados externamente: emendas parlamentares, 20RG, TED Setec/MEC, editais de agências de fomento, etc..

Quanto ao tipo de item, o Quadro 9.6 apresenta a relação.

Quadro 9.6 - Tipo de item - Plano Quinquenal de Infraestrutura

TIPO DE DEMANDA		
Obras	Ampliação	Obras novas, de ampliação ou de urbanização, que se caracterizam como despesas de investimento.
	Reforma	Obras de reforma e adequação, que se caracterizam com despesas de custeio (outras despesas correntes).
Aquisição de bens		Aquisição de equipamentos, mobiliário, livros, softwares, etc., que se caracterizam como despesas de investimento.
Serviços		Serviços de manutenção e instalação, que se caracterizam como despesas de custeio (outras despesas correntes).

Quanto à origem da demanda, o Quadro 9.7 apresenta a relação.

Quadro 9.7 - Origem da Demanda - Plano Quinquenal de Infraestrutura

SINALIZADOR DA DEMANDA	
OPÇÕES	DESCRIÇÃO
Diagnóstico Infraestrutura (seção 9.1.1)	Item necessário a suprir demanda por implantação ou melhoria de espaços listados na planilha de infraestrutura preenchida pelo câmpus em junho de 2019, priorizando-se aqueles com indicação de insuficiência quanto ao estado de conservação/atualização e/ou nível de atendimento às necessidades.
Diagnóstico Acessibilidade (seção 9.1.4)	Item necessário para preencher lacuna de acessibilidade apontada no levantamento realizado entre junho e agosto de 2019 pelo Departamento de Obras e Engenharia.
POCV - Implantação de curso novo (capítulo 7, seção 7.2)	Item necessário para implantação de curso novo previsto no POCV do câmpus.
Matriz Swot do câmpus (capítulo 6, seção 6.2)	Item necessário para mitigar fraqueza identificada na matriz swot elaborada pelo câmpus em 2018.

O mesmo item pode ser relacionado a mais de um “indicador de demanda”. Para o Plano Quinquenal de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (Quadro 9.71, nos Apêndices), o sinalizador de demanda é o PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (explanado no capítulo 6, seção 6.7.1).

Como detalhado no Capítulo 5, os recursos para implantação da infraestrutura podem ter, pelo menos, cinco fontes distintas: o orçamento ordinário da unidade, o orçamento geral do IFSC, descentralização de crédito orçamentário pelo MEC para planos de trabalho da Rede Federal, emendas parlamentares e projetos vinculados a outros ministérios e agências de fomento.

Ao passo que obras, equipamentos e instalações de menor porte podem ser custeadas pelo orçamento ou projetos próprios de cada câmpus, conforme a ordem interna de priorização, os itens de maior monta necessitam de aporte de recursos gerenciados pela Reitoria. Portanto, anualmente deve ser estabelecida uma ordem de prioridade geral quanto aos itens de infraestrutura que dependem de recurso extraorçamentário aos câmpus ou ao próprio IFSC, tomando-se por base os critérios de impacto apresentados na seção 9.2.5.

Nos Apêndices deste capítulo constam os Quadros 9.46 a 9.67, com os planos quinquenais dos câmpus, bem como os Quadros 9.69 a 9.71, respectivamente da Reitoria, Cerfead, Polo de Inovação e TIC.

9.4. PROJETO DE ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

A apresentação do projeto de acervo acadêmico em meio digital no PDI é uma exigência recente, dada pelo art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O IFSC, devido a sua estrutura multicâmpus, mantém nos 22 câmpus e no centro de referência, o acervo acadêmico relativo aos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância, produzidos desde 2002, pertinentes ao fundo fechado CEFET/SC, e ao fundo aberto IFSC, em produção.

O projeto apresentado nas próximas seções cumpre com a legislação vigente a saber:

- De acordo com o art. 104 do Decreto nº 9.235/2017, os documentos que compõem o acervo acadêmico das IES deverão ser convertidos para o meio digital, mediante a utilização de métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da legislação.
- O art. 45 da Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018, dispõe que nos termos do art. 104 do Decreto nº 9.235/2017, os documentos e informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme Código de Classificação de Documentos de Arquivo das Instituições Federais de Ensino Superior (CCD) e respectiva Tabela de Temporalidade (TTD), aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92/2011, deverão ser convertidos para o meio digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação da referida portaria.
- A Portaria nº 315/2018 tem como objetivo estabelecer procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância.
- Seu art. 37 define acervo acadêmico como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos.
- O art. 46 estabelece que o acervo acadêmico, oriundo da digitalização de documentos ou dos documentos nato digitais, deve ser controlado por sistema especializado de gerenciamento de documentos eletrônicos, que tenham a capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital, forma de indexação que permita a pronta recuperação do acervo acadêmico digital, método de reprodução que garanta a sua segurança e preservação, bem como, utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do acervo.
- Com relação ao art. 47, esse determina que vencido o prazo de guarda da fase corrente, o documento em suporte físico do acervo acadêmico em fase intermediária, cuja destinação seja a eliminação, poderá ser substituído, a critério da instituição, por documento devidamente microfilmado ou digitalizado.
- Considerando o art. 6º da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012, que dispõe que os registros públicos originais, ainda que digitalizados, deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente, os documentos originais do IFSC serão mantidos sob guarda dos câmpus (unidade produtora), cumprindo os prazos estabelecidos pela Tabela de Temporalidade.

9.4.1. Responsabilidades

A Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGC) tem como responsabilidades coordenar a implementação do projeto, definir padrões e requisitos necessários para execução das atividades, dar apoio técnico e organizar capacitações aos servidores das unidades produtoras de documentos.

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) tem como atribuição implantar e dar suporte técnico aos sistemas de informação.

Os câmpus e o Cerfead têm por responsabilidade designar os servidores para execução das atividades de digitalização, autenticar os representantes digitais com o uso da certificação ICP Brasil, disponibilizar infraestrutura básica para operacionalização dessas atividades, bem como manter atualizado o repositório arquivístico digital confiável.

9.4.2. Infraestrutura para execução das atividades de digitalização

A digitalização dos documentos acadêmicos, além de recursos humanos capacitados, requer a seguinte infraestrutura básica nas unidades de ensino do IFSC:

1. espaço físico seguro para abrigar o mobiliário, os equipamentos, os documentos, o material de consumo e os servidores que executarão as atividades;
2. estações de trabalho e mobiliário para o manuseio, acondicionamento, organização, preparação, digitalização e registro dos documentos;
3. softwares necessários para execução da digitalização e equipamentos, tais como, *scanners* de produção, mesa digitalizadora A3 para digitalizar documentos frágeis ou com dimensões superiores ao tamanho A4.

9.4.3. Segurança e preservação dos representantes digitais

Os representantes digitais, resultantes do processo de digitalização, necessitam de ambientes tecnológicos que garantam o armazenamento, a gestão e a preservação de documentos por longo prazo, observando as diretrizes, recomendações e orientações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Atualmente, o IFSC dispõe de dois sistemas para fins de armazenamento, gestão, preservação e acesso aos representantes digitais: o **Archivematica**, como Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), e o **AtoM**, uma Plataforma de Descrição, Difusão e Acesso. Atualmente, estes sistemas passam por testes internos preliminares à sua implantação.

Além disso, deverá ser implementado um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) ou ser inserido funcionalidades de gestão arquivística de documentos no sistema de negócio existente, transformando-o num SIGAD de Negócio.

A partir do levantamento dos documentos a serem digitalizados será elaborado um plano de preservação indicando, entre outras informações, a definição dos formatos para preservação e acesso, observando as recomendações e orientações do CONARQ.

A Resolução CONARQ nº 31, de 28 de abril de 2010, que dispõe as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, será o instrumento norteador do processo de digitalização, tendo em vista que os requisitos nele contidos visam à qualidade arquivística e à fidelidade ao documento original.

9.4.4. Capacitação de servidores para as atividades de digitalização

Os servidores serão capacitados, por meio de cursos internos, com vistas a desempenhar as atividades de higienização, classificação, organização e digitalização dos documentos analógicos (em papel). Os servidores, também, serão capacitados para operacionalizar as plataformas **Archivematica** e **Atom**.

9.4.5. Análise, seleção e digitalização do Acervo Acadêmico

A digitalização do acervo acadêmico está direcionada aos documentos avulsos e dossiês/processos relativos à vida acadêmica dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* nas modalidades presencial e a distância referentes às subclasses 125 (graduação) e 144 (*lato sensu*), respectivos grupos e subgrupos, constantes no CCD, a partir de recortes temporais do fundo fechado CEFET/SC e fundo aberto IFSC.

A definição dos cortes temporais ocorrerá a partir de análise preliminar, identificando e mensurando os documentos arquivísticos em metros lineares.

Com o levantamento preliminar, será possível elaborar o cronograma de atividades e levantar os custos para a digitalização. O desenvolvimento das atividades será realizado de forma padronizada por meio de plano e tutoriais que serão elaborados a partir dos resultados do projeto-piloto realizado no Câmpus Florianópolis em 2019.

APÊNDICES

241

 sumário
capítulo

 sumário
geral

Quadro 9.8 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Araranguá a Florianópolis-Continente

ITEM	ARU			CAN			CCO			CDR			CRI			CTE			
	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	
1	Salas de aula > 40 lugares	0	-	-	11	684,7	40	4	329,2	219	11	520,9	451	10	608,2	430	12	585,4	480
2	Salas de aula < 40 lugares	10	589	350	0	-	-	13	611,3	408	0	-	-	0	-	-	0	-	-
3	Laboratório de EaD	0	-	-	0	-	-	1	76,8	55	1	15	6	0	-	-	1	48,2	30
4	Sala coletiva de professores	2	122	65	0	-	-	0	-	-	3	157,7	50	2	194,6	50	1	150,6	35
5	Salas de professores	0	-	-	5	369,3	100	6	299,1	80	0	-	-	0	-	-	1	41,3	10
6	Espaço para atendimento reservado	1	12	6	1	6	2	1	15	1	0	-	-	2	28,9	15	1	33,6	8
7	Espaço para atividades de monitoria	0	-	-	1	20	10	2	65,9	20	0	-	-	1	32	10	1	13,7	4
8	Secretaria acadêmica	1	48	10	1	27,8	3	1	44,4	8	1	61,5	10	1	57	5	1	69,4	8
9	Sala dos assistentes de alunos	0	-	-	1	27,8	3	1	44,4	8	0	-	-	1	10,5	2	1	45,3	3
10	Sala da equipe pedagógica	1	62	18	1	23,6	6	1	17	3	1	66,5	14	1	30,9	4	2	43,8	6
11	Salas de Coordenação de Curso, Nível ou Área	1	82	24	6	64,7	6	1	16,5	2	1	61,5	15	2	85,5	11	3	54,2	6
12	Lab. de informática, inclusão digital e ensino de línguas	4	250	120	7	451	140	5	315,2	140	6	327,1	246	4	217	105	4	210,9	90
13	Laboratórios temáticos	26	2.350	635	16	1.030,9	320	20	1.281,9	215	9	522,6	118	24	1170	25	28	1.663,6	100
14	Sala do Núcleo de Acessibilidade Educacional	0	-	-	1	39,8	5	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
15	Sala da direção-geral	1	20	6	1	23,7	2	2	33,3	4	1	33,2	10	1	27	6	1	23,2	6
16	Salas administrativas	2	82	12	6	277,7	10	7	183,2	30	3	113,5	12	4	132,7	11	4	176,9	15
17	Sala da direção/chefia administrativa	1	61	16	2	143,5	4	1	12,9	3	0	-	-	0	-	-	1	18,5	1
18	Sala de reuniões	1	21	15	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	46,0	15
19	Sala de reuniões com videoconferência	0	-	-	1	27,9	40	0	-	-	1	44,4	40	1	19,6	8	0	-	-
20	Espaço para CPA	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	18,2	4	0	-	-
21	Datacenter	1	50	-	1	27,5	-	2	15,6	-	1	52,0	-	1	11,7	-	1	13	-
22	Auditório	1	164	117	1	339,1	170	0	-	-	0	-	-	1	340	130	1	401,1	365
23	Miniauditório	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	98,7	90
24	Área de Convivência para alunos	0	-	-	1	316,2	-	0	-	-	1	91,8	-	1	302,3	-	0	-	-
25	Espaço para Grêmios Estudantil e Centro Acadêmico	1	63	30	0	-	-	1	15	10	0	-	-	1	28,5	10	1	30,3	6
26	Sala de convivência para servidores	1	65	30	1	57,2	20	0	-	-	1	43,6	15	1	66,4	15	0	-	-
27	Cantina tercerizada	1	24	50	1	211,7	100	1	107,7	30	1	30,6	4	1	211,7	48	1	324,1	70
28	Refeitório para estudantes	1	121	100	0	-	-	1	40	30	0	-	-	0	-	-	1	18,1	6
29	Cozinha do refeitório	1	34	-	0	-	-	1	4,4	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
30	Copa dos servidores	1	10	-	0	-	-	0	-	-	1	13,3	-	0	-	-	0	-	-
31	Ginásio ou quadra coberta com vestiário	1	1300	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	1.139	-	0	-	-
32	Outros espaços para a prática de atividades físicas	2	1900	-	2	600	-	0	-	-	1	457,8	-	0	-	-	0	-	-
33	Espaço coberto multiuso	3	238	-	0	-	-	0	-	-	1	116,3	-	0	-	-	0	-	-
34	Recepção geral	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	22,9	-	0	-	-
35	Banheiros	12	300	200	14	177,6	42	32	338,6	74	20	187,1	55	10	227	82	21	208,1	65
36	Almoxarifado	2	51	-	0	-	-	3	71,5	6	1	18,9	1	1	26,8	-	1	17,9	-
37	Depósito de materiais e movimentação de patrimônio	0	-	-	1	37,1	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	13,1	-
38	Depósito de materiais esportivos	1	9	-	1	11,5	-	0	-	-	1	7	-	2	15,7	-	0	-	-
39	Vagas de estacionamento	440	6255	440	149	7.775,7	149	120	4.000	120	156	4.732,7	156	154	5.281	154	152	3.000	152
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	1	96	4	1	96	4	0	-	-	1	25,7	3	1	49,5	3	0	-	-
41	Bicicletário	1	50	60	3	30	40	1	20	10	1	3,5	7	0	-	-	0	-	-
42	Instalações para servidores terceirizados	1	16	8	1	28,4	20	1	49	8	1	21,3	8	2	37	11	1	15,8	8
43	Depósito de materiais de limpeza	1	6	-	1	10	-	1	5,59	-	1	15,8	-	1	18,4	-	1	4	-
44	Portaria/Guarita com banheiro	1	21	-	1	90,9	-	1	111,1	-	1	90,4	-	2	49,2	-	1	187,2	-

242

sumário capítulo

sumário geral

Quadro 9.9 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Florianópolis a Jaraguá do Sul-Rau

ITEM	FLN			GAS			GPB			ITJ			JAR			RAU			
	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	
1	Salas de aula > 40 lugares	4	193,1	130	13	945	520	11	620,4	40	7	430	280	3	241,6	120	13	759	520
2	Salas de aula < 40 lugares	33	1.844,1	1226	0	-	-	4	192	31	2	80	40	12	608,5	420	2	58	50
3	Laboratório de EaD	3	94,5	64	0	-	-	1	56,4	40	0	-	-	1	61	40	0	-	-
4	Sala coletiva de professores	4	155,1	41	4	240	120	2	89	32	2	160	50	5	154,27	44	1	52	20
5	Salas de professores	21	676,6	179	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
6	Espaço para atendimento reservado	3	28,8	16	1	9	4	1	20,3	5	1	20	5	1	5,8	4	1	7,5	4
7	Espaço para atividades de monitoria	2	75,7	39	13	945	520	0	-	-	0	-	-	1	48,2	35	0	-	-
8	Secretaria acadêmica	6	198,7	82	1	14	6	1	48	10	1	32	6	1	26,5	3	1	17,4	4
9	Sala dos assistentes de alunos	1	15,3	3	1	22	6	1	19	8	0	-	-	0	-	-	0	-	-
10	Sala da equipe pedagógica	1	55,7	12	1	18	8	1	47,8	10	1	42	8	1	41,61	10	1	51	11
11	Salas de Coordenação de Curso, Nível ou Área	19	522,3	73	6	56	18	1	35	16	12	108	36	1	7	1	1	31,6	9
12	Lab. de informática, inclusão digital e ensino de línguas	12	670,4	293	7	400	245	6	321,6	140	2	130	60	3	157,1	92	2	124	80
13	Laboratórios temáticos	164	7.981,4	2.814	14	870	420	9	499,2	180	26	1.454	780	17	1.327,5	420	0	-	-
14	Sala do Núcleo de Acessibilidade Educacional	2	31,5	8	0	-	-	0	-	-	1	28	6	0	-	-	0	-	-
15	Sala da direção-geral	11	196,3	39	1	15	5	1	36	4	1	20	4	1	15,08	1	1	23,7	3
16	Salas administrativas	13	391,8	85	6	175	48	3	45	7	5	125	30	7	144,2	22	4	101	16
17	Sala da direção/chefia administrativa	0	-	-	1	9	2	0	-	-	0	-	-	1	14,62	3	0	-	-
18	Sala de reuniões	6	109,7	41	1	15	12	1	23	12	1	30	20	0	-	-	0	-	-
19	Sala de reuniões com videoconferência	1	49,3	17	1	20	12	0	-	-	0	-	-	1	26,6	20	1	15,5	20
20	Espaço para CPA	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
21	Datacenter	4	61,9	-	1	27	-	1	15,8	-	1	24	-	1	11,8	-	1	10	-
22	Auditório	1	286	143	1	340	170	1	345,84	200	1	330	171	1	204,6	128	0	-	-
23	Miniauditório	4	275,5	232	0	-	-	0	-	-	1	35	20	0	-	-	0	-	-
24	Área de Convivência para alunos	2	1.452,8	-	1	5	-	1	224,62	-	1	18	-	3	320	-	1	68	-
25	Espaço para Grêmios Estudante e Centro Acadêmico	10	128,6	57	1	28	8	1	29,3	15	1	28	6	1	29,3	6	1	48	15
26	Sala de convivência para servidores	3	164,0	68	1	20	10	1	48	10	0	-	-	1	42,7	22	0	-	-
27	Cantina tercerizada	1	363,3	167	1	212	70	1	26,9	2	1	212	70	1	30,4	2	1	68	70
28	Refeitório para estudantes	1	77,1	26	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
29	Cozinha do refeitório	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
30	Copa dos servidores	12	136	-	1	20	-	0	-	-	1	22	-	1	6,9	-	1	15	-
31	Ginásio ou quadra coberta com vestiário	2	2.060,6	-	1	1.315	-	0	-	-	1	1.315	-	1	901,4	-	0	-	-
32	Outros espaços para a prática de atividades físicas	5	6.670,5	-	1	32	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
33	Espaço coberto multiuso	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	316	-	0	-	-	0	-	-
34	Recepção geral	5	59,6	-	1	22	-	0	-	-	1	22	-	1	6,3	-	1	35	-
35	Banheiros	53	620,1	336	12	180	54	25	171,17	67	12	180	54	8	171,8	63	8	160	2.000
36	Almoxarifado	14	590,9	7	1	33	2	1	48	-	1	13	-	1	40,7	-	1	10	2
37	Depósito de materiais e movimentação de patrimônio	22	353,4	-	0	-	-	1	21	-	0	-	-	3	78,9	-	0	-	-
38	Depósito de materiais esportivos	1	18,9	-	1	6	-	1	1,5	-	1	6	-	1	7,5	-	0	-	-
39	Vagas de estacionamento	224	2.800	0	160	1285	160	130	1641	130	147	1837	147	70	1.850	70	75	900	75
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	7	150	7	3	95	3	4	164	4	1	90	4	1	70,5	6	2	8	2
41	Bicicletário	1	30	18	1	20	25	1	30	20	1	250	180	1	44,9	36	1	10	30
42	Instalações para servidores tercerizados	9	88,6	34	1	28	6	1	61,3	11	1	14	8	1	37,2	8	2	25	8
43	Depósito de materiais de limpeza	4	21,0	-	3	18	-	1	2	-	1	6	-	1	10	-	1	3	-
44	Portaria/Guarita com banheiro	3	54,3	-	2	13	-	1	35,2	-	2	13	-	1	18	-	1	8	-

Quadro 9.10 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Joinville a São Lourenço do Oeste

ITEM	JLE			LGS			PHB			SCA			SJE			SLO			
	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	
1	Salas de aula > 40 lugares	12	855,3	480	7	429,9	280	4	254,1	172	0	-	-	0	-	-	6	378	240
2	Salas de aula < 40 lugares	11	489,9	385	8	368,3	220	9	527,5	271	11	595,2	396	14	745,9	36	14	672	490
3	Laboratório de EaD	0	-	-	1	57,2	35	1	69,9	32	0	-	-	0	-	-	0	-	-
4	Sala coletiva de professores	0	-	-	4	164,6	60	0	-	-	1	114,2	30	1	31,8	20	1	48,1	20
5	Salas de professores	25	514,8	56	0	-	-	2	139,7	40	0	-	-	6	221,2	50	0	-	-
6	Espaço para atendimento reservado	0	-	-	2	17	4	1	10,3	6	0	-	-	1	6,4	4	0	-	-
7	Espaço para atividades de monitoria	1	40,7	8	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	36,5	20	1	6,6	3
8	Secretaria acadêmica	1	66,2	12	1	36	3	1	24	2	1	46,6	3	1	11,7	6	1	22,5	3
9	Sala dos assistentes de alunos	0	-	-	0	-	-	1	19,0	3	1	40,3	3	1	16,4	3	0	-	-
10	Sala da equipe pedagógica	1	45,9	11	2	72	8	1	35,2	5	1	47,3	6	1	29,0	6	1	7,3	2
11	Salas de Coordenação de Curso, Nivel ou Área	0	-	-	8	72	16	1	79,7	10	1	26,5	4	3	58,5	12	0	-	-
12	Lab. de informática, inclusão digital e ensino de línguas	4	250,8	110	5	368,5	150	6	355,9	196	4	225,6	112	7	338,91	140	3	189	120
13	Laboratórios temáticos	14	1200,8	350	18	1.110	450	7	446,6	160	12	834,73	130	15	657,4	206	0	-	-
14	Sala do Núcleo de Acessibilidade Educacional	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
15	Sala da direção-geral	1	45,9	6	1	31,7	1	1	29,3	1	1	44,7	5	1	24,1	1	1	14,8	2
16	Salas administrativas	6	90,3	28	8	267,83	30	2	78,1	8	2	75,1	10	8	182,36	25	1	47,1	4
17	Sala da direção/chefia administrativa	1	45,9	6	1	17,2	1	1	49,7	6	0	-	-	1	22,9	4	0	-	-
18	Sala de reuniões	0	-	-	1	31,4	1	0	-	-	1	35,7	15	0	-	-	1	25,2	15
19	Sala de reuniões com videoconferência	0	-	-	0	-	-	1	32,3	20	0	-	-	1	59,6	24	0	-	-
20	Espaço para CPA	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
21	Datacenter	1	40,7	-	1	11,5	-	1	56,8	-	1	41	-	1	9,1	-	0	-	-
22	Auditório	0	-	-	1	339,1	170	0	-	-	0	-	-	1	190,6	155	0	-	-
23	Miniauditório	1	90,3	80	0	-	-	0	-	-	1	159,34	80	1	61,1	60	1	92,9	100
24	Área de Convivência para alunos	1	78,75	60	0	-	-	1	306,3	-	1	100	-	1	100	-	2	524,0	-
25	Espaço para Grêmios Estudantil e Centro Acadêmico	1	27,4	5	1	14,4	10	1	30,1	12	0	-	-	3	31,2	10	0	-	-
26	Sala de convivência para servidores	1	62,4	50	1	45	30	1	28,4	20	1	47,3	10	1	108,1	80	0	-	-
27	Cantina terceirizada	1	44,4	4	1	211,7	60	1	39,1	40	1	238,2	80	1	59,7	50	1	13,3	2
28	Refeitório para estudantes	0	-	-	0	0	0	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	131,29	200
29	Cozinha do refeitório	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	38,5	-
30	Copa dos servidores	0	-	-	1	20	-	1	2,3	-	0	-	-	1	56,3	-	0	-	-
31	Ginásio ou quadra coberta com vestiário	1	789,6	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	859,9	-	1	1.382	-
32	Outros espaços para a prática de atividades físicas	2	213,1	-	1	432	-	2	139,7	-	0	-	-	1	240,24	-	2	600	-
33	Espaço coberto multiuso	1	62,4	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	180	-	3	700	-
34	Recepção geral	0	-	-	1	6	-	1	22,9	-	0	-	-	1	8,83	-	0	-	-
35	Banheiros	12	274,1	80	16	221,5	60	13	175,6	53	24	167	60	13	254,6	30	10	113,3	40
36	Almoxarifado	5	112,5	-	1	20	2	1	57,2	3	2	96	4	3	243,8	-	1	18,3	-
37	Depósito de materiais e movimentação de patrimônio	2	182,88	-	1	10	-	0	-	-	0	-	-	1	49,1	-	0	-	-
38	Depósito de materiais esportivos	1	27,0	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	13	-	1	20	-
39	Vagas de estacionamento	222	4.937,7	222	200	3.000	200	54	648	54	190	7.000	190	1	350	20	0	-	-
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	6	114,5	6	1	30	4	0	-	-	0	-	-	1	216	5	0	-	-
41	Bicicletário	1	50,1	60	1	15	15	0	-	-	0	-	-	1	3	5	0	-	-
42	Instalações para servidores terceirizados	2	21,4	20	3	25	18	1	26,8	10	1	34,8	6	1	6	4	1	12,1	6
43	Depósito de materiais de limpeza	0	-	-	1	6	-	1	13	-	0	-	-	7	20,2	-	1	28,4	-
44	Portaria/Guarita com banheiro	1	77,7	2	1	28,5	-	1	12,3	-	1	111,1	-	1	12	-	0	-	-

244

sumário
capítulosumário
geral

Quadro 9.11 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus São Miguel do Oeste a Xanxerê

ITEM	SMO			TUB			URP			XXE			
	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	Unidades	Área	Capacidade	
1	Salas de aula > 40 lugares	13	815,2	40	2	109,3	80	5	289,6	40	10	641	435
2	Salas de aula < 40 lugares	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
3	Laboratório de EaD	1	57,1	40	0	-	-	1	17,4	8	1	12	5
4	Sala coletiva de professores	0	-	-	0	-	-	1	44,4	16	1	125	30
5	Salas de professores	6	217,3	48	1	31,9	22	0	-	-	0	-	-
6	Espaço para atendimento reservado	1	10,8	10	0	-	-	0	-	-	2	17	6
7	Espaço para atividades de monitoria	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
8	Secretaria acadêmica	1	45,5	4	1	25,3	16	1	44,4	2	1	44	10
9	Sala dos assistentes de alunos	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
10	Sala da equipe pedagógica	1	45,3	7	1	33,1	22	1	44,4	4	1	48	10
11	Salas de Coordenação de Curso, Nível ou Área	1	91	12	1	12,6	10	1	44,4	6	1	56	8
12	Lab. de informática, inclusão digital e ensino de línguas	3	186,7	103	0	-	-	1	54,8	24	2	124,1	72
13	Laboratórios temáticos	0	-	-	9	514	320	10	510	200	10	948	160
14	Sala do Núcleo de Acessibilidade Educacional	1	14,8	5	0	-	-	0	-	-	0	-	-
15	Sala da direção-geral	1	24	1	1	8,5	5	1	44,4	3	1	23,8	5
16	Salas administrativas	2	89	9	5	98,9	53	1	46,6	9	1	52,2	8
17	Sala da direção/chefia administrativa	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
18	Sala de reuniões	1	19	10	0	-	-	0	-	-	0	-	-
19	Sala de reuniões com videoconferência	0	-	-	1	24	16	0	-	-	1	23	16
20	Espaço para CPA	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
21	Datacenter	1	15,8	-	1	10,2	-	0	-	-	1	10,8	-
22	Auditório	1	286	171	0	-	-	0	-	-	0	-	-
23	Miniauditório	0	-	-	0	-	-	1	114,7	80	1	70	60
24	Área de Convivência para alunos	1	331	-	1	234	42	0	-	-	0	-	-
25	Espaço para Grêmios Estudantil e Centro Acadêmico	2	40	20	0	-	-	0	-	-	0	-	-
26	Sala de convivência para servidores	1	42	14	0	-	-	0	-	-	1	17,8	5
27	Cantina tercerizada	1	195	42	0	-	-	0	-	-	1	50	20
28	Refeitório para estudantes	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
29	Cozinha do refeitório	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
30	Copa dos servidores	0	-	-	1	17,8	-	1	21,8	-	1	13	-
31	Ginásio ou quadra coberta com vestiário	1	1.093	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
32	Outros espaços para a prática de atividades físicas	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
33	Espaço coberto multiuso	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
34	Recepção geral	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
35	Banheiros	15	191	52	8	65,5	15	10	99,1	26	16	240	55
36	Almoxarifado	1	34	-	1	16,3	10	1	29,6	-	1	12,5	-
37	Depósito de materiais e movimentação de patrimônio	1	24	-	0	-	-	0	-	-	1	11,2	-
38	Depósito de materiais esportivos	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	3	-
39	Vagas de estacionamento	82	2.500	82	1	2.854	68	27	364,8	27	89	1429	89
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	4	96	4	0	-	-	1	33,35	2	0	-	-
41	Bicicletário	1	4	8	0	-	-	1	6,8	10	2	10	10
42	Instalações para servidores terceirizados	0	-	-	0	-	-	1	17,4	11	1	18	5
43	Depósito de materiais de limpeza	1	29	-	1	5,9	-	0	-	-	1	2	-
44	Portaria/Guarita com banheiro	1	35	-	1	40,5	-	1	12,3	-	1	2	-

Quadro 9.12 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura: Câmpus Araranguá a Gaspar

Ambiente/Espaço	ARU		CAN		CCO		CDR		CRI		CTE		FLN		GAS		
	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	
1	Salas de aula ≥ 40 lugares	-	-	Exc	Suf	Exc	Exc	Ple	Suf	Exc	Exc	Exc	Exc	Exc	Exc	Suf	Ins
2	Salas de aula < 40 lugares	Suf	Ins	-	-	Ple	Ple	-	-	-	-	-	-	Exc	Exc	-	-
3	Laboratório de EaD	-	-	Suf	Suf	Ins	Ins	Suf	Suf	-	-	Suf	Suf	Suf	Suf	-	Suf
4	Sala coletiva de professores	Suf	Ple	-	-	Ins	Ins	Ple	Suf	Exc	Ple	Suf	Suf	Ple	Suf	Suf	Ins
5	Salas de professores	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	Suf	Suf	Ple	Ins	-	-
6	Espaço para atendimento reservado	Suf	Ins	Ins	Ins	-	-	-	-	Exc	Suf	Exc	Exc	Ple	Ins	Suf	Suf
7	Espaço para atividades de monitoria	-	-	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	Ple	Suf	Exc	Exc	Ple	Ins	Suf	Suf
8	Secretaria acadêmica	Suf	Ins	Ple	Ple	Ple	Ple	Exc	Ple	Ple	Ple	Exc	Exc	Ple	Suf	Suf	Suf
9	Sala dos assistentes de alunos	Suf	Suf	Ple	Ple	Suf	Suf	-	-	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Ins	Suf	Suf
10	Sala da equipe pedagógica	Suf	Suf	Exc	Suf	Ins	Ins	Exc	Exc	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Ple	Ple	Suf
11	Salas de coordenação de curso/área	Suf	Suf	Suf	Suf	Ins	Ins	Exc	Exc	Ple	Ple	Exc	Exc	Ple	Ple	Suf	Suf
12	Lab. informática e ensino de línguas	Ins	Ins	Suf	Suf	Ins	Ins	Exc	Ple	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Exc	Suf	Suf
13	Laboratórios temáticos	Suf	Ins	Ple	Suf	Ins	Ins	Exc	Ple	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Exc	Ins	Ins
14	Núcleo de Acessibilidade Educacional	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-	Ple	Exc	Ple	Suf
15	Sala da direção-geral	Suf	Suf	Ple	Ple	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Suf	Exc	Exc	Ple	Ple	Ple	Ple
16	Salas administrativas	Suf	Ins	Ple	Ple	Ins	Ins	Exc	Ple	Suf	Ins	Exc	Exc	Ple	Ple	Suf	Suf
17	Sala da direção/chefia administrativa	Suf	Suf	Ple	Suf	Suf	Suf	-	-	-	-	Exc	Exc	-	-	Ple	Ple
18	Sala de reuniões	Suf	Suf	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	Exc	Exc	Ple	Ple	Ple	Suf
19	Sala de reuniões c/ videoconferência	Suf	Suf	Suf	Suf	Ins	Ins	Exc	Exc	Ple	Suf	-	-	Ple	Ple	Suf	Suf
20	Espaço para a CPA	Suf	Suf	Suf	Suf	-	-	-	-	Ple	Suf	Exc	-	-	-	Ple	Ple
21	Datacenter	Suf	Suf	Ple	Suf	Ins	Ins	Exc	Ple	Ple	Suf	Exc	Exc	Ple	Ple	Ple	Ins
22	Auditório	Suf	Suf	Suf	Suf	-	-	-	-	Ple	Ins	Exc	Exc	Exc	Ins	Suf	Ins
23	Miniauditório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Exc	Exc	Ple	Suf	-	-
24	Área de convivência para alunos	Suf	Ins	Ple	Ple	-	-	Suf	Ins	-	-	-	-	Ple	Ins	Ple	Ins
25	Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico	Suf	Ins	-	-	Ins	Ins	-	-	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Suf	Ple	Exc
26	Sala de convivência para servidores	Ple	Ple	Ple	Ple	-	-	Exc	Suf	Suf	Suf	-	-	Suf	Suf	Ple	Ins
27	Cantina tercerizada	Suf	Ins	Ple	Ple	Ins	Ins	Suf	Suf	Ple	Ins	Exc	Exc	Ple	Suf	Ple	Ins
28	Refeitório para estudantes	Ple	Ple	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	Exc	Exc	Ple	Ins	-	-
29	Cozinha do refeitório	Ple	Ple	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	Suf	-	-
30	Copa dos servidores	Suf	Suf	-	-	-	-	Ple	Suf	-	-	-	-	Suf	Ple	Ple	Suf
31	Ginásio/quadra coberta com vestiário	Suf	Ple	-	-	-	-	-	-	Suf	Suf	-	-	Ple	Suf	Suf	Ple
32	Outros espaços para atividade física	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	Ple	Ins	-	-	-	-	Ple	Suf	Ins	Ins
33	Espaço coberto multiuso	Suf	Suf	-	-	-	-	Ple	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Recepção geral	-	-	-	-	-	-	-	-	Ins	Ins	-	-	Ple	Suf	Exc	Exc
35	Banheiros	Suf	Ins	Suf	Suf	Ple	Ple	Ple	Suf	Ins	Suf	Exc	Exc	Suf	Ins	Suf	Suf
36	Almoxarifado	Suf	Ins	-	-	Suf	Suf	Exc	Ple	Ins	Ins	Exc	Exc	Ple	Suf	Ins	Ins
37	Depósito materiais e mov. patrimônio	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	Exc	Exc	Suf	Suf	-	-
38	Depósito de materiais esportivos	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	Ins	Ins	Suf	Suf	-	-	Suf	Suf	Exc	Exc
39	Vagas de estacionamento	Ple	Ple	Ins	Ins	Ins	Ins	Suf	Suf	Ins	Ins	Exc	Exc	Ple	Ins	Ins	Ins
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	Suf	Suf	Suf	Suf	-	-	Exc	Exc	Ins	Suf	Exc	Exc	Ple	Suf	Suf	Ple
41	Bicicletário	Suf	Ins	Ins	Ins	Suf	Suf	Ple	Ins	-	-	-	-	Suf	Ins	Suf	Suf
42	Instalações p/ servidores tercerizados	Suf	Ins	Suf	Suf	Suf	Suf	Exc	Exc	Suf	Ins	Exc	Exc	Ins	Ins	Suf	Suf
43	Depósito de materiais de limpeza	Suf	Suf	Suf	Suf	Ins	Ins	Exc	Exc	Suf	Suf	Exc	Exc	Suf	Ple	Ple	Ple
44	Portaria ou guarita com banheiro	Ins	Ins	Exc	Ple	Ple	Ple	Exc	Exc	Ins	Suf	-	-	Ins	Ins	Ple	Ple

246

sumário capítulo

sumário geral

Quadro 9.13 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura: Câmpus Garopaba a São Carlos

Ambiente/Espaço		GPB		ITJ		JAR		JLE		LGS		PHB		RAU		SCA	
		Estado	Atendimento														
1	Salas de aula ≥ 40 lugares	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Ins	Ple	Suf	Ple	Suf	Ple	Suf	Ple	Suf	-	-
2	Salas de aula < 40 lugares	Suf	Suf	Ple	Ple	Ple	Ins	Suf	Suf	Ple	Suf	Ple	Suf	Suf	Ins	Suf	Suf
3	Laboratório de EaD	Suf	Suf	Suf	Suf	Ple	Ins	-	-	Ple	Suf	Exc	Suf	Suf	Suf	-	Ins
4	Sala coletiva de professores	Suf	Ins	Ins	Ins	Ple	Ins	Ins	Ins	Ple	Suf	-	-	Suf	Ins	Suf	Suf
5	Salas de professores	-	-	-	-	-	-	Ins	Ins	-	-	Ple	Suf	-	-	-	-
6	Espaço para atendimento reservado	Suf	Ins	Ple	Suf	Ple	Ins	-	-	Suf	Suf	Exc	Suf	Suf	-	-	-
7	Espaço para atividades de monitoria	-	-	Exc	Exc	Ple	Ins	Ple	Ple	-	Ins	-	-	-	-	-	-
8	Secretaria acadêmica	Suf	Ins	Ple	Ple	Ple	Ins	Suf	Suf	Ple	Ple	Ple	Suf	Suf	Ins	Suf	Suf
9	Sala dos assistentes de alunos	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	Ple	Suf	-	-	Ins	Ins
10	Sala da equipe pedagógica	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Ins	Ins	Ins	Ple	Ple	Exc	Suf	Suf	Suf	Ins	Ins
11	Salas de coordenação de curso/área	Suf	Suf	Suf	Suf	Exc	Ins	-	-	Ple	Suf	Exc	Suf	Suf	Ins	Suf	Suf
12	Lab. informática e ensino de línguas	Ins	Ins	Suf	Suf	Ple	Ins	Ins	Ins	Suf	Ins	Ple	Ple	Suf	Suf	Suf	Suf
13	Laboratórios temáticos	Ins	Ins	Ple	Ple	Suf	Ins	Ins	Ins	Suf	Ins	Ple	Ple	-	-	Suf	Suf
14	Núcleo de Acessibilidade Educacional	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Sala da direção-geral	Suf	Suf	Suf	Ple	Exc	Exc	Suf	Suf	Ple	Suf	Exc	Exc	Suf	Suf	Suf	Suf
16	Salas administrativas	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Ins	Suf	Suf	Ple	Suf	-	-	Suf	Ins	Ins	Ins
17	Sala da direção/chefia administrativa	-	-	Suf	Suf	Exc	Suf	Ins	Ins	Ple	Suf	Exc	Exc	-	-	-	-
18	Sala de reuniões	Ins	Ins	Exc	Exc	Ple	n.a.	-	-	Ple	Suf	-	-	-	-	-	-
19	Sala de reuniões c/ videoconferência	Suf	Ins	Exc	Exc	Ple	Ple	-	-	-	-	Exc	Ple	Suf	Ins	Ins	Ins
20	Espaço para a CPA	-	-	Suf	Suf	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Datacenter	Suf	Suf	Ins	Ins	Ple	Suf	Ins	Ins	Suf	Suf	Exc	Ple	Suf	Suf	Suf	Suf
22	Auditório	Suf	Ins	Exc	Ple	Ple	Ins	-	-	Suf	Suf	-	-	-	-	-	-
23	Miniauditório	-	-	Exc	Exc	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-
24	Área de convivência para alunos	Suf	Suf	Ins	Ins	Ins	Ins	-	-	-	-	Suf	Suf	Suf	Ins	Suf	Suf
25	Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico	Suf	Ins	Ins	Ins	Ins	Ins	Ple	Suf	Suf	Ins	Exc	Exc	Suf	Suf	-	-
26	Sala de convivência para servidores	Ins	Suf	-	-	Ple	Suf	Ple	Suf	Suf	Suf	Ple	Ple	-	-	Suf	Suf
27	Cantina terceirizada	Ins	Ins	Exc	Exc	Ple	Ins	Ins	Ins	Suf	Suf	Ins	Suf	Suf	Suf	Suf	Suf
28	Refeitório para estudantes	Ins	Ins	-	-	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-
29	Cozinha do refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30	Copa dos servidores	-	-	Suf	Suf	Ple	Suf	-	-	Suf	Suf	-	-	Suf	Ins	Ins	Ins
31	Ginásio/quadra coberta com vestiário	-	-	Exc	Exc	Exc	Ins	Ple	Suf	-	-	-	-	-	-	-	-
32	Outros espaços para atividade física	-	-	-	-	-	-	Ple	Suf	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Espaço coberto multiuso	-	-	Ple	Ple	-	-	Ple	Suf	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Recepção geral	-	-	Ins	Ins	Ple	Suf	-	-	Suf	Suf	Exc	Ple	Suf	Suf	-	-
35	Banheiros	Ple	Ple	Suf	Suf	Ple	Ins	Suf	Suf	Suf	Suf	Exc	Exc	Ple	Ple	Suf	Suf
36	Almoxarifado	Ple	Ins	Suf	Suf	Ple	Suf	Ple	Suf	Ins	Ins	-	-	Suf	Suf	Suf	Suf
37	Depósito materiais e mov. patrimônio	Ins	Ins	Ins	Ins	Suf	Ins	Ple	Suf	Ins	Ins	-	-	-	-	-	Ins
38	Depósito de materiais esportivos	Suf	Ins	Suf	Suf	Suf	Ins	Ple	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-
39	Vagas de estacionamento	Ple	Ple	Suf	Suf	Ins	Ins	Ins	Ins	Ins	Ins	Suf	Suf	Suf	Ins	Suf	Suf
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	Ple	Ple	Ins	Ins	Exc	Exc	Suf	Suf	Suf	Suf	-	-	Suf	Suf	-	-
41	Bicicletário	Suf	Ins	Exc	Exc	Ins	Ins	-	Ins	Ins	Ins	-	-	Ins	Ins	-	-
42	Instalações p/ servidores terceirizados	Ple	Ple	Ple	Ple	Ple	Suf	Ins	Ins	Ins	Ins	Ple	Exc	Suf	Ins	Ins	Ins
43	Depósito de materiais de limpeza	Suf	Suf	Ins	Ins	Suf	Suf	-	-	Ins	Ins	Suf	Ins	-	-	-	-
44	Portaria ou guarita com banheiro	Ple	Ins	Exc	Exc	Ple	Suf	Ins	Suf	Suf	Suf	Exc	Exc	Suf	Suf	Suf	Suf

Quadro 9.14 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura Câmpus São José a Xanxerê

Ambiente/Espaço	SJE		SLO		SMO		TUB		URP		XXE		
	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	Estado	Atendimento	
1	Salas de aula ≥ 40 lugares	-	-	Ins	Ins	Suf	Suf	Exc	Ins	Exc	Exc	Suf	Suf
2	Salas de aula < 40 lugares	Ins	Ins	Ins	Ins	-	-	-	-	-	Ple	-	-
3	Laboratório de EaD	-	-	-	-	Suf	Suf	-	-	Suf	-	Ins	Ins
4	Sala coletiva de professores	Suf	Ple	Suf	Ins	-	-	-	-	Suf	Ins	Suf	Ins
5	Salas de professores	Ins	Ins	-	-	Ple	Ple	Ins	Ins	-	-	-	-
6	Espaço para atendimento reservado	Ins	Ins	-	-	Suf	Suf	-	-	-	n.a.	Ins	Ins
7	Espaço para atividades de monitoria	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-
8	Secretaria acadêmica	Exc	Exc	Suf	Ins	Suf	Suf	Exc	Suf	Ple	Suf	Suf	Suf
9	Sala dos assistentes de alunos	Ple	Ple	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Sala da equipe pedagógica	Ins	Ins	Suf	-	Ple	Ple	Ins	Ins	Suf	Ins	Ple	Ple
11	Salas de coordenação de curso/ área	Suf	Suf	-	-	Exc	Exc	Ins	Ins	Ple	Ins	Suf	Suf
12	Lab. informática e ensino de línguas	Suf	Ins	Suf	Ins	Suf	Suf	-	-	Ins	Suf	Suf	Ins
13	Laboratórios temáticos	Ins	Ins	-	-	-	-	Ins	Ins	Ple	Ple	Suf	Ins
14	Núcleo de Acessibilidade Educacional	-	-	-	-	Suf	Suf	-	-	-	-	-	-
15	Sala da direção-geral	Exc	Exc	Suf	Ins	Ple	Ple	Suf	Suf	Exc	Exc	Suf	Suf
16	Salas administrativas	Suf	Suf	Ins	Ins	Ple	Suf	Ins	Ins	Suf	Suf	Suf	Ins
17	Sala da direção/chefia administrativa	Suf	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	Sala de reuniões	-	-	Suf	Ins	Ple	Ple	-	-	-	-	-	-
19	Sala de reuniões c/ videoconferência	Ins	Ins	-	-	-	-	Suf	Suf	-	-	Suf	Suf
20	Espaço para a CPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Datacenter	Ins	Ins	-	-	Exc	Ple	Suf	Suf	-	-	Ins	Ins
22	Auditório	Suf	Suf	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-
23	Miniauditório	Suf	Suf	Suf	Suf	-	-	-	-	Ple	Suf	Suf	Suf
24	Área de convivência para alunos	Suf	Suf	Suf	Ins	Suf	Suf	Suf	Suf	-	-	-	-
25	Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico	Ins	Ins	-	-	Suf	Ins	-	-	-	-	-	-
26	Sala de convivência para servidores	Ins	Ins	-	-	Suf	Suf	-	-	-	-	Suf	Suf
27	Cantina terceirizada	Ins	Ins	Ins	Ins	Ple	Ple	-	-	-	-	Ins	Ins
28	Refeitório para estudantes	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-
29	Cozinha do refeitório	-	-	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	Ins	Ins
30	Copa dos servidores	Ins	Ins	-	-	-	-	Ins	Ins	Ple	Ins	Suf	Suf
31	Ginásio/quadra coberta com vestiário	Ins	Suf	Ins	Ins	Ple	Suf	-	-	-	-	-	-
32	Outros espaços para atividade física	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Espaço coberto multiuso	Suf	Suf	Ins	Ins	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Recepção geral	Ple	Ple	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35	Banheiros	Suf	Suf	Suf	Ins	Ple	Suf	Suf	Suf	Ple	Suf	Ple	Ple
36	Almoxarifado	Ins	Suf	Suf	Ins	Ple	Suf	Suf	Suf	Ple	Ins	Suf	Ins
37	Depósito materiais e mov. patrimônio	Ins	Ins	-	-	Ple	Suf	-	-	-	-	Ins	Ins
38	Depósito de materiais esportivos	Ple	Ple	Suf	Suf	-	-	-	-	-	-	Suf	Ins
39	Vagas de estacionamento	Ins	Ins	-	-	Suf	Suf	Suf	Suf	Ple	Ins	Ple	Ins
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	Exc	Exc	-	-	Suf	Ins	-	-	Ple	Ins	-	-
41	Bicicletário	Suf	Suf	-	-	Ins	Ins	-	-	Ple	Suf	Suf	Ins
42	Instalações p/ servidores terceirizados	Ins	Ins	Suf	Ins	-	-	-	-	Exc	Ins	Suf	Ins
43	Depósito de materiais de limpeza	Ple	Ple	Suf	Suf	Ple	Ple	Suf	Suf	-	-	Suf	Ins
44	Portaria ou guarita com banheiro	Ple	Ple	-	-	Suf	Suf	Suf	Suf	Exc	Exc	Ins	Suf

Quadro 9.15 - Diagnóstico Quantitativo e Qualitativo Infraestrutura da Reitoria

Item	Descrição do ambiente			Avaliação do ambiente		
	Unidades	Área	Capacidade	Estado	Atendimento	
1	Salas administrativas	47	1.195,7	235	Ins	Ins
2	Vagas de estacionamento para uso geral	103	1334,1	-	Exc	Exc
3	Vagas cobertas para veículos oficiais	4	48	-	Ple	Ple
4	Bicicletário	1	33,6		Exc	Exc
5	Recepção geral	1	7,6	1	Ple	Ple
6	Protocolo geral	1	26,8	4	Ple	Ple
7	Auditório	1	141,2	121	Ins	Suf
8	Sala de controle de som/iluminação - Auditório	1	9	1	Suf	Ins
9	Hall do auditório	1	20,6	-	Ple	Ins
10	Sala de Conselhos com videoconferência	1	85,7	54	Exc	Exc
11	Sala de Reuniões com videoconferência	1	44,2	11	Ple	Exc
12	Almoxarifado	1	15,1	-	Ins	Ins
13	Sala de Manutenção	1	7,3	-	Suf	Suf
14	Copa dos servidores	2	29,9	18	Suf	Suf
15	Sala de baterias do datacenter	1	8,1	-	Suf	Suf
16	Datacenter	1	21,6	-	Ins	Ins
17	Banheiros	3	145	65	Ple	Suf
18	Depósitos	8	211,8	-	Ins	Ins
19	Arquivos Setoriais	15	416,4	-	Suf	Suf
20	Instalações para funcionários terceirizados	3	35,7	17	Ple	Ple
21	Ambientes SIASS	8	82,3	11	Suf	Suf

Quadro 9.16 - Diagnóstico Quantitativo e Qualitativo Infraestrutura do Cerfead

ITEM	Descrição do Ambiente			Avaliação do Ambiente	
	Unidades	Área	Capacidade	Estado	Atendimento
1	Salas de aula ≥ 40 lugares	0	-	-	-
2	Salas de aula < 40 lugares	1	40	Suf	Ins
3	Laboratório de EaD	1	40	Suf	Ins
4	Sala coletiva de professores	4	80	Suf	Ins
5	Salas de professores	0	-	-	-
6	Espaço para atendimento reservado	2	8	Suf	Ins
7	Espaço para atividades de monitoria	2	8	Suf	Ins
8	Secretaria acadêmica	1	12	Ple	Suf
9	Sala dos assistentes de alunos	0	-	-	-
10	Sala da equipe pedagógica	1	8	Ins	Suf
11	Salas de coordenação de curso/área	1	8	Suf	Ins
12	Lab. informática e ensino de línguas	0	-	-	-
13	Laboratórios temáticos	3	27	Suf	Suf
14	Núcleo de Acessibilidade Educacional	0	-	-	-
15	Sala da direção-geral	1	20	Ple	Suf
16	Salas administrativas	4	80	Ple	Ins
17	Sala da direção/chefia administrativa	0	-	-	-
18	Sala de reuniões	0	-	Ins	-
19	Sala de reuniões c/ videoconferência	1	60	Ple	Ins
20	Espaço para a CPA	0	-	-	-
21	Datacenter	1	9	Suf	Ins
22	Auditório	0	-	-	-
23	Miniauditório	0	-	-	-
24	Área de convivência para alunos	0	-	-	-
25	Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico	0	-	-	-
26	Sala de convivência para servidores	0	-	-	-
27	Cantina tercerizada	0	-	-	-
28	Refeitório para estudantes	0	-	-	-
29	Cozinha do refeitório	0	-	-	-
30	Copa dos servidores	1	4	Ins	Ins
31	Ginásio/quadra coberta com vestiário	0	-	-	-
32	Outros espaços para atividade física	0	-	-	-
33	Espaço coberto multiuso	0	-	-	-
34	Recepção geral	0	-	-	-
35	Banheiros	7	28	Suf	Suf
36	Almoxarifado	0	-	-	-
37	Depósito materiais e mov. patrimônio	0	-	-	-
38	Depósito de materiais esportivos	0	-	-	-
39	Vagas de estacionamento	14	42	Ins	Ins
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	0	-	-	-
41	Bicicletário	0	-	-	-
42	Instalações p/ servidores tercerizados	0	-	-	-
43	Depósito de materiais de limpeza	1	4	Ins	Ins
44	Portaria ou guarita com banheiro	0	-	-	-

250

sumário
capítulosumário
geral

Quadro 9.17 - Laboratórios Câmpus Araranguá

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Eletrotécnica	PROEJA FIC - Vestuário	TEC - Eletromecânica	TEC - Eletrotécnica	TEC - Produção de moda	TEC - Têxtil	TEC - Vestuário	LIC - Física	CST - Design de moda	CST - Produção têxtil	
Existente	Fotografia	20					x				x		
	Estamparia			x				x	x		x	x	
	Beneficiamento	15		x				x	x		x	x	
	Mecânica de Costura	20		x				x	x			x	
	Costura I	20		x			x	x	x		x	x	
	Malharia	20		x				x	x		x	x	
	Fios e Fibras	8		x				x	x		x	x	
	Eletrotécnica	16			x								
	Hidráulica e Pneumática	16			x								
	Usinagem Cnc	16			x								
	Materiais	8			x								
	Eletrônica	16			x								
	Metrologia	16			x								
	Instalações Elétricas	16			x								
	Automação	16			x								
	Biologia	18		x						x			x
	Química	18		x						x			x
	Soldagem	16				x							
	Física I	32		x	x				x	x	x		
	Física II	24		x	x				x	x	x		
	Informática I	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	CAD	32	x	x	x		x	x	x	x		x	x
	Experimentação Em Ensino De Física	30		x	x					x	x		
	Desenho	36		x	x		x			x		x	
	Computação Gráfica	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Modelagem I	20		x					x	x		x	x
Tecnologias Assistivas e Produção De Mídias	6	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Modelagem II	20		x						x		x		
Costura II	20		x						x		x		
Usinagem I	16				x								

Quadro 9.18 - Laboratórios Câmpus Caçador

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Informática	PROEJA FIC - Plásticos	TEC - Administração	TEC - Desenvolvimento de sistemas	TEC - Eletromecânica	TEC - Informática	TEC - Logística	TEC - Plásticos	LIC - Ciências da natureza	CST - Processos gerenciais	BAC - Engenharia de produção	BAC - Sistemas de informação
Existente	Informática 1	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	35	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Caracterização	18		x			x			x			x	
	Soldagem e Usinagem	20					x						x	
	CNC	20					x							
	Processamento	20		x			x			x			x	
	Informática 3	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 4	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Física	20	x	x	x		x	x		x	x		x	
	Elétrica	15					x						x	
	Automação	20					x						x	
	Química	25	x	x	x		x	x		x	x		x	
	Arquitetura de Computadores	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 5	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Informática 6	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	

Quadro 9.19 - Laboratórios Câmpus Canoinhas

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Alimentos	PROEJA FIC - Infraestrutura	TEC – Agroecologia	TEC – Alimentos	TEC – Edificações	TEC – Informática	TEC – Manutenção E Suporte em informática	CST – Alimentos	CST - Análise e desenvolvimento de sistemas	BAC – Agronomia	BAC – Engenharia Civil
Existente	Informática 11	30	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x
	Informática 12	20			x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 13	30			x	x	x		x		x		
	Informática 14	30			x	x	x		x	x	x	x	x
	Informática 15	20	x	x			x		x		x		x
	Redes	24							x		x		
	Hardware	20							x				
	Processamento de Panificação e Laticíneos	20	x		x	x				x			
	Processamento de Carnes e Vegetais	20	x		x	x				x		x	
	Análise Físico Química	20	x		x	x	x			x		x	
	Ciências Da Natureza	20	x		x	x				x			
	Análise De Alimentos	20	x			x				x			
	Microbiologia	20	x			x				x		x	
	Análise Sensorial	20	x			x				x		x	
	Fitossanidade	20	x			x				x		x	
	Produção Vegetal	20			x					x		x	
	Instalações Elétricas	20		x				x					
	Práticas Construtivas	20		x				x					x
	Instalações Hidrossanitárias	20		x				x					x
	Materiais	20		x				x					x
Desenho	20		x				x					x	
Artes	32	x	x	x	x	x						x	
Sala Multimídias	20												
Solos – Construção Civil	20		x				x				x	x	
Previsto	Solos	20	x		x							x	
	Botânica	20	x		x							x	

Quadro 9.20 - Laboratórios Câmpus Chapecó

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Comércio	TEC - Eletroeletrônica	TEC - Eletromecânica	TEC - Informática	TEC - Mecânica	TEC - Segurança do Trabalho	TEC - Sistemas de Energia renovável	BAC - Engenharia de controle e automação	MES – Ensino
Existente	Ciências	25			x	x	x	x	x	x	
	Instalações elétricas	20		x	x		x		x	x	
	Máquinas elétricas	15		x	x				x	x	
	Acionamentos elétricos	18		x	x		x		x	x	
	Eletrônica analógica	18		x	x				x	x	
	Eletrônica digital e de Potência	18		x	x				x	x	
	Materiais de construção Mecânica	20			x		x			x	
	Usinagem	24			x		x			x	
	Comando numérico Computadorizado	20			x		x			x	
	Metrologia Dimensional	20			x		x			x	
	Máquinas térmicas	15			x		x				
	Soldagem	23			x		x			x	
	Ajustagem mecânica	24			x		x			x	
	Ajustagem e conformação	22			x		x			x	
	Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos	20		x	x		x			x	
	Projeto integrador	30								x	
	Automação e redes Industriais	20								x	
	Instrumentação e controle Industrial	20								x	
	Robótica	20								x	
	Previsto	Informática 1	25	x	x	x	x	x	x	x	x
Informática 2		20	x	x	x	x	x	x	x	x	
Informática 3		40	x	x	x	x	x	x	x	x	
Informática 4		35	x	x	x	x	x	x	x	x	
Informática 5		20	x	x	x	x	x	x	x	x	
Segurança do trabalho		25	x	x	x		x	x	x	x	
Bicombustíveis		20							x		
Geração de Energia Renovável		20		x	x				x	x	

Quadro 9.21 - Laboratórios Câmpus Criciúma

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Edificações	TEC - Eletromecânica	TEC - Eletrotécnica	TEC - Mecatrônica	TEC - Meio ambiente	TEC - Química	TEC - Segurança do trabalho	LIC - Química	BAC - Engenharia civil	BAC - Engenharia mecatrônica	MES - Processos industriais
Existente	Comandos e Acionamentos	20		x	x	x						x	x
	Informática Industrial	20		x	x	x						x	x
	Automação da Manufatura	20		x	x	x						x	x
	Sistemas Digitais e Sistemas Embarcados	18		x	x	x						x	x
	Eletrônica e Medida	20		x	x	x						x	x
	Hidráulica e Pneumática	20		x	x	x						x	x
	Física	25	x	x		x		x	x	x	x	x	
	Biologia e Bioquímica	25	x	x		x	x	x	x	x			x
	Química Orgânica e Físico-Química	25	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
	Química Inorgânica e Analítica	25	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
	Mecânica	20		x	x	x						x	x
	Instalações Elétricas	20	x	x	x	x					x	x	x
	Sistemas Estruturais e Instalações Hidrossanitárias	20	x					x			x		x
	Soldagem	12		x		x						x	
	Processos Químicos	20					x	x		x	x	x	x
	Canteiro de Obras	25	x								x		
	Solos e Materiais da Construção Civil	25	x						x		x		x
	Sistemas Construtivos	25	x								x		
	Informática I	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática III	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Desenho I	20	x	x		x						x	x
	Desenho II	20	x	x		x						x	x
	Topografia e Segurança do Trabalho	20	x							x		x	
	Projetos	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Maquetes	40	x							x		x	
	Matemática	20	x	x		x			x	x	x	x	
Linguagens	15	x	x		x			x	x	x			
Ateliê de artes	25	x			x			x		x			
Didático-pedagógico	40									x			
Sistemas Elétricos de Potência	40			x	x								

Quadro 9.22 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Construção Civil

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Agrimensura	TEC - Edificações	TEC - Meio ambiente	TEC - Saneamento	BAC - Engenharia civil
Existente	Solos e tecnologia dos materiais	20	x	x	x	x	x
	Técnicas construtivas (canteiro de obras)	20	x	x	x	x	x
	Automação (instalação elétrica)	20	x	x	x	x	x
	Instalação hidrossanitária	15	x	x	x	x	x
	Automação topográfica	10	x	x	x	x	x
	Geoprocessamento	15	x	x	x	x	x

Quadro 9.23 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Eletrônica

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Eletrônica	CST - Eletrônica industrial	BAC - Engenharia eletrônica
Existente	Processamento Eletrônico de Energia	15	x	x	x
	Lógica Discreta	20	x	x	x
	Lógica Discreta	20	x	x	x
	Eletrônica Digital	20	x	x	x
	Eletrônica de Potência	20	x	x	x
	Microprocessadores	20	x	x	x
	Sistemas Informatizados	20	x	x	x
	Sistemas Computacionais	20	x	x	x
	Pesquisa e Desenvolvimento em Eletrônica	12	x	x	x
	Pesquisa Avançada em Eletrônica	12	x	x	x
	Compatibilidade Eletromagnética	10	x	x	x
	Eletrônica Digital	20	x	x	x
	Processamento de Sinais Digitais	20	x	x	x
	Lógica Discreta	20	x	x	x
	Protótipos	40	x	x	x

Quadro 9.24 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Eletrotécnica

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Eletrotécnica	CST - Sistemas de energia	BAC - Engenharia elétrica	MES - Engenharia elétrica
Existente	Sistemas de potência	36	x	x	x	x
	Circuitos Elétricos	36	x	x	x	x
	Eletromagnetismo	36	x	x	x	x
	Recursos multimídias	40	x	x	x	x
	Instalações elétricas	18	x	x	x	x
	Comandos industriais	18	x	x	x	x
	Máquinas elétricas	18	x	x	x	x
	Manutenção eletromecânica	18	x	x	x	x
	Medidas elétricas	18	x	x	x	x

Quadro 9.25 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Edificações	TEC - Eletrônica	TEC - Eletrotécnica	TEC - Meio ambiente	TEC - Meteorologia	TEC - Química	TEC - Saneamento	CST - Design de produto	CST - Eletrônica industrial	CST - Gestão da tecnologia da Informação	CST - Radiologia	CST - Sistemas de energia	BAC - Design	BAC - Engenharia civil	BAC - Engenharia elétrica	BAC - Engenharia eletrônica	BAC - Engenharia mecatrônica	MES - Clima e ambiente
Existente	Música	16	x	x	x			x	x											
	Teatro	10	x	x	x			x	x											
	Artes Visuais	14	x	x	x			x	x											
	Biologia	16	x	x	x			x	x				x							
	Imagem e Oralidade 1	24	x	x	x			x	x											
	Imagem e Oralidade 2	24	x	x	x			x	x											
	Labtexto	24	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Química Analítica	18	x	x	x			x	x							x	x	x	x	
	Química Orgânica	24	x	x	x			x	x											
	Processos Químicos e Biológicos	15						x	x											
	Química Geral	12	x	x	x			x	x							x	x	x	x	
	Matemática 1	20	x	x	x			x	x		x		x	x		x	x	x	x	x
	Matemática 2	30	x	x	x			x	x		x		x	x		x	x	x	x	x
	Física 1	40	x	x	x			x	x											
	Física 2	24														x	x	x	x	
	Línguas Estrangeiras 1	32	x	x	x		x	x	x		x	x	x							
	Línguas Estrangeiras 2	32	x	x	x		x	x	x		x	x	x							
	Línguas Estrangeiras 3	32	x	x	x		x	x	x		x	x	x							
Estudos da Visualidade	30	x	x	x			x	x												
Informática	30	x	x	x			x	x												

Quadro 9.26 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Metal-Mecânica

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Manutenção automotiva	TEC - Mecânica	CST - Design de produto	BAC - Design	BAC - Engenharia mecatrônica	MES - Clima e ambiente
Existente	Máquinas Operatrizes	60	x	x	x	x	x	
	Automação da Manufatura	20	x	x	x	x	x	
	Automação da Manufatura	20	x	x	x	x	x	
	Materiais	20	x	x	x	x	x	x
	Manutenção Mecânica	20	x	x	x	x	x	
	Motores	18	x				x	
	Manutenção Autoveicular	18	x					
	Sistemas automotivos	18	x				x	
	Metrologia	15	x	x	x	x	x	
	Metrologia	15	x	x	x	x	x	
	Soldagem	15	x	x	x	x	x	
	Soldagem	15	x	x	x	x	x	
	Controle e sistemas embarcados	18					x	
	Informática industrial	18					x	
	Acionamentos	18					x	
	P&D	20					x	
	Eletrônica Geral	18					x	
	Simulação e computação	18	x	x	x	x	x	
	Projetos integradores	20					x	
	Modelagem	18			x	x		
	Modelagem	18			x	x		
	Fotografia	18			x	x		
	Computação Gráfica	18	x	x	x	x	x	
Desenvolvimento de produto	18			x	x			
Projetos	15	x	x	x	x	x		
Hidráulica e pneumática	20	x	x	x	x	x		

Quadro 9.27 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Saúde e Serviços

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Desenvolvimento de sistemas	TEC - Enfermagem	TEC - Meteorologia	TEC - Segurança do trabalho	CST - Gestão da tecnologia da Informação	CST - Radiologia	MES - Clima e ambiente	MES - Proteção radiológica
Existente	Bacteriologia	15							x	
	Ecotoxicologia	15							x	
	Educação ambiental	20							x	
	Modelos e Simulações	30		x						
	Semiotécnica	30		x						
	Alta Complexidade	20		x						
	Odontologia e Proteção Radiológica	5						x		x
	Anatomia	40						x		x
	Imagenologia	20						x		x
	Densitometria Óssea	20						x		x
	Mamografia	20						x		x
	Radiologia	40						x		x
	Instrumentação Meteorológica	20			x				x	
	Aplicativos Meteorológicos	25			x				x	
	Primeiros Socorros	30		x		x			x	
	Desenho DASS	30				x			x	
	Estação Meteorológica	20			x				x	
	Informática DASS 1	30	x				x			
	Informática DASS 2	30	x				x			
	Informática DASS 3	30	x				x			
Informática DASS 4	30	x				x				
Informática DASS 5	30	x				x				
Informática DASS 6	30	x			x	x				
Informática DASS 7	30	x	x	x	x	x	x	x	x	

260

sumário
capítulosumário
geral

Quadro 9.28 - Laboratórios Câmpus Florianópolis-Continente

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Panificação	PROEJA FIC - Turismo, hospitalidade e lazer	TEC - Confeitaria	TEC - Cozinha	TEC - Eventos	TEC - Guia de turismo	TEC - Informática para Internet	TEC - Nutrição e dietética	TEC - Restaurante e bar	TEC - Panificação	CST - Gastronomia	CST - Gestão de turismo	CST - Hotelaria
Existente	Informática 1	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Produção	40			x	x					x	x	x		x
	Habilidades básicas	40				x				x			x		
	Panificação	20			x							x	x		
	Confeitaria	20			x							x	x		
	Restaurante 1	40	x		x	x	x			x		x	x		x
	Bebidas e Análise sensorial	40			x					x		x	x		
Previsto	Informática 3	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Restaurante 2	40	x		x	x	x			x		x	x		x
	Cozinha Regional	40				x				x			x		
	Microbiologia	20	x		x					x		x	x		
	Tecnologia de alimentos	20	x		x					x		x	x		
	Governança	20													x

Quadro 9.29 - Laboratórios Câmpus Garopaba

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Panificação	TEC - Administração	TEC - Biotecnologia	TEC - Controle ambiental	TEC - Cozinha	TEC - Guia de turismo	TEC - Informática	TEC - Restaurante e bar	CST - Análise e desenvolvimento De sistemas	CST - Gestão ambiental	CST - Gestão de turismo	MES - Clima e ambiente
Existente	Informática 1	30	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Informática 2	30							x		x			
	Informática 3	30							x		x			
	Informática 4	30							x		x			
	Manutenção e Hardware	25							x		x			
	Química e Bioquímica	25			x	x	x	x		x		x		
	Citologia e Histologia	25			x	x	x			x		x		x
	Biociências	25			x	x						x		
	Águas e efluentes	25			x	x		x				x	x	
	Meio Ambiente e Geomática	25			x	x		x				x		
	Alimentos e Bebidas	25	x		x			x		x			x	
Previsto	Reservas e Hospedagem	30											x	
	Sala de esterilização	25			x	x	x			x				
	Informática 5	30							x		x			

Quadro 9.30 - Laboratórios Câmpus Gaspar

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROJEJA FIC - Administração	TEC - Administração	TEC - Informática	TEC - Modelagem do vestuário	TEC - Produção de moda	TEC - Química	TEC - Vendas	CST - Análise e desenvolvimento De sistemas	CST - Design de moda	CST - Gestão pública	CST - Processos gerenciais	MES - Ensino
Existente	Informática 1	40												
	Informática 2	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 3	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 4	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 5	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 6	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 7	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Práticas artísticas	40			x	x	x	x			x			
	Modelagem 1	20				x	x				x			
	Modelagem 2	20				x	x				x			
	Gestão e Negócios	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Corte	30			x	x	x				x			
	Máquinas de costura	24			x	x	x				x			
	Microbiologia	40			x			x						
	Ambiental	40			x			x						
	Química Orgânica	20			x			x						
	Química Inorgânica	20			x			x						
	Físico-Química	20			x			x						
	Química Geral	20			x			x						
Física	40			x			x							

Quadro 9.31 - Laboratórios Câmpus Itajaí

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Eletrotécnica	PROEJA FIC - Mecânica	PROEJA FIC - Recursos Naturais	TEC - Aquicultura	TEC - Eletroeletrônica	TEC - Mecânica	TEC - Recursos pesqueiros	BAC - Engenharia elétrica	MES - Clima e ambiente
Existente	Ciências Térmicas	30		x				x			
	Materiais e Ensaios	30		x				x			
	Química	20		x	x	x		x	x		x
	Laqua MPA/IFSC	10			x	x			x		x
	Física	40		x				x			
	Zoologia	30			x	x			x		
	Agregação de Valor ao Pescado	40			x	x			x		
	Psicultura	20			x	x			x		
	Cultivo de Moluscos	10			x	x			x		
	Microbiologia e Qualidade da Água	10			x	x			x		
	Cultivo de Crustáceos	10			x	x			x		
	Microprocessadores	24	x		x	x	x		x	x	
	Comunicações	13	x				x			x	
	Sistemas de Potência	11	x				x			x	
	Eletrônica de Potência		x				x			x	
	Informática I	30	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	50	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Eletroeletrônica	24	x					x			x
	Instalações Elétricas	24	x					x			x
	Projetos Elétricos	12	x					x			x
Circuitos Elétricos	24	x					x			x	
Máquinas Elétricas	24	x					x			x	

Quadro 9.32 - Laboratórios Câmpus Jaraguá do Sul-Centro

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Administração	TEC - Agronegócio	TEC - Modelagem Do vestuário	TEC - Química	TEC - Têxtil	TEC - Vestuário	PROEJA TEC - Vestuário	LIC - Física	CST - Design de moda
Existente	Controle de Fios e Malhas	35					x				
	Modelagem e Apoio ao Controle de fios e Malhas	35			x		x	x	x		x
	Beneficiamento	35					x				x
	Costura	35			x			x	x		x
	Eletrônica	35								x	
	Malharia Circular	35					x				
	Malharia Retilínea	20					x				
	Manutenção de Máquinas de Costura	35						x	x		
	Modelagem	35			x			x	x		x
	Produção de Material Didático	35								x	
	Têxtil	35					x				x
	Física 1	35			x	x				x	
	Física 2	35							x		
	Informática 1	30			x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	35			x	x	x	x	x	x	x
	Informática 3	25			x	x	x	x	x	x	x
	Química 1	35			x	x			x		
	Química 2	35			x	x					
	Biologia e Análises Espectrométricas	35			x	x			x	x	
	Materioteca de Moda	15									
Produção de Moda	15										x
Previsto	Informática 4	35			x	x	x	x	x	x	x
	Modelagem	40			x			x	x		x
	Costura	40			x			x	x		x

Quadro 9.33 - Laboratórios Câmpus Jaraguá do Sul-Rau

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Eletrotécnica	PROEJA FIC - Mecânica	TEC - Desenvolvimento De sistemas	TEC - Eletrotécnica	TEC - Mecânica	CST - Fabricação mecânica	BAC - Engenharia elétrica	BAC - Engenharia mecânica
Existente	Informática	25	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática	24	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática	34	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática	34	x	x	x	x	x	x	x	x
	Automação	25	x			x	x	x	x	x
	Eletrotécnica		x			x			x	
	Acionamentos	25	x			x	x		x	
	Máquinas Elétricas		x			x			x	
	Metrologia	20		x			x	x		x
	Instalações Elétricas Residenciais		x			x			x	
	Hidráulica e Pneumática	20	x	x		x	x	x	x	x
	Máquinas Operatrizes	20		x			x	x		x
	Eletroerosão	10		x			x	x		x
	CNC	10		x			x	x		x
	Manutenção e Conformação	20		x			x	x		x
	Soldagem	20		x			x	x		x
Eletrônica I			x			x		x		
Eletrônica II			x			x		x		
Ensaio dos Materiais	10		x			x	x		x	
Previsto	Redes de Computadores	20			x					
	Informática	40			x	x	x	x	x	x

Quadro 9.34 - Laboratórios Câmpus Joinville

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Administração	TEC - Eletroeletrônica	TEC - Enfermagem	TEC - Informática	TEC - Mecânica	TEC - Teatro	LIC - Matemática	CST - Gestão hospitalar	BAC - Enfermagem	BAC - Engenharia elétrica	BAC - Engenharia mecânica
Existente	Enfermagem	25			x						x		
	Materiais	20					x						x
	Soldagem	25					x						x
	Máquinas Elétricas	30		x								x	
	Eletrônica Analógica	30		x								x	
	Eletrônica Digital	30		x								x	
	Instalações Elétricas	30		x								x	
	Automação	25		x								x	
	Robótica	30		x			x					x	x
	Metrologia	20					x						x
	Fabricação Mecânica	35					x						x
	Termofluidos	35					x						x
	Informática 1	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 3	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Prototipagem	15		x									x	
Previsto	Informática 4	30	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 9.35 - Laboratórios Câmpus Lages

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Ambiente Saúde	TEC - Administração	TEC - Agroecologia	TEC - Análises químicas	TEC - Biotecnologia	TEC - Desenvolvimento De sistemas	TEC - Eletromecânica	TEC - Eletrotécnica	TEC - Informática para internet	TEC - Mecatrônica	LIC - Matemática	CST - Gestão agronegócio	CST - Processos químicos	BAC - Ciência da computação	BAC - Engenharia mecânica	BAC - Engenharia química	MES - Sistemas agroindustriais
Existente	Informática 1	29	x					x	x		x		x		x				
	Informática 2	29		x						x						x	x		
	Informática 3	29			x			x			x	x				x		x	
	Informática 4	36				x		x			x		x			x			x
	Informática 5	36		x			x	x			x			x		x			
	Área Experimental Agrícola	40	x		x									x					x
	Estufa agrícola	40	x		x									x					x
	Ajustagem	20							x	x		x			x		x	x	x
	Química Analítica	40	x		x	x	x							x	x			x	x
	Automação	20							x	x		x				x	x		x
	Orgânica e Bioquímica	40				x	x							x	x	x		x	x
	Química Geral e Inorgânica	40				x	x								x		x	x	x
	Desenho Técnico	20			x	x				x	x		x			x		x	
	Eletrônica Geral	20						x	x	x	x	x							x
	Eletrotécnica	20							x	x			x			x		x	x
	Fresagem e Torneamento CNC	20							x				x					x	x
	Hidráulica e Pneumática	20							x				x					x	x
	Processos Químicos	40	x		x	x	x							x	x			x	x
	Manutenção Mecânica	20							x				x					x	
	Mecanização Agrícola	40	x		x									x					x
	Microbiologia	40				x	x								x			x	x
	Biologia e Microscopia	40	x		x	x	x								x			x	x
	Tecnologia de Alimentos	40	x		x	x	x								x	x		x	x
	Máquinas Térmicas	20								x			x					x	x
	Torneamento	20								x	x		x					x	x
	Metrologia e Materiais	20								x	x		x					x	x
	Soldagem	20								x			x					x	x
Retífica e Torno	20								x			x					x	x	
Agroflorestal	40	x			x									x				x	

Quadro 9.36 - Laboratórios Câmpus Palhoça Bilíngue

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Comunicação visual	TEC - Informática para internet	TEC - Manutenção e suporte Em informática	TEC - Tradução e interpretação De libras	LIC - Pedagogia bilíngue	CST - Produção multimídia
Existente	Informática 1	31	x					x
	Informática 2	31		x				x
	Informática 3	30					x	
	Informática 4	41	x	x		x		x
	Informática 5	31	x					x
	Informática 6	31	x			x		x
	Manutenção e Suporte de Informática	31			x			
	Áudio e Vídeo	30	x			x	x	x
	Desenho e Animação	40	x					x
	Palco das Artes	40	x			x	x	x
	Biologia e Química	40	x		x	x	x	
Previsto	Física e Matemática	40	x		x	x	x	
	Línguas	40	x		x	x	x	x
	Pedagogia Bilíngue	40					x	
	Tradução e Interpretação	40	x			x		x
	Informática 7	20	x	x				

Quadro 9.37 - Laboratórios Câmpus São Carlos

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Administração	PROEJA FIC - Agropecuária	PROEJA FIC - Edificações	PROEJA FIC - Informática	PROEJA FIC - Vestuário	TEC - Agronegócio	TEC - Agropecuária	TEC - Edificações	BAC - Engenharia civil
Existente	Costura	20					x				
	Modelagem	20					x				
	Informática 01	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 02	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 03	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 04	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Artes	20	x	x	x	x	x		x	x	
	Instalações Hidráulicas	20		x	x				x	x	x
	Instalações Elétricas	20		x	x				x	x	x
	Materias de Construção	20								x	x
	Canteiro de Obras	20								x	x
	Biologia	20	x	x	x	x	x		x	x	
	Química e Física	20	x	x	x	x	x		x	x	x
Processamento de Alimentos	30		x					x	x		
Agropecuária	20		x					x	x		
Previsto	Fazenda Experimental	40		x				x	x		

Quadro 9.38 - Laboratórios Câmpus São José

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Informática	TEC - Refrigeração e climatização	TEC - Telecomunicações	LIC - Química	BAC - Engenharia de telecomunicações	TEC - Teatro	LIC - Matemática	CST - Gestão hospitalar	BAC - Enfermagem	BAC - Engenharia elétrica	BAC - Engenharia mecânica
Existente	Programação	24	x		x		x				x		
	Redes de Computador II	24	x		x		x						x
	Voz e Imagem	24			x		x						x
	Meios de Transmissão	24			x		x					x	
	Redes de Computadores	24	x		x		x					x	
	Eletrônica Aplicada	24			x		x					x	
	Química	18				x						x	
	Biologia	36	x			x						x	
	Física	36				x						x	x
	Comunicação	28	x										x
	Ciências Humanas	24	x										x
	CAD 1	36	x	x	x		x						x
	CAD 2	36	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x
	CAD 3	36		x	x		x	x	x	x	x	x	x
	Solda e Sistemas Herméticos	18		x				x	x	x	x	x	x
	Protótipos	18		x									x
Refrigeração	18		x					x	x	x	x	x	

Quadro 9.39 - Laboratórios Avançado São Lourenço do Oeste

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC – Gestão E negócios	PROEJA FIC – Informação E comunicação	PROEJA FIC – Recursos naturais	TEC - Administração	TEC - Agroecologia	TEC - Agronegócio	TEC - Comércio exterior	TEC - Eletrotécnica	TEC - Informática para internet	TEC - Logística	TEC - Qualidade	TEC - Vendas	CST - Processos gerenciais	BAC - Sistemas de informação
Existente	Informática I	30	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x
	Informática II	40								x	x				x	x
Previsto	Informática III	40									x					x
	Manutenção de Computadores	40									x					x
	Maker	40	x			x			x		x	x	x	x	x	x
	Agroecologia	40			x		x	x								
	Física e Matemática	40							x		x				x	
	Biologia e Química	40							x		x				x	
	Eletrotécnica I	40								x						
	Eletrotécnica II	40								x						

Quadro 9.40 - Laboratórios Câmpus São Miguel do Oeste

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Agricultura	PROEJA FIC - Alimentos	PROEJA FIC - Eletrotécnica	TEC - Administração	TEC - Agropecuária	TEC - Alimentos	TEC - Eletromecânica	LIC - Ciências biológicas	CST - Alimentos	CST - Processos gerenciais	BAC - Agronomia	MES - Agroindústria	
Existente	Informática 01	26	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Informática 02	36	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Informática 03	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Física	40					x	x	x	x	x				
	Análise sensorial	25						x			x				
	Análise instrumental	25					x	x			x		x	x	
	Sementes e Biotecnologia Vegetal	25	x				x			x	x		x	x	
	Microscopia	25	x				x	x	x	x	x		x	x	
	Fisiologia Vegetal e Fitossanidade	25	x	x			x			x			x	x	
	Microbiologia	25		x					x		x		x	x	
	Bromatologia	25					x	x	x		x		x	x	
	Química e Fertilidade do Solo	25	x				x	x	x	x	x		x	x	
	Processamento de Vegetais e Panificação	25	x	x				x	x			x		x	
	Processamento de Carnes e Derivados	25	x	x				x	x			x		x	
	Processamento de Leite e Derivados	25	x	x				x	x			x		x	
	Eletricidade	32				x				x					
	Usinagem	20								x					
	Manutenção Automotiva	40								x					
	Automação	20				x				x					
	Metrologia e Desenho	40						x		x				x	
	Materiais	40								x					
	Olericultura e Plantas ornamentais	40	x					x						x	x
	Agrostologia	40	x					x						x	x
Friticultura	40	x					x						x	x	
Plantas medicinais e condimentares	40	x					x						x	x	
Plantas de lavoura	40	x					x						x	x	
Silvicultura	40	x					x						x	x	
Previsto	Produção vegetal	30	x				x	x		x	x		x	x	
	Solos	30					x						x	x	
	Mecanização agrícola	40					x		x				x	x	
	Hidráulica	30					x		x				x	x	

Quadro 9.41 - Laboratórios Câmpus Tubarão

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Informática	PROEJA FIC - Controle E processos industriais	TEC - Administração	TEC - Automação industrial	TEC - Desenvolvimento de sistemas	TEC - Eletrotécnica	TEC - Informática	TEC - Informática para internet	TEC - Logística	TEC - Manutenção e suporte Em informática	TEC - Qualidade	TEC - Recursos humanos	TEC - Vendas	LIC - Matemática	LIC - Pedagogia	CST - Análise e desenvolvimento De sistemas	BAC - Engenharia de controle E automação	BAC - Engenharia de produção
Existente	Informática I	40	x	x	x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	18			x		x		x	x	x	x	x	x				x	x	x
	Informática III	40			x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática IV	40			x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Previsto	Acionamentos e Máquinas Elétricas	20				x		x												
	Eletrônica	40				x		x												
	Automação e Indústria 4.0	40				x		x												
	Controle, Robótica e SHP	20				x		x												
	Instalações Elétricas	20				x		x												

Quadro 9.42 - Laboratórios Câmpus Urupema

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Hospedagem	PROEJA FIC - Informática	TEC - Administração	TEC - Agricultura	TEC - Alimentos	TEC - Guia de turismo	TEC - Hospedagem	TEC - Viticultura e enologia	CST - Alimentos	CST - Viticultura e enologia	BAC - Engenharia de alimentos
Existente	Ensino Geral	25	x	x		x	x	x	x		x	x	x
	Microincineração	25								x		x	
	Processamento de Leites e Derivados	25					x				x		x
	Processamento de Carnes e Derivados	25					x				x		x
	Processamento de Frutas e Hortaliças	25				x	x				x		x
	Microbiologia	25	x	x			x	x	x	x	x	x	x
	Análise de Alimentos	25	x	x		x	x	x	x		x	x	x
	Gastronomia e Panificação	25	x				x		x		x		x
	Análise Sensorial	25					x			x	x	x	x
Informática	24	x	x	x			x	x		x	x		

Quadro 9.43 - Laboratórios Câmpus Xanxerê

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Alimentos	PROEJA FIC - Informática	TEC - Administração	TEC - Alimentos	TEC - Informática	TEC - Mecânica	LIC - Matemática	CST - Alimentos	BAC - Engenharia mecânica	BAC - Sistemas de informação
Existente	Processamento de Frutas, Hortaliças e	20	x			x				x		
	Microbiologia e Análise de Alimentos	20	x			x				x		
	Tecnologia de carnes, leites e derivados	20	x			x				x		
	Informática I	31	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Soldagem	20						x			x	
	Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos	20						x			x	
	Metrologia e Ensaio	20						x			x	
	Usinagem Convencional	20						x			x	
	Usinagem CNC	20						x			x	
	Multifuncional	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Máquinas Térmicas e Vibrações	20						x			x		
Previsto	Informática III	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Análise de Alimentos e Química	40	x			x				x		
	Matemática	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Física	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 9.44 - Laboratórios Cerfeed

SITUAÇÃO	LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	MES - Educação	MES - Gestão pública	MES - Tecnologias educacionais	DOC - Tecnologia social
Existente	Estúdio EaD 01	24	x	x	x	x
	Estúdio EaD 02	24	x	x	x	x
	Estúdio EaD 03	3	x	x	x	x
	Estúdio EaD 04	3	x	x	x	x
	Estúdio EaD 05	3	x	x	x	x

Quadro 9.45 - Diagnóstico de Infraestrutura – Bibliotecas

Câmpus	Item	Espaço/salão principal			Sala de processamento técnico			Espaço para consulta à Internet			Espaços de estudos coletivos			Espaços de estudos individuais		
		Quant.	Estado	Atendimento	Quant.	Estado	Atendimento	Quant.	Estado	Atendimento	Quant.	Estado	Atendimento	Quant.	Estado	Atendimento
ARU	Unidades	1	Suf	Ins	1	Suf	Ins	1	Suf	Ins	1	Suf	Ins	0	Suf	Ins
	Área	93,69			10,8			15,08			37,46			-		
	Capacidade	15			3			3			22			-		
CAN	Unidades	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf
	Área	210,9			23,9			25			37,8			18		
	Capacidade	36			2			11			25			4		
CCO	Unidades	1	Ins	Ins	1	Ins	Ins	1	Suf	Suf	1	Ins	Ins	0	-	-
	Área	86,74			10			-			58,5			-		
	Capacidade	40			2			3			40			-		
CDR	Unidades	1	Exc	Ins	0	Exc	Ple	1	Ple	Suf	0	Exc	Ins	0	-	-
	Área	118,52			-			-			-			-		
	Capacidade	30			-			6			-			-		
CRI	Unidades	1	Ple	Ins	1	Ple	Suf	1	Ple	Ins	1	Ple	Ins	1	Ple	Ins
	Área	214,8			26,7			22,6			22,3			19,2		
	Capacidade	236			2			8			16			6		
CTE	Unidades	1	Exc	Exc	1	Exc	Exc	1	Exc	Exc	0	Exc	Exc	1	Exc	Exc
	Área	163,94			38,8			-			-			18,8		
	Capacidade	40			3			3			-			3		
FLN	Unidades	1	Ple	Suf	3	Ple	Ple	1	Ple	Ins	0	-	-	2	Suf	Ins
	Área	660,19			146,07			19,31			-			38,43		
	Capacidade	133			39			8			-			22		
GAS	Unidades	1	Ple	Ins	1	Ple	Suf	1	Ple	Ins	2	Ple	Ins	1	Ple	Ins
	Área	255,72			25,99			10,37			12,08			19,84		
	Capacidade	45			8			13			8			6		
GPB	Unidades	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	0	-	-	1	Suf	Suf
	Área	159,43			17,96			33,63			-			22,5		
	Capacidade	109,8			4			10			-			5		
ITJ	Unidades	1	Ple	Ple	1	Ple	Ple	1	Ple	Ple	2	Ple	Suf	1	Ins	Ins
	Área	247,17			22,83			23,23			12,4			19,37		
	Capacidade	30			2			10			8			5		
JAR	Unidades	1	Suf	Ins	1	Suf	Suf	1	Suf	Ins	2	Suf	Ins	1	Exc	Suf
	Área	172,32			12,55			10,29			17,4			14,8		
	Capacidade	38			2			8			12			9		
JLE	Unidades	1	Ple	Suf	1	Ple	Suf	1	Suf	Suf	2	Ple	Suf	1	Ple	Suf
	Área	259,94			17,39			49,64			30,32			74,71		
	Capacidade	25			3			20			16			24		
LGS	Unidades	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	1	Suf	Ins	1	Suf	Suf	4	Suf	Ins
	Área	206			21,1			21,76			55,21			4		
	Capacidade	60			2			15			10			4		

Quadro 9.45 - Diagnóstico de Infraestrutura – Bibliotecas (Continuação)

Câmpus	Item	Espaço/salão principal			Sala de processamento técnico			Espaço para consulta à Internet			Espaços de estudos coletivos			Espaços de estudos individuais		
		Quant.	Estado	Atendimento	Quant.	Estado	Atendimento	Quant.	Estado	Atendimento	Quant.	Estado	Atendimento	Quant.	Estado	Atendimento
PHB	Unidades	1	Exc	Exc	1	Ple	Ple	1	Ple	Suf	0	-	-	1	Ple	Suf
	Área	206,61			23,33			23,7			-			38,79		
	Capacidade	32			2			8			-			12		
RAU	Unidades	1	Suf	Ins	1	-	-	1	-	-	0	-	-	1	-	-
	Área	91			9			0			-			0		
	Capacidade	31			1			7			-			2		
SCA	Unidades	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	0	-	Suf
	Área	75,36			17,96			35,33			22,07			-		
	Capacidade	30			2			20			8			-		
SJE	Unidades	1	Suf	Ins	1	Suf	Suf	1	Ins	Ins	0	-	-	3	Ins	Ins
	Área	154,53			12,3			7,21			-			12,3		
	Capacidade	30			4			3			-			4		
SLO	Unidades	1	Ins	Ins	0	-	-	0	Suf	Ins	1	Suf	Ins	0	Suf	Ins
	Área	117			-			-			20			-		
	Capacidade	10			-			-			8			-		
SMO	Unidades	1	Ple	Suf	1	Ple	Suf	1	Suf	Suf	4	Suf	Ins	1	Ins	Ins
	Área	180			20,93			13,34			37			7,5		
	Capacidade	20			4			4			20			5		
TUB	Unidades	1	Suf	Suf	0	-	-	1	-	-	0	-	-	0	-	-
	Área	111,16			-			-			-			-		
	Capacidade	74			-			5			-			-		
URP	Unidades	1	Suf	Suf	1	-	-	1	-	-	1	Exc	Suf	0	-	-
	Área	40,86			7,05			-			7,05			-		
	Capacidade	10			1			5			4			-		
XXE	Unidades	1	Suf	Suf	1	Suf	Suf	1	-	-	1	Exc	Ple	10	Suf	Suf
	Área	194,65			16,35			-			14,24			-		
	Capacidade	38			1			2			12			10		
Cerfead	Unidades	1	Ins	Ins	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
	Área	20			-			-			-			-		
	Capacidade	5			-			-			-			-		

Quadro 9.46 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Câmpus Araranguá

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo			Origem da demanda				
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Adequações civis pontuais no bloco A	90	EC									x			x				
2	Reforma da cobertura e adequações civis e de acessibilidade nos blocos B e C	250	EC									x			x			x	
3	Containers para grêmio estudantil/centro acadêmico, depósito e projetos	69	EC	60	EC								x					x	
4	Equipamentos de TIC e mobília para reposição	150	EC			150	EC			100	EC			x					
5	Instalação de sistema fotovoltaico	160	EC	160	EC								x						
6	Adequações de acessibilidade no passeio externo e bloco A (sinalizações e pisos podotáteis)			20	EC							x				x			
7	Construção de estrutura para tratamento de efluentes no bloco A			30	OC							x			x				
8	Livros, computadores e mobília para a biblioteca			80	EC								x						
9	Pintura dos blocos, quadra, muros e alambrados			120	OC/EC					120	OC/EC			x					
10	Adequações no sistema de reaproveitamento de água					10	OC						x		x				
11	Galpão industrial para eletromecânica					900	EC					x						x	
12	Reforma e ampliação da portaria, incluindo cobertura para embarque e desembarque					150	EC					x			x				
13	Substituição da plataforma elevatória do bloco D por elevador social					110	EC					x				x			
14	Novo bloco para ampliação de salas de aula, biblioteca, laboratórios, secretaria e reg. acadêmico							3.000	EC			x			x			xx	

280

Quadro 9.47 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Câmpus Canoinhas

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Adequação da rede de gás	20	OC									x						
2	Adequação do sistema preventivo contra incêndio	10	OC										x	x				
3	Construção da quadra coberta	1.500	EC									x			x		x	
4	Construção do bloco agrícola	2.000	EC									x			x		x	x
5	Containers para o grêmio estudantil	60	EC									x		x	x			
6	Impermeabilização do telhado da fábrica	30	OC									x		x				
7	Perfuração para o poço artesiano	30	OC									x					x	
8	Adequações de acessibilidade	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC		x	x	x	x	x	
9	Renovação dos computadores de uso administrativo	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC			x				x
10	Drenagem do campo experimental agrícola	25	OC										x			x		x
11	Cobertura entre bloco, cantina e auditório	10	OC	10	OC								x		x			
12	Ampliação do sistema de CFTV	10	OC	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC			x	x			
13	Complementação de acervo da biblioteca	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC			x				x
14	Condicionadores de ar para salas de aula	10	OC	8	EC	8	OC	8	OC	8	OC			x				
15	Manutenção da subestação e iluminação externa	15	OC	15	OC	15	OC	15	OC	15	OC		x		x			
16	Manutenção predial - cobertura, troca de pisos, drywall, pintura	45	OC	35		10	OC	10	OC	10	OC		x		x	x	x	
17	Renovação do laboratório de informática	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC			x				
18	Renovação do mobiliário geral do câmpus	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC			x				
19	Sistema antifurto para biblioteca			30	OC									x				
20	Aquisição de veículo oficial			150	EC									x				
21	Manutenção do sistema de tratamento de esgoto							10	OC									x
22	Instalação de placas fotovoltaicas									600	EC	x	x					
23	Construção do almoxarifado									300	EC	x						x

Quadro 9.48 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Caçador

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda				
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2	
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref							
1	Cobertura da escada	150	OC									x						x	
2	Impermeabilização telhado para prevenir infiltrações	60	OC											x					
3	Redimensionamento da rede elétrica do bloco I	100	OC/EC									x							
4	Adequações de acessibilidade	50	EC	50	OC							x		x		x			
5	Complementação de acervo da biblioteca	30	OC			x			x										
6	Aquisição de veículo oficial			90	OC									x					
7	Conversão de garagem em espaço multiuso			300	OC/EC									x		x			
8	Estruturação laboratórios de automação			70	OC									x				x	
9	Pintura do campus			50	OC									x					
10	Construção de auditório					1.800	OC/EC					x				x			x
11	Estruturação laboratório de eletrônica/elétrica					50	OC							x					x
12	Mezaninos do bloco II							150	OC			x							
13	Renivelamento do piso do estacionamento							50	OC										x
14	Renovação do laboratório de informática							100	OC	100	OC			x					x
15	Construção de ginásio poliesportivo									2.000	OC/EC	x				x			x
16	Estruturação dos laboratórios de mecânica									150	OC			x					

Quadro 9.49 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Chapecó

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Cobertura entre os blocos	300	EC									x						
2	Adequação de rampas para acessibilidade	700	EC									x			x			
5	Regularização imobiliária	200	OC											x				
6	Nova pavimentação entre os blocos	100	OC									x				x		
7	Ampliação e adequação sala data center	150	OC									x	x					
3	Espaços de convivência	50	OC	50	OC	50	OC					x						
9	Modernização da infraestrutura de TI	120	OC	100	OC	45	OC	65	OC	35	OC			x		x		
8	Ampliação laboratório de informática	90	OC	200	OC/EC					200	OC			x			x	
4	Pintura do câmpus	150	OC							150	OC				x			
10	Cobertura dos veículos oficiais			80	OC							x						
11	Auditório para 300 lugares/espço multiuso			1.700	EC							x		x		x		
12	Equipamentos para educação especial			60	OC									x				
13	Adequação de espaços para laboratório			680	OC							x					x	
14	Acervo bibliográfico para novos cursos			80	OC									x			x	
15	Ginásio/quadra poliesportiva coberta			1.500	EC	1.500	EC					x		x				
16	Ampliação/verticalização do blocos A e B			2.500	EC	2.500	EC					x		x	x			x
17	Equipamentos para laboratórios			310	OC	300	OC	300	OC	250	OC			x				x
18	Ligação de fibra óptica entre blocos C e portaria					30	OC								x	x		
19	Estrutura física para polo tecnológico								EC			x		x				
20	Platibanda do bloco E							150	OC						x			
21	Telefonia Voip interna							20	OC/EC					x	x	x		
22	Ampliação estrutura refeitório/cantina							400	EC	300	OC/EC	x		x				

Quadro 9.50 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Criciúma

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Adequação da sinalização de acessibilidade	50	OC											x		x		
2	Construção de acessos externos e passeio público no entorno do câmpus	500	EC									x			x			
3	Reestruturação das salas de aula	20	OC			x		x										
4	Renovação do mobiliário da instituição	20	OC			x		x										
5	Construção de cobertura metálica entre blocos, ampliação da cantina e cobertura do canteiro de obras			500	EC							x			x			
6	Reforma do telhado dos blocos			150	OC										x			
7	Aquisição de 120 computadores para os laboratórios de informática			200	OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC					x		x		x
8	Estruturação de laboratórios			30	OC	30	OC	30	OC	30	OC			x		x		x
9	Construção do estacionamento mediante concessão de terreno público					500	EC					x			x			
10	Fechamento das áreas de circulação entre blocos B e C					75	OC								x	x		
11	Construção de um bloco/pavilhão para execução de projetos integradores							1.500	EC			x			x			
12	Drenagem interna do câmpus									50	EC	x			x			
13	Estruturação de um laboratório de metrologia									500	EC			x		x		
14	Melhorias da urbanização já existente									75	OC			x	x	x		
15	Pintura geral externa e interna									150	OC/EC				x			

284

Quadro 9.51 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Florianópolis

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda				
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2	
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref							
1	Mezanino do DAM	200	OC									x				x			x
2	Prédio das oficinas	3.000	EC									x				x			x
3	Prevenção com extintores	20	OC										x			x			x
4	Reforma ambiente de convivência servidores	150	OC										x			x			x
5	Reforma biologia, química e ala D	600	OC										x			x			x
6	Reforma guaritas	150	OC										x			x			x
7	Reforma sala multimídia e banheiros do DAE	100	OC										x			x			x
8	Sinalização e iluminação de emergência	170	OC										x			x			x
9	Subestação de energia leste	700	OC									x				x			x
10	Reforma de ambiente incorporado do Estado	438	OC			530	OC	400	OC				x			x			x
11	Adaptação de banheiros para acessibilidade			150	OC								x			x			x
12	Adequação de saídas de emergência			1.000	OC								x			x			x
13	Ampliação laboratório de metrologia			150	OC								x			x			x
14	Cobertura do estacionamento de motos			30	OC								x			x			x
15	Revisão das instalações de gás do laboratório de físico-química e toxicologia			50	OC								x			x			x
16	Saídas de emergência construção			2.000	EC								x			x			x
17	Sinalização tátil, visual e sonora			150	OC								x			x			x
18	Adequação de rotas acessíveis					200	OC						x			x			x
19	Alarme e detecção de incêndio					100	OC						x			x			x
20	Anel viário					1.200	EC						x			x			x
21	Construção de banheiros acessíveis					150	OC						x			x			x
22	Construção de rotas acessíveis					300	OC						x			x			x
23	Prevenção com hidrantes					70	OC						x			x			x

Quadro 9.51 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Florianópolis (continuação)

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
26	Sistemas de gás				50	OC						x			x			x
27	Ampliação do laboratório de materiais e solos						500	OC				x			x			x
28	Lab. de prática de campo medidas elétricas do DAE						300	OC				x			x			x
29	Portal do maciço do morro da Cruz						4.500	OC/EC			x				x			x
30	Projeto transmídia						1.000	OC			x				x			x
31	Mezanino do laboratório de máquinas e operatrizes								400	OC	x				x			x
32	Reforma da ala F superior do DAELN								800	OC		x			x			x
33	Reforma das assessorias do DALTEC								600	OC		x			x			x
34	Reforma das esquadrias do DAE								150	OC		x			x			x
35	Reforma do laboratórios multiuso do DASS								250	OC		x			x			x
36	Reforma e implantação de exaustão labs. de soldagem								600	OC		x			x			x
37	Restaurante universitário								4.500	OC	x				x			x

286

Quadro 9.52 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Florianópolis-Continente

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo			Origem da demanda				
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Adequação da ala leste sala de reuniões	15	EC											x	x				
2	Adequação das portas com barras antipânico	6	EC											x					
3	Adequação de infraestrutura para acessibilidade	5	OC										x			x			
4	Adequação de sala de estudo individual da biblioteca	10	EC											x					
5	Adequação do layout de divisórias do reg. acadêmico	3	OC											x	x				
6	Ajustes nos vestiários	10	OC								x				x				
7	Instalação de novos postes com luminárias a led	40	EC								x				x				
8	Instalação de sensor de movimento nos corredores	4	OC											x	x				
9	Ampliação da abrangência do sistema de CFTV	25	EC	25	EC								x	x	x				
10	Implantação dos novos laboratórios	30	EC	790	EC							x	x	x	x				
11	Aquisição de equipamentos de TIC e lab. informática	10	EC	40	EC	80	EC						x		x		x		
12	Aquisição de mobiliário para biblioteca	10	EC	10	EC		EC						x		x		x		
13	Aquisição e instalação de condicionadores de ar	15	OC/EC			35	EC						x	x	x		x		
14	Aquisição de projetores multimídia para salas de aula	20	EC	15	OC/EC	10	OC/EC	5	OC	5	EC		x	x	x		x		
15	Atualização de equipamentos e mobiliário das coordenadorias	40	EC	10	EC	20	EC	10	EC	10	EC		x	x	x		x		
16	Atualização do acervo da biblioteca	10	EC	10	EC	20	EC	15	EC	15	EC		x				x		
17	Reparo civil em geral nas dependências do câmpus	103	EC	100	EC	100	EC	100	EC	100	EC	x	x		x	x			
18	Adequação das portarias			15	EC								x	x	x				
19	Adequação do sistema de drenagem para a cisterna			12	EC							x			x				
20	Pintura interna e externa do câmpus			250	EC									x					
21	Sistema de automação de ar cond. centro de eventos			10	OC							x			x				
22	Licenças de softwares para os cursos superiores			15	EC					15	EC		x				x		
23	Adequação da coordenadoria de alimentos e bebidas					5	EC							x	x				
24	Placas fotovoltaicas							100	EC				x	x	x				
25	Elevação da subestação elétrica									80	EC	x			x				

Quadro 9.53 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Garopaba

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Melhoria da acessibilidade	15	OC			10	OC					x	x		x		x	
2	Aquisição de acervo bibliográfico	30	OC	7	OC	50	OC	15	OC	7	OC			x		x		x
3	Aquisição de mobiliário e equipamentos para laboratórios do piso térreo	200	OC/EC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	x	x	x	x	x		x
4	Aquisição de mobiliário para ambientes administrativos, salas de aula e centro multiuso	20	OC	25	OC	15	OC	25	OC	25	OC			x		x	x	
5	Climatização de ambientes	30	OC	15	OC	35	OC	20	OC	15	OC			x	x	x		x
6	Pintura do câmpus	5	OC	15	OC	10	OC	100	EC	10	OC		x		x			
7	Readequações das redes lógicas e elétricas	10	OC	5	OC	20	OC	10	OC	20	EC				x	x		
8	Renovação do parque de equipamentos de TIC	70	OC	150	OC/EC	70	OC	55	OC	150	OC/EC			x		x		
9	Aquisição e instalação de sistema de CFTV	25	OC	20	OC	10	OC			10	OC			x	x			
10	Implantação do projeto de sinalização	20	EC			10	OC			10	OC		x		x	x	x	x
11	Readequação da rede de GLP para laboratórios	15	OC							25	OC		x	x	x			
12	Estruturação da área de convivência e alimentação dos estudantes			10	OC	10	OC							x		x	x	x
13	Iluminação externa			30	OC			10	OC						x		x	
14	Implantação do projeto de energia renovável			80	OC					80	OC	x	x	x	x			
15	Readequação do sistema de captação e armazenamento de água pluvial			15	OC					15	OC	x	x		x	x		
16	Revitalização do telhado			70	OC					50	OC		x		x			
17	Adequação de espaços de estudos individuais na biblioteca					20	OC					x			x	x		x
18	Instalação do novo laboratório de informática					200	OC/EC							x	x	x		x
19	Construção de quadra coberta							2.000	EC			x	x	x	x	x		x
20	Estruturação do espaço da secretaria acadêmica							50	OC			x	x	x	x	x		

288

Quadro 9.54 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Gaspar

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Condicionadores de ar para laboratório de vestuário	30	EC										x	x					
2	Levantamento topográfico e aerofotogramétrico e cercamento de terreno	26	OC											x					
3	Pintura externa do câmpus	150	OC											x					
4	Reestruturação layout secretaria acadêmica	2	OC								x								
5	Reforma do laboratório de vestuário	270	OC/EC									x						x	
6	Atualização do acervo da biblioteca	15	OC	15	OC	17	OC											x	
7	Equipagem da sala de atend. educ. especializado	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC										
8	Licenças de software para os cursos superiores	53	OC	53	OC	53	OC	53	OC	53	OC								
9	Adequação de infraestrutura para acessibilidade			210	OC/EC								x	x		x		x	
10	Reforma dos laboratórios de química e aquisição de equipamentos.			200	EC							x	x						
11	Manutenção predial de prioridades infraestruturais			110	OC	110	OC			110	OC	x							
12	Aquisição de ativos de rede e novos computadores					345	EC											x	
13	Expansão e aumento da capacidade da rede wi-fi					13	OC											x	
14	Ampliação do laboratório de vestuário							550	EC			x						x	
15	Cobertura das vagas para motos e veículos oficiais							200	OC/EC			x							
16	Adequação das portarias									190	EC	x							
17	Aquisição e instalação de sistema de CFTV									67	OC								
18	Captação e armazenamento águas pluviais									40	OC	x							
19	Construção de novo bloco de salas de aula									3.700	EC	x			x		x		
20	Mobiliário e equipamentos novo bloco									250	EC								
21	Placas fotovoltaicas									600	EC	x							
22	Viabilização de segundo espaço de videoconferência									50	OC								
23	Reurbanização da área da quadra esportiva											x						x	

Quadro 9.55 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Itajaí

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Adequação de acessibilidade	210	EC										x	x		x		
2	Automação das portarias	70	OC											x				
3	Cercamento terrenos em Itajaí e Navegantes.	38	OC											x				
4	Melhoria no acesso a rede wi-fi	30	OC											x				x
5	Reforma da fachada do bloco 1	90	OC									x						
6	Reforma do laboratório de Piscicultura	140	OC									x						
7	Aquisição de condicionadores de ar	50	EC	50	OC								x					
8	Atualização dos computadores dos laboratórios	100	EC	100	EC								x					
9	Instalação de placas fotovoltaicas	70	OC	70	OC									x				
10	Aquisição de eqtos. para labs. de Eletroeletrônica	30	OC	80	OC	80	OC	50	OC	50	OC			x				
11	Aquisição de eqtos. para labs. de Mecânica	30	OC	80	OC	80	OC	50	OC	50	OC			x				
12	Aquisição de eqtos. para labs. de Rec. Naturais	30	OC	80	OC	80	OC	50	OC	50	OC			x				
13	Atualização do acervo	40	OC	40	OC	40	OC	40	OC	40	OC			x				
14	Pintura externa/interna do câmpus	150	OC					100	OC						x			
15	Ampliação do deck CA/Grêmio			60	OC							x						x
16	Construção de galpão para P.Is.			20	OC							x		x				x
17	Reforma do telhado dos blocos 1, 2 e 3			100	OC													
18	Aquisição de eqtos. de rede e computadores					200	OC			500	EC			x			x	x
19	Realocação da secretaria acadêmica					40	OC					x				x		
20	Ampliação do lab. de mecânica							50	OC			x			x			
21	Construção de cobertura para motos									50	OC	x						
22	Construção de prédio para biblioteca									1.000	EC	x					x	
23	Construção do 4º bloco									3.500	EC	x			x		x	

290

Quadro 9.56 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Jaraguá do Sul-Centro

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Reforma do bloco B	90	OC									x					x	x	
2	Revitalização dos espaços de convivência dos alunos	30	OC									x		x	x			x	
3	Acervo bibliográfico	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC			x			x		
4	Renovação dos computadores de laboratórios e adm.	140	OC	120	OC/EC	120	OC/EC	75	OC	75	OC			x					
5	Revitalização do mobiliário das salas de aula	30	OC	20	OC	30	EC	20	OC	30	OC			x		x		x	
6	Aquisição de instrumentos musicais para orquestra			20	OC									x					
7	Aquisição de praticáveis para auditório			25	OC									x		x			
8	Construção de sanitários anexo à quadra coberta			150	EC							x				x	x	x	
9	Revitalização da rede de ar comprimido			120	OC								x		x				
10	Melhorias visando atender a acessibilidade			60	OC	40	OC							x		x	x		
11	Readequação das instalações elétricas internas			25	OC	25	OC							x		x			
12	Revitalização do auditório			75	OC	75	OC							x		x	x		
13	Equipamentos para a área da química			50	OC			150	OC/EC					x					
14	Pintura do câmpus			150	OC					150	OC								
15	Construção de novo bloco					2.000	EC					x				x	x	x	
16	Equipamentos para a área da licenciatura					85	OC/EC							x					
17	Equipamentos para a área da moda e modelagem					100	OC							x				x	
18	Equipamentos para área de vestuário					150	OC							x				x	
19	Revitalização da iluminação externa					180	EC							x		x			
20	Pavimentação do estacionamento							250	OC/EC			x				x	x		
21	Reforma e ampliação cantina							40	OC					x		x	x		
22	Urbanização do câmpus							100	OC/EC			x	x			x	x		
23	Equipamentos para área têxtil									1.000	EC			x					
24	Revitalização do laboratório de filmagem e produção							40	OC	40	OC			x	x		x	x	
25	Trocas de janelas de madeira dos bloco A, B, C e D									120	OC								

Quadro 9.57 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Jaraguá do Sul-Rau

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Conclusão da obra do Bloco C	2.500	EC									x			x			
2	Realocação da biblioteca	20	OC	15	OC							x	x	x		x		
3	Mobiliário do bloco C	100	OC	100	OC	100	OC					x		x		x		
4	Adequação de acessibilidade			30	OC/EC	30	OC/EC	35	OC/EC			x	x		x		x	
5	Pintura do câmpus									170	OC		x		x		x	
6	Condicionares de ar para bloco C			25	OC/EC							x		x		x		
7	Elevador para pessoas com deficiência			200	EC							x		x			x	
8	Estrutura de rede lógica para bloco C			25	OC								x		x		x	
9	Atualização dos laboratórios de informática			225	OC/EC	225	OC/EC						x		x		x	
10	Estruturação do auditório			20	OC	30	OC					x		x		x		
11	Aquisição de acervo bibliográfico			20	OC	25	OC	10	OC	15	OC	x		x		x		
12	Construção de cobertura para motos							150	OC/EC			x		x		x		

292

Quadro 9.58 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Joinville

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Construção de nova portaria de pedestres	60	OC											x		x			
2	Aumento da passarela de passagem para os blocos IV e V e para o ginásio	30	OC												x				
		20	EC												x	x			
3	Isolamento acústico do ginásio	50	OC												x	x			
4	Manutenção da passarela existente	30	OC											x		x		x	
5	Construção do refeitório	35	OC	35	OC							x							
		35	EC	35	EC								x		x	x		x	
6	Melhoria do parque tecnológico de computadores e softwares	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC					x	x	x		x	
7	Reestruturação ambientes administrativos	60	OC	60	OC	20	OC	10	OC					x	x	x			x
8	Expansão do sistema de vigilância eletrônica e câmeras IP	50	OC	30	OC	30	OC	30	OC	20	OC			x	x	x		x	
9	Melhoria da infraestrutura de redes elétrica e lógica do câmpus			150	OC	150	OC	50	OC					x	x			x	
10	Reestruturação laboratórios educacionais			560	OC	560	OC/EC	560	OC					x	x	x		x	
11	Calçamento do estacionamento atrás do bloco VI					150	OC								x	x	x	x	
12	Construção bloco administrativo com auditório					12.000	EC					x						x	x

Quadro .9.59 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Lages

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Aquisição de containers para distrito estudantil	180	EC									x							
2	Cessão de área para construção do espaço ecumênico	0	EC																
3	Conversão da garagem em novo ambiente	80	EC										x						
4	Espaço de convivência estudantil e de apoio aos esportes e à agroecologia	290	EC									x							
5	Readequação da rede de ar comprimido e gás	200	OC										x						
6	Aquisição de acervo bibliográfico	40	OC	40	OC	40	OC	20	OC	20	OC			x				x	
7	Aquisição e instalação de condicionadores de ar	10	OC	20	OC	20	OC	10	OC	10	OC			x	x				
8	Pintura dos muros externos e paredes internas			10	OC	80	OC							x					
9	Equipamentos e computadores para laboratórios			130	OC	400	OC	330	OC	350	OC			x				x	
10	Montagem do laboratório de física			15	OC									x				x	
11	Obras de acessibilidade			200	OC									x				x	
12	Passarela coberta			120	OC							x						x	
13	Sistema de reutilização da água da chuva			20	OC									x					
14	Ampliação do estacionamento e ligação entre bolsões					500	EC					x						x	
15	Aquisição de veículo oficial					80	OC							x					
16	Manutenção e ampliação do CFTV					30	OC							x	x				
17	Novo bloco de laboratórios (fábrica 2)					2.000	EC					x						x	
18	Reforma e mobiliário para as novas salas de aula					200	EC							x				x	
19	Construção do almoxarifado central							630	OC			x						x	
20	Espaço de convivência (geodésia)							120	EC			x							
21	Construção de ginásio ou reforma da quadra esportiva									2.000	EC	x						x	
22	Incubadora tecnológica e de empresas									1.000	EC	x						x	
23	Instalação de placas/usina fotovoltaica									800	EC			x					

294

Quadro 9.60 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Palhoça Bilingue

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Cobertura para carros oficiais e passarela	25	OC									x			x	x	x		
2	Construção de quadra poliesportiva coberta	525	EC									x				x		x	x
3	Fechamento de vãos na área externa	20	OC										x			x			
4	Reestruturação do lab. de áudio e vídeo	19	OC										x			x			x
5	Reestruturação da área administrativa	40	OC	40	OC								x		x	x	x		
6	Reestruturação do lab. de manut. e suporte em info.	20	OC	30	OC	50	OC	50	OC				x	x	x			x	x
7	Aquisição de acervo bibliográfico	50	OC	40	OC	40	OC	40	OC	40	OC			x				x	
8	Aquisição e renovação de equipamentos e softwares	150	OC	160	OC	180	OC	150	OC	100	OC			x		x		x	x
9	Aquisição e renovação de mobiliário	35	OC	30	OC	30	OC	30	OC	30	OC			x		x			
10	Implantação do lab de pedagogia bilíngue	30	OC/EC	20	OC/EC	10	OC	10	OC	10	OC			x	x	x		x	x
11	Implantação do lab de tradução e interpretação	80	OC/EC	45	OC/EC	40	OC/EC	40	OC/EC	40	OC/EC			x	x	x		x	x
12	Melhorias de acessibilidade	20	OC	30	OC	40	OC	90	OC	40	OC	x	x	x	x	x	x	x	
13	Pintura do câmpus	100	OC	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC				x	x			
14	Reestruturação do lab. de línguas	16	OC	85	OC	50	OC	10	OC	10	OC			x	x	x	x	x	x
15	Renovação do parque de computadores	130	OC	130	OC	130	OC	130	OC	130	OC			x		x			x
16	Cercamento da área de preservação permanente			12	OC										x	x			
17	Container para centro acad. e grêmio estudantil			50	EC									x		x			
18	Reforma da rede elétrica/lógica da sala dos professores			30	OC										x	x			x
19	Sistema antifurto para a biblioteca			70	OC									x		x			
20	Ampliação da cobertura da rede wifi			25	OC	25	OC							x	x	x	x		
21	Implantação de lab. de informática/Quadro e animação			100	OC/EC	150	OC/EC							x	x	x		x	x
22	Reestruturação do lab. de Quadro e animação			20	OC	10	OC	10	OC					x	x	x	x		x
23	Revitalização e manutenção da iluminação externa									10	OC				x	x	x		

Quadro 9.61 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus São Carlos

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Aquisição de central telefônica	35	EC											x					x
2	Construção de passarela coberta entre portaria e prédio	30	EC									x			x		x		
3	Container para grêmio estudantil e centro acadêmico	70	EC											x		x			
4	Adequação do câmpus à acessibilidade	20	EC	20	EC	20	EC					x		x	x		x		
5	Construção de ginásio poliesportivo e espaço multiuso	1.000	EC	1.000	EC	1.000	EC	200	EC			x			x	x			
6	Aquisição de mobiliário em geral	40	EC	30	EC	15	EC	17	EC	15	EC			x		x			
7	Complementação do acervo da biblioteca	100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC			x					x
8	Condicionadores de ar para as salas de aula	26	EC	28	EC	27	EC	27	EC	54	EC			x	x				x
9	Equipamentos para laboratórios	320	EC	380	EC	183	EC	240	EC	300	EC			x		x			
10	Manutenção predial	100	EC	150	EC	100	EC	100	EC	500	EC		x		x				x
11	Modernização dos recursos de TIC do campus	120	EC	100	EC	50	EC	50	EC	50	EC			x	x				x
12	Parque de máquinas e implementos agrícolas	120	EC	100	EC	50	EC	50	EC	100	EC			x					
13	Instalação de brises nas fachadas de vidro do campus							200	EC			x		x	x				x
14	Aquisição e desenvolvimento de infraestrutura de 20 ha de terra para a fazenda experimental							400	EC	300	EC	x		x					

296

Quadro 9.62 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus São José

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Adequação do lab. de química contra acidentes	19	OC									x		x	x			x	
2	Recuperação da calçada externa do câmpus	150	OC									x		x		x		x	
3	Aquisição de acervo para a biblioteca do câmpus	10	OC	10	OC	10	OC	12	OC	12	OC	x		x				x	
4	Aquisição de computadores para os laboratórios	30	OC	40	OC	30	OC	30	OC	30	OC	x		x				x	
5	Alteração do sistema de esgoto do câmpus			200	OC/EC								x		x			x	
6	Construção de salas de aula			200	OC/EC								x		x	x		x	
7	Equipamentos p/ laboratórios da área de cultura geral			20	OC	20	OC					x		x				x	
8	Recuperação e adequação dos guarda-corpos			100	OC	100	OC						x		x		x	x	
9	Equipamentos p/ laboratórios de telecomunicações			15	OC	10	OC	30	OC			x	x	x				x	
10	Recuperação da quadra de esportes			30	EC	40	EC	100	EC				x		x			x	
11	Pintura do câmpus			150	EC	100	EC	100	EC	200	OC/EC		x		x			x	
12	Aquisição de mobiliário para as salas de aula					30	OC					x		x		x		x	
13	Construção de rota acessível na entrada do câmpus					300	EC					x			x	x		x	
14	Equipamentos p/ laboratórios área de RAC					20	OC	40	OC			x	x	x				x	
15	Revitalização do sistema de climatização do câmpus					60	OC	40	OC	20	OC	x		x				x	
16	Construção de escadas para rotas de fuga do campus							200	EC			x			x			x	
17	Instalação do sistema de alarme de incêndio							200	EC				x		x			x	
18	Substituição dos quadros de distribuição de energia							150	EC				x		x			x	
19	Reforma do centro de processamento de dados							100	EC	150	OC/EC	x	x		x			x	
20	Renovação da mobília do auditório									80	OC	x	x	x				x	
21	Troca dos alimentadores de energia do câmpus									400	EC		x		x			x	

Quadro 9.63 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Adequação das redes elétrica, hidráulica e lógica	250	EC									x		x					
2	Adequações de acessibilidade	70	EC									x		x		x			
3	Adequações gerais de telhado, forro e piso	850	EC									x		x	x				
4	Pintura do prédio	95	EC									x		x					
5	Regularização às normas dos bombeiros	90	OC									x		x	x				
6	Substituição geral de janelas e portas do prédio	400	EC									x		x	x				
7	Aquisição de equipamentos para o Nead	20	OC	15	OC							x		x			x		
8	Aquisição de mobiliário para laboratórios	40	OC	80	OC	20	OC					x		x			x		
9	Mobiliário para setor administrativo	40	OC	30	OC			20	OC			x		x	x				
10	Aquisição de equipamentos de TIC	65	OC	50	OC	110	OC	50	OC	100	OC	x		x	x				
11	Cadeiras e mesas para salas de aula	60	EC	60	EC	40	OC	80	OC	40	OC	x		x	x				
12	Complementação do acervo bibliográfico	20	OC	40	OC	60	OC	50	OC	60	OC	x		x			x		
13	Adequação estrutural do auditório			35	OC							x		x	x				
14	Aquisição de cadeiras para o auditório			100	EC							x		x	x				
15	Aquisição de veículo oficial - tipo utilitário			50	EC							x		x	x				
16	Cobertura das vagas de veículos oficiais			40	OC							x		x	x				
17	Construção de portaria/guarita			20	OC							x		x	x				
18	Instalação de plataforma elevatória na biblioteca			40	OC							x		x		x			
19	Aquisição de condicionadores de ar			30	OC	20	OC					x		x	x				
20	Aquisição de equipamentos para laboratórios					60	OC	90	OC	50	OC		x	x			x		

298

Quadro 9.64 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus São Miguel do Oeste

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Adequação da rede de gases do lab. de química	60	OC/EC									x							
2	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	15	OC	10	OC								x		x				
3	Melhorias e adequações de acessibilidade	120	OC/EC	100	OC/EC	80	OC/EC					x		x		x			
4	Adequação e modernização das salas de aula	36	OC	24	OC	24	OC	12	OC					x					
5	Aquisição de equipamentos de processamento de dados	5	OC	5	OC			10	OC/EC					x		x			
6	Acervo bibliográfico	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC				x				
7	Adequação e equipamentos para laboratórios didáticos	140	OC	120	OC	120	OC	100	OC	100	OC			x					
8	Consolidação de estações de trabalho dos servidores	24	OC	18	OC	12	OC	12	OC	12	OC			x					
9	Renovação das estações de trabalho	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC			x					
10	Renovação e reposição de mobiliário em geral	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC			x		x			
11	Atualização dos laboratórios de Informática	315	OC/EC							130	OC			x		x			
12	Edificação do lab. de ciências agrárias			550	OC/EC							x							
13	Sistema de controle por acesso biométrico na guarita			15	OC									x		x			
14	Substituição do carpete e piso do auditório			65	OC								x			x			
15	Pintura do câmpus e adequação da cerca			70	OC/EC	70	OC/EC								x				
16	Cobertura do acesso principal e entre blocos					120	OC/EC					x							
17	Edificação de bloco de salas de aula					2.000	EC					x						x	
18	Mobiliário e infraestrutura do lab. ciências agrárias					40	OC/EC							x				x	
19	Cobertura dos veículos oficiais							80	OC/EC			x							
20	Adequação e fechamento da estrutura de acesso do ginásio									85	OC	x				x			
21	Pavimentação do estacionamento inferior									230	OC/EC	x				x			

Quadro 9.65 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Tubarão

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Aquisição de mapa tátil e sinalização em braille	6	OC									x		x			x		
2	Aquisição de sistema de CFTV	100	EC									x		x					x
3	Aquisição de sistema de refrigeração - bloco B	170	EC									x		x		x			
4	Cercamento em grade ou muro do entorno	30	OC										x		x		x		
5	Cobertura da ligação entre os blocos e portaria	80	EC									x			x	x			
6	Construção de biblioteca verde	900	EC									x			x	x			
7	Construção de cantina modular	600	EC									x			x	x			
8	Construção de espaços para o grêmio estudantil	200	EC									x			x	x			
9	Construção do bloco C	15.000	EC									x			x			x	
10	Instalação de cobertura para portas e janelas do bloco B	70	EC									x			x	x			
11	Regularização e pavimentação do terreno	150	EC									x			x	x			
12	Equip. para os lab. de projeto integrador e fabricação	300	EC	300	EC							x		x				x	
13	Equipamentos para o lab. de acionamentos	250	EC	250	EC							x		x				x	
14	Aquisição de computadores pedagógicos	600	EC	600	EC	600	EC					x		x					x
15	Equipamentos para o lab. de eletrônica	350	EC	350	EC	50	EC					x		x				x	
16	Equipamentos para o lab. instalações elétricas	150	EC	50	EC	10	EC					x		x				x	
17	Aquisição de acervo bibliográfico	40	EC	40	EC	150	EC	150	EC	40	EC	x		x					x
18	Aquisição de mobiliário	80	OC	80	OC	200	OC	200	OC	20	OC	x		x		x			
19	Equipamentos para o lab. automação	800	EC	800	EC	800	EC	400	EC	400	EC	x		x				x	
20	Equipamentos para o lab. robótica	250	EC	250	EC	250	EC	100	EC	100	EC	x		x				x	
21	Aquisição de computadores administrativos	150	EC	50	EC	50	EC	50	EC			x		x					x
22	Arborização e paisagismo			20	OC								x		x	x			
23	Construção de academia ao ar livre			50	EC							x		x					x
24	Construção de espaço integrado de artes					3.000	EC					x			x	x			
25	Construção do ginásio poliesportivo					2.500	EC					x			x			x	

300

Quadro 9.66 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Urupema

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Estruturação do laboratório de análise físico-química	670	EC										x		x				
2	Implantação de toldo entre os blocos 1 e 2	30	OC									x			x				
3	Melhoria do acesso para as estufas	50	OC									x			x				
4	Pintura do bloco 1	15	OC										x						
5	Adequação do laboratório de análise sensorial	135	EC	15	OC								x		x				
6	Aquisição de equipamentos para laboratórios e topografia			165	EC								x		x				
7	Aquisição de novos computadores			80	OC								x						
8	Climatização de sala para estabilização de vinhos			15	EC							x							
9	Sistema antifurto para a biblioteca			20	OC								x	x					
10	Atualização da infraestrutura de TIC			100	OC	100	OC	100	OC	100	OC			x					
11	Adequação de laboratório para produção de sucos					16	EC							x		x			
12	Adequação do espaço de armazenamento de vinhos					40	EC					x							
13	Construção de bancadas e máquina de lavar roupa					50	EC					x			x				
14	Equipamentos para espumantes					30	EC							x		x			
15	Local adequado para armazenar produtos fitossanitários					15	EC					x			x				
16	Melhorias na acessibilidade espacial					50	OC									x			
17	Miniescritório para atividades do curso de administração					15	EC					x			x				
18	Renovação do laboratório de Informática					80	OC							x					
19	Colocação de pastilhas nas paredes do bloco 2							200	OC					x					
20	Instalação de painel solar							200	OC			x			x				
21	Construção de uma nova garagem									100	EC	x			x				
22	Sistema de monitoramento de imagens									100	OC		x	x					

Quadro 9.67 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Xanxerê

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
		2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
		valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Aquisição de condicionadores de ar para o bloco V	100	EC										x		x				
2	Aquisição de container para grêmio estudantil	70	EC									x	x		x			x	
3	Cobertura entre os blocos	200	EC								x	x			x				
4	Implementação de sistema de CFTV	50	OC											x					
5	Obras de adequação para regularização do habite-se	120	EC								x				x				
6	Pintura do câmpus	60	OC									x							
7	Reforma elétrica, lógica e para-raios do bloco I	280	EC									x			x				
8	Reformas da área de convivência e sala do setor de TI	150	EC									x			x				
9	Equipamentos e mobiliário para novo lab. de informática	30	OC	230	EC								x						
10	Acervo bibliográfico para novos cursos superiores	15	OC	70	OC/EC	70	OC/EC	20	OC	15	OC			x			x		
11	Aquisição equipamentos infraestrutura de TIC	10	OC	60	EC	30	OC	30	OC	20	OC			x					
12	Carreta reboque para transporte de equip. e resíduos			5	OC									x		x			
13	Cobertura das vagas para veículos oficiais			30	EC							x				x			
14	Construção de uma cantina			400	EC							x			x			x	
15	Construção de uma portaria no câmpus			400	EC							x							
16	Ginásio poliesportivo coberto			600	EC							x				x			
17	Aquisição e renovação de equipamentos de audiovisual			10	OC	10	OC	10	OC					x		x			
18	Aquisição e renovação de softwares acadêmicos			250	EC	20	OC	45	EC					x		x			
19	Adequação do laboratório multiuso (info-artes-fis-qmc)			20	OC	20	OC	15	OC	10	OC	x		x			x		
20	Equipamentos para laboratórios de alimentos			100	EC	118	EC	300	EC	190	EC			x			x		
21	Equipamentos para os laboratórios de mecânica					2.000	EC	2	EC	1	EC			x					
22	Renovação do parque de computadores e notebooks			260	EC	60	OC	150	EC	60	OC			x		x		x	
23	Construção de novo bloco							11.500	EC			x				x		x	
24	Reforma dos laboratórios de mecânica							500	EC				x			x			

302

Quadro 9.68 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Reitoria

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda				
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Daccess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2	
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref							
1	Obras - Arquivo Central do IFSC	900	EXT									x				x			
2	Sinalização Interna da Reitoria	20	OR										x				x		
3	Equipamentos para Diretoria de Comunicação	26	OR	17	OR														
4	Obras - Readequação de Salas Administrativas	45	OR	5	OR	70	OR	100	OR	120	OR	x	x	x	x	x			
5	Mobiliário - Salas Administrativas	43	OR	20	OR	16	OR	19	OR	6	OR			x		x			
6	Condicionadores de Ar	88	OR	50	OR	86	OR	119	OR	126	OR			x		x			
7	Switchs reitoria	14	OR	19	OR	19	OR	19	OR	19	OR			x					
8	Computadores	76	OR	76	OR	76	OR	76	OR	76	OR			x					
9	Licenças/Softwares	257	OR	181	OR	144	OR	159	OR	165	OR			x		x			
10	Obras - Hall de Entrada			200	OR								x			x			
11	Mobiliário - Arquivo Central do IFSC			25	OR									x		x			
12	Equipamentos para arquivo - Arquivo Central			26	OR									x		x			
13	Equipamentos de Informática - Arquivo Central			9	OR									x		x			
14	Solução de controle de acesso			55	OR									x	x				

Quadro 9.69 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Cerfead

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Equipamento de videoconferência	2	OR															
2	Condicionadores de Ar	8	OR	8	OR													
3	Televisores	3	OR	3	OR													
4	Mobiliário	34	OR	34	OR	3	OR					x				x		
5	Computadores	30	OR	30	OR	30	OR	20	OR									
6	Licenças/ Softwares	15	OR	15	OR	15	OR	8	OR									
7	Salas de Webconf - Webex Cisco	3	OR	3	OR	3	OR	3	OR									
8	Transferência das atividades para espaço próprio ¹	-		-		-		-										

1 Sem estimativa de despesa e sem fonte de recurso em função de haver diferentes possibilidades para atender essa demanda, incluindo negociação em curso de obtenção de espaço por cessão de outro órgão público.

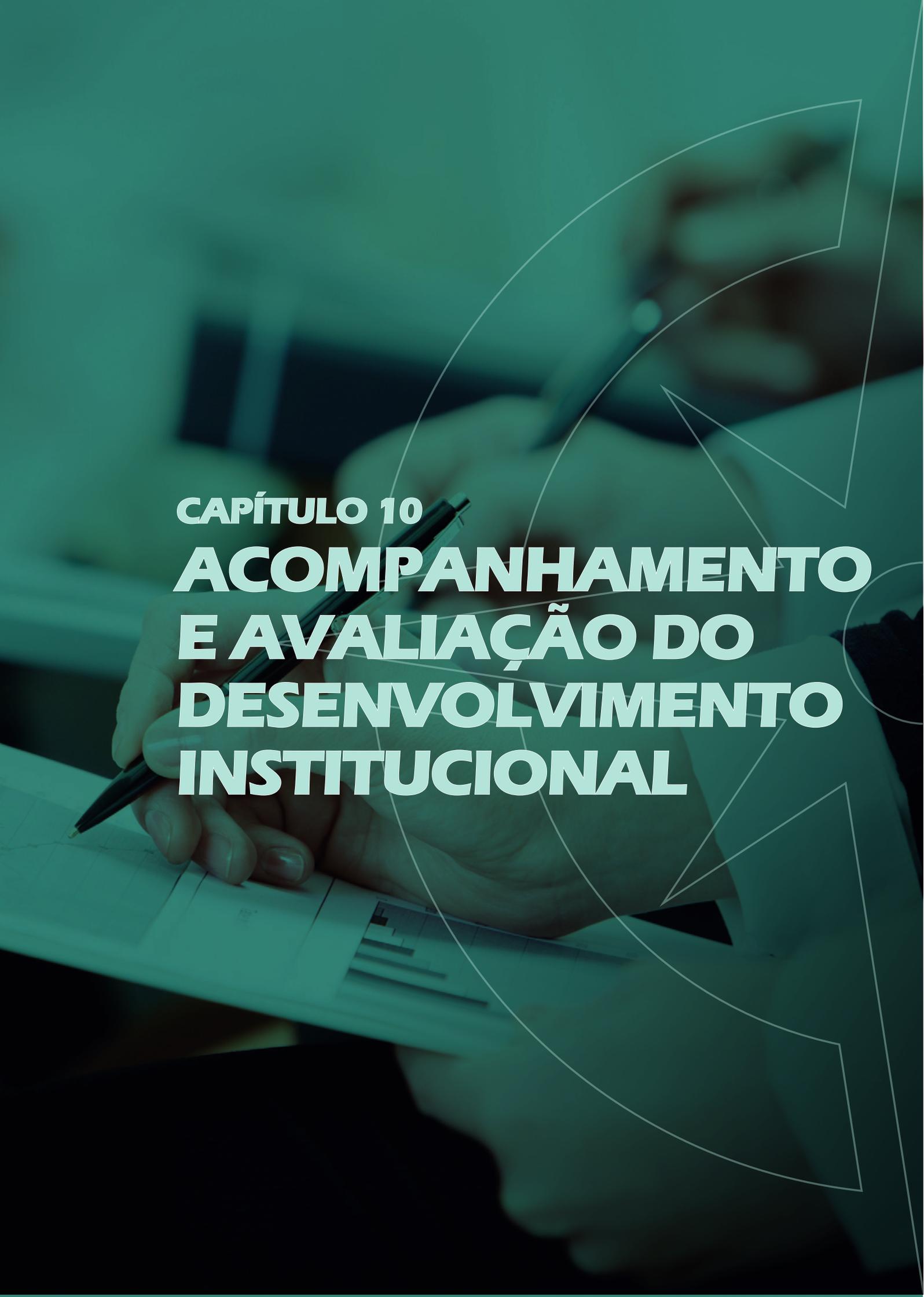
Quadro 9.70 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Polo de Inovação

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	Dinfra 9.1.1	Dacess 9.1.4	Curso 7.2	Swot 6.2
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref						
1	Estação de videoconferência	35	EXT										x					
2	Sistema de acesso às salas do polo	9	EXT										x	x				
3	Sistema de controle de patrimônio às salas do polo	20	EXT										x					
4	Sinalização do Polo	6	EXT										x	x				
5	Roteador WIFI	1	EXT										x					
6	Televisores	8	EXT	8	EXT								x					
7	Mobiliário	22	EXT	7	EXT								x					
8	Computadores e Notebooks	138	EXT	64	EXT	105	EXT						x					
9	Impressora 3D	18	EXT	18	EXT	18	EXT						x					
10	Licenças/Softwares	5	EXT	5	EXT	5	EXT	5	EXT	5	EXT			x				
11	Equipamentos de suporte para os laboratórios credenciados - desenvolvimento de projetos (lista de equipamentos - referência Polo IFSC)	345	EXT	300	EXT	300	EXT	300	EXT	300	EXT			x				
12	Manutenção do polo e equipamentos de laboratórios credenciados	2	EXT	2	EXT	2	EXT	2	EXT	2	EXT			x	x			
13	Telefone VOIP	1	EXT			1	EXT							x				

Quadro 9.71 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Tecnologia da Informação e Comunicação

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo			Origem da demanda			
	2020		2021		2022		2023		2024		Obra		Aq. Bens	Serv.	PETIC		
	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	valor	fonte	Amp	Ref					
1	Aquisição de Nobreak		120	REDE										x	x	IR.15	
2	Aquisição de serviço de suporte para Controladora sem fio		111	REDE											x	IR.15	
3	Aquisição de switch data center		38	REDE	38	REDE								x		IR.15	
4	Aquisição de solução de processamento de dados		466	REDE	302	REDE	302	REDE						x	x	IR.15	
5	Aquisição de solução de videoconferência		178	REDE	155	REDE	155	REDE	155	REDE	155	REDE			x	x	IR.15
6	Aquisição serviço em nuvem (PaaS e IaaS)		510	REDE	510	REDE	510	REDE	510	REDE	510	REDE				x	IR.14
7	Aquisição de centrais telefônicas		22	REDE	22	REDE	22	REDE	22	REDE	22	REDE			x	x	IR.15
8	Redundância de enlace de dados para os câmpus do IFSC		60	REDE	60	REDE	60	REDE	60	REDE	60	REDE				x	IR.16
9	Aquisição de sistema contra incêndio				120	REDE									x	x	IR.15
10	Switch de distribuição para os câmpus				53	REDE	53	REDE	53	REDE	53	REDE			x		IR.15
11	Aquisição de nova solução de rede sem fio								100	REDE	100	REDE			x	x	IR.15

306

The image features a teal-tinted background with a person's hands holding a pen and writing on a document. The document has a grid pattern and some text. Overlaid on the image are several white geometric shapes, including a large circle and several triangles, some of which are pointing towards the center. The text is centered and reads:

CAPÍTULO 10
ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

Sumário do capítulo 10

Acompanhamento e avaliação do desenvolvimento institucional

10.1. PLANO ANUAL DE TRABALHO	310
10.2. EXECUÇÃO DOS PLANOS E PROCESSOS.....	311
10.3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	311
10.3.1. Autoavaliação institucional.....	312
10.3.2. Acompanhamento e avaliação do PDI.....	316
10.3.3. Acompanhamento e avaliação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas.....	317
10.3.4. Acompanhamento e avaliação do Plano Estratégico Institucional.....	317
10.3.5. Relatório de gestão.....	319
10.4. REVISÃO DO PDI 2020-2024 E ELABORAÇÃO DO PRÓXIMO PDI.....	319
10.4.1. Diretrizes para a revisão do PDI 2020-2024.....	319
10.4.2. Orientações para a elaboração do próximo PDI	320

A importância do aprimoramento da gestão a partir da avaliação constante de seus projetos e processos, com a implementação de diferentes formas e instrumentos de avaliação é apresentada no Projeto Pedagógico do IFSC - Capítulo 3. Para acompanhar e avaliar a execução deste PDI, o IFSC conta com diferentes ferramentas de gestão e governança.

Os órgãos colegiados são uma delas. Sua consolidação tem se revelado um importante diferencial, ainda que um desafio para a comunidade acadêmica. São instrumentos integradores, que facilitam a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos que compõem o Instituto.

Nessa vertente, outra ferramenta importante é a Comissão Própria de Avaliação - CPA, que elabora e executa o processo de autoavaliação institucional, exercendo papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição.

Corroborando com as ferramentas já citadas, o Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional (Copadin) é uma estrutura voltada a subsidiar o alinhamento institucional em prol do alcance da estratégia concebida, coletivamente, para o próximo quinquênio.

Os colegiados, a CPA e o Copadin atuam conjuntamente nesta última etapa do ciclo de desenvolvimento institucional apresentado na Figura 10.1, cujo propósito é melhorar os serviços oferecidos aos alunos e à sociedade.



Figura 10.1: Ciclo do Desenvolvimento Institucional

No centro desse ciclo anual, está o PDI, que compila diversos planos e políticas em um só documento, estabelecendo, assim, as diretrizes que impulsionam a instituição no rumo de sua visão de futuro.

Essas diretrizes inspiram as ações que compõem o Plano Anual de Trabalho (PAT) e orientam o planejamento de Câmpus e Reitoria para o período de um ano. Após a execução dessas iniciativas é realizada a avaliação com intuito de verificar o resultado obtido. Esse resultado é compilado e publicizado por meio do Relatório Anual de Gestão, que presta contas à sociedade e fornece um panorama para gestores sobre como o IFSC gerencia seu capital intelectual e financeiro no enfrentamento de seus obstáculos e sobre como a instituição se prepara para os desafios futuros.

O ciclo de desenvolvimento institucional deve ser visto, acima de tudo, como um processo formativo, por meio do qual as pessoas e a instituição aprendem continuamente, aprimoram suas práticas e relações laborais e sociais a partir da consideração dos valores institucionais.

10.1. PLANO ANUAL DE TRABALHO

O Plano Anual de Trabalho (PAT) transforma as diretrizes estratégicas do IFSC em projetos e processos que buscam tangibilizar o que foi planejado e proporcionar a otimização da aplicação dos recursos disponíveis. A priorização dos projetos é definida pelos colegiados dos Câmpus e, na Reitoria, pelos gestores. Desse modo, a distribuição do seu orçamento é efetuada de forma a desenvolver os processos, suprir necessidades infraestruturais e atender às iniciativas estratégicas. É a partir dessas informações que o IFSC constrói sua planilha orçamentária, utilizada no processo de programação orçamentária no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Governo Federal. Assim, são determinados os montantes das “rubricas” de custeio, investimento e capacitação que serão propostos para financiar os projetos e processos da instituição. Uma vez publicado o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual), com a confirmação do detalhamento da peça orçamentária do IFSC, o PAT pode ser revisado pelas unidades, mantendo-se os limites individuais para custeio, investimento e capacitação e ajustando-se eventuais diferenças para os valores propostos.

O PAT é composto por Projetos Estratégicos, Projetos de Infraestrutura e Ações Rotineiras, como ilustra a Figura 10.2. Cada um com diferentes intuitos, mas todos com o propósito de esquematizar as ações que serão desenvolvidas ao longo do próximo ano.

Os projetos estratégicos promovem a realização dos objetivos estratégicos institucionais e contribuem diretamente para o alcance de suas metas devendo ser vinculados a uma das Iniciativas Estratégicas.

Já os projetos de infraestrutura promovem a construção e manutenção de bens imóveis, aquisição de *softwares*, equipamentos e demais materiais permanentes, conforme orientado pelo Plano Quinquenal de Infraestrutura.

As Ações Rotineiras promovem atividades de caráter recorrente, como pagamento de contratos e aquisição de material de consumo, bem como qualquer outra atividade sem associação com as iniciativas estratégicas e sem impacto direto nas metas estratégicas institucionais, devendo ser associadas a um processo de negócio, que é o desdobramento de um macroprocesso da Cadeia de Valor.

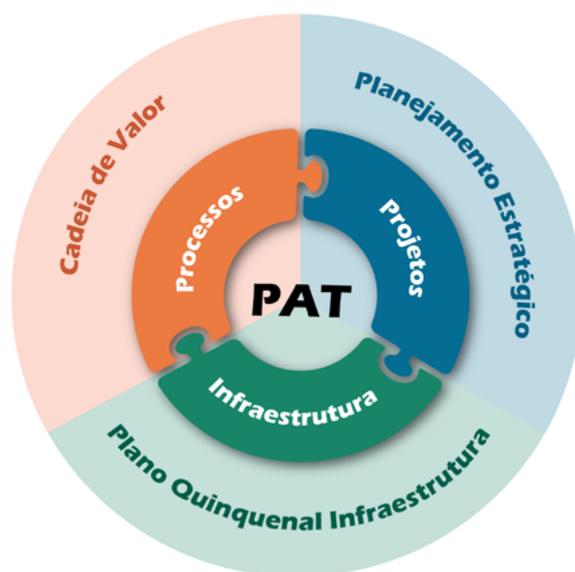


Figura 10.2: Componentes do Plano Anual de Trabalho.

Assim, o planejamento institucional atinge sua dimensão operacional, orientando a agenda de trabalho dos Câmpus e Reitoria na execução das diretrizes estratégicas. A participação dos servidores no processo de elaboração do PAT reforça a gestão participativa projetada na Visão de futuro do IFSC, e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela condução da Instituição.

10.2. EXECUÇÃO DOS PLANOS E PROCESSOS

Enquanto o planejamento nos aponta o que precisamos fazer para chegar ao destino desejado, a execução ou ação propriamente dita nos conduz a ele. Conforme é apresentado na Figura 10.3, a fase de execução se dá por meio de projetos e processos. Os projetos estão dispostos no Plano Anual de Trabalho e se relacionam aos diversos planos que constam ou se desdobram do PDI. Por sua vez, os processos se referem ao fazer diário da instituição para o cumprimento de sua missão, e estão contemplados na Arquitetura de Processos desdobrada da Cadeia de Valor do IFSC.

É importante destacar que, neste íterim, pode-se ter projetos cujo objetivo seja **alterar** um processo existente, a fim de melhorar a entrega que ele realiza, ou mesmo, adequar a uma nova legislação, por exemplo. Também se pode ter projetos que visem **excluir** processos existentes, eliminando a entrega realizada por ele, uma vez entendido que ela não contribua mais para a entrega de valor proposta pelo IFSC para os alunos e a sociedade, conforme descrita na Cadeia de Valor. E por fim, projetos que visem **criar** processos, realizando novas entregas.

Ainda na etapa de execução, pode-se utilizar os processos para executar as ações previstas nos projetos, exceto se aquela ação nunca tenha sido realizada. E, nesse contexto, se o resultado daquela ação passar a ser uma atividade recorrente da instituição, deve-se criar um processo, já que projetos realizam entregas únicas e processos realizam entregas recorrentes.

O acompanhamento e a avaliação da execução dos projetos e processos permite o replanejamento das ações, corrigindo possíveis falhas no percurso traçado ou apresentando a necessidade de redirecionamento.

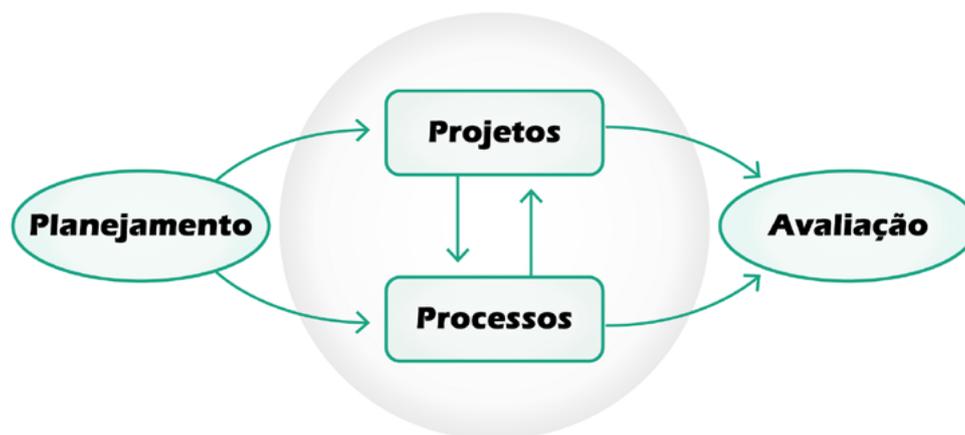


Figura 10.3: Fase de execução no ciclo de desenvolvimento institucional

10.3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As instituições de ensino são criadas pela sociedade objetivando a produção e a socialização do conhecimento. Sua finalidade é a formação de cidadãos e o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Por isso, equidade e justiça social são importantes aspectos que devem compor os sentidos das atividades formativas e cognitivas destas organizações na busca de seu alvo primordial: a construção da cidadania.

Nesse sentido, a avaliação em uma instituição de educação deve servir para mensurar se esse objetivo social está sendo adequadamente atingido. Este é um sistema complexo e que precisa articular os diversos componentes da educação verificando de modo dinâmico o

seu curso de ação. Seu foco consiste na reflexão sobre os sentidos e valores que essa matéria desempenha junto à coletividade, entendendo como seus processos internos podem ser aprimorados para promover maior impacto social.

No IFSC, a Avaliação Institucional é composta por um conjunto de processos avaliativos individualizados, internos e externos, realizados em períodos distintos, por atores diferentes e com focos restritos, mas que formam um sistema capaz de produzir um “raio-X” do desempenho da instituição a partir de diferentes prismas. Esse modelo pressupõe uma abordagem sistêmica, que prima por integrar a avaliação da atuação individual, do trabalho em equipe, dos resultados atingidos pelas unidades e da satisfação dos alunos e sociedade.

O resultado da Avaliação Institucional é publicizado à comunidade interna, ao órgãos de controle e à sociedade, por meio do Relatório de Gestão.



Figura 10.4: Sistema de Avaliação Institucional

É importante destacar que outras avaliações são realizadas pela instituição, como a Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho e Pesquisa com Egressos, e que os resultados dessas avaliações compõem a Avaliação dos Objetivos Estratégicos da instituição, já que essas ações são iniciativas do Plano Estratégico Institucional.

10.3.1. Autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional, ou avaliação institucional interna, é uma das partes que compõem o processo avaliativo das instituições de ensino superior (IES), regulado pelo MEC por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Instituído pela Lei nº 10.861/2004, para promover a melhoria da educação superior no país, este sistema é ilustrado pela Figura 10.5.

Segundo Silva (2019)¹ “por meio desse sistema avaliativo, busca-se compreender e avaliar todos os processos produzidos por essas instituições, processos estes capazes de intervir criticamente na comunidade acadêmica”. Assim, a avaliação institucional no âmbito da educação possui basicamente dois enfoques diferenciados: privilegiar o conhecimento dos processos de aprendizagem institucional e avaliar os contextos socioprofissionais que permeiam o ambiente no qual a instituição está inserida.

1 SILVA, J. R. C. O processo de autoavaliação em um instituto federal de ensino: uma análise na perspectiva da gestão do conhecimento e da teoria institucional. Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Administração da UNISUL - Curso de Mestrado em Administração. 2019.

A autoavaliação é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem ação autônoma em relação à administração da instituição e seus órgãos colegiados, relacionando-se diretamente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Mesmo assim, para fins de suporte administrativo, é regimentalmente assessorada pela Prodin, com quem também interage para discussão conceitual e apoio técnico.

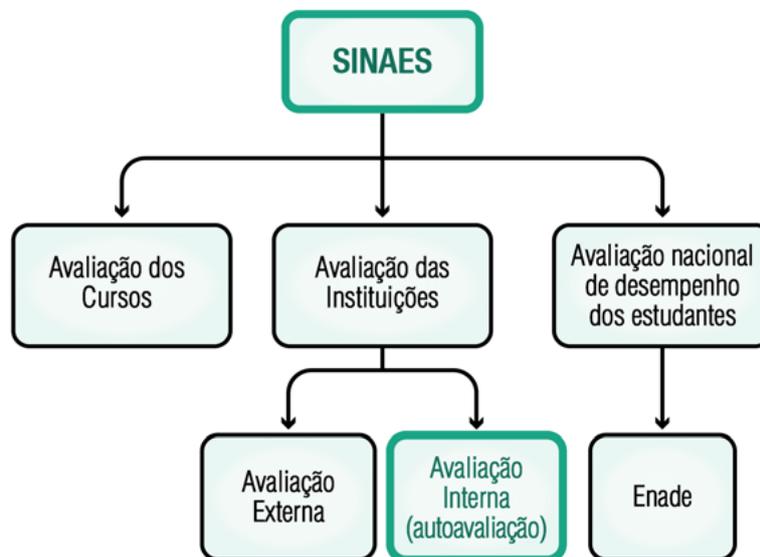


Figura 10.5: Estrutura do Processo Avaliativo das IES (SINAES)²

No IFSC a CPA é constituída por uma Comissão Central, com representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos, representantes dos discentes e um representante da sociedade civil, e por Comissões Locais nos câmpus e na Reitoria. As Comissões Locais dos câmpus são compostas por três representantes: um docente, um discente e um técnico-administrativo. A Comissão Local da Reitoria é composta por representantes técnicos administrativos.

Para essa comissão, a autoavaliação institucional é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar a situação atual da instituição e melhorar a qualidade da instituição.

As competências da CPA Central são, em consonância com a Resolução Consup nº 49, de 23 de dezembro de 2014:

- I. Elaborar e executar o projeto de autoavaliação do IFSC;
- II. Conduzir o processo de autoavaliação da instituição e encaminhar parecer para subsidiar o processo decisório;
- III. Sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do IFSC;
- IV. Implementar ações visando à sensibilização da comunidade do IFSC, para o processo de avaliação institucional;
- V. Fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação;
- VI. Disseminar, permanentemente, informações sobre avaliação;
- VII. Avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição, para subsidiar os novos procedimentos;
- VIII. Acompanhar, permanentemente, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI;
- IX. Articular-se com as CPAs de outras IES e com a CONAES;
- X. Dar ciência ao Conselho Superior sobre as atividades desenvolvidas, mediante relatórios, pareceres e recomendações.

² Adaptada de Silva (2019).

As comissões locais da CPA têm as seguintes competências:

- I. Organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu câmpus/Reitoria;
- II. Conduzir o processo de autoavaliação no Câmpus/Reitoria e encaminhar parecer para subsidiar o processo decisório;
- III. Acompanhar os processos de avaliação externa do Câmpus e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);
- IV. Subsidiar os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos superiores, bem como as coordenações dos cursos técnicos, com informações decorrentes do processo avaliativo para a consolidação dos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC);
- V. Acompanhar, no âmbito do Câmpus/Reitoria, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI;
- VI. Implementar ações visando à sensibilização da comunidade do Câmpus/Reitoria, para o processo de avaliação institucional;
- VII. Sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do Câmpus/Reitoria;
- VIII. Propor à Comissão Central instrumentos de avaliação específicos à realidade do Câmpus/Reitoria;
- IX. Realizar a socialização dos resultados do processo autoavaliativo no Câmpus/Reitoria;
- X. Sugerir ações e encaminhar relatórios para a Comissão Central.

O processo de autoavaliação, de acordo com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, é composto por três etapas. A Figura 10.6 sintetiza as etapas do processo autoavaliativo de acordo com as orientações emitidas pela CONAES.



Figura 10.6: Etapas do Processo de Autoavaliação Institucional.³

A primeira etapa do processo trata-se da etapa preparatória, que se inicia com a constituição da comissão, formalizada por meio da emissão de Portaria. É seguida pela elaboração do projeto de autoavaliação a ser desenvolvido. E por fim, a etapa é encerrada com a sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância e o objetivo do processo, que visa mobilizar os segmentos para a participação. A mobilização é realizada nos câmpus e na Reitoria, coordenada pela Comissão Central e organizada pelas Comissões Locais.

A segunda etapa do processo aborda o desenvolvimento da autoavaliação e se inicia com o levantamento de informações por meio da aplicação de questionários junto aos três segmentos da comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnicos administrativos em educação. Esses questionários são disponibilizados na internet e revisados periodicamente, para atender às demandas da instituição. O levantamento tem por objetivo conhecer a opinião dos envolvidos a respeito da instituição, e dele resultam relatórios parciais por câmpus e Reitoria, emitidos a partir da análise dos dados.

³ Adaptada de Silva (2019).

Na terceira e última etapa os dados são consolidados em um único relatório, o relatório institucional, e analisados realizando um comparativo entre os três segmentos participantes em cada questão e as dimensões estabelecidas pelo Sinaes. Após o relatório é publicizado no site institucional e divulgado na instituição. Por fim, CPA realiza o balanço crítico do processo realizado, com o objetivo de aprimorar o processo na próxima vez que será realizado.

A autoavaliação institucional organiza-se a partir de uma estrutura planejada, contemplando os cinco eixos avaliativos propostos para integrar as Dimensões da Avaliação. De acordo com o SINAES, os cinco eixos e as dez dimensões descritas no sistema são apresentados no Quadro 10.1.

Quadro 10.1 - Eixos e Dimensões da autoavaliação

EIXOS AVALIATIVOS	DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: a missão e o plano de desenvolvimento institucional.
	Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
	Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.
	Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes.
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
	Dimensão 6: organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
	Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

A CPA utiliza procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades e buscando assegurar:

- I. a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos;
- II. o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III. o respeito à identidade e à diversidade de seus órgãos;

IV. a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo do IFSC e da sociedade organizada, por meio de suas representações.

As informações e o conhecimento institucional, produzido pelo processo de autoavaliação, retroalimenta o planejamento da instituição, pois a partir da divulgação dos resultados, os Câmpus e a Reitoria podem elaborar projetos, no âmbito do Plano Anual de Trabalho (PAT), para melhorar a situação diagnosticada.

10.3.2. Acompanhamento e avaliação do PDI

Conforme os documentos normativos do IFSC, a responsabilidade pelo planejamento institucional é distribuída em várias instâncias da estrutura organizacional e sistema de governança da instituição. É da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional a competência de *promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional*, cabendo à sua Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGC), por meio da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional (CPlan), *coordenar e acompanhar a atualização e o cumprimento do PDI*. Compete ao Codir *expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual* e, ao Consup, *aprovar o planejamento anual e o PDI*.

Para apoiar as instâncias regimentais e qualificar o sistema de governança, o processo de acompanhamento, avaliação e atualização do PDI será gerenciado pelo Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional. Esse comitê é o órgão responsável pelo monitoramento da implementação da estratégia institucional, bem como pela proposição das funções necessárias para o seu monitoramento. Para tal, configura-se como elemento articulador entre a comunidade acadêmica e as diferentes instâncias normativas e deliberativas do IFSC, propondo ações efetivas para a melhoria contínua dos métodos de elaboração e execução do PDI e dos planos que o compõem ou dele se desdobram.

O PDI é um documento robusto, que envolve toda a instituição. Cada capítulo apresenta especificidades e complexidades que precisam ser acompanhadas e avaliadas com eficiência. Nesse cenário, torna-se imprescindível a atuação das áreas detentoras do conhecimento específico dos referidos planos. Os responsáveis pela avaliação dos planos institucionais que compõem o PDI são apresentados no Quadro 10.2.

Quadro 10.2 - Responsáveis pela avaliação dos planos institucionais

PLANOS	SEÇÃO DO PDI	RESPONSÁVEIS
Projeto Pedagógico Institucional	2	Pró-Reitoria de Ensino
Plano Estratégico Institucional	6.4 a 6.6	Gestores dos Objetivos Estratégicos
Plano Estratégico de Permanência e Êxito	6.7.2	Pró-Reitoria de Ensino
Plano de Oferta de Cursos e Vagas	7	Pró-Reitoria de Ensino
Plano de Expansão do Quadro de Pessoal	8.5	Diretoria de Gestão de Pessoas
Plano Quinquenal de Infraestrutura	9.3	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Para que a avaliação seja realizada, a etapa que a precede é o acompanhamento. Nessa etapa os dados da execução são coletados, compilados e sistematizados para análise e avaliação. O responsável pela avaliação dos planos deve se articular com as áreas que atuam na execução ou muito próximas delas, uma vez que essas áreas serão as responsáveis pelo acompanhamento.

As próximas duas seções se aprofundam na metodologia de acompanhamento e avaliação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) e do Plano Estratégico Institucional (PEI).

10.3.3. Acompanhamento e avaliação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas

A execução do POCV deve ser acompanhada de, pelo menos, duas formas:

- a. Pela comparação da oferta prevista de cursos e respectivas vagas, bem como dos indicadores de distribuição de vagas por finalidade legal e relação aluno-professor, com os dados oficiais da execução, que são publicados anualmente pelo MEC na Plataforma Nilo Peçanha;
- b. Pelas planilhas de planejamento de cada unidade acadêmica, que devem ser atualizadas pelo menos anualmente pelas suas respectivas diretorias ou departamentos responsáveis, mesmo fora do período de revisão formal do POCV, em função da necessidade de gestão de processos de administração do ensino.

Ressalta-se a importância do uso destas planilhas, complementarmente ao Capítulo 7, como instrumento de apoio à decisão, por gestores e órgãos colegiados, quanto à aprovação de Projetos Pedagógicos de Curso, autorização de novas ofertas e áreas de concurso para vagas de professores.

10.3.4. Acompanhamento e avaliação do Plano Estratégico Institucional

No processo de acompanhamento e avaliação do PEI, cada Objetivo Estratégico terá um responsável por fomentar e acompanhar seu desenvolvimento, alinhar estrategicamente a instituição e medir e disseminar as informações referentes aos seus indicadores.

Esse papel de Gestor do Objetivo Estratégico será desempenhado pelo titular da área especialista no tema, conforme apresentado no Quadro 10.3, visando fortalecer capilaridade do planejamento estratégico pelas unidades organizacionais do IFSC. Nesse contexto, os responsáveis pelo indicador devem apresentar os resultados, comentar tendências e propor um “planos de ação”, que serão discutidos nas pautas dos órgãos colegiados e fóruns setoriais.

Esses “planos de ação”, por sua vez, propõem a implementação das iniciativas estratégicas por meio de projetos no PAT, tendo como finalidade promover ampla compreensão aos servidores e gestores dos câmpus, sobre quais ações são necessárias e prioritárias para alcançar os objetivos estratégicos. É por meio dos “planos de ação” que os Gestores dos Objetivos Estratégicos poderão propor e pactuar com os câmpus e demais pró-reitorias o desdobramento das metas estratégicas “globais” apresentadas no Capítulo 6 em “metas locais” anuais. Dessa forma, anualmente, a instituição construirá um portfólio de projetos com potencial estratégico (MENDES, 2019)⁴.

4 MENDES (2019), Dissertação intitulada O BALANCED SCORECARD COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA defendida no programa de pós-graduação em administração da UNISUL - Curso de Mestrado em Administração.

Quadro 10.3 - Gestores dos Objetivos Estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GESTOR DO OBJETIVO ESTRATÉGICO
A1 - Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região	Pró-Reitor de Ensino
A2 - Gerar conhecimento e transferir tecnologia de acordo com as necessidades da sociedade.	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
A3 - Proporcionar formação profissional voltada à cidadania	Pró-Reitor de Ensino
A4 - Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas
A5 - Consolidar imagem e identidade de instituição de educação profissional pública, gratuita e de qualidade	Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas
P1 - Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno	Diretor de Ensino
P2 - Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade	Diretor de Extensão
P3 - Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral	Diretor de Ensino
P4 - Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	Diretor de Extensão
P5 - Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos à EPT	Diretor de Comunicação
P6 - Aprimorar os serviços de suporte ao aluno	Diretor de Assuntos Estudantis
P7 - Relacionar-se com os egressos	Diretor de Comunicação
P8 - Consolidar a internacionalização da instituição	Assessor de Assuntos Estratégicos e Internacionais
P9 - Consolidar a governança institucional	Diretor Executivo
C1 - Fortalecer a gestão do conhecimento	Diretor de Gestão do Conhecimento
C2 - Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	Diretor de Gestão de Pessoas
C3 - Desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia	Diretor de Gestão de Pessoas
C4 - Desenvolver cultura organizacional orientada por processos e competências	Diretor de Gestão do Conhecimento

Para apoiar a implementação do Plano Estratégico Institucional 2020-2024, a CPlan/DGC/Prodin realizará as seguintes ações estruturantes:

- **Plano de Divulgação:** consiste na aplicação sistemática de ferramentas para disseminar o planejamento e torná-lo mais presente no dia a dia da instituição. Vídeos e e-mails explicativos, versões simplificadas de documentos norteadores, e painéis com itens importantes serão alguns dos trabalhos realizados neste âmbito.
- **CPlan Itinerante:** consiste em oficinas nos câmpus e reitoria durante a elaboração do Plano Anual de Trabalho (PAT) e presença sistemática nos câmpus para acompanhamento e orientações sobre o desdobramento do planejamento. A intenção é fazer com que o PAT de cada unidade esteja devidamente harmonizado aos objetivos que a instituição deseja alcançar e sejam elaborados de forma a contribuir efetivamente com o seu atingimento.

- **Painel de Indicadores:** é um sistema pelo qual se pode acompanhar a medição de cada indicador estratégico, bem como outras informações atualizadas sobre a instituição, tanto com a função de publicização de resultados quanto para subsidiar os processos de tomada de decisão.
- **Capacitação de atores do planejamento:** a partir da identificação das lacunas de competências ligadas ao planejamento, propor e mediar ações de capacitação e compartilhamento de informações e experiências entre os atores dos processos de planejamento e avaliação em seus diferentes dimensões.
- **Articulação com Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:** conceber ações para o incentivo à pesquisa em temas associados aos planos de ação propostos pelos gestores dos objetivos estratégicos, visando fortalecer a capacidade da instituição em alcançar suas metas mais desafiadoras.

10.3.5. Relatório de gestão

O relatório de gestão deve ser construído, obrigatoriamente, pelos gestores públicos a cada ano. Essa exigibilidade de apresentação aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual advém do art. 70 da Constituição Federal. Em 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou o processo de implantação de um novo modelo de relatório denominado relato integrado⁵. Essa iniciativa objetiva a necessidade de elaborar um documento mais transparente, que concilie informações financeiras e não financeiras com necessidades que provêm da sociedade. Assim o modelo integrado visa catalisar uma abordagem mais coesa e eficiente para os relatórios dos entes públicos.

O Relatório de Gestão fomenta a transparência pública, possibilitando a sociedade verificar como a gestão da entidade foi conduzida no alcance de seus objetivos. Nesse documento são apresentadas informações que possibilitam a compreensão de como foram trabalhadas as iniciativas estratégicas, bem como as opções de alocação de recursos e medidas de controle utilizadas pela instituição. Sua finalidade é acompanhar os resultados da estratégia frente aos objetivos institucionais, proporcionando transparência em sua condução e vislumbrando seu panorama futuro. A sociedade é sua principal destinatária e, por esse motivo, sua estrutura deve prezar pela linguagem clara e acessível e por uma estrutura esquematizada, de modo a facilitar sua leitura e compreensão.

10.4. REVISÃO DO PDI 2020-2024 E ELABORAÇÃO DO PRÓXIMO PDI

10.4.1. Diretrizes para a revisão do PDI 2020-2024

Os processos de revisão de conteúdo do PDI partirão do Copadin, seja pela emissão de Recomendações fundamentadas no acompanhamento e avaliação realizadas pelos gestores responsáveis pelos planos, seja por demanda do Consup, Coder, Cepe ou CDP.

Ao estabelecer a metodologia das revisões, o Copadin observará as competências regimentais dos órgãos colegiados da instituição e as seguintes diretrizes:

- I. Todas as revisões de conteúdo abaixo elencadas devem ser aditadas ao PDI 2020-2024 após aprovação do Consup, mantendo-se a integridade de texto e dados do documento originalmente publicado.

5 RELATÓRIO DE GESTÃO NA FORMA DE RELATO INTEGRADO. Brasília: Tribunal de Contas da União, nov. 2018.

- II. Quanto à revisão do Plano Estratégico Institucional, fica estabelecido que:
- Os objetivos estratégicos terão validade pelo período de vigência deste PDI, cabendo sua revisão apenas em casos extremos, como eventual alteração de legislação;
 - Os indicadores poderão ser revistos anualmente, tendo o Codir como primeira instância de apreciação;
 - As metas poderão ser repactuadas anualmente, tendo o Codir como primeira instância de apreciação;
 - As iniciativas estratégicas passarão por processo de revisão anual, tendo o Codir como instância de apreciação.
- III. O Plano de Oferta de Cursos e Vagas (Capítulo 7) deverá passar por um processo formal de revisão após dois anos, de modo a atualizar os quadros de oferta de cursos e vagas e a consequente projeção de indicadores, com manutenção ou revisão das metas gerais do IFSC quanto aos percentuais de distribuição da oferta de vagas por finalidade legal e relação aluno-professor⁶.
- IV. O Plano de Expansão do Quadro de Pessoal (Seção 8.5) deverá ser revisto caso uma revisão formal do POCV demande distribuição de vagas de professores diferente do plano original.
- V. As Diretrizes para Ampliação e Adequação da Infraestrutura (Seção 9.2) poderão ser revistas anualmente, em função do desenvolvimento do POCV, de avaliação a execução do Plano Quinquenal de Infraestrutura e de mudanças no cenário de disponibilidade orçamentária, tendo o Codir como primeira instância de apreciação.
- VI. É recomendável que o Plano Quinquenal de Infraestrutura (Seção 9.3) seja atualizado anualmente em cada Unidade Gestora Responsável, com aprovação de seu Colegiado, não demandando aditamento ao PDI.
- VII. Dado o caráter mais perene de seu conteúdo e salvo alterações legais estruturantes, o Projeto Pedagógico Institucional (Capítulo 3) não demanda revisão durante o período de vigência, mas deverá ser avaliado formalmente pelo menos um ano antes do início da elaboração do próximo PDI, em processo desenhado pelo Copadin e coordenado pela Proen. O resultado da avaliação apontará para a manutenção ou revisão do documento (atualização, reestruturação ou reelaboração completa), conforme parecer do Cepe e deliberação do Consup.
- VIII. Os capítulos 1, 2, 4 e 5, bem como as seções 6.1, 6.2, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4 e 9.1 não necessitam de revisões, pois retratam o IFSC em 2019, servindo como apresentação da instituição e ponto de partida para a planificação disposta no restante deste documento.

10.4.2. Orientações para a elaboração do próximo PDI

Considerando a organização do planejamento institucional nas quatro dimensões apresentadas na Seção 6.1, a elaboração do próximo PDI deverá começar pela revisão do PPI, caso solicitada pelo Consup. Uma vez aprovado pelo Consup, o PPI servirá de base para a construção dos demais planos que compõem o novo PDI e para a revisão integrada dos principais elementos da identidade institucional, garantindo-se a articulação ilustrada pela Figura 10.7.

A Missão institucional, que sintetiza a forma do IFSC cumprir com suas finalidades e objetivos legais, deve ser reavaliada em função do PPI, especialmente se houver significativa revisão das concepções e políticas nele dispostas. Sequencialmente, deve-se proceder a revisão da Cadeia de Valor, de modo a atualizar os macroprocessos necessários ao cumprimento da Missão da instituição. E, paralelamente, um novo PPI também pode ensejar a alteração da Visão de futuro do IFSC para o próximo período.

⁶ A atualização das planilhas de planejamento das unidades acadêmicas, que costuma ser realizada pelos dirigentes de ensino com frequência semestral para apoio à gestão da rotina, não demanda aditamento do PDI.



Figura 10.7 - Inter-relacionamento dos elementos da identidade institucional

Com ou sem revisão, a declaração de Visão é o principal elemento norteador da elaboração do próximo plano estratégico, que também se configura como elemento basilar da identidade institucional, especialmente importante para organizações com a característica multicâmpus dos Institutos Federais.

Na análise ambiental que precede o planejamento, deve-se identificar quais processos desdobrados da Cadeia de Valor representam fraquezas, de modo a que a estratégia da instituição passe pela melhoria ou transformação dos processos críticos ao cumprimento da Missão e à consecução dos objetivos na perspectiva dos alunos e da sociedade.

Para a realização destas etapas, vislumbra-se uma agenda de 18 meses, a contar da aprovação do novo PPI, conforme mostrado na metade inferior do Quadro 10.4. Para proporcionar uma visão integrada da agenda de planejamento, a metade superior do quadro apresenta o cronograma das etapas de revisão do PDI 2020-2024. Em 2024, os processos anuais de revisão das iniciativas estratégicas, das diretrizes para ampliação de infraestrutura e do PQInfra fundem-se à elaboração de planos componentes do novo PDI.

Ressalta-se que a elaboração do próximo PDI no tempo previsto requer que suas diversas etapas sejam realizadas aproveitando-se todo o conhecimento produzido pelo sistema de avaliação institucional ao longo dos quatro ciclos anuais anteriores, resultado da participação contínua e estruturada de todos os segmentos da comunidade do IFSC.

Quadro 10.4 - Cronograma geral de revisão do PDI 2020-2024 e elaboração do próximo PDI

ETAPAS	2020												2021												2022												2023												2024												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
PDI 2020-2024	Elaboração do Relatório de Gestão	x	x	x	x								x	x	x	x									x	x	x	x										x	x	x	x									x	x	x	x								
	Revisão das iniciativas estratégicas			x	x										x	x													x	x												x	x																		
	Revisão das Diretrizes para Infraestrutura				x											x														x																															
	Elaboração do PAT				x	x	x									x	x	x											x	x	x											x	x	x																	
	Revisão do PQ/Infra das unidades					x	x										x	x													x	x																													
	Revisão do PAT										x	x																																																	
	Revisão do PPE									x	x	x																																																	
	Revisão do POCV																																																												
	Avaliação do PPI																																																												
	Revisão do PPI																																																												
Próximo PDI	Revisão de Missão, Visão e Valores																																																												
	Revisão da Cadeia de Valor																																																												
	Elaboração do Plano Estratégico																																																												
	Elaboração do POCV																																																												
	Elaboração dos demais capítulos do PDI																																																												
	Finalização e aprovação do PDI																																																												